

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**POVOS BÁRBAROS OU FIEIS VASSALOS? LUTA, NEGOCIAÇÃO E
PROTAGONISMO INDÍGENA DIANTE DO DEVISSAMENTO DO SERTÃO
DA FARINHA PODRE E ÁREAS CONTÍGUAS (1750–1850)**

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

JULHO DE 2016

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

**POVOS BÁRBAROS OU FIEIS VASSALOS? LUTA, NEGOCIAÇÃO E
PROTAGONISMO INDÍGENA DIANTE DO DEVASSAMENTO DO SERTÃO
DA FARINHA PODRE E ÁREAS CONTÍGUAS (1750–1850)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – UFU Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientador (a): Profª Dra. Mara Regina do Nascimento

Uberlândia/MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48p
2016
Oliveira, Ricardo Batista de, 1976-
Povos bárbaros ou fieis vassalos? Luta, negociação e protagonismo indígena diante do devassamento do Sertão da Farinha Podre e áreas contíguas (1750–1850) / Ricardo Batista de Oliveira. - 2016.
243 f. : il.

Orientadora: Mara Regina do Nascimento.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.604>
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Triângulo Mineiro (MG) - História - 1750-1850 - Teses. 4. Índios - Triângulo Mineiro (MG) - Aculturação - Teses. I. Nascimento, Mara Regina do. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DEFESA DE TESE DE DOUTORADO, nº. 59, PPGHI.

Junto ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

DATA: 22 de agosto de 2016. Horário: início: 15h encerramento: 19h15

LOCAL: Sala 1H55, *Campus* Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia.

DISCENTE: Ricardo Batista de Oliveira – matrícula n. 11213HIS013

TÍTULO DO TRABALHO: Índios Incorrígíveis ou Vassallos D'el Rei? Sociabilidade Interétnica no Sertão da Farinha Podre e Áreas Subjacentes (1750-1850).

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História Social.

LINHA DE PESQUISA: Política e Imaginário.

PROJETO DE PESQUISA DE VINCULAÇÃO: Sociedades e religiosidades dos Setecentos: gestos, saberes e discursos na América Portuguesa (Séc. XVIII).

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores:

Guilherme Amaral Luz – Docente – UFU

Marcel Mano – Docente – UFU

Eliane Cristina Deckmann Fleck – Docente – UNISINOS

Rafael de Freitas e Souza – Docente – IF SUDESTE MG

Mara Regina do Nascimento – UFU – orientadora e presidente da Banca.

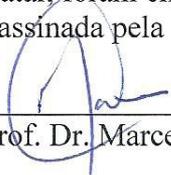
Iniciando os trabalhos a presidente da mesa apresentou à Banca Examinadora o candidato e agradeceu a presença do público, concedendo ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, emitiu parecer final.

Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou o candidato A PROVADO.

Esta defesa de Tese de Doutorado é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Prof. Dr. Marcel Mano



Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz

Convidado(a) participou por webconferência.

Prof. Dr. Rafael de Freitas e Souza

Convidado(a) participou por webconferência.

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck



Profa. Dra. Mara Regina do Nascimento
Orientadora

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

**POVOS BÁRBAROS OU FIEIS VASSALOS? LUTA, NEGOCIAÇÃO E
PROTAGONISMO INDÍGENA DIANTE DO DEVASSAMENTO DO SERTÃO
DA FARINHA PODRE E ÁREAS CONTÍGUAS (1750–1850)**

Banca examinadora

Prof^a Dra. Mara Regina do Nascimento
Universidade Federal de Uberlândia (Orientadora – UFU)

Prof^o Dr. Guilherme Amaral Luz
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof^o Dr. Marcel Mano
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof^o Dr. Rafael de Freitas e Souza
Instituto Federal de Educação do Sudeste de Minas Gerais/Campus Rio Pomba (IF
Sudeste MG)

Prof^a Dr. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Suplentes:

Prof^o Dr. Jean Luiz Neves Abreu
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof^a Dra. Célia Rocha Calvo
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Este trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumo

A tese que se apresenta analisa um novo aspecto dos povos indígenas do Sertão da Farinha Podre, (atual Triângulo Mineiro) e áreas contíguas, compondo porções de Goiás, São Paulo e atual Mato Grosso do Sul. Preocupa-se em refletir sobre as trocas culturais que os indígenas desenvolviam com indivíduos de outras “qualidades”, com associações, com momentos de acomodação e permanência, bem como, com as rupturas, mobilizações políticas e resistências em suas mais variadas expressões. Além de entender em quais circunstâncias os indígenas acirravam sua resistência por meio dos enfrentamentos, buscou-se verificar quais conjunturas levaram diversos grupos ao estabelecimento de alianças com os não indígenas e quais as consequências decorreram de tais alianças. A política indigenista em todo o Brasil era complexa, sendo aceita de forma ambígua em algumas regiões, como no caso observado na capitania de Goiás. Existiram várias formas de resistência indígena, não limitadas ao enfrentamento militar, mas, sobretudo, nas aproximações, alianças e busca de obtenção de alguma vantagem diante das pressões desencadeadas sobre eles a partir de meados do século XVIII. Sem desconsiderar o aspecto assimétrico de grande parte das relações estabelecidas entre indígenas e não indígenas entendemos que cultura não se traduz na forma de um bloco monolítico, mas por outro lado, está em constante mutação. Adotaremos assim, estudos que valorizam a ideia de “interação cultural” em oposição ao tratamento de cultura de forma pura e cristalizada.

Palavras-Chave: Mobilização Indígena; Interação Cultural; Resistência; Alianças; Negociação; Protagonismo Indígena.

Abstract

The present thesis analyses a new aspect of the indigenous people of *Sertão da Farinha Podre*, (current *Triângulo Mineiro*), adjacent areas of Goiás, São Paulo and current Mato Grosso do Sul. There is a reflection on cultural exchanges established by the Indians with people of other "qualities", with associations, periods of accommodation and permanence, as well as, breaks, political mobilization and in their most varied expressions of resistance, considering, however, the asymmetrical aspects of the relations established between Indians and non-Indians. Besides understanding under which circumstances the Indians aggravated their resistance through confrontation, we verified when several groups had framed alliances with non-Indians and the consequences of such alliances. Indigenous politics throughout Brazil was complex, and ambiguous taken in some regions, as noted in the capitania of Goiás. There were various manners of indigenous resistance, not only military confrontation, but mainly approaches, alliances and obtainance of some advantage on the pressures triggered on them from the mid-18th century. We understand that culture is not a monolithic block, being a in constant transformation. Thereby we embrace studies that value the idea of "cultural interaction" in opposition to the treatment of culture in a pure form and crystallized. In this study, we face the indigenous history beyond the fatality and destruction.

Key Words: Indigenous Mobilization; Cultural Interaction; Resistance; Alliances; Negotiation; Indigenous Protagonism.

Lista de Mapas e Imagens

Mapa 1	Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes. (1836).....	57
Mapa 2	Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará (17--).....	115
Mapa 3	Mappa da Capitania de Minas Gerais com a Divisão de suas Comarcas (1778).....	119
Imagem 1	Carga de Cavalaria Guaicuru.....	110
Imagem 2	Soldados-Índios civilizados da Província de Curitiba Conduzindo Prisioneiros Indígenas.....	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PARA REFLETIR SOBRE A CRÔNICA DA DESTRUIÇÃO INDÍGENA	22
1.1 Povos Indígenas e a Historiografia Brasileira	22
1.1.2 O indígena nas obras da geração de 1930 e a leitura do passado colonial como forma de compreender o presente	30
1.1.3 Política indígena e Indigenismo: Mobilização Indígena e (Re)Valorização Identitária	37
1.1.4 O Protagonismo Ancestral Indígena e A Nova História	43
1.2 A Insistência da Tese da Destruição Indígena.....	49
2 O SERTÃO DA FARINHA PODRE E ÁREAS CONTÍGUAS	57
2.1 Um Ser(tão) Além do Oeste	57
2.1.1 O Sertão dos Viajantes Naturalistas	63
2.1.2 Um Deserto Bem Povoado: a presença indígena nos sertões.....	66
2.2 Os Indígenas no Sertão da Farinha Podre	69
2.2.1 Antecedentes	69
2.2.2 - Destribalização e Invisibilidade dos Indígenas no Sertão da Farinha Podre.....	73
2.2.3 O Mito do Caiapó Selvagem: o indígena no imaginário colonial	84
2.3 Inicia-se o Devassamento dos Sertões do Oeste	96
2.3.1 Primeiras Expedições: bandeiras e entradas sertanistas e a busca por cativos indígenas nos sertões.....	96
2.3.2 As Minas de Ouro de Cuiabá e <i>Goiazes</i> : invasão dos sertões.....	105
2.3.3 O Caminho de Goiás (ou Caminho do Anhanguera) e o Empenho do Governo no controle dos Sertões	115
2.3.4 Caminhos e Estradas Rompendo os Sertões na Época do Império: ocupação do interior?	123
3 POLÍTICA INDIGENISTA E SEUS IMPACTOS NO SERTÃO DA FARINHA PODRE .	130
3.1 Os Limites da Ordem: sertanistas, autoridades, clérigos e colonos e os interesses sobre a política indigenista	130
3.2 As “Guerras Justas” e a Escravização Indígena Dissimulada	148
4 ESTRATÉGIA DE VIVÊNCIA/SOBREVIVÊNCIA E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA.....	168
4.1 A Resistência Caiapó: ações militares	168
4.2 Os Bororo e a Sociedade Conquistadora Contra os Caiapó	179
4.2.1 Os Bororo Cabaçais e os Campanha	182

4.2.2 Os Bororo Coroado	185
4.2.3 Os soldados Bororo de Pires de Campos.....	189
4.3 A Redução Caiapó: novas formas de conquista... novas estratégias de resistência indígena	194
4.4 Valorização da Indianidade e a Busca Pelos Direitos Indígenas nos Séculos XVIII e XIX	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
BIBLIOGRAFIA.....	224

INTRODUÇÃO

O tema a ser tratado na presente tese é a mobilização indígena e a complexa rede de sociabilidades observadas dentro do universo colonial, envolvendo brancos, negros e mestiços na região que ficou conhecida como Sertão da Farinha Podre¹ e áreas contíguas – a saber, porções de São Paulo, Goiás e Mato Grosso – a partir de meados do século XVIII e estendendo-se até os primeiros anos do século seguinte. Preocupa-se em refletir sobre a mobilidade social e os intercâmbios que os indígenas desenvolviam com os indivíduos de outras “*qualidades*”, com associações, com momentos de acomodação e permanência, bem como, com as rupturas, mobilizações políticas e resistências em suas mais variadas expressões. Ao lado dos interesses coletivos, que podiam abranger desde um pequeno grupo, até vários grupos étnicos indígenas, coexistiram interesses particulares. Neste ínterim, a associação com os não indígenas podia ser entendida, para muitos indígenas, como uma forma de lhes render algum tipo de vantagem.²

Importante salientar que, ao usarmos o termo resistência indígena, não nos limitamos à leitura cingida ao enfrentamento, ao entrave, às formas de reação e defesa; mas, sobretudo, uma resistência que se traduz pela sua importância nos processos de negociação e complementaridade. Resistência indígena será, neste trabalho, o ato dos indígenas de se manterem vivos, na forma física e na manutenção de aspectos da vida tribal que lhes fossem convenientes; considerando suas interações culturais e suas escolhas.

Interessa-nos não somente, entender em quais circunstâncias os indígenas acirravam sua resistência por meio dos enfrentamentos, mas, sobretudo, quais conjunturas levaram diversos grupos ao estabelecimento de alianças e a processos de Etnogênese. Na perspectiva de Miguel Alberto Bartolomé,

¹ Região que compreende o atual Triângulo Mineiro. Antônio Borges Sampaio descreveu os limites geográficos do território do Sertão da Farinha Podre, “Com limites na Serra da Canastra desde o Ribeirão Grande, na margem direita do Rio Grande e Mata da Corda, até a margem esquerda do Rio Paranaíba, tendo se passado por São João Batista do Retiro e São Francisco das Chagas de Campo Grande, fica o vasto território, atualmente denominado Triângulo Mineiro, do Estado de Minas Gerais, mas que, até poucos anos era conhecido por Sertão da Farinha Podre.” SAMPAIO, Antônio Borges. “Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 14, Belo Horizonte, ano 1909, p. 265.

² Exemplos de interesse individual indígena na política de alianças podem ser verificados a partir das denúncias de exploração do trabalho em aldeamentos por administradores indígenas. Voltaremos a esse assunto no capítulo 4 deste trabalho.

A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica.³

A escolha pelo recorte temporal e espacial deve-se, à necessidade de se ampliar os estudos sobre a presença indígena na Região do Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro. A referida região revela-se como um lócus privilegiado para os estudos sobre a formação da espacialidade e sociedade brasileira, sobretudo, ao considerarmos a grande presença de povos indígenas e formações quilombolas, o que resultou em “contatos”, muitas das vezes conflituosos entre os diversos atores sociais.⁴ Têm-se dois momentos analíticos. **Em primeiro:** os anos próximos a 1750, que marcam a autonomia da capitania Goiana, – que então se estendia sobre a área do atual Triângulo Mineiro –, bem como, o período do acirramento dos embates entre os Caiapó⁵ e os não indígenas, a queda na produção aurífera em Goiás e conseguinte processo de ruralização, a publicação do “Diretório dos Índios” (1757) e da nova postura do governo colonial frente às questões relativas a ocupação e sistemática exploração de “*novas áreas*” que, por sua vez, trará reflexos de extrema significância no rearranjo das migrações indígenas, sobretudo para o Sertão da Farinha Podre, já que a região era cortada pelo “caminho de Goiás”, que ligava a capitania paulista à goiana. Neste contexto, a região passou a sofrer constantes embates entre agentes coloniais – ou

³ “a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. É o processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana.” BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *MANA* 12(1): 39-68, 2006, p. 40.

⁴ Menos interessado em encontrar respostas gerais e, sobretudo, considerando a urgência de uma maior atenção entre os historiadores que lidam com o tema das populações indígenas, nosso trabalho esteve (e está) preocupado com o desvendamento de questões que poderão contribuir com os avanços da “Nova História Indígena”. Como assinalou Manoela Carneiro da Cunha, “sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais claro, pelo menos a extensão do que não se sabe” (CUNHA, 1992, p. 11).

⁵ Em 1953, a Associação Brasileira de Antropologia estabeleceu que os nomes de povos e de línguas indígenas fossem empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número. Ver: *Revista de Antropologia*, vol. 2 nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152.

sociedade conquistadora,⁶ num sentido mais amplo – e os indígenas, propiciando o acirramento de guerras intertribais.⁷ É justamente nesse momento que a Aldeia do Rio das Pedras é fundada para servir de proteção aos viandantes que passavam pelo “Caminho de Goiás”. **Em segundo:** os anos próximos a 1800, quando as terras destinadas aos indígenas na área aldeana do atual Triângulo Mineiro foram invadidas pela intensificação da ação geralista.⁸ Observou-se no contexto a multiplicação de doações de sesmarias, fruto da ampliação das atividades agropecuárias e pastoris. Por conseguinte, os indígenas tiveram que reelaborar suas formas cotidianas de resistência, ora por meio de ações bélicas, ora por meio de alianças. Alianças que, embora não fossem vantajosas aos indígenas na maioria dos casos, também puderam instrumentalizar alguns grupos das mais variadas formas, como com o entendimento dos seus direitos legais sobre a posse de terras, reclamadas por meio de representações às autoridades vigentes.⁹

Nosso recorte espacial é diferente daqueles que se valem, quase que exclusivamente, dos atuais limites administrativos. As fronteiras observadas em nossa pesquisa serão pautadas por seus aspectos socioculturais. Mais do que os limites administrativos e as características fisiográficas, – que não serão abandonados por completo dadas as suas interferências nos processos observados – o espaço vivido e as relações sociais serão privilegiados na categorização da região contemplada em nosso

⁶ Chamo de “sociedade Conquistadora” os agentes ligados ao poder do Estado em suas variadas temporalidades, bem como, as diversas hordas de mineradores, roceiros, comerciantes, etc., que invadiram os vários territórios ancestralmente ocupados pelas sociedades indígenas.

⁷ O aumento da presença dos não indígenas na região contribuiu para a multiplicação de guerras intestinas ou intertribais. Além destes embates entre grupos que mantinham autonomia em relação à sociedade conquistadora, havia indígenas que passaram por processos de alianças com os não indígenas, inserindo-se na sociedade conquistadora, como o caso da arregimentação dos Bororo do Mato Grosso e instalados na Aldeia do Rio das Pedras (atual Cascalho Rico-MG) para fazer frente aos Caiapó. Sobre as diversas formas de inserção indígena na sociedade colonial, ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁸ Eram chamados de geralistas os migrantes que se deslocaram do centro minerador das Minas Gerais em direção às regiões de sertão dessa capitania. Ver: ESPINDOLA, Haruf Salmem. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do Século XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 11, nº 16, p. 71 – 88, jan/jun. 2009; LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

⁹ Ver: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentistas*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003; MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880). *Revista Dimensões - UFES*, vol. 18, 2006, p. 03. Disponível em < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2440/1936>> Acesso em: 13/11/2013.

trabalho. Para cumprirmos tal tarefa recorreremos a fontes das capitanias/províncias mineira, goiana, paulista e da então mato-grossense – que atualmente também compreende o Mato Grosso do Sul –, bem como, a produção bibliográfica que aborda a região observada.

Entendemos que os processos de ocupação colonial, do esquadramento e posterior ocupação do Sertão da Farinha Podre, trouxeram grandes implicações para a configuração das identidades indígenas, – bem como dos demais agentes envolvidos – dessa região. Essa proposição ganha força ao percebermos a emergência étnica articulada a mudanças no quadro de relações vivenciadas pelos diversos atores sociais, ou seja; a etnicidade como constructo histórico.¹⁰

A multiplicação das movimentações dos indígenas no Sertão da Farinha Podre e na capitania goiana – tanto na forma de ataques, quanto em aproximações pacíficas – deve ser compreendida dentro de um conjunto de determinações e reorientações políticas que acabaram por pressionar vários povos indígenas rumo a espaços territoriais distintos daqueles antes ocupados por eles. Somente com um trabalho que contemple a bibliografia e, sobretudo, a documentação referente às capitanias/províncias que faziam fronteira com o atual Triângulo Mineiro, poderemos trazer elementos mais convincentes de tal hipótese e, sobretudo, possibilitar a relativização da agressividade indígena na forma dos seus “ataques”. Para tanto, empreenderemos o cruzamento dos dados alcançados em documentos relativos à capitania paulista, goiana, mato-grossense e mineira para os anos posteriores a 1816, data da anexação do Sertão da Farinha Podre a Minas Gerais. A tipologia de fontes selecionadas para dar respostas a essas questões é composta por: orientações político-econômicas, Cartas de Sesmarias relativas às áreas de *Mattos* na região observada, atividades econômicas, abertura de caminhos e instalação de postos avançados e reclamações das autoridades coloniais referentes aos indígenas. Os conjuntos documentais checados são: Os *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Goiás (1731-1822)*;¹¹ Documentos manuscritos do Conselho Ultramarino referentes às capitanias de Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas

¹⁰ Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

¹¹ Arquivo Histórico do Estado de Goiás

Gerais;¹² Relatórios dos Presidentes de Províncias de Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais e documentos eclesiásticos da Paróquia de Sant'Ana do Rio das Velhas¹³ e Paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde.¹⁴

Organizamos a tese em quatro capítulos. No primeiro, *Para Refletir Sobre a Crônica da Destruição Indígena*, traremos um balaço das principais obras que tratam o tema indígena, os processos de contato/conquista¹⁵ e as narrativas que daí derivam. Com isso, pretendemos preparar o leitor para a discussão central do capítulo que também norteará todo o trabalho: repensar a tese da destruição indígena, sem, é claro, negar o processo nefasto a que os indígenas estiveram submetidos. Discutiremos os interesses na manutenção das interpretações que enxergam os indígenas ora como exterminados, ora como “aculturados”, leituras que não contemplaram a capacidade indígena de recriação de novas identidades que emergem ao processo de espoliação de seu território; bem como, traremos os avanços na escrita da história indígena, desde a apresentação de textos do século XIX, até os mais recentes acerca da temática. Para tanto, examinaremos os primeiros passos da historiografia brasileira e a penetração de ideias relacionadas ao cientificismo, então em curso na Europa do século XIX, que serviram de base para a apresentação dos indígenas dentro da perspectiva do mito fundador da sociedade brasileira, levado a cabo por Adolfo Varnhagen e, depois, na defesa da tese da democracia racial no Brasil, oferecida por Gilberto Freyre. Essa exposição traz como objetivo, discutir os limites impostos pelas bases teórico-metodológicas difundidas pelo Instituto Histórico Brasileiro que, mesmo depois de décadas, ainda alcançaram ressonância nos trabalhos que tratavam direta ou

¹² Projeto Resgate – Centro de Memória Digital UNB

¹³ Arquivo Histórico da Paróquia de Santana, na atual cidade de Indianópolis - MG.

¹⁴ Arquivo Histórico da Paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde, na atual cidade de Araguari - MG.

¹⁵ São vários os termos utilizados para fazer menção à chegada dos europeus no novo mundo, quando iniciaram um processo que culminaria com a escravização e massacre de diversos povos indígenas e a seguinte espoliação de seus territórios. “Encontro”, “contato”, “conquista”, são frequentemente utilizados. Para Manuela Carneiro da Cunha, o termo “encontro” é um eufemismo envergonhado. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 12. Concordamos com a autora. A utilização de “encontro” minimiza os efeitos nefastos desencadeados pela presença dos invasores entre os indígenas. Contudo, utilizaremos contato para tratar dos momentos em que não ocorreram grandes desorganizações do modo de vida indígena, – geralmente, quando o elemento adventício encontrava-se em menor número quando comparado ao indígena ou quando aquele não estabelecia atividades que se chocavam com a organização tribal indígena.

indiretamente dos povos indígenas brasileiros. Como os indígenas na América Portuguesa não dominavam a escrita, estes foram tratados como povos sem história. Relegados à pré-história pelo pensamento evolucionista do século XIX, eram, também, povos sem futuro. A crença europeia de que os indígenas representavam os vestígios do passado e que viviam em descompasso com o protocapitalismo brasileiro, atravancou o estudo dos grupos indígenas na perspectiva do entendimento de sua historicidade.

Mapeando os avanços alcançados no tema da história indígena, buscaremos nas obras da chamada “Geração de 1930”, – que se debruçou no passado colonial para entender a sua época –,¹⁶ demonstrar que, embora a tese da mestiçagem proposta por Martius e seguida pelos primeiros membros do IHGB ainda encontrasse espaço nos trabalhos da referida geração, desde então, – sobretudo nos trabalhos de Gilberto Freyre¹⁷ e Sérgio Buarque de Holanda¹⁸ –, a abordagem da miscigenação em termos culturais proporcionou um sensível avanço na forma de entender as sociedades indígenas brasileiras. Também veremos como a tese da destruição ou genocídio indígena ainda apresentava-se nos trabalhos posteriores à geração de 1930. Em vários textos é recorrente a ideia de que, se não fosse pelo “genocídio” ocasionado pela conquista, seria por meio da “eliminação da cultura indígena” que os naturais da terra chegariam a um invariável desaparecimento. Como veremos, embora as ideias de destruição física e cultural indígena venham recebendo várias críticas atualmente, não é raro nos depararmos com a supervalorização delas em trabalhos atuais.

Ainda na perspectiva da historiografia que trata os povos indígenas, traremos uma breve reflexão acerca da Constituição de 1988 e a seguinte ampliação – ainda tímida, é certo, – dos trabalhos relacionados à temática indígena. Neste ponto, nosso objetivo será demonstrar como a mobilização de lideranças indígenas em defesa dos seus direitos, sobretudo relacionados à defesa de sua identidade étnica e, por

¹⁶ CANDIDO, Antônio. “O significado de ‘Raízes do Brasil’”. In: Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-24.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981; *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000; *Monções e capítulos de expansão paulista*. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; *O Extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990; *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

consequente, o direito às suas terras ancestrais, ainda nos anos de 1970, culminou com as garantias asseguradas pela referida constituição. Aliada à renovação proporcionada pelos avanços da Nova História Cultural e às mobilizações indígenas iniciadas nos na década de 1970, a *Nova História Indígena*, iniciada em meados dos anos de 1980, tem mostrado avanços que vão além da inserção dos indígenas como novos atores sociais. Mais que isso, nas últimas décadas os indígenas foram entendidos como capazes de tomar suas próprias decisões, sendo reconhecida a historicidade destes povos.

No capítulo dois, *O Sertão da Farinha Podre e Áreas Contíguas*, trataremos de início a categoria “sertão” e sua relação com as narrativas forjadas sobre os indígenas das regiões interioranas no Brasil. Largamente utilizada pelas autoridades coloniais em suas políticas de exploração e ocupação de áreas distantes do litoral, esse conceito foi fundamental para a difusão de ideias que oscilavam, ora como local cheio de animais ferozes, “índios selvagens” e natureza hostil, como um lugar onde os aventureiros desafiavam a morte; ora como um lugar cheio de potencialidades a serem exploradas. Nosso objetivo neste ponto será a averiguação, – a partir de algumas operações ideológicas que o termo sertão foi submetido ao longo dos séculos XVIII e XIX, – de como a utilização deste termo trouxe implicações nas construções de imagens sobre os locais e os sujeitos, – indígenas e não indígenas – nos documentos, relatos e, por conseguinte, nos trabalhos posteriores que versam sobre os povos indígenas no Brasil. Após uma breve análise da utilização do termo ainda no século XVI, centramos nossos estudos nos relatos dos viajantes naturalistas do século XIX que passaram pela região contemplada em nossa pesquisa. Discutiremos a propagação da ideia de sertão enquanto lugar deserto e os limites dessa interpretação, reconhecendo, é certo, os discursos norteados por interesses políticos e as formas reducionistas voltados ao entendimento das populações indígenas no século XVIII e XIX.¹⁹

Sobre os indígenas no Sertão da Farinha Podre, acompanhamos recentes estudos da arqueologia histórica que apontam a continuidade cultural entre indígenas do grupo Jê do período colonial e grupos de caçadores-coletores que viveram na região do atual Triângulo Mineiro há pelo menos 700 anos antes da chegada dos primeiros portugueses

¹⁹ Importante mencionar que, a questão indígena, sobretudo a partir do século XIX, foi e ainda é uma questão de terras. Como assinalou Manuela Carneiro da Cunha, “... o século XIX[...] está crescentemente interessado na questão de terras”. CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 141.

em solo brasílico. Em seguida, trataremos dos primeiros “contatos” dos indígenas com as primeiras expedições de paulistas que esquadriharam os sertões ainda no século XVI e sua intensificação no século XVIII com os achados auríferos nas capitanias de Mato Grosso e Goiás. Numa via de mão-dupla, indígenas e não indígenas incorporaram os costumes e cultura um do outro. Não obstante, após a grande depopulação indígena causada pela violência da conquista, teve-se o processo de reocupação dos Sertões da Farinha Podre de forma que os atores envolvidos vão muito além dos geralistas do Leste e Sul mineiro. Além dos colonos de diversas procedências, muitos indígenas figuraram nos registros eclesiásticos da região até a segunda metade do século XIX. Pressionados por uma política indigenista agressiva que se inicia no período colonial e perdura até o século XIX, muitos indígenas acabam tornando-se “invisíveis”, seja por meio das políticas assimilacionistas que facilitaram o cativo indígena e a espoliação de suas terras; seja por meio da ocultação dos traços ancestrais de indianidade praticada pelos próprios indígenas de forma consciente, como forma de fugir ao estigma que recaía sobre os mesmos, entendendo tal estratégia numa perspectiva vantajosa.

Veremos ainda neste capítulo a forma como foi forjado o mito do Caiapó selvagem. Sem desconsiderar o perfil belicoso dos Caiapó, podemos verificar que em muitos dos relatos sobre tais grupos, a forma como eram descritos superava em muito a sua agressividade. Mais que isso, minimizavam as ações violentas praticadas pelos não indígenas sobre os indígenas e, exaltavam a violência e irredutibilidade Caiapó. Para tratarmos tal problema, se fez necessário discutirmos a dicotomia Tupí x Tapuia e, sobretudo, a dualidade índio hostil x índio aliado, como formas discursivas usadas por colonos, clérigos e autoridades para se justificar alianças, bem como, hostilidades contra os grupos indígenas.

A descoberta de ouro nos sertões do Cuiabá e, depois, em Goiás, trouxeram grandes levas de mineradores para as referidas regiões. Embora o Atual Triângulo Mineiro não tenha despertado maiores interesses nos anos que se seguiram às referidas descobertas auríferas, essa região tornou-se uma importante via de acesso às minas. Neste contexto foram implantados os primeiros aldeamentos na atual região triangulina, então pertencente à capitania de Goiás. Para as autoridades coloniais, controlar os caminhos do ouro era tarefa de suma importância. Em um esforço para se ocupar a região, as forças governamentais e a ação dos colonos e geralistas promoveram, na ótica indígena, a depopulação no local.

Para o capítulo três, *Política Indigenista e seus Impactos no Sertão da Farinha Podre*, a partir de documentos como os Relatórios de Presidentes das Províncias e do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais, checaremos os interesses diversos e conflitantes entre autoridades locais e metropolitanas, bem como, entre clérigos, colonos sobre a política indigenista e, sobretudo, sobre o indígena. Voltaremos à discussão sobre a gama de imagens a propósito dos indígenas e os motivos de tais construções, opondo-os entre mansos e hostis; aliados e inimigos. Também repensaremos a ideia de “Guerra Justa” como mera forma de extermínio, entendendo essa determinação, sobretudo, como reabertura legal da escravização indígena, então proibida por lei. O objetivo deste capítulo é demonstrar como a política indigenista em todo o Brasil era complexa, sendo aceita de maneira distinta nas variadas regiões, tendo em vista o nível de capitalização dos colonos ou em função das atividades econômicas desenvolvidas em determinado contexto e/ou região, como a mineração, agricultura e pecuária, por exemplo.

Embora vários grupos indígenas que ocupavam as extensões dos Sertões da Farinha Podre e áreas contíguas tenham promovido ataques aos colonos e viajantes que adentravam à região, podemos notar que não foram raras as notícias forjadas sobre tais ataques. Muitos colonos e autoridades valeram-se desse expediente para justificar guerras contra os povos nativos da região que culminaram com a sua expulsão destas referidas áreas, com o seu cativeiro, ou ainda, com um convívio muitas vezes conflituoso entre grupos étnicos distintos. Entendemos que muitos dos ataques iniciados pelos Caiapó foram, sobretudo, uma forma de resistência à invasão de suas áreas. No sertão oeste, o avanço das fronteiras das capitâncias goiana, mineira, mato-grossense e paulista, com ritmos e cronologias próprias – mas todas com limites espaciais/administrativos indefinidos no início do século XVIII –, tiveram estreita relação com os choques ocorridos com diversos grupos indígenas.

No quarto e último capítulo, *Estratégia de Vivência/Sobrevivência e as Múltiplas Formas de Resistência Indígena*, centraremos nossa análise nas várias formas de resistência indígena, não limitadas ao enfrentamento militar, mas, sobretudo, nas aproximações, alianças e busca de obtenção de alguma vantagem diante das pressões desencadeadas sobre eles a partir de meados do século XVIII, bem como, na verificação de que muitos dos grupos indígenas observados não foram meramente exterminados.

Além das migrações Caiapó já descritas por Giralдин,²⁰ muitos outros indígenas Caiapó passaram por um processo de mesclas físicas e culturais a partir dos casamentos mistos com não indígenas. Podemos notar que, enquanto tinham grande vantagem numérica, os Caiapó mantiveram tenaz resistência militar. Situação que foi diminuindo gradativamente na medida em que os Caiapó tinham grandes baixas em função das guerras, fome e do choque microbiano – estimulados pela ganância dos invasores –, bem como, a partir de redefinições dentro do próprio grupo quanto às estratégias de vivência após o contato.

Analisaremos as alianças estabelecidas entre indígenas Bororo e a sociedade conquistadora, bem como, o incremento de demais grupos indígenas por agentes do Estado como soldados empregados em ações ofensivas e defensivas contra os indígenas entendidos como selvagens. Os Bororo não se configuravam como um bloco monolítico, ocorrendo posturas distintas quanto à adoção de alianças com os não indígenas e o emprego de ações militares contra estes de forma mais ou menos intensiva. Alguns estudos apontaram cisões internas ao grupo Bororo ocorridas em meados do século XVIII, que culminaram com a conhecida divisão entre Bororo Orientais e Bororo Ocidentais. Acreditamos que a intensificação da presença de não indígenas entre os Bororo, bem como, as relações estabelecidas entre os Bororo das porções ocidentais do território mato-grossense com sertanistas de São Paulo ainda no século XVII,²¹ tenham ocasionado cisões e dispersões no grupo.

Examinaremos as novas formas de resistência indígena Caiapó, não mais limitadas às ações militares, mas, por outro lado, baseada na aproximação branda com os não indígenas. Enquanto as autoridades do Estado propunham a aproximação pacífica com os Caiapó, visando obter vantagens sobre a utilização destes; os Caiapó também vislumbraram alguma vantagem na aliança com os invasores de suas terras.

Verificamos que, a sinalização de aliança dos indígenas com os não indígenas, mesmo que resultasse na adoção do cristianismo e processos de destribalização, não

²⁰ GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil.

²¹ Acredita-se que Manuel de Campos Bicudo, pai de Antônio Pires de Campos e avô de outro Antônio Pires de Campos, o conhecido sertanista que aquartelou indígenas nos aldeamentos ao longo do Caminho de Goiás, em meados do século XVIII, tenha estabelecido contato com os Bororo ainda no último quartel do século XVII. Ver: ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A época colonial* - Tomo I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

derivava na obediência ou reciprocidade prestada aos não indígenas, uma vez que estas poderiam ser abandonadas quando tal consorcio não fosse mais vantajoso na ótica indígena. Ao perceberem as desvantagens ou abusos cometidos contra eles, muitos indígenas se insurgiam e, em não raras vezes, destruíam as instalações – aldeamentos – e praticavam violência contra os agentes coloniais e, depois, do Império. Em outros casos os indígenas poderiam simplesmente voltar a viver nos matos, ou ainda, após a experiência do contato, poderiam desenvolver redes de comércio com os não indígenas,²² como observado entre alguns Caiapó que abandonaram o Aldeamento do Duro, em Goiás no início do século XIX.

Por fim, veremos como alguns indígenas passaram a representar os seus interesses no campo jurídico nos séculos XVIII e XIX. Pressionados pela imensa procura por terras agricultáveis e disponíveis para a prática da pecuária, grupos indígenas enfraquecidos numericamente em decorrência de aproximadamente um século de violências sofridas por ocasião da invasão de seus territórios, passaram ao acionamento da justiça como forma de resistirem física e culturalmente enquanto grupo indígena.

Embora as trocas culturais tenham assumido um ritmo acelerado, nunca antes visto entre os indígenas antes da invasão de seus territórios pelos conquistadores, não podemos perder de vista o fato de que, os diversos grupos indígenas do interior brasileiro já vivenciavam intercâmbios culturais muitos anos antes da chegada dos europeus e africanos.²³ Portanto, seria um erro tratar as culturas indígenas como “puras” mesmo antes do século XVI. Sem desconsiderar o aspecto assimétrico de grande parte das relações estabelecidas entre indígenas e não indígenas e, mais que isso, assimétrico

²² Pela via do comércio os Caiapó poderiam conseguir os bens materiais e simbólicos que antes eram alcançados por meio das guerras. Essa atitude vem demonstrar a capacidade dos Caiapó de se adaptar à nova realidade que se apresentava de forma tão agressiva. Ver: GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997, p. 50; MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014, pp. 202-203. Segundo Mano, a ampliação do contato interétnico possibilitou que os Caiapó desenvolvessem “novas formas de percepção, classificação e ação que já não reproduziam as façanhas de seus heróis mitológicos”.

²³ Não pretendemos colocar as trocas culturais intertribais ocorridas em períodos anteriores ao século XVI no mesmo patamar que os intercâmbios culturais que se desenvolveram com a chegada de povos vindos de outros continentes, sobretudo europeus e africanos, nos anos posteriores à conquista da América. Como assinalamos, não só o ritmo em que se deram tais trocas ganhou impulso com a chegada de elementos alienígenas, mas, principalmente, ocorreram assimetrias e relações de poder quase sempre em desfavor dos grupos indígenas quando em concorrência com o elemento europeu.

em prejuízo, como veremos, na maioria das vezes para os indígenas, devemos entender que cultura não é um bloco monolítico, mas por outro lado, está em constante transformação. A essência da cultura é justamente essa dinâmica contínua e muitas de suas transformações visam ao atendimento, às vezes imediato e pouco durável, é certo, das ambições e expectativas do grupo. Adotaremos assim, estudos que valorizam a ideia de “interação cultural”²⁴ em oposição ao tratamento de cultura de forma pura e cristalizada.

²⁴ Ver: BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 257.

1 PARA REFLETIR SOBRE A CRÔNICA DA DESTRUIÇÃO INDÍGENA

1.1 Povos Indígenas e a Historiografia Brasileira

Neste capítulo, pretendemos fazer um breve balanço da produção historiográfica sobre o tema indígena e, a partir daí, lançar as bases para pensarmos quais são os elementos que contribuíram com a manutenção, ainda presente, da história indígena na perspectiva da destruição dos povos indígenas no Brasil,²⁵ ideia que, apesar dos grandes avanços observados nas últimas décadas de pesquisas sobre os indígenas, ainda é recorrente no meio acadêmico e, principalmente, nos manuais e livros didáticos. Não obstante, não temos a pretensão de contemplar toda a discussão historiográfica brasileira correspondente ao indígena, visto que este seria um desafio demasiadamente penoso e, ainda assim, praticamente impossível de se concluir nas poucas páginas a seguir. A imensa gama de autores que versaram sobre os indígenas no Brasil não pode ser abarcada em um trabalho como este, que, por hora, pretende contribuir, mesmo que de forma humilde, com a discussão em termos historiográficos refletindo sobre a obra de alguns autores já consagrados e fundamentais para se pensar nossa sociedade e, de forma mais verticalizada, o indígena brasileiro.

Ao examinarmos a historiografia brasileira percebemos que nela, o papel relegado ao indígena corresponde, em grande medida, ao projeto nacional de criação de um mito fundador da sociedade brasileira, encampado, por exemplo, por Adolfo Varnhagen – cuja sugestão era negar a presença indígena na história – e, depois, na defesa da tese da democracia racial no Brasil, oferecida por Gilberto Freyre.²⁶ A partir daí, temos a construção da imagem de um indígena estereotipado, que não contempla a

²⁵ Sem pretender negar os efeitos nefastos da conquista sobre os nativos brasileiros, sua grande depopulação e o desaparecimento de grupos indígenas inteiros (ao menos no que temos notícia); assinalamos que a História Indígena na perspectiva do genocídio e invariável destruição, alinhada com a “visão dos vencidos”, pouco contribuí com a manutenção de sua memória, bem como, com suas demandas e lutas no campo político-jurídico atual. Ademais, tal abordagem não problematiza as múltiplas estratégias de vivência dos vários grupos indígenas, bem como, a historicidade de tais grupos.

²⁶ Embora a expressão “democracia racial” só tenha aparecido em 1950 e empregada não por Gilberto Freyre, mas por Abdias do Nascimento, Freyre já usava, em 1944, uma expressão sinônima – “democracia étnica”. Para Guimarães, “Gilberto Freyre [...] não pode ser responsabilizado integralmente, nem pelas ideias nem pelo seu rótulo; ainda que fosse o mais brilhante defensor da “democracia racial”, evitou, no mais das vezes, nomeá-la.” GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia Racial: o ideal, o pacto, o mito*. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4678&Itemid=356> Acessado em 19/02/2015.

imensa diversidade dos grupos étnicos que existiram e, em muitos casos, ainda existem no Brasil.²⁷ Contribuíram, ainda, com a difusão de ideias equivocadas sobre os indígenas, grande parte dos manuais e livros didáticos, nos quais os indígenas foram representados como fragmentos do passado, sendo lembrados, mormente, por ocasião da “conquista”. Ou como preferem, por ocasião do “descobrimento do Brasil”.

A historiografia brasileira surge contemporaneamente ao cientificismo corrente no século XIX, quando os historiadores, guiados por regras universais, visavam conferir um estatuto de ciência ao conhecimento histórico. A publicação francesa de “Introdução aos Estudos Históricos”, de Charles Seignobos e Charles Langlois em 1879, marca a visão positivista então corrente. Neste manual o fazer historiográfico se daria pela sucessão de fatos recuperados através da leitura dos documentos escritos. Estes, por sua vez, assumiriam o status de única fonte fidedigna e capaz de revelar como os fatos aconteceram. Seignobos e Langlois alegaram: “a história se faz com documentos. Porque nada substitui os documentos: onde não há documentos não há história”.²⁸

A produção e divulgação da história oficial da jovem nação brasileira, em seus primeiros anos, ficaram quase que exclusivamente a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838.²⁹ A alguns de seus sócios cabia a produção de uma história metódica, baseada nos documentos oficiais, descrevendo-os e

²⁷ Estima-se que na Bacia Amazônica de meados dos 1500, existiam mais de cinco milhões de indígenas divididos em vários grupos. Ver: NEVES, E. G. . Os Índios Antes de Cabral: Arqueologia e História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI Luis Donisete Benzi (Org.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1995, p. 174. Além dos vários grupos indígenas que lutam pela manutenção de sua identidade étnica através dos mais de cinco séculos de invasão do Novo Mundo, temos a emergência de novas identidades étnicas, fruto de relações sociais entre grupos e indivíduos. Identidade, cultura e o pertencimento à grupos étnicos devem ser pensados, portanto, como constructos históricos dinâmicos e situacionais.

²⁸ LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Editora Renascença, 1946.

²⁹ Foi somente com a criação do IHGB que tivemos a produção e divulgação dos estudos históricos no Brasil de forma sistemática e metódica, constituindo, assim, um fazer historiográfico. Contudo, mesmo antes deste, crônicas e narrativas, mapas, corografias, entre outras formas de escritos foram produzidos com o fim de dar notícias da natureza e dos povos do Novo Mundo. Sobre os índios, tivemos relatos como os de Caminha e Frei Vicente do Salvador desde os primeiros anos da invasão europeia, por exemplo. Mas foi somente nos anos iniciais do século XIX, com as expedições científicas dos viajantes naturalistas de diversas nações europeias, que se teve uma notável multiplicação dos esforços de observação dos povos indígenas, além das descrições sobre a fauna e a flora brasileira. Estudiosos como August de Saint-Hilaire, Georg Wilhelm Freireyss, Eschwege, Johann Emmanuel Pohl, J. B. von Spix, C. F. P. von Martius – que mais tarde escreveria o manual de Como se deve escrever a história do Brasil – ,entre outros, trouxeram uma inegável contribuição para os estudos futuros sobre as populações indígenas do Brasil.

organizando-os cronologicamente. Ao passo que os trabalhos no IHGB possibilitaram a descoberta, organização e preservação de diversos documentos escritos sobre a história do Brasil, também concebeu aos documentos o caráter de provas irrefutáveis dos fatos em observação. Como resultado dos esforços dos membros do IHGB em seus anos iniciais, teve-se uma história factual, de cunho nacional e centrada em temas políticos, onde a ação do português foi encarada como a de maior importância para o desenvolvimento da nação, enquanto aos indígenas, caberia o seu invariável desaparecimento.

A reprodução de padrões socioculturais adversos daqueles da realidade brasileira, alinhados com o evolucionismo corrente no século XIX e às ideologias eurocentristas culminaram, praticamente, com a exclusão dos povos indígenas do Brasil nos trabalhos de história. Se uma “história problema” ainda estava longe de aparecer, a inserção de “novos atores sociais” como sujeitos históricos ainda estava mais longe.

A nação brasileira, então recém-independente de Portugal, carecia de uma obra que legitimasse a sua independência e, sobretudo, que criasse as bases para se forjar uma identidade nacional. Sem maior refinamento metodológico entre os membros do IHGB, a solução dada foi a promoção de um concurso de redação intitulado: “Como escrever a História do Brasil”, ocorrido em 1844. O alemão Karl Friedrich Phillip Von Martius foi o vencedor. O viajante naturalista que permanecera no Brasil no início do século XIX propõe então uma história na qual o desenvolvimento do brasileiro dependeria, fundamentalmente, da concorrência das

... três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla das reações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.³⁰

O naturalista segue com a constatação de que negros e indígenas estariam fadados ao desaparecimento, sendo “absorvidos” pelo sangue português no processo de

³⁰ MARTIUS, Carl F.P. Von. Como se deve Escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 24, 1845.

“cruzamentos”. Para ele, seria na “classe baixa” que tal mescla se daria, possibilitando a formação do que chamou de “classes superiores”, advindas do europeu.³¹ Para Martius, os indígenas eram seres decadentes. Seu interesse sobre estes povos pautava-se numa espécie de análise de resíduos do passado e nos elementos distintivos que estes tinham em relação aos negros e brancos, criando assim, uma história de viés extremamente conservador. Mesmo antes da apresentação de sua redação no IHGB, Martius já havia ponderado em 1838: “não há dúvida: o americano [indígena] está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno.”³²

Francisco Adolfo de Varnhagen, entre 1854 e 1857, foi o responsável pela redação da primeira História Geral do Brasil. Membro do IHGB, fez parte do núcleo dirigente da instituição a partir de 1840. Nas décadas de quarenta e cinquenta institucionalizou o levantamento sistemático de documentos escritos voltados à reconstituição da História do Brasil.³³ Embora em seu texto tenha traçado algumas reflexões sobre os indígenas do Brasil, suas descrições são carregadas do etnocentrismo próprio da época. Em meio às precárias e preconceituosas informações sobre a organização social, localização e demografia de alguns grupos indígenas, Varnhagen dá grande ênfase ao que ele chama de “costumes bárbaros”, revelando o preconceito que pairava sobre tais povos. Logo nas primeiras páginas de seu livro propõe:

... procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. **De tais povos na infância não há história: há só etnografia.** A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberber-se ao ler as pouco lisonjeiras páginas que vão seguir-se.³⁴

³¹ MARTIUS, Carl F.P. Von. Como se deve Escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 24, 1845.

³² MARTIUS, Carl Friedrich. O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil. São Paulo: Melhoramento, 1982, p. 70.

³³ PAIM, Antônio. Varnhagen e os alicerces da historiografia brasileira.

³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo 1. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953, p. 31. *Grifo nosso*.

O modo de vida comunitário dos indígenas – entendido como vícios de uma sociedade degenerada segundo os valores cristãos e evolucionistas –, a ausência de escrita e, sobretudo, a crença europeia de que o indígena não passava de um ser primitivo, em descompasso com o protocapitalismo brasileiro, atravancou o estudo dos grupos indígenas na perspectiva do entendimento de sua historicidade. Ao debruçarmos sobre o texto de Varnhagen, não resta dúvida de que as orientações propostas por Martius haviam sido seguidas.³⁵ Contudo, Varnhagen consegue ser ainda mais conservador em suas descrições e propostas acerca dos indígenas, revelando uma latente posição anti-indígena. Para ele os indígenas eram serem traiçoeiros, bárbaros, naturalmente indolentes e devassos.³⁶

No século XIX, desde os anos primeiros do Brasil independente, temos um esforço por parte de intelectuais, estadistas e literários, que ficaram conhecidos como “indianistas”, no sentido de se pensar de forma contínua e complexa a formação sociopolítica e simbólica da jovem nação brasileira. David Treece assinala que o “Movimento Indianista” brasileiro, não foi puro evasimismo romântico dissociado da realidade. Para ele, por todo o oitocentos houve uma latente preocupação dos indianistas relacionada às correspondências políticas e éticas entre as condições do escravo negro e a do indígena.³⁷ São expoentes importantes desse movimento; Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Manuel de Almeida, José de Alencar, por exemplo.

Embora o indianismo brasileiro não fosse um movimento puramente literário, estando associado ao debate político de seu tempo, as figuras idealizadas como Ubirajara, Iracema e Peri não representavam as populações indígenas brasileiras. Sendo

³⁵ Se Varnhagen se inspirou em Martius, seguramente este foi influenciado pelo pensamento hegeliano. Representante do Aufklärung (Esclarecimento), Hegel foi um dos mais importantes pensadores alemães. Grande influenciador dos intelectuais do século XIX, Hegel acreditava que os indígenas americanos estavam fadados ao desaparecimento. Segundo ele, “a América sempre se mostrou fisicamente e espiritualmente impotente, e ainda apresenta-se assim. Os nativos, após a chegada dos europeus à América, gradualmente desapareceram sob o fôlego da energia europeia.” Ver: HEGEL, Georg Wilhelm F. *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UNB, 1995, pp. 74-75.

³⁶ “Se eram porém tam favorecidos nos dotes do corpo e nos sentidos, outro tanto não succedia com os do espirito. Eram falsos e infieis; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados. Além de que desconheciam a virtude da compaixão. Não tinham ideas algumas de sã moral; isto é, da que nasce dos sentimentos do pudor e da sensibilidade, da moral que respeita o decoro e a boa fê; e eram dotados de uma quasi estúpida brutalidade, e dificeis de abalar-se de seu gênio fleugmatico”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo 1. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953, pp. 130-131. *Grifo nosso*.

³⁷ TREECE, David. *Exiles, allies, rebels: brazil's indianist movement, indigenist politics, and the imperialnation-state*. Westport/Londondres: Greenwood, 2000.

tais figuras ajustadas com uma espécie de escravidão voluntária, auto-sacrifício e processos de alianças inter-raciais, inseriam-se numa trama equivalente à da política conciliatória da integração racial no Brasil.³⁸ Ao indígena cabia, sobretudo na obra alencariana, um papel central para “... a mitologia da reconciliação e sacrifício das raças de cor aos interesses da ordem pós-colonial.”³⁹

A proposta do modelo de escrita da história do Brasil, difundida pelo IHGB nos seus anos iniciais de funcionamento, é bem ilustrativa para refletirmos sobre as bases teórico-metodológicas usadas para se pensar os indígenas.⁴⁰ Ágrafos, eram povos sem história. Relegados à pré-história pelo pensamento evolucionista vigente, eram, também, povos sem futuro. Lamentavelmente este postulado encontrou ressonância em quase todo o século seguinte.

Em 1907, Capistrano de Abreu publicava *Capítulos de História Colonial*, uma importante obra da historiografia brasileira que, segundo Francisco Iglesias, só seria superada em 1942, com o lançamento de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior.⁴¹ Capistrano situa-se entre a primeira e terceira fase dos historiadores brasileiros, correspondente, respectivamente, aos trabalhos do IHGB no século XIX e, depois, à produção nas universidades, exercendo influência sobre a historiografia que se moderniza a partir da década de 1930, especialmente sobre autores como: Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.⁴² Nos dois primeiros capítulos de *Capítulos de História Colonial*, Capistrano apresenta as três culturas – observe que Capistrano já substitui a ideia de raça por cultura – que compõem a identidade

³⁸ TREECE, David. O Indianismo Romântico, a questão indígena e a escravidão negra. *Novos Estudos/CEBRAP*. Nº 65, março de 2003, p. 146.

³⁹ TREECE, David. O Indianismo Romântico, a questão indígena e a escravidão negra. *Novos Estudos/CEBRAP*. Nº 65, março de 2003, p. 150.

⁴⁰ Como já mencionamos, no campo metodológico, a história só poderia ser escrita a partir de fontes documentais escritas. Portanto, não sendo dotados de escrita, os índios não tinham um passado que interessasse à historiografia. Surgiriam, na história escrita, só após a chegada do europeu no continente americano, uma vez que este possibilitaria a produção dos registros escritos, incluindo uma parca presença indígena, resumida às guerras, resistências, pouca cooperação e alguns juízos de valor carregados de preconceitos sobre os povos indígenas, além de alguns dados etnográficos. Quanto à teoria, acreditava-se no invariável desaparecimento dos grupos indígenas. Tese engrossada pela difusão da ideia de progresso técnico e material em detrimento do progresso humano.

⁴¹ IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, pp. 120-125.

⁴² NOVAIS, Fernando A. *Preface*. In: ABREU, João Capistrano de. *Chapters of Brazil's colonial history*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. xiv.

brasileira. Embora o primeiro capítulo tenha o título “Antecedentes Indígenas”, é quase todo referente ao território: à fauna, flora e aspectos geográficos. Poucas páginas são destinadas à descrição e rasas avaliações sobre os indígenas.⁴³ Assim, permanece a ideia de que a história do Brasil inicia-se com a chegada do português.⁴⁴ No capítulo seguinte, denominado *Fatores Exóticos*, o autor tratará dos europeus e africanos, compondo assim, as três culturas: a indígena, a europeia e a africana. No início de sua história para o Brasil, Capistrano aproxima-se do modelo de história proposto no IHGB e, sobretudo, desenvolvido por Varnhagen. Contudo, há um grande distanciamento destes quanto à perspectiva. Isto é, Capistrano, em alguns momentos, desloca seu olhar para a perspectiva do indígena. Em seu texto, exóticos são europeus e africanos, e não os indígenas. De acordo com José Carlos Reis, Capistrano se coloca do

ponto de vista do indígena e da terra do Brasil, que vêm chegar novos e desconhecidos elementos. Ele olha da praia para o Oceano cheio de caravelas, enquanto Varnhagen olhava da caravela de Cabral para a praia, e via uma terra exótica povoada por alienígenas.⁴⁵

É importante lembrarmos que, enquanto Varnhagen escrevia em meados do século XIX, momento de consolidação da monarquia no Brasil; Capistrano começará a escrever quando a monarquia e a escravidão já estiverem em ruínas; quando o regime republicano se instaurava.⁴⁶ Portanto, enquanto aquele exaltava os feitos do português e

⁴³ Uma das críticas sobre a obra de Capistrano é a omissão do índio como elemento transformador da natureza. Omissão repetida por muitos autores que o sucederam. “O historiador cearense descreveu a paisagem colonial e o sertão como uma paisagem natural, virgem, destituída de sinais de interferências humanas, regiões desertas, onde quando muito perambulavam índios. Simultaneamente, contudo, em várias passagens mostrou encontrar-se esse espaço ocupado por grupos indígenas. Indicou a existência de trilhas, de roças, de aldeias, de sociedades se comunicando.” CORRÊA, Dora Shellard. *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 63-87, 2006.

⁴⁴ Romper com a ideia de uma história que se inicia com a produção de documentos escritos, no caso com os primeiros relatos e crônicas produzidos pelos portugueses em solo brasileiro, não era uma tarefa fácil em tempos que tais fontes eram encaradas como indispensáveis para a produção historiográfica. Por isso, devemos entender a obra em seu contexto de produção. Quanto ao espaço destinado aos indígenas em seus textos, Capistrano produziu outros trabalhos de conteúdo etnográfico, descrevendo a língua e os costumes indígenas, por exemplo.

⁴⁵ REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O Surgimento de um Povo Novo: o povo brasileiro. *Revista de História*, 138 (1998), 63-82, p. 71.

⁴⁶ WEHLING, A. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro/Niterói: Gama Filho/UFF, 1994. *Apud* REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O Surgimento de um Povo Novo: o povo brasileiro. *Revista de História*, 138 (1998), 63-82, p. 66.

do Império, este procurou descrever a identidade do povo brasileiro reconhecendo a contribuição do indígena e criticando as elites luso-brasileiras. O trabalho de Capistrano de Abreu rompe com a produção historiográfica que valorizava a elite luso-brasileira como protagonista da história, enquanto relegava o passado indígena ao esquecimento e, ao mesmo tempo, não via futuro para estes, já que estavam fadados ao genocídio e à mescla biológica que absorveria todos os seus traços indesejáveis, segundo o pensamento corrente. Oposto a essa leitura, Capistrano faz uma história mais crítica, onde o bandeirante é um mameluco, fruto da mestiçagem⁴⁷ entre o branco – elemento exótico – e o indígena.⁴⁸ Embora tenha trazido grandes avanços no campo da etnologia no Brasil, estudando, por exemplo, as línguas dos indígenas Kaximawá e dos Bacari do Xingu, seus trabalhos não foram seguidos pelos seus contemporâneos e pelas gerações seguintes de historiadores. Ao passo que causava controvérsias com a geração conservadora que o antecederam – o grupo de Varnhagen –, também causou polêmicas com autores de sua época, como Sílvio Romero,⁴⁹ defensor da teoria das raças superiores.

Romero detinha uma visão plenamente evolucionista para explicar a questão racial no Brasil. De forma muito otimista, acreditava que os obstáculos raciais ao desenvolvimento do Brasil seriam superados na medida em que as raças, em um processo harmônico, fossem fundindo-se e, por fim, o “branco puro”, embora

⁴⁷ Estudos mais recentes apontam para os problemas relacionados com o uso do conceito de mestiçagem. Serge Gruzinski assinala que oscilando entre a mistura biológica e a mescla cultural, a ideia de mestiçagem pode acarretar, em qualquer um dos casos, grandes equívocos. Além de entender a existência de raças puras e unidades culturais estáveis e homogêneas; supõe-se que no processo de mescla a estabilidade e homogeneidade cultural passariam para uma desordem e heterogeneidade. Neste aspecto, o conceito de cultura se apresentaria de forma imóvel e cristalizada e, assim, nos levaria ao reducionismo da ideia de “aculturação”. Ver: GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42.

⁴⁸ Se na tese de Capistrano o bandeirante figurava como um despovoador, arrasando aldeias e despovoando áreas já ocupadas por índios, com a consolidação da República e a projeção de São Paulo no cenário nacional, foi forjado o mito do bandeirantismo paulista como construtor da nação e povoador do interior do Brasil. Em 1924, Affonso d’Escagnolle Taunay, ex-aluno de Capistrano de Abreu e ligado ao IHGB, IHGSP e Museu Paulista, publica *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Nesta obra o autor trata do papel construtor da nação atribuído à ação bandeirante paulista. Ver: TAUNAY, Alfredo D’Escagnolle de. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Edição do Museu Paulista, São Paulo: 1950. Esta compreensão do bandeirantismo paulista, responsável pela propagação de uma visão mitificada sobre a ação bandeirante, prevaleceu por décadas, sendo ainda encontrada em muitos materiais didáticos e manuais. Não obstante, tal interpretação relega ao índio o papel de entrave ao processo modernizante e de “progresso” da nação.

⁴⁹ Ver: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

diminuísse numericamente, terminaria tornando-se o elemento dominante.⁵⁰ Na ótica desse autor, a contribuição indígena para a formação da sociedade brasileira teria sido desastrosa. Segundo ele, estando os indígenas da América Portuguesa no estágio da pedra lascada, atrasados, portanto, impregnariam a civilização com o barbarismo.⁵¹ Romero era um genuíno germanicista. De caráter contraditório, entretanto, a obra de Sílvio Romero ainda pode trazer uma grande contribuição ao entender a mestiçagem não só em seu aspecto racial, mas também, no campo cultural, o que iria influenciar os trabalhos de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. No juízo de Romero, “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial tem sido: o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.”⁵²

1.1.2 O indígena nas obras da geração de 1930 e a leitura do passado colonial como forma de compreender o presente

A ideia da mestiçagem, apresentada por Martius na década de 1840 no IHGB, na qual o brasileiro seria resultado da mescla entre a população indígena, do escravo africano e do colonizador branco compôs a narrativa oficial, atravessou o século XIX e instalando-se no seguinte. Publicado em 1933, a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, mantém o discurso de que as “três raças” mencionadas seriam as responsáveis pelo “hibridismo da sociedade brasileira”. Contudo, há que se destacar a grande guinada provocada com a apresentação de Gilberto Freyre ao abordar a miscigenação⁵³ em termos culturais. Mesmo se tratando do século XX, autores

⁵⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma nova interpretação do Brasil: a contribuição de Roger Bastide à sociologia brasileira. In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Nº. 20, São Paulo, 1978, pp. 102-3.

⁵¹ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p. 95.

⁵² ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p. 39.

⁵³ Atualmente o termo “miscigenação” é recebido com muitas ressalvas nos trabalhos acadêmicos. Entendemos que, sociedade, cultura e história colonial não podem ser entendidas como o resultado sincrético da fusão, ou como mera substituição de um modo de vida tradicional por um incipientemente capitalista. Existiram diferentes linhas históricas de atuação e a constituição de possibilidades de trajetos históricos com combinações que podem gerar mesclas culturais inesperadas (agradeço o professor Marcel Mano pelas preciosas sugestões). Ronaldo Vainfas, discutindo questões relacionadas ao uso de termos como miscigenação e raça na historiografia brasileira, assinala a necessidade de se pensar o termo miscigenação de forma a superar a convicção oposta à de Gilberto Freyre na qual a escravidão colonial teria gerado o racismo dos dias de hoje. Segundo Vainfas: “Persiste, no entanto, certa dívida de nossos historiadores em relação à problemática da miscigenação racial deflagrada desde nosso primeiro século. Dívida ou omissão derivada [...] de certo mal-estar causado pela ideia de “democracia racial” sugerida por Gilberto Freyre, ao que se poderia acrescentar a carga estigmatizante que pesa sobre o conceito de raça,

importantes para se pensar a sociedade brasileira, como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Alberto Torres entre outros, ainda que tenham tratado o tema da miscigenação, entendiam o processo em termos raciais. Não enxergavam a mestiçagem na perspectiva cultural e, quando o faziam [a exemplo de Sílvio Romero] era para “derivar as imperfeições da cultura brasileira ou subculturas, como diziam os mais radicais na detração de nosso povo mestiço.”⁵⁴ Contudo, mesmo que Freyre tenha feito grande progresso ao introduzir um debate que ultrapassava o discurso racista, não conseguiu suplantar totalmente os resquícios de seus antecessores no debate, visto que há uma clara hierarquização cultural no seu texto, onde o europeu ocupava o lugar mais elevado e o indígena o mais baixo.⁵⁵ Na obra de Freyre continua a visão do indígena pertencente ao passado, cuja importância de sua influência só pode ser observada no contato interétnico entre estes e brancos ou negros, legando grande influência cultural.⁵⁶ No entanto, não há, na visão do autor, um valor nos indígenas por si só.

De forma ambígua, Gilberto Freyre oscila entre apontar a degeneração cultural proveniente do contato entre indígenas e europeus e, por outro lado, os benefícios desse contato. Numa troca assimétrica, os indígenas saíam ganhando mais que os europeus, visto que estes, na concepção de Freyre, seriam os responsáveis por tirar aqueles de seu estado natural de inaptidão ao trabalho regular. A tese de Freyre ainda é carregada de uma interpretação harmoniosa acerca das relações estabelecidas entre indígenas e europeus, minimizando em muito os efeitos nefastos provocados pelo “contato” quase sempre violento entre essas duas culturas. Nas palavras do autor,

tão em voga nas primeiras décadas do atual século, cuja aplicação histórica em políticas de segregação ou mesmo extermínio é por demais conhecida em várias partes do mundo.”

⁵⁴ VAINFAS, Ronaldo. “Sexualidade e cultura em Casa grande & senzala”. In: Casa grande & senzala, Gilberto Freyre: edição crítica. Guillermo Giucci, Enrique Rodriguez Larreta e Edson Nery da Fonseca, coordenadores. 1ª edição Lisboa, São Paulo; ALLCA XX, 2002, p. 772. *Apud* SOUZA, Mirian Alves de. Contribuições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ao pensamento social brasileiro. Disponível me: < http://en-fil.net/ed2/conteudo/archives/ed002_Mirian.pdf > Acessado em: 09/07/2015.

⁵⁵ As comparações do índio com o negro ou com o branco europeu são frequentes em *C & S e*, na maioria dos casos, o índio ocupa o degrau mais baixo, servindo este apenas como um complemento das demais culturas. Segundo Freyre, a adaptação do indígena à nova realidade socioeconômica brasileira seria bem mais árdua do que a do negro. “Embora não se devam desprezar as indisposições psíquicas, o fato que avulta é o do nomadismo de vida econômica atuando poderosamente sobre os ameríndios; incapacitando-os para o trabalho agrícola regular.” Mais a frente continuava: “A introversão do índio, em contraste com a extroversão do negro da África, pode-se verificar a qualquer momento no fácil laboratório que, para experiência desse gênero, é o Brasil.” FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, pp. 347, 348.

⁵⁶ No campo da culinária, na arte de curar com remédios extraídos da natureza, nas práticas agrícolas, entre outros conhecimentos.

Apenas um conjunto especialíssimo de circunstâncias impediu, no caso do Brasil, que europeus e indígenas se extremassem em inimigos de morte, antes se aproximaram como marido e mulher, como mestre e discípulo.⁵⁷

Para Freyre, o europeu seria o homem, enquanto o elemento indígena, a mulher. O europeu, obviamente, o mestre, cabendo ao indígena o lugar de discípulo. Mantendo uma interpretação que em alguns momentos se assemelhou à dos viajantes naturalistas do início do século XIX, deu atenção especial às mulheres indígenas que, entendidas como pertencentes a uma classe subalterna, em comunhão com a classe mais elevada, em questão o europeu, poderia trazer grande contribuição à sociedade que se constituía. Ao indígena ainda cabia um papel subalterno na história do Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como Gilberto Freyre, considerou os processos de miscigenação – com grande ênfase no aspecto cultural – como importantes para a formação do povo brasileiro. Contudo, Holanda deu maior ênfase no que entendeu como predomínio das relações pessoais na estrutura social, possibilitando ao autor a cunhagem do conceito de “homem cordial”. Este foi o principal conceito que conduziu seu primeiro livro, *Raízes do Brasil*.⁵⁸ Enquanto Freyre apresentou uma visão mais positiva do colonialismo português; Holanda tratou essa herança de forma mais negativa.

No segundo capítulo de *Visão do Paraíso*, publicado em 1936, Holanda trata de valorizar a cultura indígena na formação do povo brasileiro ao dar ênfase nas técnicas nativas adotadas pelos portugueses, o que, segundo ele, protegeu, em certa medida, os nativos da escravidão.⁵⁹ Diferente de Freyre, Holanda deu maior ênfase na contribuição

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, p. 225.

⁵⁸ Para Sérgio Buarque de Holanda, a estrutura social brasileira, de ordem rural e patriarcal, era uma herança cultural ibérica. Segundo o autor, o brasileiro, homem cordial, tinha grande dificuldade no cumprimento dos ritos sociais rígidos e formais e não pessoais e afetivos. Isto o levaria a outra dificuldade. Não distinguindo estes espaços, [dos ritos rígidos e formais e dos pessoais e afetivos], também se tornava difícil separar o público do privado. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵⁹ Como veremos, os indígenas, diferente do que muitos escreveram, foram largamente utilizados como escravos. Contudo, para driblar a legislação que quase sempre impunha empecilhos ao cativo indígena, ocorria uma forma de escravização dissimulada. Sobre a utilização do trabalho escravo indígena ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; MONTEIRO, John. “O escravo índio, esse desconhecido”; In:

do indígena que, em muitos momentos, foi o mestre, e não o discípulo, no processo de trocas culturais. A presença do indígena como elemento importante na história do Brasil continua em *Monções*⁶⁰, de 1945, no qual as frentes de comércio colonial – sobretudo a que se arranjava rumo à Cuiabá – mantinham intenso contato com as populações nativas, ora como importantes fornecedores de víveres, ora como barreiras de resistência à penetração adventícia nos sertões. Em seu texto, procurou estudar “a constituição de uma cultura material específica, na qual traços indígenas e europeus se articularam e tornaram possível a adaptação dos invasores portugueses ao novo meio, mesmo que ‘o assenhoreamento das técnicas indígenas’ fosse fruto de uma ‘necessidade de simplificação’.”⁶¹ *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957, pode ser entendido como fruto dos trabalhos posteriores a *Raízes do Brasil; Monções* (1945), *Expansão paulista no século XVI e princípio do século XVII* (1948) e *Índios e Mamelucos na expansão paulista* (1949), todos tratando o tema da fronteira, com grande ênfase no indígena como componente indispensável à construção da identidade brasileira. Nesta obra o indígena recebe atenção especial com capítulos voltados ao estudo do que o autor chama de populações híbridas – indígenas e mamelucos – como base do conhecimento vital para o desenvolvimento da colônia, bem como, como elementos imprescindíveis ao desbravamento do interior, compondo as bandeiras, armações e entradas. Holanda apresentou um importante enfoque para a história indígena ao propor a importância dos estudos acerca das alianças entre indígenas e conquistadores.⁶²

GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi (org). *Índios do Brasil*. 3ª. edição, São Paulo: Global/Brasília: MEC, 2000.

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e capítulos de expansão paulista*. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁶¹ SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio – “Estrela da vida inteira”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e capítulos de expansão paulista*. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁶² “Partindo de uma vasta análise da cultura material e das técnicas indígenas, Holanda chega ao exame das mentalidades, campo em que o europeu sofre grandes transformações com a experiência na fronteira. Um ponto importante que deve ser salientado é a introdução da ideia do índio como elemento imprescindível ao sucesso da empresa colonial, rompendo com a historiografia de até então, a qual resumia a história indígena ao extermínio e subjugação. Os colonos portugueses que se estabeleceram no planalto de Piratininga, segundo Holanda, tiveram como única forma de sobrevivência a incorporação dos modos indígenas, visto que o ambiente encontrado apresentava-se de forma hostil e diversa do europeu. O indígena também passava a ser um aliado imprescindível no processo de avanço da fronteira rumo ao Oeste brasileiro.” OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, pp. 31-32.

Ainda se inscreve, entre as obras de Holanda que versam sobre a contribuição indígena, “O extremo Oeste”, trabalho deixado inconcluso ainda nos anos 50 e que só apareceu postumamente em 86. O livro segue a mesma lógica dos anteriores, sendo dada grande importância ao trato com as fontes primárias e trazendo de forma surpreendente investigações da cultura material e no campo das mentalidades. Também há nesta obra importantes observações sobre a tecnologia e estratégia militar de povos indígenas bem adaptados ao ambiente: os Guaicurú, exímios cavaleiros, aos quais Holanda compara os Comanche e Apache norte-americanos, estudados por Walter Prescott Webb,⁶³ e os Paiaguá, consumados na construção e uso de canoas de casca de árvore como veículo de guerra.⁶⁴ De acordo com Holanda, esses indígenas ocuparam um importante papel no processo de devassamento do interior do “nosso Oeste”, forçando os invasores a novos padrões de ocupação.⁶⁵

Assim como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda buscou entender a realidade de sua época a partir do passado colonial brasileiro. Como assinalou Antônio Candido no prefácio de “Raízes do Brasil”⁶⁶; Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior foram os responsáveis por ensinar toda uma geração seguinte “a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado.”⁶⁷

Considerado um dos grandes “interpretes do Brasil” naquele momento, Caio Prado Júnior publicava “Evolução Política do Brasil” e “Formação do Brasil Contemporâneo”, respectivamente em 1933 e 1942. As análises desse autor a respeito dos indígenas são demasiadamente pessimistas, apresentando-os como vítimas invariáveis do processo de ocupação do território e de sua escravização. Considerado como o precursor da vertente marxista na historiografia brasileira, “contraditoriamente, confirma a concepção do expansionismo econômico sobre a população indígena,

⁶³ WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959, p. 53.

⁶⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, pp. 54-55.

⁶⁵ OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, p. 30.

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁶⁷ CANDIDO, Antônio. “O significado de ‘Raízes do Brasil’”. In: Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-24.

destacando que ‘a caça ao indígena será um dos principais fatores da grandeza atual do Brasil’”.⁶⁸ Para Caio Prado Júnior, os indígenas além de indispensáveis para os portugueses no fornecimento de produtos, ocuparam papel operacional dentro do processo de colonização. Ao passo que os colonos buscavam neles os “braços” para muitas tarefas, o poder metropolitano almejava os nativos como elemento povoador. Embora os indígenas fossem indispensáveis ao projeto metropolitano de exploração e efetivação da conquista no Novo Mundo, para o autor, o contato com os invasores causou uma grande depopulação indígena. Prado Júnior identificou alguns problemas que assolaram as populações indígenas, chegando a falar dos danos causados entre estes pelo consumo de aguardente. Em sua leitura, não via futuro para os indígenas, mantendo uma visão evolucionista e determinista sobre o processo de miscigenação que culminaria com a extinção quase que total deles.

Além dos cruzamentos que vão diluindo seu sangue, o índio é aos poucos eliminado por outras causas. As moléstias contribuem para isso grandemente, as bexigas em particular, e também as moléstias venéreas [...] Depauperam-nos os vícios que a civilização lhes traz: a embriaguez é o mais ativo deles. A aguardente se revela o melhor estímulo para levar o índio ao trabalho: a colonização se aproveitará largamente dela.⁶⁹

Mais à frente continuava:

A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartadas: a inferior e dominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fortemente condenado à extinção total.⁷⁰

⁶⁸ ALMEIDA, Luiz Sávio de. et al. *Resistência, memória e etnografia*. Índios no Nordeste – temas e problemas, vol. VIII. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 16.

⁶⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 105.

⁷⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 105-106.

Prado Júnior fez uma breve análise comparativa entre “o aproveitamento do indígena” nos processos de ocupação colonial ocorridos nos Estados Unidos da América, Canadá e Brasil. Para o autor, diferente do ocorrido na América Portuguesa, nos dois outros países citados, o indígena nunca tinha sido alvo de políticas que visassem a sua incorporação e a utilização de seu trabalho pela sociedade conquistadora, tendo sido observados apenas no comércio de peles e como aliados militares nas lutas entre franceses e ingleses nas colônias setentrionais americanas.⁷¹ Ainda mantendo a antiga tese da mestiçagem como signo de formação do povo brasileiro, o autor minimiza em muito os problemas enfrentados pelos indígenas. Embora apontasse a grande depopulação indígena pós-contato com os invasores, – tratada muito superficialmente como “extinção dos grupos mais ou menos hostis que sobraram no território brasileiro” –, e entendesse que tal processo se estendia desde o período colonial até sua época, não acreditava que existissem no país maiores problemas relacionados à questão indígena. Para o autor,

O problema indígena já se encontrava de fato resolvido [...] deixara, pode-se dizer, como questão ponderável na vida da colônia, ou da maior parte dela. Amalgamados com a massa geral da população e confundidos nela, ou sobrando apenas em pequenos núcleos que definhavam a olhos vistos, os restos da raça indígena que antes habitava o país...⁷²

A maneira como Caio Prado Júnior utiliza o argumento da mestiçagem alinha-se com a ideia de “aculturação”, termo ainda recorrente no senso comum e em muitos manuais e materiais escolares. Nesta perspectiva, “a condição indígena é extremamente transitória, pois quanto maior a participação histórico-social destes, menor seria a sua efetiva identidade étnica e, portanto, a sua ‘indianidade’”.⁷³ Os indígenas estariam,

⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 79-85.

⁷² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 100.

⁷³ Ver: MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. *Memoria Americana*, 16 (1) – año 2008, p. 79.

portanto, fadados ao invariável desaparecimento, seja por via do genocídio iniciado por ocasião da conquista, seja por ocasião da supressão de sua cultura.

1.1.3 Política indígena e Indigenismo: Mobilização Indígena e (Re)Valorização Identitária

A História na perspectiva do genocídio indígena permaneceu até os primeiros anos da década de 1980 no Brasil. Não é impróprio lembrar que mesmo nos dias atuais tal abordagem ainda consegue ressonância em alguns trabalhos, sobretudo nos manuais e livros didáticos.⁷⁴ Essa forma de se pensar os diversos povos indígenas, – na perspectiva do extermínio e invariável destruição que os levaria a uma condição de remanescentes ou vestígios de um passado remoto –, nutriu as bases teóricas de vários trabalhos associados à “Visão dos Vencidos”.⁷⁵ Essa forma de tratamento dispensado à história indígena não contribui com esses povos, seja no campo da manutenção de sua memória, como em questões no âmbito político-jurídico, uma vez que o que se teve foi a ênfase demasiada nas brutalidades enfrentadas pelos indígenas por ocasião do colonialismo europeu. Utilizando dados de ordem demográfica pouco confiáveis e supervalorizando a destruição física, tais textos não problematizaram as estratégias de vivência do grupos indígenas, sua “mescla” junto à sociedade conquistadora e o abandono de seus elementos diacríticos⁷⁶ numa perspectiva de resistência e, em última instância, não valorizam a historicidade dos grupos indígenas.

⁷⁴ Mesmo reconhecendo os avanços que vêm chegando timidamente nas obras didáticas atuais, termos como *perda da identidade* ou *povos remanescentes* são recorrentes. Somam-se a isso as abordagens que versam sobre *um ideal humanitário das missões jesuítas* distante do que as pesquisas demonstram. Ver por exemplo: FARIA, Ricardo de Moura et all. *Estudos de História*. Vol. 1, 1ª ed. São Paulo: FTD, 2010; PELLEGRINI, Marco Cesar et all. *Novo olhar história*. Vol 1, 1ª ed. São Paulo: FTD, 2010.

⁷⁵ Entre as principais obras que serviram para balizar a chamada “visão dos vencidos” estão: WACHTEL, Nathan. *Los vencidos: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid: Alianza Editorial, 1976; LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A conquista da América vista pelos índios: relatos Astecas, Maias e Incas*. Petrópolis: Vozes, 1984. Quanto aos trabalhos que buscam a crítica dessa ideia de “desaparecimento do indígena”, ver: MORAES, Marcos Vinícios & FERNANDES, Luiz Estevam, “Renovação da História da América”. In: KARNAL, Leandro. (org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 143-162; RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁷⁶ Elementos distintivos como língua, indumentária, práticas alimentares, etc.

Publicado originalmente em 1978, *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*, de John Hemming, narra a história de grupos indígenas brasileiros na América Portuguesa no período que se estende de 1500, data da carta de Pedro Vaz de Caminha, até a expulsão dos jesuítas em 1760 por ocasião das determinações da política pombalina. Nesta obra o autor dá grande ênfase no aspecto violento dos contatos entre indígenas e não indígenas, anunciando o fim das populações nativas. Hemming fala de aniquilação e dizimação dos indígenas. Para ele os indígenas teriam sido praticamente condenados à extinção, estando, então, “reduzidos a uma minoria patética.”⁷⁷ Continuando a saga dos indígenas brasileiros, Hemming apresenta em 1987, *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*, obra que cobre os anos que vão de 1760, data da expulsão dos jesuítas e implantação do Diretório dos Índios, até a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910. Embora o título sugira a invariável tese da destruição indígena, neste volume o autor promove uma abordagem ligeiramente diferente de seu *Ouro Vermelho* ao apontar para a valorização do protagonismo indígena, mesmo que de forma bastante tímida. Um dos poucos momentos em que ele traz a voz do indígena está na fala da intermediária cultural, Rosa Bororo.⁷⁸ Na obra de Hemming ainda podemos notar o peso da tese da destruição indígena.

Até por volta dos anos de 1980, as disciplinas de História e Antropologia, separadas pela ausência de um enfoque interdisciplinar, não avançaram muito nos estudos relacionados aos povos indígenas numa perspectiva cultural. O passado e o futuro dos povos indígenas não mereceram maior atenção. Muito das diretrizes propostas no século XIX ainda persistiam nos estudos que se desenvolviam no Brasil e serviriam como base para implementação de políticas voltadas aos indígenas. Muitos antropólogos dos anos posteriores a 1950, alguns deles ligados ao extinto SPI, ainda pensavam os indígenas em duas perspectivas básicas: o índio primitivo, preso ao passado; e o índio “aculturado”, lançado a uma condição de penúria e miséria. Deste modo os indígenas não tinham outro destino que não fosse o seu invariável desaparecimento. Na década de 1960, Darcy Ribeiro escrevia *Os índios e a Civilização*, importante obra para se pensar a história dos povos indígenas no Brasil, mas, sobretudo,

⁷⁷ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 21.

⁷⁸ HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 504.

para questionarmos o alcance de tal interpretação que praticamente profetizava o fim da história de tais povos.⁷⁹

A crença na necessidade de fontes escritas pelos próprios atores históricos – no caso o indígena – atravancavam os trabalhos dos historiadores ainda na década de 1980. Como empecilho enfrentado desde o século XIX, ainda muito recentemente tal problema não tinha sido superado. Mesmo considerando a revolução documental e a nova definição de fonte histórica iniciada com os primeiros representantes dos *Annales* na década de 1930,⁸⁰ o fetiche pelos documentos oficiais e escritos ainda persistiam. Dúvidas sobre fontes indiretas, vestígios arqueológicos e tradições orais contribuíram com o silenciamento dos povos indígenas. O historiador Pedro Puntoni – em um trabalho de 2002, portanto, recente – sublinhou que, sendo os indígenas ágrafos, não temos como “escrever com sucesso uma ‘história ao inverso’, recuperar uma visão dos vencidos, uma vez que nos faltam fontes autenticamente indígenas”. Apesar de Puntoni assinalar que uma leitura crítica “nos fornecerá, apenas, uma reconstrução dos acontecimentos do ponto de vista do conquistador”,⁸¹ nota-se que novas abordagens, como o estudo das complexas redes de sociabilidades existentes no universo colonial – que permitiram uma imensa gama de rearranjos identitários – e a valorização da historicidade dos povos indígenas, possibilitam um novo aspecto da história destes povos, não mais limitado à ótica do conquistador.

A História Indígena não pode ser resumida à manutenção do “índio primitivo”, bem como, ao extermínio e “perda identitária”. Aliás, a ideia de destruição do indígena extrapola o campo do extermínio físico e passa pela difusão da crença da destruição cultural, tomando a cultura como um bloco monolítico. Para pensarmos a História na ótica do indígena, devemos reconhecer sua capacidade de tomada de decisões, de negociar.⁸²

⁷⁹ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸⁰ Ver: REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

⁸¹ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p. 79.

⁸² Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

No prisma do *evolucionismo*, largamente empregado nos trabalhos do século XIX, os indígenas eram vistos como “peças de um museu”, verdadeiros vestígios do início da humanidade, eram, por assim dizer, o “próprio passado”. Essa base teórica que impregnava os estudos sobre os grupos indígenas teimava em soterrar a valorização do passado desses povos. Estudos de cunho Funcionalista e Estruturalista, sem ênfase no passado indígena persistiram até os anos de 1980, contribuindo com o “mito do progresso”.⁸³

A perspectiva de destruição física e cultural dos povos indígenas,⁸⁴ não se sustenta pelo seguinte fato: a cultura não deve ser entendida como algo cristalizado, bem como, algo passível de destruição, de perda; por outro lado, ela está em constante transformação. Ou seja, devemos pensar a História Indígena do ponto de vista da dinâmica cultural. Não obstante, ainda nos deparamos com termos impróprios como: “destruição cultural”, “perda da cultura”, “aculturação”, ou ainda, “perda da identidade”.

Conhecido como “Estatuto do Índio”, a Lei 6.001, de 1973, estabeleceu as relações do Estado e da sociedade brasileira com os povos indígenas. Seguiu-se o princípio de que, “sendo os índios relativamente incapazes”, estes deveriam ser tutelados por um órgão estatal até que tivessem sido integrados à sociedade. De 1910 a 1967 isto ficava a cargo do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Atualmente Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O projeto “modernizador” e integracionista implantado no governo militar ocasionou grandes reflexos na forma de se pensar os povos indígenas nos anos seguintes. Escamoteada pela ideia de emancipação, ocorria uma tentativa de submeter os indígenas ao crivo de instrumentos jurídicos pretensamente capazes de reconhecer a sua indianidade, separando-os daqueles que não o eram – não indígenas e “índios integrados”. Tomando como base estudos como os de Darcy Ribeiro, acreditava-se no desaparecimento dos povos indígenas que

⁸³ Para Gilberto Dulpas, “o desenvolvimento da ciência e da técnica é a dinâmica central em torno da qual se organizam os discursos hegemônicos que mantêm a tentativa de associar a expansão do capitalismo ao progresso, entendido como assunção da felicidade por meio do livre comércio e do consumo”. DULPAS, Gilberto. *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 278.

⁸⁴ A partir de meados do século XIX, a valorização das culturas ibéricas em detrimento das culturas locais, serviu para algumas nações, incluindo a brasileira, como esforço de se construir uma identificação coletiva, importante como amalgama da sociedade no contexto dos processos de independência. Cf. WARSSEMAN, Cláudia. A Primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. *História da historiografia*, Ouro Preto, nº 7, nov/dez de 2011, p. 107.

invariavelmente seriam “integrados” à sociedade conquistadora. O governo militar pretendia, com isso, acelerar o processo de “apagamento” do indígena. Uma espécie de política moderna de branqueamento da população por via da negação do reconhecimento da identidade étnica indígena. Como resultado desta ação do governo, ocorreu, em contra partida, a mobilização indígena que buscava seus direitos, culminando com o rompimento da ideia de que os indígenas desapareceriam.

Nos anos de 1970, ONGs, Igreja Católica, universidades, Conselho Indígena Missionário (CIMI) e vários povos foram mobilizados por Assembleias Indígenas, criaram o “Movimento Indígena Brasileiro” (institucionalizado).⁸⁵ Neste contexto, vários líderes tribais unem-se em prol da defesa da identidade étnica indígena, levando o Estado a reconhecer seus direitos, sobretudo ao considerarmos a redação da Constituição de 1988 no que toca à questão indígena.⁸⁶ Desta forma, seria um grande equívoco – ou má fé – entender os direitos indígenas garantidos pela referida constituição como uma dádiva concedida pelo Estado. Muito pelo contrário, tais direitos foram fruto de pressões desencadeadas pelos próprios indígenas,⁸⁷ bem como, da atitude de alguns intelectuais engajados com a questão indígena e a própria discussão constitucional. Com a Constituição de 1988, foi assegurado aos indígenas o direito a valorização de sua cultura. Em última instância, isto garantiu a possibilidade de valorização de sua identidade étnica. A ideia de emancipação do indígena, nos dias atuais, deve ser pensada nos termos da capacidade do indígena de se auto representar, e não, na forma escamoteada de se negar ao indígena o direito ao reconhecimento de sua indianidade.⁸⁸

⁸⁵ Embora as Assembleias Indígenas do início dos anos de 1970 tenham possibilitado a organização e reconhecimento do movimento indígena, não podemos negar que as lutas nas suas mais variadas expressões encampadas pelos indígenas em prol de sua liberdade e, sobretudo, do direito sobre os seus territórios, inicia-se no momento que se dá o “descobrimento” das terras brasileiras.

⁸⁶ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

⁸⁷ Ver: LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/UNESCO, 2006, p. 125.

⁸⁸ Temos com o direito de auto representação do índio, um complexo jogo de interesses, sobretudo aqueles ligados à questão agrária. Desde muito cedo na América portuguesa até os dias atuais, podemos verificar nas políticas indigenistas o quanto são recorrentes as questões ligadas ao uso e posse da terra. Em última instância, isso diz respeito ao reconhecimento da identidade étnica indígena, pois, por meio dela, pode ser negado ou reconhecido ao índio o direito à terra.

Uma vez que o Estado assume o papel de regulador dos critérios de direitos e benefícios aos detentores da identidade indígena, o mesmo faz da etnicidade um instrumental político. Assim, a etnicidade apresenta-se como um fenômeno dinâmico, onde ocorre a negociação intergrupala e entre estes e o Estado.⁸⁹ Ao inaugurar os povos indígenas como “sujeitos coletivos de direitos coletivos”, tendo direitos sobre os seus territórios originários em virtude de sua condição pré-cabralina, a Constituição de 1988 opera num sentido oposto às tentativas de “integração” – leia-se apagamento – indígena por parte do Estado. No mesmo sentido, estabelece a possibilidade deles terem representantes próprios na defesa de seus interesses políticos-jurídicos. Ao terem consciência dos direitos e garantias propiciados pela Constituição de 1988, vários grupos indígenas reorganizaram seus símbolos de identidade étnica de forma situacional. Quando os indígenas não contam com os aspectos de distintividade – religião, língua, indumentária, territorialidade, etc. –, tem-se a possibilidade, segundo João Pacheco de Oliveira, de se recuperar o processo histórico no qual o grupo reconstruiu constantemente sua unidade e diferença diante dos “outros” com os quais manteve contato.⁹⁰ Ao passo que o Estado propicia condições de auto reconhecimento e afirmação da identidade étnica, essas mesmas possibilidades são permeadas por um intrincado jogo de interesses e de manipulações. O que nas palavras de Oliveira, compõem “o jogo social e as virtualidades legais”.⁹¹

A História Indígena, atualmente, vem avançando ao ir além da ideia de inclusão de novos atores sociais. Incluir indígenas, negros ou os demais “excluídos da história”, não resolve muito quando estes são tratados como meros apêndices na história. Por outro lado, estes devem ser entendidos como sujeitos que foram capazes de tomar decisões, e que em muitos casos, influenciaram os rumos da história. Sem perder de vista, é claro, o fato de que sempre houve uma relação de forças desigual entre indígenas e não indígenas. Entender o indígena no Brasil – assim como o negro – como

⁸⁹ MAYBURY-LEWIS, David. Identidade étnica em Estados pluriculturais. In: SCOTT, Parry & ZARUR, Jorge. *Identidade, Fragmentação e Diversidade na América Latina*. Recife: Ed. Universitária, 2003, p. 14. *Apud*, VERAS, Marcos Flávio Portela & DE BRITO, Vanderli Guimarães, Identidade étnica: a dimensão política de um processo de reconhecimento. *Antropos - Revista de Antropologia*. Ano 04, vol. 05, maio de 2012, p.113.

⁹⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, pp. 172.

⁹¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, pp. 176.

sujeito histórico equivale a uma reinterpretação de boa parte da história do Brasil. Em suma, não podemos pensar uma História Indígena “engavetada”, que será, por assim dizer, “encaixada” nos espaços criados dentro de contextos mais amplos.

As pesquisas sobre história indígena devem evitar a continuada propagação de modelos idealizados e estereotipados sobre as populações indígenas. Modelos que, em última instância, têm contribuído com a manutenção da ideia de índio como sinônimo de um ser primitivo, deslocado do espaço de vivência da sociedade nacional. Nas palavras de Miguel Alberto Bartolomé, referindo-se aos povos da América Latina, “os povos originários não são apenas o passado e o presente da América Latina, mas também parte constitutiva de seu futuro”.⁹²

Embora estudos de cunho funcionalista como os de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, por exemplo, hoje sirvam mais como contraponto – já mencionamos os limites dessa linha de abordagem –, não podemos negar sua importante contribuição para os estudos da temática indígena na academia e, por conseguinte, seus reflexos no campo político que culminariam, em última instância, com contribuições de forma substanciais para o avanço nas discussões sobre os direitos indígenas e a inclusão e forma do próprio texto referente aos indígenas na Constituição de 1988. Sendo assim, somam-se às pressões das lideranças indígenas iniciadas nos anos de 1970, o papel da discussão acadêmica sobre os indígenas no Brasil e a própria discussão política constitucional. Reconhecer o protagonismo indígena em questões de extrema relevância, como a asseguaração de garantias legais para os diversos grupos indígenas, é fazer, além da escolha de uma filiação teórica, um esforço para que se opere um “ajuste de contas” com a história dos povos indígenas e, em última instância, da identidade povo brasileiro.

1.1.4 O Protagonismo Ancestral Indígena e A Nova História

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro passo para o reconhecimento da multietnicidade, da pluralidade e da diversidade do

⁹² BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. *MANA* 12(1): 39-68, 2006, p. 52. Bartolomé usa o termo “povos originários” para dar uma unidade a todos os povos indígenas Latino Americanos de origem pré-colombiana.

país, rompendo e relativizando a postura universal predominante e excludente, ao assegurar aos povos indígenas o direito à diferença étnica, sociocultural e linguística.⁹³

Assim inicia-se o relatório final do projeto do Conselho Nacional de Educação e UNESCO “sobre as ações desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior sobre a temática da história e cultura dos povos indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação...”.⁹⁴ Se a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro passo em direção ao reconhecimento de direitos dos indígenas referentes à sua identidade, foi um passo dado “do lado de cá”. Do lado dos não indígenas. Porque “do lado de lá”, do lado dos indígenas, vários esforços já vinham sendo feitos no sentido de eles – os indígenas – terem os seus direitos garantidos. Como já demonstraram alguns trabalhos da Nova História Indígena, vários grupos indígenas já lutavam pelo reconhecimento de seus direitos na justiça desde o período colonial. *Em Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*,⁹⁵ Maria Leônia Chaves de Resende tratou da trajetória e vivência de indígenas de várias etnias que, vivendo nas vilas coloniais do século XVIII, rejeitaram a condição de mestiços e, por meio do acionamento da justiça, tiveram sua identidade indígena assegurada como forma de protegê-los da escravização. Nas Minas Gerais setecentistas, como bem demonstrou a professora Leônia, os indígenas já lutavam, – não só por meio de guerras ou fugas, mas com os próprios instrumentos dos não indígenas –, para ter sua identidade garantida e, com isso, sua liberdade. Em *O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre*,⁹⁶ a professora Izabel Missagia de Mattos discorre sobre os frequentes deslocamentos de lideranças indígenas de várias etnias, ao longo de todo o século XIX, rumo à Ouro Preto, então capital da província, com o fim

⁹³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Projeto CNE/UNESCO 914BRA1136.3: Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – Ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas. Relatório Final de Consultoria. 2013.

⁹⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Projeto CNE/UNESCO 914BRA1136.3: Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – Ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas. Relatório Final de Consultoria. 2013.

⁹⁵ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

⁹⁶ MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880). Revista Dimensões - UFES, vol. 18, 2006, p. 03. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2440/1936>> Acesso em: 13/11/2013.

de reivindicar os seus direitos. Além de mencionar que os casos já eram frequentes no período colonial, chama atenção para o fato de que os indígenas tinham consciência dos seus direitos, verticalizando seu trabalho sobre a luta indígena, em meados do século XIX, pelo direito à posse de terras nos antigos aldeamentos de Santana do rio das Velhas e Rio das Pedras, no atual Triângulo Mineiro.

Estes dois trabalhos são uma amostra de uma nova perspectiva para a escrita da história indígena. Neles, temos o protagonismo indígena. Inegavelmente, a Constituição de 1988 apresenta-se como um marco para os avanços sociais, dentre os quais, a questão indígena. Contudo, não podemos enxergar tal documento como uma dádiva do Estado, mas antes, como já mencionamos, como resultado de pressões desencadeadas pelas lideranças indígenas. Pressões estas que não se limitaram, como demonstraram os trabalhos supramencionados, ao século XX.

Se os anos de 1980 foram emblemáticos para se pensar os avanços obtidos pelos indígenas quanto ao reconhecimento dos seus direitos, também o foram para se pensar a temática indígena dentro das universidades. A partir desta década, diversos trabalhos foram apresentados sobre o prisma da Nova História Indígena, fortemente influenciada pela História Cultural⁹⁷ e a aproximação entre História e Antropologia. Maria Celestino de Almeida assinala que esse diálogo interdisciplinar possibilitou grandes avanços teórico-metodológicos, importantes para se repensar noções de cultura e identidade, antes vistas como cristalizadas e fixas. Nesta nova perspectiva, os agentes históricos, indígenas e não indígenas, nas mais variadas formas de interação, – em alguns casos brandas, mas em sua maioria conflituosas –, têm sua cultura e identidade construídas.⁹⁸

Ao tratar o tema dos aldeamentos indígenas, Celestino chama atenção para a permanência de uma leitura baseada na ótica do Estado dos colonizadores ou dos religiosos. Os indígenas figuravam apenas como instrumentos dos projetos coloniais, cedendo sua força de trabalho e cooperando com a ordem estabelecida e com seu projeto de catequização. Deste modo, valorizavam-se em demasia as disputas políticas

⁹⁷ O trabalho de E. P. Thompson deu grande ênfase na historicidade da cultura. Para ele a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível, sinalizando um processo no qual homens e mulheres vivem suas experiências. E não menos importante, todas essas experiências ocupam grande relevância para se entender os processos históricos. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 21.

envolvendo autoridades, colonos e religiosos sobre os indígenas, ao passo que não se valorizava o papel destes na construção ou permanência dos aldeamentos.

Entre os novos avanços no campo da história indígena está o livro de Cristina Pompa, *Religião como Tradução*,⁹⁹ publicado em 2003. Nele a autora apresenta um brilhante trabalho apontando os desafios e avanços alcançados por meio do diálogo entre as Ciências Sociais e a História como forma de explicar as sociedades indígenas. Mais do que apresentar os confrontos e aproximações entre os diversos grupos étnicos e os colonizadores, Cristiana Pompa explica algumas contradições e anacronismos em trabalhos consagrados sobre os indígenas no Brasil. Como exemplo a autora discorre sobre os riscos de se articular informações contidas nas fontes do século XVI e XVIII aos trabalhos etnográficos sobre os povos Guarani atuais na tentativa de recompor a cultura Tupinambá do período colonial. Segundo Pompa, este foi um equívoco provocado por uma abordagem difusionista que pretendia explicar o desenvolvimento cultural por meio da dispersão de costumes, ritos e mitos entre os vários grupos. Essa leitura trazia como problema a interpretação da cultura de forma rígida, não compreendendo a dinâmica cultural dentro do grupo, crendo que as invenções indígenas seriam eventos raros e que suas tradições fossem estáveis e até mesmo inalteráveis. De acordo com Pompa,

... nos trabalhos dedicados especificamente aos Tupinambá ou aos Guarani, os autores não deixam de recorrer, para explicar aspectos de uma cultura, aos dados da outra, pressupondo um a única e imutável ‘cultura Tupí-guarani’.¹⁰⁰

Também discorre sobre as limitações impostas pela abordagem funcionalista utilizada por Florestan Fernandes e demais autores de antes de meados dos anos de 1980. Pertencente a uma nova geração de pesquisadores que entendem ser urgente pensar os grupos indígenas para além da história do extermínio, da “perda identitária e cultural” e, sobretudo, da perspectiva de índio primitivo, a autora assinala,

⁹⁹ POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupí e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

¹⁰⁰ POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupí e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru-SP: EDUSC, 2003, p. 101.

... mais do que recuperar uma suposta originalidade indígena e reconstruir o quanto foi “perdido” ao longo do processo de contato, a pesquisa pode, mais realisticamente, tentar entender as linhas essenciais deste percurso de mediações.¹⁰¹

Embora ainda seja acanhado o número de obras sobre a história indígena, a partir de fins dos anos de 1980 podemos observar um significativo avanço sobre o tema, não só em termos quantitativos, mas como assinalamos, com a apresentação de textos que, como apontou Celestino, deslocaram os indígenas dos “bastidores” para o “palco”. Entre os maiores colaboradores para os avanços na escrita da história indígena situa-se John Manuel Monteiro. Em meio a seus trabalhos de inestimável valor para a temática – incluindo as várias orientações de pesquisadores que se destacaram na temática indígena –, sobressai a obra *Negros da Terra*,¹⁰² de 1994, que traz importante contribuição à temática da escravidão indígena e, mais importante ainda, descortina “um universo de interações entre agentes sociais e políticos em permanente disputa e negociação em volta da questão central do trabalho indígena: entre esses agentes estavam prepotentemente, os próprios índios”.¹⁰³ John Monteiro revelou novos aspectos sobre a vida dos indígenas em contato com as sociedades coloniais e pós-coloniais na América Portuguesa, valorizando a historicidade dos indígenas e os relocando, na historiografia, como protagonistas dotados de vontade, questionando o entendimento de que os mesmos seriam vítimas passivas da conquista e exploração colonial. Após *Negros da Terra*,

... seus textos se abrem em duas direções complementares. De um lado, uma história do pensamento social brasileiro – e mais especificamente paulista – que tem por eixo as ideologias bandeirante e indigenista. De

¹⁰¹ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupí e “Tapuia” no Brasil colonial*. Baurusp: EDUSC, 2003, p.27.

¹⁰² MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁰³ POMPA, Cristina. Os Índios, Entre Antropologia e História: a obra de John Manuel Monteiro. BIB, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), p. 67. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8800&Itemid=435> Acessado em: 12/09/2014.

outro, uma história da dinâmica colonial, que inclui a escravidão e sua relação com a história das sociedades indígenas, de onde surge a sugestiva categoria de “índios coloniais”.¹⁰⁴

Aspecto salutar na obra de John Monteiro encontra-se no seu apressado pela crítica destinada às fontes. Sendo estes registros – escritos ou imagéticos – de uma história inseparável dos processos sociais de dominação, poder, resistência e assimilação; devemos considerar a ideologia contida naqueles que produziram os documentos.¹⁰⁵ Nesta perspectiva, a crítica interna às fontes pode revelar interesses e manipulações na produção do documento que, por sua vez, levaria à ofuscação o trabalho historiográfico. Habilidade importante – a de ler nas entrelinhas –, sobretudo quando dispomos, na maioria das vezes, de fontes indiretas para tratar da história indígena.

Ainda devemos citar os trabalhos como os de Stuart B. Schwartz que, em *Segredos Internos*, descreve o indígena como autor de várias escolhas, – entre elas, alianças, guerras, fugas, processos migratórios, etc. – tendo consciência e percepção sobre o seu respectivo universo.¹⁰⁶ Ronaldo Vainfas, em *A Heresia dos Índios*, observou que a resistência indígena não estava limitada às fugas, guerras ou suicídios, mas dispersa por diversas práticas. O autor chama de “idolatria ajustada” uma dessas práticas de resistência indígena, na qual, tendo um grupo indígena já sido submetido ao sistema colonial, mantinham alguns de seus códigos culturais de formas visíveis ou não ao colonizador, não tendo, necessariamente, a intenção de afrontar os missionários.¹⁰⁷ E Ronald Raminelli que, partindo do contexto das relações coloniais, trata em seu livro *Imagens da Colonização*, a polissemia da representação do indígena no imaginário europeu. O autor confronta imagem e texto e assinala a incompetência dos europeus em

¹⁰⁴ ARRUTI, José Maurício. John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: apresentação do dossiê História e Índios. *História Social*, n. 25, segundo semestre de 2003, p. 8.

¹⁰⁵ ARRUTI, José Maurício. John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: apresentação do dossiê História e Índios. *História Social*, n. 25, segundo semestre de 2003, p. 8.

¹⁰⁶ Ver, entre outras obras do autor: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁰⁷ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31-34. Pudemos observar, em nossas pesquisas, um ajuste de interesses envolvendo índios, padres e o diretor do Aldeamento do Duro, Venceslau Gomes da Silva. Trataremos desse assunto no capítulo 3.1 - Os Limites da Ordem: sertanistas, autoridades, clérigos e colonos e os interesses sobre a política indigenista.

compreender a diversidade cultural dos indígenas.¹⁰⁸ Todos esses trabalhos trouxeram preciosas contribuições à temática indígena nos últimos anos.

Quanto aos trabalhos que privilegiam a presença indígena na perspectiva da História Indígena atual no Triângulo Mineiro e Goiás temos importantes contribuições de Odair Giraldin,¹⁰⁹ Jézus Marcus de Ataídes¹¹⁰ e Marcel Mano.¹¹¹

Os trabalhos decorrentes do que se convencionou chamar Nova História Indígena vêm contribuindo com a desconstrução de novos e velhos preconceitos sobre os indígenas. Além de reconhecê-los como agentes de seu próprio destino, também colaboram com a percepção de que não se trata de uma história indígena, mas de várias histórias de diversos grupos que, mais do que importantes para entender a sociedade colonial, são importantes para a compreensão da identidade de todo o povo brasileiro.

1.2 A Insistência da Tese da Destruição Indígena

A ideia do desaparecimento indígena não começa no Brasil, é certo. A escrita da história no Brasil foi influenciada, como já tratamos, pelo pensamento evolucionista corrente no século XIX. Hegel, cujo trabalho certamente deteve influência nas primeiras experiências interpretativas para a formação do povo brasileiro, mencionava os povos andinos e norte-americanos como invariáveis vítimas da supressão pela raça europeia. Superiores em espírito e tecnologia, para Hegel, os europeus estavam à frente dos demais povos na escala de progresso.¹¹² Essa tese foi usada como forma de interpretar o processo histórico de colonização europeia na América Portuguesa e, por sua vez, serviu

¹⁰⁸ Ver: RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

¹⁰⁹ Ver: GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: uma luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997.

¹¹⁰ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

¹¹¹ Ver: MANO, Marcel. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. *Tellus* (UCDB), v. 22, p. 133-154, 2012; MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. *Política & Trabalho - UFPB*, v. 34, p. 193-212, 2011; MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 23, p. 325-347, 2010.

¹¹² HEGEL, Georg Wilhelm F. *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UNB, 1995.

como justificativa para validar as ambições político-econômicas do século XIX.¹¹³ O latente racismo daquela época contribuiu para a difusão da ideia de que as terras ocupadas pelos indígenas eram subutilizadas. Não obstante, ainda é recorrente em nossos dias o uso de termos que contribuem, – às vezes sem uma clara intenção, é certo, – com essa ideia do invariável desaparecimento do indígena. Como salientou Matthew Restall, “o mito da “perda” e da “destruição” perpetua uma visão pouco favorável às culturas nativas.”¹¹⁴

Mesmo entre trabalhos de expressiva importância para o tema indígena e, sobretudo, para os ainda raros estudos que tratam os povos indígenas do atual Triângulo Mineiro e Centro Oeste do Brasil, encontramos a utilização de termos e abordagens em perspectivas que acabam não contribuindo muito com história destes povos.

Ao analisar os primeiros “contatos” entre os indígenas Caiapó¹¹⁵ e os conquistadores, Jézus Marco de Ataídes entende que a violência do processo e a resistência incessante acabaram por contribuir com “o processo inexorável da desagregação cultural que mantinha o substrato social do grupo enquanto povo”.¹¹⁶ Em outra passagem de seu texto, Ataídes, talvez sem se dar conta, acaba por interpretar de forma equivocada o conceito de cultura. Ao tratar da vida nos aldeamentos goianos dos séculos XVIII e XIX diz:

¹¹³ Como exemplo mais expressivo temos, no século XIX, a ideologia que nutriu o imperialismo europeu, baseada na difusão de ideias de que as sociedades estavam divididas por uma escala evolutiva e que, existindo áreas atrasadas, habitadas por povos beirando ou imersos no barbarismo e selvageria, caberiam aos europeus levar o progresso a esses povos.

¹¹⁴ RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. P. 183.

¹¹⁵ De acordo com o professor Marcel Mano, a terminologia Caiapó, verificada na documentação pela primeira vez em 1723 com a descrição de Antônio Pires de Campos sobre estes índios, não é um etnônimo, significando “macaco” em Tupí, o que os aproxima, “a partir da visão colonial, da condição de selvagens.” Assim como os Purí do Leste Mineiro que receberam tal nome de seus inimigos, significando ladrão – ou seja, um termo depreciativo –, o termo Caiapó, segundo Mano, foi forjado de acordo com as circunstâncias em que “se deram os contatos que levariam os “Cayapó” a serem o ‘gentio bravo e selvagem’ por excelência.” MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: Contatos e identidades. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 31, nº 56, p. 511-546, mai/ago 2015, p. 517. Estes indígenas foram conhecidos no século XVII como Ubirajara, ou ainda, Bilreiro, por causa do uso comum de uma espécie de tacape conhecido por Bilro.

¹¹⁶ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 29.

Em nome da cristianização e da ordem pregada pelo governo, o índio era preso em um espaço delimitado, sujeitado a receber uma cultura estranha, forçado a deixar a sua que era considerada ‘selvagem’... [...] Se a maioria das sociedades indígenas não se transformou em mão de obra para o colonizador, sua **cultura foi destruída** e o seu povo dizimado com o passar do tempo.¹¹⁷

Nesta perspectiva, o autor mantém uma interpretação do conceito de cultura no qual o mesmo seria “engessado”, não reconhecendo, portanto, os processos de troca e intercâmbios culturais responsáveis por levar uma cultura a se apropriar e ser apropriada por outras. Tomando como base os estudos da Nova História Cultural – que nortearam importantes trabalhos sobre a vida dos indígenas nos aldeamentos, como o já citado de Cristina Pompa¹¹⁸ –, devemos reconhecer que, para colocar o indígena como protagonista de sua história, torna-se imperativo a adoção do modelo chamado por Peter Burke de encontro ou interação cultural. De acordo com Burke, “a história de todas as culturas é a história do empréstimo cultural.”¹¹⁹ Nesta compreensão ampliada de cultura, os aldeamentos não foram meros espaços de desagregação cultural a que os indígenas estariam submetidos, como colocou Ataídes; mas sim, espaços onde ocorriam os inegáveis conflitos, mas também, negociações e intercâmbios culturais entre indígenas e não indígenas.

Em outra referência para os estudos sobre a formação do atual Triângulo Mineiro, o livro de Luis Augusto Bustamante Lourenço, que preenche uma importante lacuna nos estudos da região no período colonial e parte do império, também encontramos uma leitura pouco favorável à emergência e (re)valorização étnica atuais ao perpetuar uma leitura na qual os indígenas seriam vítimas de uma implacável destruição física e cultural. Para Bustamante, as formas de exploração praticadas pela sociedade geralista nos séculos XVIII e XIX teriam destruído a sociedade ameríndia.¹²⁰

¹¹⁷ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, pp. 78-79. *Grifo nosso*.

¹¹⁸ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupí e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

¹¹⁹ BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 257.

¹²⁰ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 41.

Embora Bustamante tenha falado de desfechos distintos para as várias sociedades do Novo Mundo, reconhecendo a pluralidade dos povos indígenas das Américas, logo em seguida assinala que em “todos eles [os confrontos entre as muitas sociedades indígenas], sem dúvida, o resultado não foi outro senão o genocídio e a destruição dos povos americanos.”¹²¹ De forma ambígua o autor explica que não houve um total extermínio físico dos indígenas e segue dizendo

Grande parte da população indígena brasileira miscigenou-se com os brancos e africanos. **As sociedades indígenas é que desapareceram**, e por uma razão: tratava-se de sociedades comunais, que viviam em pequenos bandos dispersos, esporadicamente se reuniam em grupos maiores e proviam suas existências pela horticultura, caça e coleta. Tais formas econômicas e sociais eram incompatíveis com os interesses coloniais.¹²²

Essa visão de cultura pura exige uma série de elementos diacríticos para reconhecer o indígena como tal. Sendo assim, o abandono de práticas ancestrais pelos indígenas não seria tomado pelo pesquisador dentro da imensa gama de trocas e interações culturais, resultando, em última instância, na destruição daquela sociedade, senão física, culturalmente.

O efeito funesto decorrente do “contato” entre os conquistadores e os grupos indígenas, para Bustamante, não se limita à destruição destes, mas se completa com a “aculturação” ou destruição de suas culturas, varrendo qualquer chance aos indígenas que escapassem ao genocídio. Neste ponto a interpretação de cultura em sua forma pura fica evidente. Para Bustamante, a coexistência entre indígenas e não indígenas levou os primeiros ao abandono de suas práticas econômicas ancestrais e, ao se sedentarizarem, absorveram a cultura cabocla, tornando-se idênticos a esses. Para ele, “a língua e a religião são esquecidas e a **identidade indígena desaparece**, diluída na sociedade

¹²¹ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 41-42.

¹²² LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 42-43. *Grifo nosso*.

sertaneja circundante. Chamaremos *cabocliização* esse processo de aculturação”.¹²³ Bustamante não só vale-se do conceito de “cabocliização”, precioso na obra de Eduardo Galvão, mas traz com este conceito o gênero já obsoleto de estudos de aculturação e mudanças culturais.¹²⁴

Em “Mundo das Feras”, Márcia Amantino pondera que, embora não fosse algo restrito à capitania e, depois, província mineira, a larga utilização dos indígenas como escravos foi um dos fatores responsáveis pelo “extermínio” e consequente “esvaziamento” demográfico dos Sertões Mineiros. A observação de Amantino não pode ser entendida como um genocídio no qual grupos humanos deixam de existir por completo. Muitos indígenas, embora tenham paulatinamente desaparecido da documentação oficial, podem ter migrado para outras regiões – como apontam estudos como os de Odair Giraldin sobre os Caiapó¹²⁵ – ou “mesclado-se” com a sociedade conquistadora. O que nos permite, nos dias atuais, repensar os processos de revalorização étnica indígena em curso.

Amantino discorre sobre as várias possibilidades de intercâmbios culturais nos Sertões do Oeste do século XVIII. Referindo-se às relações envolvendo indígenas, negros, brancos e mestiços, avaliava que tais relações

... podem ser percebidas em vários sentidos: tanto a cultura branca ou mestiça interveio na cultura indígena e negra, como estas duas nas primeiras, e estas alterações não foram recebidas de forma passiva. Cada um dos grupos procurou às suas condições culturais o que estava sendo introduzido.¹²⁶

¹²³ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 47-48.

¹²⁴ Ver: GALVÃO, Eduardo. *Encontros de sociedades: índios e brancos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. De orientação norte-americana, os estudos de aculturação e mudança cultural só foram superados no Brasil com os trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira e seu conceito de *fricção interétnica*. Ver: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972.

¹²⁵ Ver: GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997.

¹²⁶ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 29.

A autora ainda salienta que no momento que se intensifica a presença dos invasores nos Sertões do Oeste, o contato entre os diferentes grupos já se faziam por quase 300 anos e, assim, “muito da cultura de cada um já estava presente no cotidiano do outro.”¹²⁷

Há certo exagero nas colocações de Amantino quando ela aponta que as expedições enviadas ao sertão acabaram por dizimar “o que restava” dos Caiapó em uma guerra que tornava os territórios “limpos” da presença indígena e aptos ao controle da “sociedade que se via como civilizada”.¹²⁸ Diferente disso, os Caiapó, após encamparem tenaz resistência militar contra a invasão de suas terras, acabaram tendo uma grande baixa numérica. Reduzidos numericamente, parte do grupo experimentou a experiência dos aldeamentos, chegando a participar de expedições militares ao lado das forças coloniais contra outros grupos indígenas – assunto que será melhor tratado no capítulo 4.3 desse texto. Outros indígenas Caiapó optaram por migrarem para outras regiões.¹²⁹ Com base no trabalho de Todorov, Amantino ainda aponta:

As relações estabelecidas entre os dos grupos [conquistadores e conquistados] que se chocaram foram sempre baseadas no estranhamento. Cada um via o outro como não-homem devido às suas diferenças. Logo, **a sociedade mais avançada** percebeu que os conquistados poderiam ser **exterminados física ou culturalmente**, ou ainda, utilizados de maneira mais proveitosa, ou seja, transformados em cativos.¹³⁰

Se a “sociedade mais avançada” percebeu que poderia exterminar os indígenas, esta foi uma constatação equivocada. Prova disso, como já mencionamos, é a grande presença indígena de diversos grupos em toda a América do Sul. Maior equívoco ainda

¹²⁷ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 29.

¹²⁸ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 162.

¹²⁹ Pesquisas recentes mostram que, após sucessivos deslocamentos os Caiapó ainda vivem como grupo Panará. Ver: GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: uma luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997, pp. 18, 33.

¹³⁰ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 162-163. *Grifo nosso*.

seria acreditar na possibilidade de um extermínio da cultura indígena. Os diversos grupos nativos brasileiros, mesmo antes da chegada dos europeus, já vivenciavam intercâmbios culturais entre si. Portanto, não havia uma “cultura pura” mesmo antes da presença do europeu. É claro que as trocas culturais assumiram uma velocidade muito maior com a presença europeia nas Américas e, mais que isso, trocas muitas vezes assimétricas. Contudo, a cultura não é um bloco monolítico e muitas das transformações visam ao atendimento, às vezes imediato e pouco durável, é certo, das ambições e expectativas do grupo. E quando falamos de grupo, estendemos essa observação aos não indígenas, pois, quase três séculos após esse contato violento, como aconteceu com os indígenas, a cultura dos brancos também passou por fortes transformações decorrentes de contato.

Ao adotarem alguns bens materiais ou simbólicos da cultura dos conquistadores, muitos indígenas não estariam, necessariamente, corrompendo sua cultura ou caminhando rumo à destruição da mesma; mas, por outro lado, estariam demonstrando sua capacidade de se adaptar à nova realidade que se apresentava de forma tão agressiva. Como exemplo, temos ataques praticados pelos Caiapó que seriam motivados pela possível obtenção de bens materiais de posse de seus inimigos, sejam eles não indígenas ou indígenas de outro grupo.¹³¹ Também em meados do século XVIII, indígenas Acroá e Xacriabá, após firmarem alianças com os conquistadores e terem acesso à armas de fogo, empreenderam uma rebelião matando os guardas da Aldeia do Duro, na qual viviam, e dali iniciaram ataques nos arraiais vizinhos.¹³² A adoção de práticas cristãs que poderiam ser momentâneas, visando a atender objetivos dos indígenas, e o uso do recurso à justiça, demonstram a capacidade destes de se adaptar, evidenciando, não perda de sua cultura, mas sim, uma grande vitalidade adaptativa. Estes são apenas alguns dos vários exemplos de que os indígenas valiam-se para se ajustar à nova situação imposta pelo avanço dos agentes coloniais sobre seu território. Estas também são formas de resistência indígena.

¹³¹ Ver: GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997, p. 50.

¹³² Ver: RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *Aldeamentos oficiais goianos*. 1987. 122 f. ILCSE/UNESP, Araraquara, p. 37.

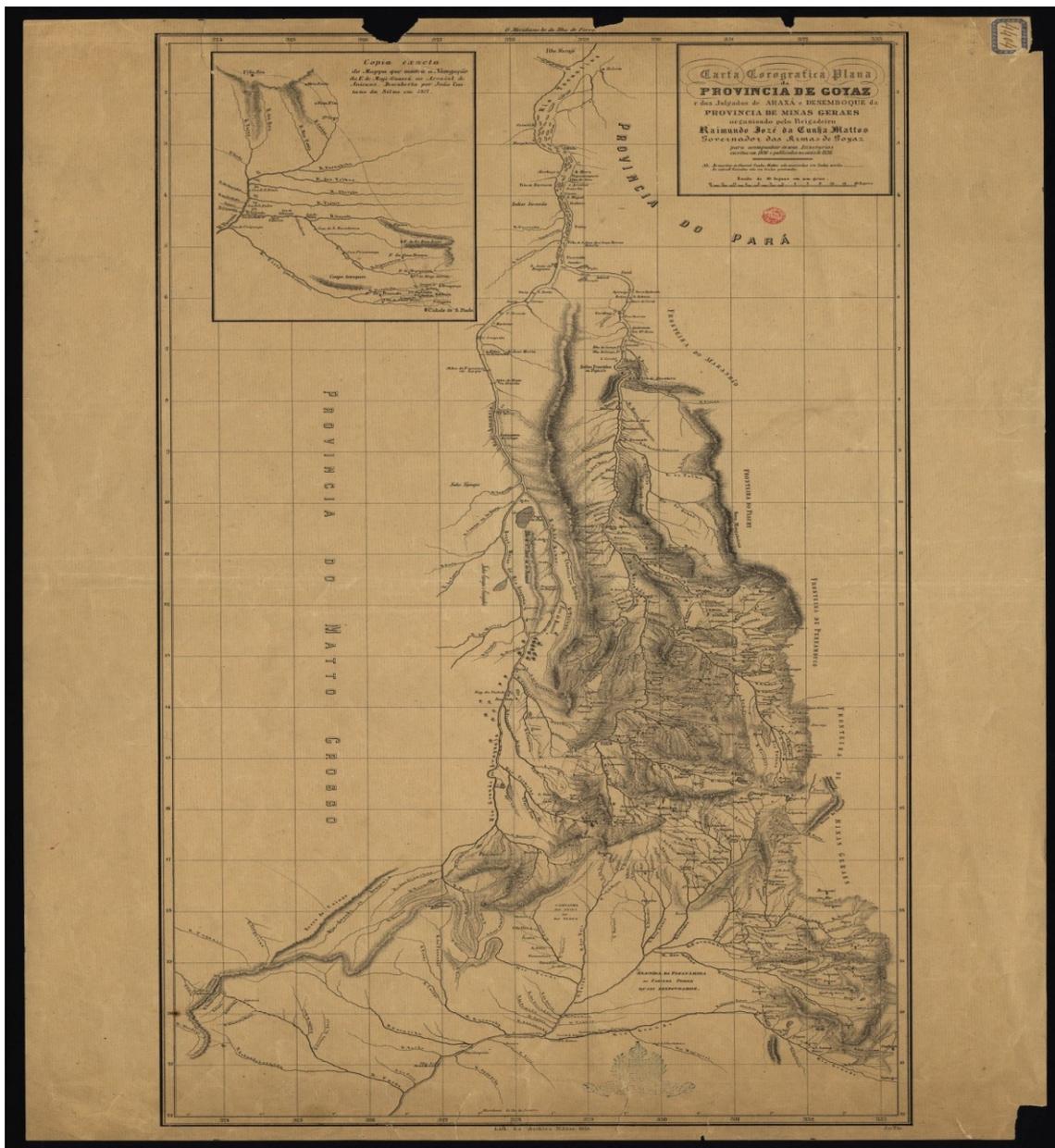
Sérgio Buarque de Holanda reconheceu que a sociedade paulista colonial foi dotada da “consistência do couro”,¹³³ referindo-se à capacidade adaptativa destes que tinham que “se amoldar” às asperezas dos sertões. O autor fala sobre a adoção de práticas indígenas pelos não indígenas. Assim, os indígenas também poderiam adotar elementos dos não indígenas como algo que lhes rendesse alguma vantagem, mesmo que momentânea. A cultura, nesta perspectiva, é dinâmica e apresenta-se como uma via de mão-dupla.

Os diversos grupos nativos dos sertões do Oeste brasileiro foram alvo de guerras, fome, doenças adquiridas dos invasores e de penosas demandas coloniais, dentre as quais o cativo e a tomada de seus territórios. Contudo, seria um grande equívoco acreditar deixaram de existir enquanto grupo indígena. Muitos se empenharam de forma obstinada no sentido de manter suas vidas, seja por meio da resistência física, – estratégia que seria menos eficiente com os anos que se sucederam ao contato e a depopulação indígena –, ou por meio de aproximações pacíficas e alianças com os invasores. Outro erro seria acreditar que a depopulação indígena que ocorreu ao longo da marcha colonial sobre suas terras ancestrais poderia acarretar qualquer espécie de “declínio cultural”.

¹³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e capítulos de expansão paulista*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 16. “Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitâneas, a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo, não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final a terra. Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe era familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.”

2 O SERTÃO DA FARINHA PODRE E ÁREAS CONTÍGUAS

2.1 Um Ser(tão) Além do Oeste



Mapa 1: Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes, organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, para acompanhar os seus Itinerarios escritos em 1826 e publicados no anno de 1836.¹³⁴

¹³⁴ Escala de 18 legoas em um grao. [caixa lado superior esquerdo] Copia exacta do Mappa que mostra a Navegação da F. de Mogi-Guassú ao Arraial de Anicuns. Descuberta por João Caetano da Silva em 1817. Fonte – Arquivo Histórico do Exército, Medidas – 40cm x 81cm, Data – 1875, Localização – CO-GO-10.01.2064. No mapa de Cunha Mattos podemos ver o Caminho que partia de São Paulo e, já em áreas que hoje pertencem ao Triângulo Mineiro, passa pelos aldeamentos erigidos em meados do século XVIII, para em seguida, passando por Catalão - Goiás, rumar para Vila Boa de Goiás com demais ramificações. Nos “Sertões da Paranhíba” ou “Farinha Podre” podemos ver a descrição: “Quase Despovoados” (sic), referindo-se a ainda rarefeita ocupação colonial nas porções ocidentais do Caminho do Anhanguera nas porções entre os rios Grande e Paranaíba.

A categoria sertão foi amplamente utilizada para apontar espaços pouco conhecidos, como as “terras novas” e “desabitadas”. Mas a ideia de terras novas e desabitadas seria adequada? O que justificou o emprego destes termos no passado? Como veremos, mesmo com uma grande presença indígena ancestral e/ou ainda, com neobrasileiros que ficariam conhecidos nestas áreas como *sertanejos*, amplas regiões de sertão seriam entendidas como desérticas e despovoadas. O termo sertão ainda confunde-se frequentemente com “fronteira”. Para Carlos Reboratti, o termo fronteira é empregado para delimitar áreas potencialmente ocupáveis por um esforço colonizador.¹³⁵ Contudo, nos vários relatos de viajantes naturalistas do século XIX, podemos observar que as áreas de sertão também se configuravam como espaços potencialmente ocupáveis e, em muitos casos, dispunham de muitas riquezas a serem exploradas. Para alguns, o sertão pode ser pensado como o espaço que fica além da fronteira. De acordo com Hilda Pívaro, “do ponto de vista de teoria econômica, o sertão além da fronteira, o reino da barbárie, é uma área de terras livres em constante recessão”.¹³⁶ Se em algumas análises a ideia de fronteira – sobretudo aquela desenhada por Turner¹³⁷ para o caso estadunidense – remete a um ambiente de renovação, bonança, esperança e vida; a ideia de sertão em voga nas terras brasileiras até fins do período colonial sugeria o espaço da morte, repleto de animais peçonhentos, índios selvagens e florestas lúgubres.¹³⁸ Carregado de imagens antagônicas, o sertão brasileiro também se configurou como o espaço do ilegal, da ausência de autoridade.¹³⁹ A ampliação do discurso de aproveitamento de suas potencialidades ocorrerá após a transferência da Corte Portuguesa para as terras americanas. Na década de 1930, sertão ganhará outros significados.

¹³⁵ Ver: REBORATTI, Carlos E. Fronteras agrárias em América Latina. *Geo Critica*, Cuadernos Críticos de Geografía Humana, nº 87, mayo de 1990.

¹³⁶ STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2012.

¹³⁷ TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications. 1996.

¹³⁸ ARAÚJO, Emanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo”. IN: PRIORE, M. L. M. (Org.) *Revisão do Paraíso - Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. 1. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2000.

¹³⁹ Ver: VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004; ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005.

Interessa-nos a ênfase no tratamento da categoria sertão nos séculos XVIII e XIX no Brasil. Contudo, não nos parece impróprio mencionar, mesmo que de forma rápida, algumas operações ideológicas que a categoria sertão foi submetida ao longo dos tempos e como tais operações ainda trazem implicações na construção de imagens sobre os locais e os sujeitos.

Os portugueses usaram desde o fim da Idade Média, “... com certeza desde o século XIV”, a palavra “sertão” para designar “áreas dentro de Portugal, mais distantes de Lisboa” e, a partir do século XV empregaram o termo para “nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam...”¹⁴⁰ Na América Portuguesa a categoria sertão é recorrente tanto nos documentos provenientes do ultramar, quanto nos produzidos internamente no período colonial e no império, assumindo sentidos diferentes e as vezes ambíguos em cada contexto histórico. Na primeira crônica que dá notícias das terras brasileiras já temos a presença do termo sertão. Pedro Vaz de Caminha relatava:

De ponta a ponta [o litoral brasileiro], é tudo praia calma, muito chã e muito formosa. Pelo *sertão* nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos pareci mui longa.¹⁴¹

Para Caminha, todo o território que se afastava do litoral, que era desconhecido, era sertão. A partir dos quinhentos e, não é exagero dizer que até o presente, tornaram-se comuns as comparações entre os espaços civilizados e os selvagens, entre a cidade e o sertão, entre o litoral e o interior. Sertão é, como assinalou Janaína Amado, uma “categoria cultural”, ocupando “... ainda, lugar extremamente importante na literatura

¹⁴⁰ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 145-151, 1995, p. 147.

¹⁴¹ CAMINHA, Pedro Vaz. Carta de Pedro Vaz de Caminha a Dom Emanuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pedro Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943, pp. 239-240.

brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de correntes e obras literárias cultas”.¹⁴²

Também está presente nos escritos dos viajantes naturalistas do século XIX, em textos que influenciaram o olhar de muitos que percorreram sobre o tema do sertão. Luiz Francisco Albuquerque de Miranda assinala que os viajantes naturalistas “... compartilham certas referências posteriormente utilizadas por muitos intelectuais brasileiros”.¹⁴³ Entre tais referências figurava a já mencionada ideia de sertão como *deserto*. Como veremos, a ambiguidade proporcionada pela ideia de deserto, que durante muito tempo acompanhou a categoria sertão, é emblemática para entendermos as imagens e os papéis reservados aos indígenas, negros e demais neobrasileiros – fruto da miscigenação de portugueses com indígenas ou negros – que habitavam as regiões afastadas dos centros urbanos. Não obstante, a carga simbólica que a categoria sertão carrega traz impactos visíveis ainda hoje. Sendo uma categoria, antes de tudo, social complexa, contribuiu e ainda contribui para o desenvolvimento e manutenção de assimetrias e disparidades voltadas aos espaços e populações numa relação centro-periferia.

Janaína Amado assinala que “sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia.” Segundo ela, os historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde seus anos iniciais “... utilizaram e refinaram o conceito [de sertão].” No Período Republicano, a categoria sertão assume formas de tratamento distintas em obras como as de Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo.¹⁴⁴ Euclides da Cunha ocupa papel importante no que diz respeito às muitas das representações recorrentes no imaginário popular brasileiro. Dentre elas, a ideia de sertão geralmente associada ao semiárido.

¹⁴² AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 145-151, 1995, p. 146.

¹⁴³ MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, 28 (2): 2009, pp. 623-625. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/21.pdf> > Acessado em: 20/03/2013.

¹⁴⁴ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 145-151, 1995, p. 146.

Tais regiões guardaram descrições ambíguas, ora descritas como miseráveis, funestas, incultas e improdutivas; ora descritas como espaços que guardavam grandes potenciais. De acordo com Márcia Amantino, o sertão podia ser entendido de duas formas,

Uma positiva e outra negativa. Se, por um lado, o Sertão era visto como local por excelência do descobrimento de ouro e da riqueza rápida, havia, também, um grande medo envolvendo sua conquista. Era um local associado à fome, às guerras com índios e escravos fugidos, às más condições de vida, à insegurança e à morte.¹⁴⁵

Ainda de acordo com Gilberto Cezar de Noronha,

... para que o oeste de Minas seja enunciado como sertão é necessário assumir um ponto de vista que (re)estabeleça uma dicotomia que não se aplica apenas ao sertão em relação ao litoral, mas que o contrapõe às cidades – não só às litorâneas, mas também aquelas que se desenvolveram com a exploração do ouro em Minas Gerais – ao espaço territorializado feito lugar da ordem, das normas de conduta, das regras de civilidade.¹⁴⁶

Embora a ambiguidade e pluralidade das imagens utilizadas para descrever o sertão não se circunscreveram a um dado período, espaço ou mesmo local de onde emanavam os discursos, nota-se a concentração de alguns relatos e exposições que podem nos dar ideia de como prevaleceu o imaginário sobre as regiões interioranas. No período colonial foi majoritário o discurso que tratava os sertões como terra de grandes perigos, como um lugar da morte, mas que, ao mesmo tempo escondia grandes riquezas minerais que alimentavam vários mitos como o da *Serra das Esmeraldas*. Tais mitos que estimularam a ambição de muitos ao rápido enriquecimento, com certeza deixaram um número muitas vezes maior de mortos do que de abastados, e isso, desconsiderando

¹⁴⁵ AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº29, janeiro de 2003, p. 94.

¹⁴⁶ NORONHA, Gilberto Cezar de. Viagem aos sertões enunciados: *conphigurações* do Oeste nas Minas Gerais. Tese [Doutorado] apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora profa. Dr. Jacy Alves de Seixas. Uberlândia, 2011, p. 292.

a grande atrocidade praticada contra os povos indígenas habitantes dos vastos sertões brasileiros. Com a chegada da corte e, principalmente a partir da Abertura dos Portos em 1810, inaugurou-se uma nova política que dava ênfase na ocupação das áreas interioranas e no aproveitamento sistemático de suas potencialidades. A partir de então os sertões passaram a ser entendidos pelas autoridades como áreas vitais a serem “ocupadas”, ou melhor, exploradas, já que diversos povos indígenas há muito habitavam estes vastos territórios. Os possíveis achados minerais já não eram o único estímulo para os que poderiam se dispor a ocupar aqueles fundos territoriais. Novas formas de exploração econômica eram estimuladas e, nesse contexto, a agropecuária ganhava espaço nas regiões férteis e propícias a criação de gado – o sertão ainda não tinha sido associado à terrenos inférteis, coisa que só iria acontecer nos primeiras décadas do século XX. Nos anos de 1930, com a literatura regionalista, os sertões passam a ser entendidos como regiões semiáridas e de intensa conotação social, – notadamente o *sertão nordestino*. Outros autores colaboraram com a difusão desse significado que ainda hoje é o mais recorrente no imaginário popular, como, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, entre outros.

Euclides da Cunha, – influenciado pela leitura dos viajantes naturalistas do século XIX –, via o sertão como um deserto em razão do “... seu isolamento geográfico e povoamento rarefeito...”, espaço em que a ciência ainda não havia chegado. De acordo com Roberto Ventura,

Sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática.¹⁴⁷

Roberto Ventura conta que Euclides da Cunha consultava relatos e mapas de expedições anteriores às que ele faria rumo aos sertões e regiões “desérticas” que tanto

¹⁴⁷ VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. História Ciência e saúde – Manguinhos, vol.5, Rio de Janeiro, Julho de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400008&script=sci_arttext> Acesso em: 10/09/2014.

descreveu. “Leu Humboldt, Martius, Spix, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos, Sousa Coutinho e Soares Pinto, antes de mergulhar na escuridão do desconhecido”.¹⁴⁸

2.1.1 O Sertão dos Viajantes Naturalistas

Passando pelo atual noroeste de Minas em direção à província de Goiás em 1819, o francês Saint-Hilaire relatava que, quanto mais penetrava pelo interior da província mineira, – rumo ao Oeste – menos traços de civilização encontrava. Em suas palavras:

A Comarca de Paracatu não passa, pois, de um imenso *deserto*. Entretanto, não visitei o lado da comarca compreendida entre o São Francisco e a cadeia que, do lado oeste, fornece afluentes a esse rio. É de supor, porém, que esse trecho do sertão seja ainda menos civilizado do que o que eu havia percorrido na margem direita do São Francisco, já que se acha muito afastado do que se pode considerar como os centros civilizados da Província de Minas.¹⁴⁹

Miranda traz uma boa síntese de como o naturalista francês Saint-Hilaire descreveu o sertão,

Definido como deserto improdutivo, precário e tedioso, o interior da América portuguesa aparece como área disponível para a ação do homem civilizado, o único realmente capaz de aproveitar seus recursos e instaurar uma ordem regular. Prevendo o progresso do sertão, o

¹⁴⁸ VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. História Ciência e saúde – Manguinhos, vol.5, Rio de Janeiro, Julho de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400008&script=sci_arttext> Acesso em: 10/09/2014.

¹⁴⁹ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco [1847]*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 118.

naturalista francês deseja que seu relato informe aos futuros brasileiros como era inútil e miserável o interior de seu país.¹⁵⁰

Os alemães Spix & Martius compartilha da mesma visão de Saint-Hilaire quanto à baixa densidade demográfica e a ideia de *deserto*. De acordo com eles, – mesmo narrando a presença, rarefeita, é certo, de habitantes no sertão –, as áreas interioranas eram regiões desérticas. Em suas andanças pela província de Minas Gerais escreveram: “achamo-nos agora no sertão, como denominam os mineiros a vastidão *deserta*, na sua linguagem usual”.¹⁵¹

Langsdorff, em sua expedição pelo Brasil que durou de 1824 a 1829, registrou impressões distintas das de alguns naturalistas em sua passagem pela região do Curvelo. Segundo ele, “O sertão (interior) não é tão deserto e agreste como descreveu St. Hilaire. Já estamos no sertão, e ainda é uma região fértil e habitada”.¹⁵² Podemos notar que a ideia de deserto despovoado não corresponde, necessariamente, ao sentido em que a palavra sertão era empregada. Contudo, a baixa densidade demográfica parece ter sido uma tônica.

A ideia de sertão enquanto ausência humana é questionada por Miranda. Mesmo os viajantes encontrando estradas com pousos, sítios, casas “e até engenhos de açúcar...”, ainda insistiam em definir as regiões interioranas de Goiás, Minas Gerais e São Paulo conhecidas como sertões como desérticas.¹⁵³ O francês Saint-Hilaire já havia esclarecido que quando mencionava a ideia de região despovoada para descrever porções do interior do Brasil, referia-se à ausência de “... habitantes civilizados, pois de

¹⁵⁰ MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, 28 (2): 2009, p.630. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/21.pdf>> Acessado em: 20/03/2013.

¹⁵¹ SIPX, Johann von; MARTIUS, Carl von. *Viagem pelo Brasil*. Vol. 2, São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 65.

¹⁵² SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.) *Os diários de Langsdorff*. Campinas/Rio de Janeiro: Associação Internacional Langsdorff/Fiocruz, vol. I, 1997, p. 220.

¹⁵³ MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, 28 (2): 2009, pp. 623-625. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/21.pdf>> Acessado em: 20/03/2013.

gentios e animais bravios está povoada até em excesso.”¹⁵⁴ Deste modo, fica claro que o “deserto”, largamente mencionado para descrever as áreas de sertão era, antes de qualquer coisa, utilizado para representar a ausência de “vida civilizada”¹⁵⁵ e não a ausência humana. Não obstante, ser civilizado correspondia ao uso de técnica e ciência – ao menos em relação à ideia eurocentrista e hierarquizadora do que se entendia como ciência – e a presença de pessoas letradas. Nas primeiras décadas do século XIX, Saint-Hilaire falava sobre a escassez de pessoas cultas nos sertões de Goiás:

... as Pessoas que naquelas regiões têm algum estudo [...] acabam por reverter à ignorância, por constituírem uma minoria insignificante. Quando um homem instruído se vê atirado a um dos arraiais da Província de Goiás, não encontra ninguém com quem possa compartilhar seus gostos e suas ocupações favoritas...¹⁵⁶

A visão eurocentrista e preconceituosa dos viajantes contribuiu para a construção de imagens invertidas e escalas de inferioridade das áreas interioranas entendidas como sertão, quando comparadas com os centros urbanos do litoral e/ou os núcleos mineradores de Ouro Preto e região. Os sertões figuravam como espaços “aprisionados” no atraso, cuja salvação e aproveitamento racional de seus recursos só poderia se dar com a importação da ciência e da técnica, – que seriam introduzidas pelos europeus, é certo – verdadeiros motores do progresso. Além dos inúmeros perigos que os sertões poderiam oferecer àqueles que ousassem penetrar em suas áreas, como animais selvagens e peçonhentos, insetos venenosos e florestas lúgubres, indígenas muitas vezes descritos como antropófagos, negros aquilombados e vadios e criminosos de toda a espécie, o viajante francês ainda alertava sobre uma possível involução intelectual gerada pelo convívio com iletrados e a ausência de atividade intelectual relevante. Essa visão negativa do sertão que necessita ser domado, ainda hoje conservar-

¹⁵⁴ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco [1847]*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 375.

¹⁵⁵ Desde a época da chegada dos viajantes naturalistas, o conceito de civilização justificava a superioridade da cultura europeia e, ao mesmo tempo, possibilitava o “melhoramento” de outras culturas – como a dos povos nativos do continente americano – por ocasião da conquista. Tal ideia baseava-se no pressuposto de que os povos indígenas eram incapazes de se autogovernar.

¹⁵⁶ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975, p. 44.

se em determinadas situações onde figuram juízos como: incivilizado, atrasado e habitado por pessoas culturalmente inferiores dentro dos padrões sociais estabelecidos.¹⁵⁷ Mesmo os naturalistas tendo ressaltado algumas qualidades dos neobrasileiros conhecidos como sertanejos, – outro aspecto reproduzido nos trabalhos de Euclides da Cunha quase um século depois – na maioria das vezes os habitantes dos sertões eram descritos como desprovidos de intelectualidade e civilidade.

Referindo-se aos arraiais e vilas que iam surgindo nos sertões, os viajantes mencionaram como tais locais foram formados a partir da chegada de delinquentes e fugitivos. Na avaliação de Eschwege, Araxá teria, em grande parte, sido formada por “... malfeitores e fugitivos de outras partes de Minas e de Goiás”.¹⁵⁸ Segundo Amantino, o sertão carregava como principal imagem a ideia de que era uma área rebelde que necessitava de controle e domesticação. Para ela, os próprios mineiros do século XVIII viam tais áreas como espaços onde reinava a barbárie.¹⁵⁹

2.1.2 Um Deserto Bem Povoado: a presença indígena nos sertões

Quanto aos diversos grupos indígenas que habitavam os sertões, estes povos, mesmo tendo várias de suas técnicas e habilidades indispensáveis à fixação nas regiões interioranas incorporadas pelos não indígenas, raramente tiveram reconhecida a sua contribuição.¹⁶⁰ Como veremos, os indígenas hora eram obstáculo, hora eram parte

¹⁵⁷ Ver: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. (Coleção História), Bauru: Edusc, 2000.

¹⁵⁸ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, p. 106.

¹⁵⁹ AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº29, janeiro de 2003, p. 80.

¹⁶⁰ Um dos primeiros autores a tratar da importância da contribuição indígena de forma mais profunda foi Sérgio Buarque de Holanda. Para ele os indígenas ocuparam um importante papel no processo de devassamento do interior do “*nosso Oeste*”, forçando os conquistadores a novos padrões de ocupação. Em *Caminhos e Fronteiras* Holanda trata da adequação do povo ibérico às necessidades do novo continente. Segundo ele, a conquista do Oeste brasileiro só poderia ser efetivada mediante adaptação do europeu aos modos indígenas, com a caça, a pesca, a coleta, as técnicas de navegação e, sobretudo, à incorporação das armas indígenas. O autor dá grande importância à análise dos espaços interioranos, cuja variedade de ocupação pode propiciar a averiguação dos mais interessantes arranjos sociais. Dentre esses,

importante das ações de conquista de vastas regiões do interior brasileiro. Como já mencionamos, uma vez que diversos grupos indígenas eram entendidos como bárbaros e alguns até incivilizáveis, na ótica dos invasores, eles não eram vistos como habitantes e, muito menos, poderiam ser povoadores dos sertões, pelo menos até que se alinhassem com a lógica de exploração das autoridades coloniais e depois do desenvolvimentismo buscado no período do império. Os indígenas em não raras vezes eram vistos como não humanos, sobretudo, aqueles que não cooperaram com os projetos de exploração vigente, seja com sua força de trabalho ou com o abandono de suas terras ancestrais, deixando-as livres para os conquistadores.

Encontramos múltiplas definições para o termo *sertão* de acordo com momentos históricos distintos. Em termos geográficos, o sertão esteve associado à região opostas ao litoral, mas sem uma clara indicação de onde começava ou terminava, ficando relacionado às áreas interioranas.¹⁶¹ Para Gilmar Arruda, “... o sertão tinha uma determinada localização geográfica e uma direção, quanto mais ao oeste, mais sertão seria, mais fundo era...”¹⁶²

Mas o sertão nem sempre esteve a oeste da marcha que levava o seu devassamento. Áreas pouco esquadrihadas que receberam a alcunha de sertão foram alvo de ondas migratórias que partiam no sentido oeste-leste, portanto, os migrantes distanciavam-se do interior rumo aos terrenos mais próximos do litoral. Foi o caso dos mencionados Sertões Proibidos, ou ainda, *Áreas Proibidas*. Luis da Cunha Meneses, governador de Minas Gerais, usou o termo sertão para designar a região intermediária a esta capitania e ao Espírito Santo, mencionando a utilidade dessa área como proteção contra a ação de contrabandistas. Segundo Cunha Meneses, “... sertão para a parte de Leste, denominado Áreas Proibidas, na hipótese de servirem os ditos sertões de uma barreira natural a esta capitania para segurança de sua fraude...”¹⁶³ Tais áreas foram

a resistência e associação entre povos indígenas e os neobrasileiros. Ver: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁶¹ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 28.

¹⁶² ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. (Coleção História), Bauru: Edusc, 2000, p. 226.

¹⁶³ Hélio Viana, A Economia Mineira no Século XVIII, *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, 1957, pág. 81. *Apud* MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ocupadas a partir de fins do século XVIII com o deslocamento, sobretudo, de examinadores que buscavam novas formas de se estabelecer com a queda da produção aurífera nos núcleos mineradores de Ouro Preto e região.¹⁶⁴

Os sertões do Oeste, que compreenderam porções do território mineiro, goiano, mato-grossense e paulista, estiveram por um longo período, relacionados à ideia de deserto, isolamento e atraso. Cabia aos cientistas europeus traçar os caminhos que levariam tais regiões ao desenvolvimento e progresso por meio da utilização racional – de acordo com a lógica de exploração nos moldes de um protocapitalismo em desenvolvimento – dos recursos e potencialidades das regiões interioranas. O Brasil do século XIX, marcado pela propagação de ideias como progresso, civilização, cultura e letramento, foi palco de propagação de ideais eurocentristas. Nesse contexto os viajantes naturalistas, certos que estavam a ocupar um lugar privilegiado, de portar “valores tão vitais para o desenvolvimento de uma nação”, acreditavam contribuir com as diretrizes necessárias para o melhor aproveitamento das áreas de sertão. Já os indígenas que viviam nos sertões eram preciosos para os viajantes naturalistas. Preciosos não por possuírem valores elevados, – segundo os observadores europeus –, mas sim, preciosos como espécimes a serem analisadas.¹⁶⁵

Se os indígenas que não se alinhavam com as ações dos invasores eram entendidos como selvagens e não mereciam a alcunha de habitante, – como os Caiapó que ali viviam antes da chegada dos não indígenas – outros grupos que se associaram

¹⁶⁴ Os Sertões do Leste ou Mata mineira foram usados como “uma barreira natural” contra os descaminhos do ouro e diamantes que poderiam ser facilmente levados até o litoral. Com a queda da produção aurífera essas paragens passaram a despertar grande interesse na Coroa no sentido de promover a ocupação e exploração sistemática do local. O que se observou em seguida foi um grande choque envolvendo não indígenas oriundos da região mineradora e um mosaico de povos indígenas dos Sertões do Leste. Ver: MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext> Acessado em: 23/02/2014; LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 4 et seq. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf> Acesso em: 05/10/2013.

¹⁶⁵ Ver: MARTIUS, Carl F.P. Von. “Como se deve Escrever a História do Brasil” in: *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1982, p. 88; Os viajantes detinham grande interesse em observar grupos indígenas. Contudo, na maioria das vezes, estabeleceram contato com grupos já em franco processo de destribalização, posto que, os indígenas em “estado natural” poderiam despertar mais medo que curiosidade. São comuns os relatos de viajantes sobre os índios que os comparam com feras e assinalam sua inferioridade em relação ao europeu.

aos “brancos” na campanha de “domesticação” da região engrossaram a demografia local e integraram a sociedade conquistadora que ali se firmava, obtendo o status de habitante. Ao menos é o que apontam os registros eclesiásticos consultados. Após sucessivos deslocamentos, muitos indígenas que passaram a habitar as áreas dos Sertões da Farinha Podre converteram-se ao cristianismo e à algumas práticas econômicas e sociais dos invasores. Com a contínua retração das áreas vitais para o desenvolvimento das atividades nos modos pré-cabralinos, – como a caça, a pesca, a coleta e em alguns casos a agricultura –, os indígenas tiveram que buscar novas formas de sobrevivência. Como veremos, abandonar os costumes indígenas não era uma escolha fácil ou um ato de fraqueza frente à ação dos não indígenas. Em muitas situações, tratava-se de um ato de resistência.

Os Sertões da Farinha Podre estavam distanciados dos centros de decisão política, é certo. Estavam a oeste das autoridades, mas nem sempre a oeste das ações daqueles que lá se instalaram e interferiram diretamente nos rumos da história da região. Essa ideia de uma marcha que ruma do leste para o oeste levando desenvolvimento às áreas selvagens contribui para a legitimação do discurso que atribui maiores valores à população do litoral em oposição ao sertanejo. Contribui, ainda, com o mito difundido no período republicano cuja figura do paulista está associada a seres indômitos, a conquistadores e “formadores do território da nação”.¹⁶⁶ Tal ideia mascara as múltiplas identidades dos atores envolvidos em um processo histórico que vai muito além da questão de “ocupação” e “desenvolvimento” de uma região por não indígenas; e que antes, deve tratar de invasões, resistências, alianças e, sobretudo reconhecer a contribuição de todos os agentes históricos envolvidos.

2.2 Os Indígenas no Sertão da Farinha Podre

2.2.1 Antecedentes

¹⁶⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. Desertos de civilização: significando o Brasil (História e Literatura). *Letras & Letras*, Uberlândia 26 (1) 171 – 183, jan./jun. 2010, p. 175.

Pelo menos desde fins do Pleistoceno e início do Holoceno, – entre 11 mil e 8,5 mil anos BP¹⁶⁷ –, existe ocupação humana no Sul do atual estado de Goiás. Os instrumentos encontrados nos sítios arqueológicos sinalizam para a matriz cultural conhecida como *Tradição Itaparica*. Surgiram ainda, para meio milênio depois, (8 mil anos BP) pontas de artefatos pedunculados, que segundo arqueólogos, teriam sido produzidos por “indivíduos pertencentes a grupos de caçadores-coletores, não especializados na caça de animais gregários¹⁶⁸, que exploravam recursos diversificados em distintos contextos ecológicos...”.¹⁶⁹

De acordo com registros arqueológicos, a região que seria conhecida a partir do século XVIII como Sertões da Farinha Podre e suas áreas contíguas já eram povoadas por povos horticultores e ceramistas conhecidos como *Tradição Aratu-Sapucaí* há pelo menos 700 anos antes da chegada dos europeus nas terras da América Portuguesa.¹⁷⁰ As aldeias filiadas a essa tradição fixavam-se em grandes superfícies, “... com diâmetro superior à 500 m, a céu aberto, em terrenos de ondulações suaves, geralmente em médias vertentes, e sempre próximas aos pequenos cursos d’água”.¹⁷¹

Os Caiapó Meridionais, indígenas do grupo Jê, foram recorrentes na mesma região e, de acordo com os registros históricos, mantinham características comuns à Tradição Aratu-Sapucaí, verificada nos vestígios arqueológicos. Estes indígenas “habitavam uma vasta área correspondente aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul à época da chegada dos primeiros colonizadores luso-brasileiros,” o que sinaliza para uma possível continuidade cultural

¹⁶⁷ Do inglês *before present*, antes do presente. Considerando o ano de 1950 como data de estabelecimento do método internacional de datação pelo C¹⁴ (carbono 14).

¹⁶⁸ Animais que vivem em grupos.

¹⁶⁹ MARTINS, Gilson Rodolfo. *Resumo do conhecimento acumulado sobre o passado arqueológico do processo de povoamento humano no Centro-Oeste do Brasil*. In: VIALOU, Águeda Vilhena (org). *Pré-história do Mato Grosso*. Vol 1. Santa Elina - São Paulo: Edusp, 2005, p. 62.

¹⁷⁰ Ver: SCHIMIZ, Pedro Ignácio & BARBOSA, Altair Sales. *Ocupação indígena do cerrado: esboço de uma história*. In: SANO, S. M. & Almeida, S. P. *Cerrado: Ambiente e Flora*. Planaltina: Embrapa, 1998.

¹⁷¹ FAGUNDES, Marcelo et all. Conjunto lítico de horticultores ceramistas associados à Tradição Aratu-Sapucaí: estudo de caso dos sítios Mato Seco e Canoas, Médio Vale do São Francisco, Minas Gerais. *Revista Tarairiú*. Campina Grande – PB, ano VI – vol. 1 – número 09 – fevereiro de 2015. Disponível em: < http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n9/9art1.pdf > Acessado em: 06/08/2015.

entre a Tradição Aratu-Sapucai e aqueles indígenas.¹⁷² Com uma economia baseada na horticultura complementada pela caça, pesca e coleta, os povos de Tradição Aratu-Sapucai distinguiam-se dos caçadores coletores. Voltando-se mais para as práticas agrícolas, mesmo que de forma ainda muito elementar, acabaram por se fixar por maior tempo em suas áreas de cultivo.¹⁷³

Desde a primeira metade do século XVI, com o bandeirantismo paulista que penetrou pelas atuais regiões do Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em busca de metais preciosos e cativos indígenas, esses povos agricultores e ceramistas passaram a ser açoitados, tendo sido ampliadas as agressões cometidas contra eles a partir de meados do século XVIII, prolongando-se pelo século seguinte até a grande redução numérica ou desaparecimento destes. Segundo Wagner de Magalhães, os vestígios arqueológicos deixados por essas populações “... revelam não só características socioculturais do grupo, mas também demonstram processos de ‘interação’ que são frutos de uma dinâmica de sobrevivência, decorrente do inevitável contato com o homem branco”.¹⁷⁴

Com o progressivo incremento da atividade agropastoril desempenhada pelos invasores não indígenas iniciada em fins do século XVIII e ampliada no século XIX no atual Triângulo Mineiro, ocorreu um grande choque cultural entre os vários povos indígenas que ali viviam e os conquistadores. Nesta região foram registrados vários

¹⁷² Ver: TURNER, Terence. *Os Mebengokre Kayapó: de comunidades autônomas para a coexistência interétnica*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. *Apud* LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 43.

¹⁷³ MAGALHÃES, Wagner. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica... possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas*. Dissertação [Mestrado] Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, p. 19.

¹⁷⁴ MAGALHÃES, Wagner. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica... possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas*. Dissertação [Mestrado] Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, p. 21.

grupos indígenas pertencentes à família linguística Macro-Jê, notadamente os conhecidos como Caiapó, os Xacriabá, os Parecí e os Bororo, entre outros.¹⁷⁵

Os Caiapó Meridionais alternavam o cultivo vegetal com a caça e a coleta. Entre as várias espécies vegetais cultivadas por muitos dos povos indígenas brasileiros, destacavam-se as culturas de milho e mandioca. Na região do atual Triângulo Mineiro e estendendo-se por todos os domínios Caiapó, predominava a produção de milho.¹⁷⁶ Esse grupo indígena concentrava-se nas épocas de plantio do milho, voltando-se às atividades de caça e coleta que eram praticadas em pequenos grupos e voltando a se concentrar na região antes plantada por ocasião da colheita. Havia uma divisão sexual do trabalho, onde as mulheres, em sistema de mutirão, cuidavam do plantio e colheita, bem como da estocagem e proteção dos grãos em pequenos paióis. “Após a colheita, a área era normalmente usada para o plantio do feijão, utilizando-se da haste do milho como proteção e suporte para as ramas”.¹⁷⁷ Segundo Bustamante, as técnicas indígenas de preparo da terra, plantio e beneficiamento de alimentos foram adotadas pelos invasores em quase sua totalidade na região dos Sertões da Farinha Podre.¹⁷⁸ Contudo, os sistemas produtivos, organização e divisão social do trabalho indígena eram inconciliáveis com os modelos de produção dos invasores, o que levou, de acordo com o autor, ao desaparecimento das sociedades indígenas.¹⁷⁹

¹⁷⁵ MAGALHÃES, Wagner. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica... possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas*. Dissertação [Mestrado] Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, pp. 21-22.

¹⁷⁶ GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. *Apud* LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 44.

¹⁷⁷ GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. *Apud* LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 46.

¹⁷⁸ Mesmo que de forma assimétrica, – pois as relações de força eram desiguais –, existiram trocas culturais numa via de mão dupla. Um bom exemplo disso é a adoção das práticas indígenas de preparo da terra, cultivo e beneficiamento de alguns gêneros alimentícios por parte dos invasores. Contudo, ao desrespeitarem a divisão sexual do trabalho indígena, forçando homens ao trabalho que, na cultura indígena era de responsabilidade das mulheres, os invasores geraram uma grande resistência por parte dos indígenas, ocasionando fugas e enfrentamentos. Essa situação contribuiu para a difusão de ideias equivocadas sobre a índole do indígena que, muitas das vezes foi descrito como preguiçoso, quando na verdade, o que ocorria era o total desrespeito com a sua cultura.

¹⁷⁹ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 46.

Como veremos, tal desaparecimento não significa, necessariamente, no fim de suas vidas. Ao passo que muitos padeceram ao contato, é certo, outros rumaram para regiões que acreditavam estar mais seguras das ações dos não indígenas e/ou que poderiam ser mais férteis ou conter mais caça. Por outro lado, entre grupos indígenas diversos, uma significativa presença indígena ainda persistiu nas áreas então ocupadas pelos não indígenas, misturando-se a estes em um processo de mescla biológica e cultural.

2.2.2 - Destribalização e Invisibilidade dos Indígenas no Sertão da Farinha Podre

Com as sucessivas restrições nos espaços vitais para que os indígenas desenvolvessem sua economia nos modos pré-cabralinos, em função das doações de sesmarias ao longo do Caminho de Goiás desde a primeira metade do século XVIII¹⁸⁰ e, intensificado o processo a partir dos anos iniciais do século XIX, os indígenas que ali restaram foram incorporando práticas dos invasores, como o cristianismo, a monogamia e a vida em pequenos grupos familiares. Progressivamente foram forçados a abandonar ou mudar as áreas alcançadas por suas *correrias*, momento em que se dispersavam em pequenos grupos e cobriam vastas áreas em busca de caça.¹⁸¹ Numa via de mão dupla, os conquistadores também adotaram técnicas indígenas, como o cultivo e beneficiamento do milho, já mencionado. Após a despovoação da região perpetrada pelos invasores – considerando os Caiapó como habitantes ancestrais da região – temos uma reorganização do espaço e um processo de “reocupação” cujos atores envolvidos vão muito além dos geralistas do Leste e Sul mineiro. Além de colonos de outras regiões, podemos observar um grande contingente de indígenas nos registros

¹⁸⁰ Em setembro de 1733, Januário Godoy Moreira solicitava sesmaria na região do atual Triângulo Mineiro. O suplicante dizia ter plantado “... roça de dois alqueires de milho de sementeira na Estrada das Minas de Goiás em a paragem chamada Ribeirão das Pedras...”. AHEG. Requerimento de sesmaria em Goiás, 16 de setembro de 1733, Cx 984, pacote 07, folhas 1-2. Nesta época outras sesmarias foram doadas ao longo do Caminho de Goiás, servindo, em alguns casos, para a ereção de pontos de apoio aos “viandantes” que rumavam para as recém-descobertas minas de Cuiabá e Goiás.

¹⁸¹ Com o aumento da presença de não indígenas, intensificada a partir de fins do século XVIII, os espaços vitais para os indígenas desenvolverem a caça, pesca e coleta foram tornando-se cada vez menores. Os choques entre índios e brancos se davam não somente pela sobreposição do uso das terras por essas duas culturas distintas, mas, também, em função dos encontros, geralmente violentos, nos diversos caminhos coloniais e, depois, no Império.

eclesiásticos,¹⁸² por exemplo. Contudo, estes indígenas, pressionados por uma política agressiva que se inicia no período colonial e perdura até o século XIX, acabam tornando-se “invisíveis”. Ou seja, aqueles que não rumaram para outras áreas e ainda assim resistiram às inúmeras formas de violência praticadas contra seu grupo, foram deixando de ser reconhecidos como indígenas. Esse processo de invisibilidade tem duas raízes que não se excluem mutuamente. Em primeiro, tem-se a ação de dominação e “apagamento” da indianidade e de identidade étnicas distintas por meio de políticas assimilacionistas que acabaram por facilitar a escravização do indígena de forma dissimulada, bem como, possibilitaram a negação do direito destes às suas terras, sejam elas ancestrais ou aquelas cujos indígenas ganharam o direito sobre as mesmas, como no caso das terras destinadas aos Bororos aliados dos não indígenas, por exemplo. Em segundo, por meio da ocultação, – praticada pelos próprios indígenas –, dos traços ancestrais e da sua identidade como estratégia de (sobre)vivência quando tal estratégia fosse entendida como conveniente. Neste último caso, não é difícil imaginarmos os motivos que levaram muitos indígenas a tal escolha. Constantemente estigmatizados pelos não indígenas, sendo-lhes atribuídos os mais baixos valores correntes na época, em determinadas situações a negação da qualidade de indígena poderia ser percebida como vantajosa.

Até os anos iniciais do século XIX, muitos indígenas aldeados na região do Sertão da Farinha Podre – notadamente os da Aldeia de Rio das Pedras¹⁸³ – continuaram sendo usados em campanhas militares contra os Caiapó que ainda resistiam no alto Araguaia.¹⁸⁴ Cessada a necessidade de arregimentação dos indígenas aliados nas campanhas militares e depois, como soldados que guarneciam a região, estes foram tornando-se camponeses, praticando uma agricultura familiar voltada ao próprio consumo, com seu excedente negociado com as tropas ou em outros núcleos que iam se formando. As técnicas eram praticamente as mesmas praticadas pelos invasores, com

¹⁸² Embora já existissem Listas Nominativas para Minas Gerais desde 1830, estas não contemplam muitas das localidades mineiras, fazendo-se necessário a pesquisa em arquivos eclesiásticos. Listas Nominativas e Registros de Casamentos e Batismos podem fornecer dados demográficos preciosos na ausência de outras formas de recenseamento. Existe atualmente uma base de dados composta pela transcrição de Listas Nominativas de Minas Gerais para as décadas de 1831-2 e 1838-41, disponibilizada online pelo Cedeplar – UFMG, no endereço: < <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

¹⁸³ Atual Cascalho Rico.

¹⁸⁴ GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

exceção da pecuária.¹⁸⁵ Com o incremento das ondas de migrantes oriundos da parte central e sul da capitania mineira, conhecidos como geralistas, os indígenas então instalados foram perdendo as terras que lhes eram reservadas ao longo do antigo Caminho do Anhanguera. Segundo Lourenço,

A população indígena, assentada nos aldeamentos, foi expulsa por sitiantes e fazendeiros, com o apoio das câmaras municipais e as terras da faixa aldeana expropriadas. Até 1823, os índios haviam perdido a porção situada ao sul do Rio das Velhas, e, fazendeiros araxaenses os retiraram da área que lhes havia restado entre o Rio das Velhas e o Paranaíba, na segunda metade do século XIX.¹⁸⁶

Depois de aliarem-se aos invasores na empresa de ocupação dos Sertões da Farinha Podre que remete à primeira metade do século XVIII, massacrando muitos e expulsando outros tantos dos antigos habitantes da região – o povo Caiapó –, grupos indígenas diversos¹⁸⁷ não tiveram os seus serviços reconhecidos. Paulatinamente foram perdendo suas terras para os “brancos” ou foram impelidos a deslocamentos. Os que se inseriram na sociedade colonial que se delineava acabam por passar por processos penosos como a exploração de seu trabalho, a escravidão e toda sorte de violências.

¹⁸⁵ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005. Basicamente, as técnicas de cultivo praticadas pelos invasores já haviam sido apropriadas, antes, dos indígenas que habitavam a região ancestralmente.

¹⁸⁶ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Das fronteiras do império ao coração da república: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 77.

¹⁸⁷ Na região do Triângulo Mineiro ocorreram o massacre violento, as migrações e processos de miscigenação dos indígenas Caiapó, os habitantes desta região na época da chegada dos primeiros invasores. Contudo, muito antes do efetivo controle colonial e, mesmo, da presença significativa dos conquistadores no local, grupos indígenas diversos foram usados pelos colonizadores para guarnecer os caminhos e efetivar a conquista da região. De acordo com Bustamante, na área do atual Triângulo Mineiro “... foram assentadas populações indígenas vindas de outras regiões, como de Goiás (acroás, chacriabás e tapirapés) e do Mato Grosso (bororos e parecis) (sic), em *aldeamentos* criados pelo colonizador. [...] quando a região em estudo, e de resto todos os atuais territórios dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ainda eram parte da capitania de São Paulo.” LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 48.

Esse processo repetiu-se várias vezes em outras regiões da colônia, acentuando-se ainda mais nos anos do Império.

A presença indígena nos documentos verificados foi paulatinamente diminuindo, caindo vertiginosamente a partir de meados do século XIX. Contudo, o desaparecimento dos indígenas nos registros não aponta, necessariamente, para o final da história de suas vidas. Ao cruzarmos algumas impressões de viajantes naturalistas sobre a população dos sertões que remetem ao imaginário então corrente sobre aspectos morais, físicos e intelectuais, por exemplo – fortemente influenciados pela Igreja e pelo etnocentrismo –, com a análise qualitativa de registros de batismos e casamentos, podemos inferir, não só os motivos que causaram a baixo número de casamentos interétnicos oficializados na Igreja, o alto número de filhos de mães solteiras indígenas – e também negras –, bem como, alguns motivos bem plausíveis que levaram os indígenas a ocultar a sua identidade, em alguns casos, como forma de resistência. Incontáveis indígenas morreram, é certo. Outros tantos se deslocaram para outras paragens. Contudo, muitos permaneceram e fizeram parte da história não contada do então Triângulo Mineiro.

Nos relatos dos viajantes, os sertões também eram lugares onde reinavam a devassidão, a imoralidade e a debilidade da justiça. O viajante austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl deixou um relato sobre os habitantes das áreas distantes do litoral e alguns de seus “vícios” por ocasião de sua passagem pelos sertões à oeste das minas em 1819.

Embora os brancos procriem indiscriminadamente com mulatas e negras e não se recusam a reconhecer publicamente esses filhos, não querem que os filhos se casem com essas raças [...]. Os sagrados laços do matrimônio são aqui muito frouxos e pouco apreciados. Cada um procede ao seu talante e arbítrio; ninguém receia ser punido por transgressões [...]. Ficam geralmente impunes todos os delitos, inclusive o assassinato¹⁸⁸

Para Pohl, a civilidade e moralidade dos habitantes do sertão eram extremamente baixas e, entre os seus vários vícios ainda existia uma forma de união impura e pecaminosa.

¹⁸⁸ POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1976, p. 142.

Sobre a mesma região, Saint-Hilaire explicava os motivos que levaram tantos “brancos” a manterem relações clandestinas com as negras, estendendo sua análise às mulheres indígenas e à província de Minas Gerais – no caso, aludia à região de Ouro Preto e áreas próximas. De acordo com suas observações,

Os primeiros aventureiros que se embrenharam nestes sertões traziam consigo unicamente mulheres negras, às quais seu orgulho não permitia que se unissem por casamento. A mesma razão impediu-os de desposarem as índias. **Em consequência, tinham apenas amantes.** Nos primeiros tempos deve ter ocorrido a mesma coisa na Província de Minas, mas como ela fica menos distante do litoral, é mais povoada e sua fase áurea não foi tão efêmera, as mulheres de bons costumes que para lá foram eram mais numerosas.¹⁸⁹

O viajante francês ainda dá indícios de que, mesmo na segunda década do século XIX, mulheres brancas existiam em número reduzido nos sertões goianos, – onde se inscrevia o Sertão da Farinha Podre até sua desanexação de Goiás, poucos anos antes da passagem de Saint-Hilaire. Para ele, mesmo tendo a província goiana vários núcleos de colonização, “... qual mulher não se assustaria com a distância que separa os portos de mar dessa região central [...]?”¹⁹⁰ Portanto, na visão do viajante, a ausência de mulheres brancas, – entendidas como “de bons costumes” –, desestimuladas em se instalarem no interior devido à grande distância que separa essas regiões daquelas “mais desenvolvidas” do litoral, acabou por estimular uniões interétnicas não aceitas socialmente, e que, por isso, eram ocultas, ou ainda, quando “à mostra”, raramente eram legitimadas pela Igreja.

A despeito do que era praticado ou socialmente aceito nas regiões distantes dos núcleos de colonização ou áreas mais civilizadas, Saint-Hilaire via uma alternativa para o extermínio ou escravização do elemento indígena. Em sua passagem por Curitiba e Província de Santa Catarina, o viajante francês propôs casamentos interétnicos entre

¹⁸⁹ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975, p. 52. *Grifo nosso*.

¹⁹⁰ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975, p. 53.

“brancos” e mulheres indígenas Kaingang, revelando um posicionamento ambíguo sobre o tema. Segundo ele,

... devia ser feito todo o possível para aproximá-los [os Kaingang] dos homens de nossa raça e estimular entre eles e os paulistas pobres, que não se devem envergonhar do sangue indígena [...] mais fácil fazer esse esforço [...] do que exterminá-los ou reduzi-los à escravidão.¹⁹¹

Embora tenhamos nos valido de um exemplo no qual o viajante se refere a uma região distinta da focada em nossa pesquisa, a política de estímulo a casamentos interétnicos envolvendo indígenas e não indígenas foi uma tônica no século XIX. O alemão Martius, alguns anos depois, chegou a entender que esse seria um caminho inevitável que acabaria por suprimir por completo qualquer vestígio dos indígenas e negros. Para ele, não se podia “... duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica.”¹⁹² Esta fala exemplifica bem a prepotência do europeu diante da diversidade ora representada por indígenas e negros.

A despeito dos incentivos aos casamentos mistos, pairava sobre a sociedade do século XIX um grande preconceito sobre as relações interétnicas, sobretudo pela manutenção de estereótipos e hierarquia étnico social, nas quais, indígenas e negros eram entendidos como pessoas de qualidades inferiores às dos “brancos”. Essa situação pode ter contribuído com abusos e violências praticadas contra mulheres indígenas e negras, quase nunca reconhecidas como esposas dos brancos, mas frequentemente usadas como concubinas ou escravas sexuais. Raros são os registros de casamentos entre índias e brancos; mas não tão raros, são os batismos de crianças filhas de mulheres índias sem a ocorrência de pais. A mesma situação é verificada para as mulheres negras, cativas ou não.¹⁹³

¹⁹¹ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Editora da USP. 1978, p. 44.

¹⁹² MARTIUS, Carl F.P. Von. Como se deve Escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 24, 1845, p. 408.

¹⁹³ O leitor pode indagar se o casamento era pratica corrente entre os indígenas? Por que as indígenas deveriam estar casadas? Bem, o casamento, assim como o batismo, não era observado entre os indígenas

Em 1823, na Paróquia de Sant'Anna do Rio das Velhas, atual Indianópolis, os indígenas José Luiz e Joana de Souza firmavam matrimônio. No mesmo ano foram celebrados mais três casamentos, sendo que em um destes figurava mais um casal indígena, Anacleto e Luiza de Sousa. A partir de então, ano após ano o número de enlaces cresceu, indicando o aumento do número de cristãos na localidade. Destes, muitos eram casamentos entre indígenas que abandonaram o costume da poligamia e adotaram o catolicismo. De 1823 a 1840, encontramos 242 casamentos listados, dos quais, 72 são de indígenas.¹⁹⁴ Trata-se de uma proporção de quase um terço do total de matrimônios, percentual bastante significativo. Os indígenas também aparecem em uma lista de batismo da mesma paróquia para o ano de 1831.¹⁹⁵ Contudo, não devemos desconsiderar que a localidade foi um importante aldeamento indígena desde meados do século XVIII, o que por sua vez explica a imensa presença indígena.

No antigo Arraial do Brejo Alegre ou Ventania, – local que mais tarde seria o distrito do Brejo Alegre, atual Araguari –, temos arrolado numa lista de batismos da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde uma significativa presença indígena.¹⁹⁶ Entre os anos de 1828 e 1844 foram batizadas na localidade 51 crianças indígenas.¹⁹⁷

em suas sociedades tribais. Contudo, estamos tratando, neste caso, de populações indígenas inseridas na sociedade colonial e que viviam sob as regras – legais e morais – dessa mesma sociedade. Portanto, filhos bastardos e mães solteiras não eram vistos com bons olhos. Pelos preceitos da igreja essas mulheres indígenas deveriam estar casadas ao terem seus filhos.

¹⁹⁴ Arquivo Histórico da Paróquia de Santana, Indianópolis – MG. Lista dos Casamentos da Paróquia de Sant'Anna do Rio das Velhas – 1823 a 1892, Caixa 02.

¹⁹⁵ Registro de Batismos da Paróquia de Sant'Anna do Rio das Velhas, ano de 1831. O referido documento encontra-se muito deteriorado pela ação de cupins, sendo impossível a leitura de algumas folhas e, por isso, não temos como apresentar quantitativos mais refinados. Contudo, entre as 25 folhas existentes, considerando as ilegíveis apenas a título que estimativa do total de batismos, identificamos 12 batismos de indígenas. Uma vez que cada folha contém seis registros, teremos um total aproximado de 150 batismos para o referido ano. Ainda que consideremos, que tenham ocorridos outros batismos de indígenas que não puderam ser localizados devido à má condição do documento, é perceptível a retração no percentual de índios em relação às demais “qualidades”. O mesmo acontece ao observarmos os registros de matrimônio para o intervalo que vai de 1823 à 1840.

¹⁹⁶ Embora a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde tenha sido criada por lei em 1843, existem registros na mesma que datam de 1823. Os registros que datam de 1823 à 1843, acreditamos, remetem às atividades de uma primitiva capela do arraialete do Brejo Alegre surgido no início da década de 1820 por meio de uma doação de terras à Igreja. A Paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde só foi criada, posteriormente, em 1840. Infelizmente não encontramos registros que nos possam dar mais pistas sobre as primeiras atividades da Igreja no Arraial do Brejo Alegre. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Coleção Conquista do Brasil – 2º série. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995, p. 29; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Vol. XXIV ano 1958.

¹⁹⁷ Arquivo Histórico da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, Araguari – MG. Livro de Baptizados da Parochia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde – 1823 a 1895.

Importante mencionar que, salvo raras exceções, os padrinhos também eram indígenas, o que nos dá uma estimativa do número de indígenas na localidade observada. Contudo, nem sempre o pai era indígena, ou melhor, nem sempre era mencionado nos registros. Como o caso do pequeno Manoel, filho de Cândida Maria, batizado em dezembro de 1828, cujo nome do pai não consta no registro. Seus padrinhos, Andre dos Santos Pimenta e Rita Maria de Jesus, “todos índios”.¹⁹⁸ Ou ainda o caso de Maria, filha natural de Joana Maria de Jesus, que “recebeu os santos óleos” em 1832, tendo como padrinhos, André dos Santos e Apolinária da Silva, todos também indígenas.¹⁹⁹ Casos como estes, em que a prole nascia fora dos sagrados laços do matrimônio e que os pais não eram identificados eram muito frequentes entre os indígenas. Longe de indicar algum traço de imoralidade às mulheres índias, essa situação aponta para o preconceito sofrido por essas mulheres que, acreditava-se não serem boas como esposas, mas eram boas como amantes, como registrou Saint-Hilaire. Junte-se a isso, a possibilidade de muitas mulheres indígenas terem acreditado que seus filhos, carregando a gene do não indígena, poderiam ter um futuro melhor.²⁰⁰

Vitória Maria e Frutuosa Rodrigues, ambas indígenas casadas com maridos não indígenas no ano de 1824, na Paróquia de Sant’Anna do Rio das Velhas, são representantes dos raros casamentos interétnicos registrados. Mais raros ainda eram casamentos como o do indígena Antônio de Campos que casara com Cláudia Nunes, não indígena proveniente de Rio das Pedras, em 1842.²⁰¹ Uma vez que as mulheres brancas e solteiras eram infrequentes nos sertões, como afirmou Saint-Hilaire, o

¹⁹⁸ Arquivo Histórico da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, Araguari – MG. Livro de Baptizados da Parochia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde – 1823 a 1895, folha 08, verso.

¹⁹⁹ Livro de Baptizados da Parochia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde – 1823 a 1895, folha 19.

²⁰⁰ Gersen dos Santos fala sobre as estratégias de negação da identidade indígena e da incorporação da identidade cabocla, “mais próxima da identidade branca como etapa superior da civilização humana”, como uma conquista e valorização social praticadas por índios no Alto Rio Negro em meados do século XX. O mesmo autor é categórico em afirmar que a negação da identidade indígena e de identidades étnicas particulares foi comum durante os mais de 500 anos de história do Brasil, sendo revertido esse quadro só com a organização de lideranças indígenas em fins dos anos setenta do século XX que culminaram com o capítulo que versa sobre os povos indígenas na Constituição de 1988. Ver: LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.

²⁰¹ Lista dos Casamentos da Paróquia de Sant’Anna do Rio das Velhas – 1823 a 1892. Caixa 02. Este indígena carregava um nome muito forte. Remetia ao sertanista Antônio Pires de Campos, comandante de um Exército de Bororo.

casamento destas com um indígena, – entendido de forma preconceituosa como pertencente a uma categoria inferior –, também pode ser considerado algo realmente muito incomum. Para o intervalo que vai desde 1823 a 1840, temos apenas 12 casamentos mistos envolvendo indígenas com brancos (as) na mencionada paróquia.²⁰² Essa pouca expressão não reflete, necessariamente, a pouca ocorrência de relações interétnicas, – e aqui me refiro a relações de caráter sexual – mas sim, sinaliza para a existência de muitas relações ocultas e, em muitos casos, violentas, fato verificado pela grande ocorrência de índias com filhos ilegítimos.²⁰³

Embora estimulados pelas autoridades como forma de “apagar” a presença indígena por meio de uma pretensa e sem sucesso política de branqueamento, “casamentos mistos”, envolvendo indígenas e brancos, não eram vistos com bons olhos pela sociedade colonial, sobretudo, eram majoritariamente desaprovados pelos “brancos”. Existia uma hierarquia entre as “qualidades” (etnias) fácil de verificar, seja nas falas dos viajantes naturalistas ou nos próprios registros. Não só os viajantes europeus, mas também os “brancos”, acreditavam que os indígenas, em geral, eram povos degenerados fisicamente, moralmente e culturalmente.

Ao passo que a denominação de índio podia ser negada por muitos destes pelo fato de ser “pejorativa e desqualificadora”, as identidades étnicas particulares – como Caiapó, Bororo e outros – também foram, em algumas circunstâncias, negadas ou reprimidas.²⁰⁴ Uma vez que a sociedade conquistadora tolhia a possibilidade de o indígena desenvolver uma vida digna e própria, apropriando-se de seus territórios, seu trabalho e estigmatizando-os desde os primeiros anos da colonização, negar seus traços tribais era, sem dúvida, uma forma de resistência praticada pelos indígenas. Recusar sua ancestralidade não era escolha fácil e, por vezes, tal escolha era feita diante da grande repressão física e cultural a que os indígenas eram submetidos. Neste quadro, muitos rumaram para outras regiões buscando maior autonomia, outros foram fisicamente

²⁰² Lista dos Casamentos da Paróquia de Sant’Anna do Rio das Velhas – 1823 a 1892. Caixa 02.

²⁰³ Ver Livro de Baptizados da Parochia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde – 1823 a 1895. Assim como muitas índias, as mulheres pretas, pardas ou creoulas, muitas cativas, também aparecem em grande número como mães de crianças “naturaes” e não “legítimos”, isto é, sem a indicação do pai da criança.

²⁰⁴ LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006, p. 31.

massacrados ou acabaram tornando-se “invisíveis” por meio das políticas assimilacionistas. Contudo, não se trata da forma erroneamente entendida como processo de *aculturação*, sobretudo, ao considerarmos a cultura de forma dinâmica, em constante construção; e não, engessada, cristalizada. De acordo com Gersen dos Santos,

Os índios que sobrevivessem às guerras e aos massacres planejados e executados deveriam compulsoriamente ser forçados a abdicar de seus modos de vida para viverem iguais aos brancos. No fundo, era obrigá-los a abandonarem suas terras, abrindo caminho das fronteiras agrícolas do país. O objetivo, portanto, não era tanto cultural ou racial, mas sobretudo econômico, guiando toda a política e as práticas adotadas pelos colonizadores.²⁰⁵

Devemos entender a identidade étnica como um constructo histórico dinâmico e situacional. Como sugeriu Maria Regina Celestino de Almeida, identidade e cultura, bem como o pertencimento de grupos étnico-culturais pensados

... como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, que continuamente se constroem através das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos, permite repensar a trajetória de inúmeros povos que por muito tempo foram considerados misturados e extintos.²⁰⁶

Se em dado momento, diante das várias pressões que já listamos, alguns indígenas acreditaram não haver nenhuma vantagem na manutenção de sua identidade tribal, em outros, a (re)valorização da sua etnicidade foi uma batalha pela a sobrevivência. Foi o que verificou Maria Leônia ao estudar os indígenas coloniais de Minas Gerais. Segundo ela, nas minas próximas a Ouro Preto, ainda em meados do

²⁰⁵ LUCIANO, Gersen dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006, p. 41.

²⁰⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, nº 2, p. 21-39 – 2012, p. 23.

século XVIII, ao passo que administradores dos indígenas buscaram dissimular a ancestralidade indígena, nomeando-os com categorias mestiças, buscando legitimar o seu cativeiro; muitos destes indígenas coloniais acionaram a justiça para garantir o reconhecimento de sua etnicidade e, assim, evitaram a escravidão.²⁰⁷ Outro estudo que aponta para a valorização da condição de indígena e a busca pelos direitos e garantias destes assegurados por lei foi feito por Izabel Missagia. A professora trata do litígio pelas terras das aldeias de Santana do Rio das Velhas e Rio das Pedras, invadidas por não indígenas e reivindicadas por indígenas Caiapó.²⁰⁸

Os indígenas dos Sertões da Farinha Podre não figuraram apenas nas listas em que estão arrolados. Antes, foram partes constitutivas dos espaços e da sociedade que ali se desenvolvia. Embora a partir de meados do século XIX, os indígenas tenham se tornado cada vez menos presentes nos diversos tipos de registros documentais, a grande presença dos mesmos nas décadas anteriores em documentos eclesiásticos como Listas de Casamentos e Batismos não deixa dúvida que eles sofreram, – ao lado de processos de deslocamentos rumo a outras regiões e uma grande baixa demográfica²⁰⁹ em função dos maus tratos –, uma ação de “apagamento”, tornando-se “invisíveis”, por meio de um processo de destribalização e adoção dos costumes dos não indígenas como os casamentos, a adoção do cristianismo e da língua do não indígena, das práticas agrícolas e, sobretudo, por meio das várias mesclas culturais. Tudo isso acabou, também, por ocultá-los de parte significativa de processos históricos mais amplos, sobretudo ao considerarmos a história escrita.²¹⁰

²⁰⁷ RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

²⁰⁸ Ver: MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880). *Revista Dimensões* - UFES, vol. 18, 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2440/1936>> Acesso em: 13/11/2013.

²⁰⁹ Infelizmente não encontramos a lista de óbitos da localidade no período pesquisado para cruzar as informações com as demais listas observadas.

²¹⁰ Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 13.

2.2.3 O Mito do Caiapó Selvagem: o indígena no imaginário colonial

Com a descoberta das minas do Cuiabá e de Goiás ainda na primeira metade do século XVIII, ocorreu a chegada de muitos invasores não só nas áreas de prospecção, mas, também, ao longo dos caminhos que cortavam várias regiões ocupadas por indígenas há milênios. Esse “encontro” foi marcado pela violência mútua praticada tanto pelos invasores quanto pelos indígenas, habitantes ancestrais daqueles territórios. Desde então várias imagens foram construídas sobre as diversas tribos que viviam no Sertão da Farinha Podre e, entre elas, a que mais prevaleceu foi a dos Caiapó enquanto selvagens e incivilizáveis. Uma vez que todos que não se alinharam à ordem colonial passaram a ser entendidos como inimigos das autoridades e de seus associados, os Caiapó, conhecidos pela sua tenaz resistência, integraram, junto com os negros aquilombados e salteadores, o rol dos piores inimigos da ordem vigente. Neste contexto, uma série de representações sobre os indígenas Caiapó passaram a ser produzidas. Algumas revelam preconceito e desrespeito à sua cultura, – muito comuns à época e ainda hoje recorrentes –, outras serviram de forma dissimulada como justificativa para a perseguição implacável sofrida por esses povos.

O termo *Tapuia*, empregado em oposição ao *Tupí*, foi habitualmente utilizado para criar distinções entre grupos indígenas.²¹¹ Os primeiros seriam compostos por “nações” irreconciliáveis e de hábitos grotescos; já os segundos, seriam aqueles que guardavam valores superiores àqueles. Pretensamente, os Tupí ocupavam um estágio mais alto dentro do conjunto de conhecimentos e comportamentos quando comparados aos Tapuia (comparações geralmente feitas por portugueses e neobrasileiros). Conhecidos como povos que habitavam áreas interioranas, os Tapuia, pertencentes ao tronco linguístico Macro Jê, também eram mencionados como “índios de língua travada”, sendo sua fala “incompreensível” de acordo com vários relatos.²¹² A distinção entre povos Tupí e Tapuia fez-se imprescindível num contexto que foi marcado pela necessidade de se obter indígenas aliados e, ao mesmo tempo, justificar ações de guerra

²¹¹ É aceito que existem dois principais troncos linguísticos entre os indígenas brasileiros, o Tupí e o Macro Jê. Para aprofundar na discussão ver: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4ª edição, São Paulo: Loyola. 2002.

²¹² Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.20.

justa, sendo esta legitimadora das ações de extermínio e escravização indígena. Segundo Pedro Puntoni, “*A bipolaridade Tupi-Tapuia, marca fundamental da percepção da diversidade dos povos indígenas pelos colonizadores, estava representando o corte entre aliados e inimigos, não só no imaginário, como nos contextos concretos*”.²¹³ Contudo, não foram raras as alianças entre colonizador e indígenas do grupo Jê.

Para muitos cronistas, os Tapuia eram como animais indomesticáveis, antropófagos e ferozes.²¹⁴ Segundo Amantino, tal “...barbárie pode ser percebida também pelo fato de os Tapuia não dominarem a agricultura e a pesca, e nem utilizarem o fogo para cozerem seus alimentos”.²¹⁵ No entanto, parece haver um equívoco no que se refere à ausência da prática da agricultura pelos Tapuia. Como já assinalamos, os Caiapó, a exemplo de outros povos Tapuia, eram conhecidos pela prática da agricultura e da produção de artefatos de cerâmica. Esta ideia equivocada tem como uma de suas maiores origens a leitura de relatos de segunda mão ou, ainda, a observação de grupos indígenas inseridos em contextos que contribuíram com a mudança acelerada de seus padrões sociais. Ora, diante da crescente presença de invasores nos territórios indígenas, muitos grupos podiam reduzir sua atividade agrícola, possibilitando maior mobilidade e, portanto, maiores vantagens nas campanhas militares. O traço volante, a incerteza dos pousos, a impossibilidade de se arrolar o real número dos Tapuia era um dos grandes desafios enfrentados pelos invasores não indígenas. Guido Thomáz Marlière, em 20 de janeiro de 1828, então Comandante Geral das Divisões Militares do Rio Doce e Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, relatava a dificuldade imposta pelo caráter nômade dos Botocudo ao apresentar um mapa estatístico dos aldeamentos sob seu controle.

Apontava Marlière:

Para que o meu Mappa podesse servir efficazmente a Estatística da Província seria necessário dar hum numero approximativo dos Botocudos

²¹³ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p.60-1.

²¹⁴ CARDIN, Fernão. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939. *Apud* AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 59-60.

²¹⁵ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 60.

que afluão às Aldeãs formadas desde 1823, mais he trabalho este mais difficil do que contar os habitantes de hum formigueiro, emquanto pelo decurso do tempo, e a fixidade delles mais determinada, não poder alcançar por via dos sub-Directores, e de Instruçoens que em consequência lhes dirigir o rezultado dezejado, o qual Communicarei á V. Ex.^{ca} logo que possível for.²¹⁶

Podemos notar que, para além de alguns discursos que visavam justificar ações contra indígenas que se apresentavam como empecilho aos interesses dos conquistadores, muitos relatos e a própria documentação oficial aponta para o fato de que a dicotomia Tupí x Tapuia, usada para fazer uma clivagem entre grupos indígenas diversos, vai muito além da diferenciação entre grupos étnicos falantes do Tronco Linguístico Tupí ou Macro Jê. *Grosso modo*, os grupos indígenas foram resumidos de duas formas: aqueles tidos como “mansos” eram considerados aliados, enquanto aqueles que resistiam à invasão de seus territórios e à sua subjugação eram tratados como inimigos e a estes era implementada a violência e a “Guerra Justa”. Mas nem sempre os povos Jê, não falantes do Tupí e também por isso entendidos como Tapuia, foram inimigos dos não indígenas. Alógica de alianças – que será mais bem tratada no capítulo quatro – era bem mais complexa e dependia de interesses, pressões e situações concretas de ambos os lados. Não houve um grande deslocamento de indígenas Tupí para fazerem frente aos Caiapó no século XVIII. Assim como os Caiapó, os Bororo – o principal grupo étnico que lutou contra os Caiapó nos Sertões da Farinha Podre e áreas contígua – e outros grupos deslocados para a atual região triangulina, também eram Jê, não falantes do Tupí e, portanto, seriam eles Tapuia se considerarmos o tronco linguístico como elemento diferenciador. Contudo, nos relatos e reclamações contidos na documentação podemos notar facilmente que o emprego do termo Tapuia, vai além da diferenciação da língua, dos espaços que tais grupos ocupavam e da dicotomia índios inimigos X índios aliados. O termo Tapuia e por extensão a ideia de inimigo estava, sobretudo, associado àqueles que não integravam a lógica produtiva de um protocapitalismo em expansão experimentado na colônia. Não bastava que os indígenas fossem “mansos” para deixarem de ser entendidos como Tapuia e inimigos, mas, sobretudo, estes deveriam sair do caminho das frentes de devassamento e exploração de seu território levadas por

²¹⁶ Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das differentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In: RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s.

não indígenas e, melhor ainda, deveriam abandonar sua vida tribal, auxiliando os invasores no projeto de espoliação de suas próprias terras ancestrais.

Darcy Ribeiro, escrevendo sobre o papel dos povos indígenas para a formação do povo brasileiro, citou alguns dos diversos grupos indígenas recorrentes no Brasil Central referindo-se aos mesmos como “inimigos irreconciliáveis”, cujo sistema era muito diverso dos povos Tupí. Segundo o autor era o “... caso dos Bororo, dos Xavante, dos Kayapó, dos Kaingang e dos Tapuia em geral”.²¹⁷ Notamos certo descuido de Ribeiro ao tratar a multiplicidade dos arranjos interétnicos de forma tão simplificada. Embora estes indígenas tivessem fornecido resistência militar, também foram observadas alianças – as vezes pouco permanentes – entre os mesmos e os não indígenas em vários contextos, principalmente quando enfraquecidos demograficamente ou quando acreditavam ter na aliança com o “branco” uma vantagem contra tribos rivais, como fizeram os Bororo ao se aliarem aos não indígenas contra os Caiapó. Mais à frente discorria sobre como os indígenas do Grupo Caiapó passaram a figurar no imaginário colonial e, depois, do Império:

Habitados a percorrer imensas distâncias em seus deslocamentos, os Tapuia, principalmente os Kayapó, atacavam sempre inesperadamente nos lugares mais distantes, **fazendo prisioneiros sempre que podiam, sobretudo meninas e mulheres que incorporavam à tribo.** Essa característica os converteu no pavor dos bandeirantes e, depois, através dos séculos, das populações sertanejas que estavam a seu alcance.²¹⁸

Sertanistas, viajantes naturalistas, historiadores, antropólogos e demais indivíduos que narraram o traço selvagem dos Caiapó não são unânimes quanto à alguns hábitos destes indígenas, como a suposta prática destes em incorporar prisioneiros à tribo descrita por Darcy Ribeiro. O capitão Antônio Pires de Campos, narrando a “derrota da viagem das Minas do Cuyaba e seus recôncavos” em maio de 1723, descrevia alguns dos “gentio Barbaro” que dominavam os referidos espaços visitados

²¹⁷ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 35.

²¹⁸ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 111. *Grifo nosso*.

por ele. Entre estes indígenas estavam os Caiapó, habitantes no referido contexto das áreas acima do Rio Paranaíba e se estendendo por vastas terras com muita gente. De acordo com Pires de Campos, os Caiapó tinham como

...o seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que de comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão aqui e **presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos.**²¹⁹

Em estudos sobre o grupo Caiapó, pesquisadores como Marcel Mano,²²⁰ Odaí Giralдин,²²¹ Schwartzman²²² e Heelas²²³ assinalam que o comportamento violento descrito sobre tais indígenas deve ser analisado dentro de sua própria cultura e sistema simbólico, cujas relações sociais se estruturavam numa relação oposta entre *Panará* (nós) e *Yi'pe* (outros). Os Yi'pe eram o oposto dos povos Caiapó, incluindo os não indígenas e demais entidades sobrenaturais que compunham o espaço simbólico-imagético dos Caiapó. Deste modo, não se admitia conciliações ou cativos. Sejam

²¹⁹ Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos em 20 de maio de 1723. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typografia de D. Luiz dos Santos, 1862, p. 437. *Grifo nosso*.

²²⁰ MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014; MANO, Marcel. *Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro*. Cadernos de Pesquisa - Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010; MORI, Robert & MANO, Marcel. Do “Gentio Cayapó” a “vassalos” do rei: guerra e aldeamentos indígenas na capitania de Goiás nos séculos XVIII e XIX. In: IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder, 2014, Jataí- GO. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder. Jataí - GO: Universidade Federal de Goiás, 2014. v. 1. p. 1-18. Disponível em < <http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20%28241%29.pdf>> Acessado em: 20/08/2015.

²²¹ GIRALDIN, Odaí. *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997; GIRALDIN, Odaí. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil.

²²² SCHWARTZMAN, Stephan. *The Panará of the Xingu National Park; the transformations of a society*. Chicago: Chicago University, 1987.

²²³ HEELAS, Richard H. *The social organization of the Panará, a Gê tribe of Central Brasil*. Oxford: Oxford University, 1979.

mulheres ou crianças, os cativos nunca seriam integrados ao grupo Caiapó, sendo exterminados sempre que possível.²²⁴

Ainda segundo Giraldin, os “ataques” praticados pelos Caiapó eram motivados pelo

...contato com um inimigo [...] o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto deveria ser morta. Segundo, porque ao combater os ‘inimigos’, eles lhes forneciam a ‘bravura’ necessária para que os homens pudessem realizar as cerimônias de escarificação de peito e costas, e perfuração de lábios e orelhas e tornava o homem ‘bravo’ condição ideal para provocar dor nas mulheres através de relações sexuais, a partir das quais as mulheres ficariam ‘tristes’, podendo engravidar. Terceiro, os inimigos eram fontes de bens materiais, como plantas, armas, etc., bens estes que, mitologicamente foram deles apropriados. [...] Quarto, estavam também vingando seus mortos, ou as pessoas capturadas pelos ‘brancos’. Finalmente não faziam cativos dos seus inimigos porque não havia possibilidade de serem incorporados em seus ‘SDG’ [*spatial descent groups*] ou ‘clãs’²²⁵

Esse traço cultural dos Caiapó serviu para legitimar a difusão de imagens, por parte dos conquistadores, de que tais indígenas eram selvagens e impiedosos. “Não conheciam a clemência, nem diante de crianças de colo ou velhos indefesos”. Para os conquistadores, era inconcebível essa forma com que os Caiapó enxergavam o mundo.²²⁶

²²⁴ Ver: JÚNIOR, Rafael Alves Pinto. O sudoeste de Goiás como espaço de fronteira: a colonização do certão do gentio Cayapó. *Revista de História da UEG*. Anápolis, v 4, nº 2, p. 37-61, ago/dez de 2005, p. 44.

²²⁵ GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997, p. 50. Ver também: MORI, Robert & MANO, Marcel. Do “Gentio Cayapó” a “vassalos” do rei: guerra e aldeamentos indígenas na capitania de Goiás nos séculos XVIII e XIX. In: IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder, 2014, Jataí- GO. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder. Jataí - GO: Universidade Federal de Goiás, 2014. v. 1. p. 1-18. Disponível em <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20%28241%29.pdf>> Acessado em: 20/08/2015.

²²⁶ JÚNIOR, Rafael Alves Pinto. O sudoeste de Goiás como espaço de fronteira: a colonização do certão do gentio Cayapó. *Revista de História da UEG*. Anápolis, v 4, nº 2, p. 37-61, ago/dez de 2005, p. 45.

... os Panará, [que para alguns pesquisadores, como Odair Giraldin, seriam os Caiapó sul que teriam migrado para o Mato Grosso²²⁷] semelhante aos “clãs” dos Bororos, formam grupos de residência no espaço a aldeia [denominados por Richard Hellas] *spatial descent groups* (SDG). Como a filiação a um *spatial descent group* dá por meio da descendência matrilinear, é inadmissível que um indivíduo de outro *spatial descent group* possa ser assimilada em um SDG que não seja o seu de origem. Assim, uma criança capturada não teria um lugar social no plano da aldeia, não poderia casar-se e nem ser adequadamente sepultada pois não existiriam familiares a cuidar do ritual.²²⁸

Nos “contatos” entre os Caiapó e não indígenas, ainda nos anos vinte do século XVIII, quando existia baixíssima presença destes, a concentração das ações bélicas praticadas pelos Caiapó recaía sobre outros indígenas, conforme relato de Pires de Campos que avisava: “... nas suas campinas [os Caiapó] cursam muita terra de outros gentios a quem causam muitos descommodos com as suas traições; este mesmo gentio chega a fazer damno ao rio chamado Tacoari.”²²⁹ Se considerarmos as ações que se sucederam com o aumento da presença de não indígenas, examinando as agressões contra toda e qualquer nação indígena que pudesse obstruir os interesses dos conquistadores, não é difícil entender que a violência praticada pelos Caiapó contra outros grupos indígenas, – de acordo com o narrado por Pires de Campos –, não era uma real preocupação das autoridades, mas sim, a exploração das potenciais vastidões de terras dominadas pelos Caiapó. Sendo assim, devemos entender as imagens construídas sobre os Caiapó dentro de contextos e lógicas institucionais específicas, que nos permitem compreender os interesses escusos sobre estes indígenas e demais grupos e, especialmente, sobre as potencialidades existentes nos locais por eles ocupados.

²²⁷ GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil.

²²⁸ JÚNIOR, Rafael Alves Pinto. O sudoeste de Goiás como espaço de fronteira: a colonização do certão do gentio Cayapó. *Revista de História da UEG*. Anápolis, v 4, nº 2, p. 37-61, ago/dez de 2005, p. 45.

²²⁹ Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos em 20 de maio de 1723. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typografia de D. Luiz dos Santos, 1862, p. 438. Embora o termo Tacoari ou Taquari, que na língua Tupí faz referência a bambu, nomeie vários rios brasileiros, Antônio Pires de Campos refere-se ao rio localizado na região que hoje compreende a Serra do Caiapó, na divisa entre os Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás. Na ótica do indígena eram os invasores que estariam a fazer danos nas imediações do rio Tacoari, uma vez que tais paragens eram há muito habitadas por grupos indígenas, principalmente os Caiapó e os Bororo. RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1, p. 226.

O Professor Marcel Mano, estudando as relações sociocosmológicas do grupo Caiapó, assinala as mudanças ocorridas no grupo referente às suas formas de contato com o mundo exterior. Para Mano, se no século XVIII, a relação preferencial de contato Caiapó com o mundo exterior era a guerra, na qual poderiam obter bens simbólicos e materiais de seus inimigos, persistindo “... ainda o tempo mítico, reversível, reiterativo, atemporal porque o presente reeditava o passado, as ações dos homens reeditavam as de seus heróis fundadores”; já, no século XIX, com a intensificação da presença de não indígenas e o maior contato interétnico, as relações com o mundo exterior transformam-se profundamente. Segundo Mano, “com o desenvolvimento do contato interétnico, os Kayapó desenvolveram novas formas de percepção, classificação e ação que já não reproduziam as façanhas de seus heróis mitológicos.”²³⁰ Mano ainda chama atenção para o fato de que essa mudança de estratégia marca um momento de ruptura histórica para o povo Caiapó que, antes agiam como seus heróis mitológicos e, a partir do século XIX, agem de acordo com um “novo tempo”.

Este estudo do professor Marcel Mano é importante para demonstrar como os indígenas agiam de forma flexível e condizente com a realidade que a eles se apresentava. Não obstante, uma característica parece ser comum ao grupo Caiapó e outros grupos indígenas também descritos nas fontes históricas como irreduzíveis, como os Botocudo²³¹ e Purí,²³² do Leste de Minas Gerais e Espírito Santo, quanto ao momento em que eles diminuem suas ações de resistência e cedem às aproximações com os não indígenas: sua grande redução numérica e conseguinte diminuição do poderio bélico.

²³⁰ MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014, pp. 202-203.

²³¹ O nome Botocudo atribuído pelos portugueses em função de esses indígenas usarem botoques labiais e auriculares, generalizou-se, passando a designar vários grupos indígenas do tronco Macro-Jê que eram bravios e relutantes à associação com os não indígenas.

²³² O termo Purí tem sua origem na língua Coroadó e quer dizer “audaz ou bandido”. Curiosamente os Coroadó também eram assim chamados pelos Purí, que, desse modo, lhes retribuía a ofensa. DEBRET, Jean. Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 69. Em ambos os casos, tanto para os Botocudo quanto para os Purí, tais nomes não guardam nenhuma correspondência com os verdadeiros nomes dos grupos, portanto, são terminologias exonominais.

Em alguns momentos, determinados grupos indígenas acabaram por prestar uma espécie de serviço inconsciente ao governo colonial na condição de “bestas selvagens”, como o caso dos povos que habitavam os Sertões do Leste Mineiro, ou “áreas proibidas”, que serviam como:

... um cinturão de resistência nos sertões, intimidando a penetração dos contrabandistas, ávidos em explorar as jazidas minerais à revelia do controle metropolitano. Por isso mesmo, o Estado nem sempre se preocupou de fato com a “civilização” dos índios, que, muitas vezes, prestavam melhores serviços na condição de ‘bestas selvagens’...²³³

Ao passo que na porção leste do território Mineiro, os Botocudo foram usados como barreira natural para impedir o extravio do ouro, figurando como bestas selvagens na área intermediária ao Espírito Santo, Minas Gerais e norte fluminense, área que ficou conhecida como *sertões Proibidos* até meados do século XVIII; Na região hoje compreendida pelos atuais sul de Goiás, noroeste paulista, pontal do Triângulo Mineiro e leste do Mato Grosso do Sul, a presença Caiapó aterrorizou muitos colonos e viajantes, dificultando a ocupação nesta área até os anos iniciais do século XIX. A grande região que mais tarde seria chamada de *Caiapônia* por Aires de Casal acabou por contribuir com a concentração do trânsito de pessoas pela Estrada de Goiás, aberta em 1730 uma vez que, o medo causado pelos Caiapó sobre os colonos, mineiros e viajantes desestimulou a abertura de picadas e vias ilegais. Ao que parece, mais uma vez, sem que soubessem, os indígenas prestavam um serviço às autoridades coloniais na qualidade de soldados, ou melhor, na qualidade “criaturas aterrorizantes”.

No século XIX, grupos compreendidos como Tapuia ainda faziam resistência no Leste de Minas Gerais. Autoridades eclesiásticas interessadas nas cômmodas e demais recursos destinados à catequese indígena apelavam para o governo no sentido de serem atendidos com os recursos necessários, em suas palavras, à domesticação dos índios. Em seus pedidos era recorrente a descrição das potencialidades existentes nas terras ocupadas pelos indígenas e como a catequese seria o melhor caminho para a

²³³ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

desobstrução destes territórios e incremento dos nativos como vassallos leais ao Rei. O caso a seguir é um bom exemplo da forma como os indígenas que não se associavam eram vistos e como a situação deveria ser resolvida.

Em um despacho do Conselho Ultramarino datado de agosto de 1801, sobre a *Catechese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas-Geraes*, empreendida pelo padre Francisco da Silva Campos, o príncipe regente de Portugal, Dom João, recebia informações sobre as riquezas que poderiam ser exploradas no Leste de Minas Gerais e dos embaraços causados por alguns grupos indígenas que ainda teimavam em resistir às “benesses da civilização” e da educação cristã. Nessa época os Coropó já haviam sido quase totalmente destruídos pela violência praticada pelos “brancos” e, sobretudo pelos seus associados indígenas Coroado.²³⁴ Os que ainda continuavam resistindo eram uns poucos Purí e, os Botocudo, tendo estes últimos prolongado seu enfrentamento militar até o século XX nas porções dos Sertões do Rio Doce. Para o suplicante, o padre Campos, que apelava a Dom João a implementação de recursos para a redução dos Puri e Botocudo,

O Tapuia do Brazil he talvez de todo selvagem conhecido, o mais estúpido, e rude, nascido em um clima doce que o não obriga a reparos contra o frio, nem calmo, achando facilissima subsistência nos frutos espontâneos da natureza, na Cassa, e pesca, a sua industria parece limitada ao simples necessário fisico, He impossivel reduzi-lo ao trabalho de que não precisa para viver. A deficultade mais árdua para a sua educação he inspirar-lhes amor pelas comodidades da vida, e enocular em sua almas pelos verdadeiros prazeres o amor da Propriedade que elles não conhecem, e que so he capas de faze-llos sahir da apatia natural em que vivem [...] Seria impertinente persuadir os interesses da Religião, e do Estado na conversão de tão numerosas cabildas de selvagens malfeitores em Christaons, e cidadaons uteis, não só pello acrescmentamento de Vassallos, e do rico terreno que elles habitão: porem o que mais consideravel na aquisição de muitas outras Nassoens que a seu exemplo, ou com a sua força serão submetidas ao Império de Vossa Alteza.²³⁵

²³⁴ Estes indígenas receberam esse nome dos portugueses que os observaram com o corte de cabelo em forma de coroa. Embora pertencentes ao grupo Jê, não se trata dos mesmos observados em áreas do atual Brasil Central.

²³⁵ *Catechese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas-Geraes. RAPM. Ano/vol. 2, fascículo 4, Ouro Preto – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897, pp. 687-688.*

Os indígenas poderiam deixar de ser inimigos e, com isso, deixavam de ser referidos como Tapuia. Mas para isso não bastava cessar suas investidas, uma vez que já há muito tempo eram eles que tinham seus territórios invadidos. Os nativos deveriam integrar a lógica produtiva vigente, adotando o prazer pela propriedade privada e a produção de excedentes. Também fica claro no documento o interesse pela espoliação de suas terras e pelo seu incremento militar contra demais grupos indígenas que permanecessem resistindo à essa lógica de “integração”.

Como instrumento de extermínio, mas também largamente utilizado como forma de se justificar a escravização de indígenas capturados, notadamente mulheres e crianças, driblando assim as leis que impediam o cativo indígena, foram implementadas as Guerras Justas. O revide aos ataques indígenas abonava a aplicação da Guerra Justa, por isso, não negando os múltiplos ataques praticados por estes sobre fazendas e caminhos dos invasores, muitos ataques indígenas foram forjados com o intuito de se justificar as ações militares contra vários povos nativos.²³⁶ Outra forma de se justificar os castigos contra os indígenas e o seu cativo era a possível prática de ritual antropofágico ou canibalismo – como também era descrito – atribuída a alguns grupos como no caso dos Caiapó.²³⁷

Márcia Amantino, – ao se referir aos indígenas, negros aquilombados e vadios como grupos que perturbavam a ordem, ou ainda, que dificultavam a instalação de qualquer ordem em um espaço selvagem aos olhos das autoridades e dos primeiros colonos –, assinalou que “o controle sobre estes grupos passou necessariamente pelo *estabelecimento de um corpo de ideias negativas e respeito dos mesmos*, justificando, assim, seu aniquilamento”.²³⁸ Deste modo, criar, alimentar e difundir imagens grotescas

²³⁶ Ver: Carta de Dom Marcos de Noronha ao ouvidor geral Agostinho Luis, 04 de outubro de 1751. SDEGO, livro 192, p. 211. Apud CHAIM, Mariovane Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 - 1811*. 2ª ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, pp. 83-84. Dom Marcos de Noronha reclamava da prática dos Moradores de Goiás em forjar ataques indígenas para, como isso, justificar o seu cativo.

²³⁷ Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI*. Estudos Avançados. v.4 n.10 São Paulo set./dez. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300005&lng=pt&nrm=iso&userID=-2#10not> Acessado em 20/03/2013.

²³⁸ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 51. *Grifo nosso*.

sobre grupos indígenas tidos como inimigos eram estratégias empregadas para justificar ações violentas contra estes. Como forma de angariarem recursos junto à Real Fazenda para dar combate à grupos indígenas considerados inimigos, autoridades locais não economizavam nas descrições de práticas aterrorizantes realizadas por esses indígenas.²³⁹ As Guerras Justas serviam, ao mesmo tempo, como exemplo às tribos que teimavam em não se aliar com os não indígenas, para abertura de novas terras para a ação de colonos, como forma de obter escravos nativos capturados nas campanhas e na obtenção de recursos financeiros. Por isso mesmo, existia uma conveniência muito grande em se ter inimigos tão desprezíveis, o que nos faz refletir sobre a difusão de ideias negativas sobre os indígenas, notadamente aquelas mais abomináveis, como a do antropofagismo.

Rafael Alves Pinto Júnior, com base nos estudos de Giralдин,²⁴⁰ assinala que, a mitificação dos Caiapó ampliou o

... terror dos que iam na frente pioneira [,] contribuindo para, [...] legitimar um poder discursivo que justificava de antemão as violentas ações “preventivas” dos paulistas e mineiros que ali chegavam. Estas histórias eram unânimes em caracterizar os caiapós como violentíssimos, paradigmas de ferocidade e truculência na época. Matavam todos, indiscriminadamente, destruíam roças, pilhando o que podiam carregar, queimavam casas e não faziam cativos.

Além dos prováveis exageros na construção da imagem dos Caiapó usados para justificar a violência sobre eles, não podemos desconsiderar que, após a invasão de seus territórios e do aumento da presença de não indígenas, as práticas ancestrais experimentadas pelos Caiapó modificaram-se em um ritmo acelerado. Como em qualquer outro grupo humano, o encontro – se é que podemos chamar de encontro o choque experimentado pelos indígenas por ocasião do devassamento de seus territórios – com o *outro*, possibilita dinâmicas culturais que não podem ser resumidas pela ideia

²³⁹ Ver: CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. -AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

²⁴⁰ GIRALDIN, Odair. *Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Ed da Unicamp, 1997, p. 50.

de “destruição cultural” ou “aculturação”. Também não podemos negar que os indígenas praticaram muitas violências contra os não indígenas. Contudo, tal violência deve ser contextualizada com o fim de evitarmos anacronismos. As várias histórias que circularam a respeito das investidas dos Caiapó sobre as regiões correspondentes aos Sertões da Farinha Podre e áreas contíguas contribuíram para a criação de mitos que os colocavam mais terríveis do que eram na realidade.

2.3 Inicia-se o Devassamento dos Sertões do Oeste

2.3.1 Primeiras Expedições: bandeiras e entradas sertanistas e a busca por cativos indígenas nos sertões

Desde fins do século XVI, a atual região do Triângulo Mineiro já era percorrida por paulistas e jesuítas que se dirigiam para os sertões mais interioranos, para o que hoje seriam os atuais estados de Goiás e Mato Grosso, em busca, prioritariamente, de indígenas. Os paulistas buscavam os indígenas para fazer-lhes cativos e, assim driblar sua situação de economia periférica.²⁴¹ De acordo com Ferreira de Salles, “...as atas Câmara da Vila de São Paulo, do final do século XVI a meados do século XVII, revelam que o mais caro empenho dos bandeirantes sertanistas estava na escravidão de índios”.²⁴² Enquanto isso os jesuítas voltavam-se à catequização e em alguns casos à exploração de drogas dos sertões.²⁴³ Entre 1590 e 1674, várias bandeiras oriundas da atual região de São Paulo já esquadriavam o território goiano,²⁴⁴ passando pela região triangulina. Em 1592, Sebastião Marinho descobriu terrenos auríferos nas proximidades

²⁴¹ Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁴² SALLES, Gilka V. Ferreira. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 53.

²⁴³ A coleta de drogas do sertão contribuiu para o estabelecimento de intercâmbios entre os portugueses e diversos grupos indígenas.

²⁴⁴ PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*, 4 ed. Goiânia, Editora UCG, 1994. p. 17-18. Nesta época, quando ainda não haviam sido criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso, toda a região que contempla estes estados atualmente eram partes da então capitania de São Paulo.

da chamada Serra dos Caiapós; o mineiro de Ferros, Domingos Rodrigues, esteve em Paraúpava aproximadamente em 1597; Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, em 1608, teve sua bandeira aniquilada no rio Pará; em 1613, André Fernandes, saindo de Parnaíba, chegou a Paraúpava com sua bandeira, onde padeceram dezenas de seus homens; Antônio Pedroso de Alvarenga alcançou a mesma região em 1616.²⁴⁵ Todas estas expedições, geralmente conhecidas como bandeiras,²⁴⁶ eram compostas de grande contingente de indígenas aliados ou em condição de cativos.

A reconhecida habilidade alcançada pelo bandeirantismo ou sertanismo paulista em suas incursões pelo interior é explicada pela capacidade de alianças estabelecidas entre portugueses e indígenas, bem como, por aspectos peculiares da sociedade paulista.²⁴⁷ Se tais alianças possibilitaram a efetiva ocupação do litoral, no caso de

²⁴⁵ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p 372.

²⁴⁶ Acredita-se que o uso do nome “bandeira” se deu em função “... do costume Tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra”. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 128. Como não é interesse discutir a complexidade do bandeirantismo neste trabalho, limitamo-nos a entendê-lo dentro de um conjunto de várias denominações usadas para definir tais incursões, como: descobrimento, entradas, armações, jornadas, frotas ou bandeiras, todas referindo-se à penetração dos sertões. Ver: KOK, Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2004. Para maior aprofundamento sobre o bandeirantismo ver: MOURA, Gentil de Assis. As bandeiras paulistas: estabelecimento das diretrizes gerais a que obedecem e estudo das zonas que alcançaram. IN.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1915; ELLIS JR, Alfredo. *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Entradas e Bandeiras*. São Paulo: Global, 1985.

²⁴⁷ A região que viria a ser a capitania de São Vicente foi um entreposto que atendia os navios vindos da Europa desde o início do século XVI. Os primeiros europeus chegados ali haviam deixado uma geração de mestiços que serviu de apoio 30 anos depois, quando se iniciou o regime de Capitánias Hereditárias, inaugurando o período da empresa monocultora e a *plantation*, que necessitava de grandes posses de terra e, com isso, acirrando os embates entre índios e portugueses nas áreas onde tal empresa foi implantada – o que não ocorreu com êxito em São Paulo, tornando-se essa capitania periférica economicamente. “É preciso saber que esses paulistas são um amontoado ou mistura de todos os povos e raça...” Relato de Guillaume François de Parscau durante a invasão francesa de 1711, In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 135; “Estes primeiros colonos que ficaram no Brasil, degradados, desertores, naufragos, subordinam-se a dois tipos extremos: uns sucumbiram ao meio, ao ponto de furar lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos, e cevar-se em sua carne; outros insurgiram-se contra ele e impuseram sua vontade, como o bacharel de Cananéia, que se obrigou a fornecer quatrocentos escravos a Diogo Garcia, companheiro de Solis, um dos descobridores do Prata”. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 40, ver p. ex. pp. 110, 117; Warren Dean, ao tratar sobre a necessidade da aquisição de cativos indígenas em meio à grande depopulação dos mesmos nas proximidades de São Paulo e São Vicente em meados de 1580, aponta a intensificação das atividades bélicas: “Os próprios colonos, nesse ínterim, haviam aprendido a fazer guerra ofensiva na floresta quando sua segunda geração nativa atingiu a maturidade”. Após mencionar a adoção dos modos indígenas pelos europeus, Dean ponderava: “...os proprietários de terra

Piratininga – São Paulo –, a ocupação se deu no interior do continente desde os anos iniciais da conquista, ainda no século XVI. Mas o que permitia as alianças entre portugueses e indígenas? Em primeiro lugar, lideranças indígenas buscavam alianças com os portugueses, pois, assim, acreditavam ampliar o seu prestígio e o seu poder militar contra tribos rivais e, assim, perpetuariam sua vingança por meio das expedições de captura dos inimigos que seriam transformados em escravos. Em segundo, a mescla entre portugueses e índias produziu uma sociedade com forte presença mameluca. Muitos destes, hábeis no manejo das armas e na vida nos matos, bem como, falantes da língua indígena, especializaram-se na atividade sertanista, contribuindo para a empresa de caça ao indígena. Os casamentos entre as filhas mestiças e portugueses colaboraram com o surgimento de genealogias que alojavam uma “nobreza da terra” ao passo que mitigavam o passado indígena.²⁴⁸

O caráter militar das expedições também contribuiu para a menor resistência dos indígenas diante do seu incremento nas armações, entradas e bandeiras, quando comparado, por exemplo, com as atividades agrícolas, geralmente praticadas pelas mulheres das diversas tribo brasileiras. Contudo, acreditamos ter ocorrido certo exagero por parte de Hemming quando o mesmo assinala que na atividade bandeirante “... brancos e índios colaboravam em harmonia...”. Em tais bandeiras, ainda que comandadas por brancos e mamelucos, centenas de arqueiros indígenas foram incremento indispensável, contribuíram com seus conhecimentos sobre a floresta e, rapidamente, tornaram-se “... eficientes escravizadores de outros índios”. Uma vez aliados aos portugueses e de mamelucos e de posse de armas de fogo, grupos indígenas Tupí²⁴⁹ ou Carijó acreditavam ter melhores resultados em suas campanhas. Enquanto os Carijó engrossavam as bandeiras paulistas de apresamento indígena, os povos nativos

*em São Paulo referiam-se aos nativos que retinham para eles a posse não como rendeiros mas como frecheiros (sic)”. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 75, 85,86, 105.*

²⁴⁸ Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁴⁹ A presença de indígenas Tupí compoendo as bandeiras paulista, bem como, a própria característica mameluca de tais bandeiras, explica o fato de os nomes – Tupí – atribuídos aos diversos grupos Macro-Jê dos sertões, – como o caso dos Caiapó – bem como, a toponímia do território brasileiro. Quanto à toponímia especificamente, soma-se ainda a utilização moderna de termos Tupí após a difusão da literatura indigenista em que José de Alencar figura como o maior expoente. Nesta literatura o índio escolhido como modelo de ingenuidade e bondade seria o Tupí por excelência.

que eram alvo destas bandeiras sofriam terríveis brutalidades. Aqueles que não padeciam nos confrontos ou pelo choque microbiano, eram violentamente arrancados de suas sociedades e transformados em escravos.²⁵⁰ Entre fins do século XVI e início do século seguinte, inúmeras bandeiras paulistas com auxílio de grande contingente de indígenas “mansos” partiram à procura de metais preciosos e cativos indígenas, penetrando por vastas áreas de sertão.

De acordo com Hemming,

Esse passou a ser o padrão em toda a primeira metade do século XVII. Quase todo ano os paulistas levam contingentes de seus índios “domesticados” em suas expedições de escravização. Seus ataques eram desfechados contra tribos que habitavam as proximidades de São Paulo – os remanescentes dos Tupiniquins, tamoios, goianas e, mais longe, os Tupinas, ibirajaras ou bilreiros, os temiminós, purís, caiapós e goiás.²⁵¹

Após um recuo nas expedições voltadas à caça e escravização do indígena, as bandeiras voltavam-se à prospecção mineral, tendo a porção do atual centro oeste brasileiro sendo palmilhada por várias incursões que resultariam nos achados auríferos de Cuiabá, Goiás e, depois, de Paracatu, no noroeste de Minas Gerais. Partindo de Piratininga no início do século XVIII, bandeiras paulistas rumaram para o atual Planalto Central e na busca pelo ouro passaram sobre o território triangulino, onde os Caiapó foram observados. Ataídes assinala que se daria nestas incursões do século XVIII os primeiros contatos com os Caiapó.²⁵² Contudo, ocorre que o termo Caiapó teria sido utilizado para nomear tais indígenas nessa época, mas os contatos com o grupo, mesmo

²⁵⁰ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 373.

²⁵¹ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 374.

²⁵² ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 68.

que pontuais, teriam ocorrido anteriormente, quando estes eram chamados de Bilreiros.²⁵³

O sertanista de São Paulo, Manuel Campos Bicudo, é tradicionalmente aceito pela historiografia brasileira como o primeiro desbravador das atuais terras mato-grossenses ainda por volta do ultimo quartel do século XVII. Na companhia de seu filho, Antônio Pires de Campos, penetrou até o norte do Mato Grosso em busca de ouro e cativos indígenas. A narrativa mítica da *Serra dos Martírios*, responsável por instigar muitos homens aos mais distantes e desconhecidos sertões em busca de ouro, despertando neles ambições de riqueza, teria surgido de uma das expedições de Bicudo ao Oeste, quando Pires de Campos, ainda criança, teria brincado com pepitas de ouro na região e avistado a mítica serra.²⁵⁴

Nesta expedição comandada por Bicudo ocorreu o encontro da bandeira deste com a campanha de Bartolomeu Bueno da Silva, o *primeiro Anhanguera*, que trazia consigo o seu filho homônimo, ainda adolescente, que viria a ser o desbravador das minas de Goiás. Na ocasião, Antônio Pires de Campos, filho de Bicudo, tornou-se amigo do jovem Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, e ambos seriam mais tarde os maiores propagadores do mito da Serra dos Martírios. Segundo Basílio de Magalhães,

Manuel de Campos Bicudo fizera 24 entradas no sertão, devassando a vasta zona que se estende desde o planalto dos Parecís até a parte meridional do Paraguai. Na que realizou em 1673, com a mira de conquistar os índios serranos, levou apenas sessenta homens, além do filho, Antônio Pires de Campos, com 14 anos. Após muitos meses de viagem, chegaram além da linha divisória entre as águas do Amazonas e do Prata. Aí se lhes deparou uma serra, a que, por desenhos naturais observados nos penhascos e semelhantes aos símbolos da paixão de Cristo, deram o nome de Martírios [...]. Marchando para o norte, alcançaram o São Manuel, afluente do Tapajós, do qual se passaram para outro rio, talvez o Paraupava, no qual encontraram granitos de ouro. Lá,

²⁵³ Ver: HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 365.

²⁵⁴ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, pp. 172-173.

no recesso do sertão goiano, com eles foi dar a bandeira do "Anhanguera".²⁵⁵

Ainda de acordo com Myriam Ellis,

Das primeiras expedições responsáveis pelo descobrimento do ouro em Mato Grosso, cumpre citar, em primeiro lugar, a de Antônio Pires de Campos, que mais ou menos em 1716 marcou o rumo até Cuiabá à procura da Serra dos Martírios. Já estivera por aquelas paragens, quando adolescente, em 1675, em companhia do pai, Manuel de Campos Bicudo. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme, seguindo o mesmo caminho, descobrira ouro no Coxipó Mirim.²⁵⁶

O filho homônimo de Antônio Pires de Campos, conhecido como “o moço”, também desempenhou um papel intenso na região do Mato Grosso, onde comandava uma horda de indígenas Bororo que o chamavam de “Pai-Pirá”, ou Pai de Todos. De acordo com o padre Manuel Aires do Casal, o Pai-Pirá foi um criminoso foragido da justiça que buscou refúgio entre os Bororo no Mato Grosso.²⁵⁷ Seus métodos extremamente violentos o tornaram um dos maiores assassinos de indígenas dos sertões do Oeste e peça chave na ação colonizadora portuguesa. Após firmar acordo com o governador de Goiás, Dom Luiz de Mascarenhas em 1742, o Pai-Pirá deu combate aos nativos que resistiam à invasão de suas terras nas proximidades das nascentes minas de Cuiabá e Goiás.²⁵⁸ Com isso, ocorreu um recuo na ação de resistência militar indígena que durou até 1748, quando novas ondas de ofensiva indígena tornaram a aterrorizar as autoridades, os mineradores e viajantes e os poucos colonos que vinham se firmando

²⁵⁵ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p.173.

²⁵⁶ ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A época colonial* - Tomo I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

²⁵⁷ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 160.

²⁵⁸ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 103.

nas imediações dos núcleos auríferos. Ainda nesta época, as áreas que hoje compõem o Triângulo Mineiro eram usadas pelos não indígenas apenas como via de trânsito que levava os viajantes aos novos descobertos, possibilitando o abastecimento das minas e o escoamento de seus produtos, notadamente o ouro. Não havia uma preocupação com a efetiva ocupação da região entre os rios Grande e Paranaíba pelos conquistadores, sendo tais paragens então ocupadas por populações indígenas que se encontravam ali ancestralmente. Aliás, a escassez de picadas e pousos na região e a difusão da imagem de uma região hostil era fundamental para o controle dos caminhos e, com isso, evitar-se ia o contrabando do ouro.

Com as novas investidas dos indígenas, notadamente dos Caiapó, Pires de Campos fez um novo ajuste com o governador Mascarenhas e, desta vez, promoveu um combate aos indígenas hostis – leia-se, aqueles que não se curvaram às hostilidades e invasões praticadas pelos brancos – ainda mais violento.

Antônio Pires de Campos, o Moço, foi então ocupar, com seus bororos, o Rio das Pedras, [atual Cascalho Rico - MG] em 1748, no caminho de Goiás e daí começou a lançar bandeiras parciais contra o gentio caiapó, espalhados entre o rio Mogi e a Vila Bela. Foi uma refrega tão crua que por muito tempo os caiapós não ousaram mais aproximar-se das lavras mineiras. Ao recomeçarem porém os seus ataques, Antônio Pires de Campos, o Moço, saindo-lhes ao encalço, foi flechado por um desses selvícolas (sic), com flecha ervada²⁵⁹

A bandeira do segundo Anhanguera, que atinge as minas de Goiás, foi a que certamente contribuiu para a intensificação da presença de não indígenas na região triangulina e áreas contíguas.

Em 1647, Manuel Correia, sertanista da capitania de São Paulo dá as primeiras notícias da existência de ouro em Goiás, no rio dos *Aracis* ou *Araés*. Seguindo o seu roteiro, Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro *Anhanguera*, volta a dar notícias do descobrimento de ouro na referida região em 1682, contudo, o achado ainda não havia

²⁵⁹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 103.

despertado maiores interesses nas autoridades e em particulares dispostos a valer-se de recursos para empreender a busca ao rico metal.²⁶⁰ Em 1722, aproximadamente quarenta anos após a passagem do primeiro Anhanguera por Goiás, seu filho, também chamado Bartolomeu Bueno da Silva, chefiou uma bandeira de 100 homens com o intuito de localizar o local onde estivera antes com seu pai. Após encontrar os indígenas Guaiase, funda em 1726, o arraial da Barra,²⁶¹ e nos anos seguintes Ouro Fino, Ferreiro e Sant'Anna. Este último passaria a se chamar Villa Boa de Goiás e seria a sede administrativa da capitania, província e depois, do estado de Goiás de 1744 até 1937.²⁶²

Partindo de São Paulo, o segundo Anhanguera – o filho – percorreu o caminho que mais tarde viria a ser o *Caminho do Anhanguera* ou Estrada de Goiás, que passava pelos rios Atibaia, Jaguari, Mogi Pardo e Sapucaí, até o Rio Grande, existindo ao longo desse caminho até a data de 1728, trinta pousos. Valendo-se da descrição de Calógeras, Carvalho traça o percurso do sertanista pelo território triangulino que, após alcançar o Rio Grande,

... a bandeira o transpôs na altura da barra do rio das Toldas, ou mais provavelmente na altura do Uberaba; subiu depois o curso desse rio até ganhar o chapadão divisor das águas com a bacia do Paranaíba, rodeou as cabeceiras do rio Tijuco e do Uberabinha e entrou no vale do rio das Velhas. Atravessou depois este rio entre São Miguel da Ponte Nova e Sant'Ana. Subiu o chapadão da margem direita do rio das Velhas, continuou a bandeira pelos planaltos de declives aí pouco acentuados, indo até às cabeceiras do rio das Pedras; por este desceu ao porto do Paranaíba...²⁶³

²⁶⁰ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 124, 372.

²⁶¹ Hoje Buenolândia.

²⁶² Ver: Histórico da Cidade de Goiás – GO. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-64. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goias.pdf>> Acessado em 19/10/2014; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 372-376.

²⁶³ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 374.

Daí em diante o sertanista passou a penetrar um sertão desconhecido e de itinerário duvidoso. Em sua empresa, perdeu vários homens. De acordo com a narrativa de um de seus praças, este assistia “a cada dia morrerem três ou quatro [companheiros] de fome, depois de terem comido todos os cachorros e alguns cavalos...”.²⁶⁴ Se os indígenas da região padeceram com a crescente presença dos não indígenas, as próprias asperezas dos sertões se incumbiram de dar cabo de muitos dos invasores daquelas paragens. Curioso é que, embora os Caiapó tenham sido descritos como verdadeiras bestas selvagens, parece não ter ocorrido um choque entre estes e a expedição do Anhanguera. A presença pontual e esporádica dos não indígenas nos sertões ocupados pelos indígenas parece não ter propiciado grandes choques nas primeiras experiências de “contato” que se deram até o primeiro quartel do século XVIII, quadro que mudaria vertiginosamente com o maior fluxo de invasores das terras indígenas após a descoberta do ouro em Cuiabá e Goiás. De acordo com Márcia Amantino, mesmo com o esforço de abertura dos primeiros caminhos que cortavam o Oeste das Minas Gerais a partir de 1736, a resistência indígena e quilombola impedia a ocupação efetiva por colonos na região.²⁶⁵

A maioria das bandeiras, até meados do século XVIII, receberam financiamentos de particulares. Desde então, deixaram de partir quase que exclusivamente de São Paulo, sendo organizadas nos próprios arraiais e tendo como financiadores os seus respectivos governadores. Além da prospecção mineral, as bandeiras passaram a ter outro objetivo: atacar grupos indígenas. Com isso, tornavam as terras disponíveis e os povoados livres da resistência indígena à invasão de suas terras.²⁶⁶

Se estas incursões não possibilitaram a fixação de não indígenas na região triangulina nas primeiras décadas do século XVIII, certamente a produção de mapas primitivos e a descrição dos locais ajudou na invasão do local por não indígenas nas décadas posteriores. O certo é que, com a descoberta das minas de ouro em Goiás e

²⁶⁴ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 375.

²⁶⁵ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 204.

²⁶⁶ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1996, v. 39 n° 1, p. 223.

Cuiabá e a abertura do Caminho de Goiás, a região entre os rios Grande e Paranaíba tornou-se uma importante via de comunicação que ligava os nascentes núcleos urbanos à capitania paulista e, por isso, deveria ser guarnecido dos ataques de índios hostis, negros aquilombados e demais salteadores.

Bustamante identificou três sistemas culturais que se sobrepuseram ao longo dos séculos XVIII e XIX:

... as culturas ameríndias horticultoras, caçadoras e coletoras, representadas pelos caiapós meridionais; a cultura dos aldeamentos indígenas, muito diferente da cultura dos ameríndios caiapó e mais próxima à dos camponeses que lhes sucederam; e a cultura geralista, herdeira de técnicas e representações luso-brasileiras, mas repleta também de traços culturais africanos e ameríndios.²⁶⁷

A fase dos aldeamentos triangulinos é inaugurada após o descobrimento das minas de Cuiabá e Goiás e a conseguinte implementação das vias de comunicação, compostas por caminhos, estradas e rios navegáveis, que cortavam o território que compreendia os rios Grande e Paranaíba. Ainda segundo Bustamante, os aldeamentos foram a primeira forma de ocupação colonial da região, tendo sido iniciada em 1730, quando tal área, bem como os atuais estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul faziam parte da capitania e São Paulo.²⁶⁸

2.3.2 As Minas de Ouro de Cuiabá e *Goiazes*: invasão dos sertões

Os ataques contra viajantes que passavam pelos caminhos que iam surgindo nos sertões do Oeste não eram praticados exclusivamente por indígenas. Negros aquilombados e outros mestiços também causavam temor àqueles que se lançavam no

²⁶⁷ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 37.

²⁶⁸ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 48.

desafio de penetrar em áreas sabidamente inóspitas. O controle sobre essa região há muito disputada entre grupos indígenas em guerras intertribais ganhou uma nova dinâmica com a chegada dos invasores. Com a ampliação da presença de não indígenas nas áreas que mais tarde se configurariam como Sertão da Farinha Podre, as alianças, – bem como, as inimizades –, antes estabelecidas entre tribos distintas, passaram a ser arranjadas também com os conquistadores. Por sua vez, estes invasores nem sempre foram identificados como colonos ou sertanistas, mas, também – na ótica das autoridades –, como vadios ou salteadores. Amantino aponta que, estes salteadores dos caminhos, vadios não pagadores de impostos ou até mesmo demais marginalizados “... ajudavam a desestabilizar a vida nos caminhos mineiros já bastante complicados em função dos escravos fugidos e dos índios nada amigáveis...,” o que propiciou variadas alianças, bem como, construiu diversas inimizades entre os diversos grupos que dividiam os espaços dos sertões.²⁶⁹ Como já salientamos, alguns destes caminhos que cortam a região do atual Triângulo Mineiro eram, na ocasião, jurisdições da capitania paulista e depois goiana, sendo anexados a Minas Gerais só no século XIX.

Importante frisar que, na ótica indígena, a acelerada desorganização de suas vidas se deu com a presença dos não indígenas, e não o contrário, – os indígenas desestabilizando a vida dos brancos – como exposto na documentação oficial²⁷⁰ e ainda

²⁶⁹ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 29.

²⁷⁰ O discurso histórico sobre o “mito do conquistador” foi um expediente largamente utilizado pelos ibéricos, tanto espanhóis, quanto portugueses, que resultou em um tipo de documentação comum a estes povos por ocasião da ampliação de seus domínios em terras americanas. Duas finalidades básicas são observadas nestes documentos: informar as autoridades sobre as novas possessões, sobretudo sobre a presença dos elementos mais visados que fundamentariam a colonização, como metais preciosos e populações nativas e; solicitar recompensas como cargos, títulos e pensões. Não é de se estranhar que nesse tipo de documentação os autores enalteciam seus próprios feitos enquanto minimizavam os feitos alheios. Ver: RESTALL, Matthew, *Sete mitos da conquista espanhola*. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 40. Podemos ampliar essa leitura para o nosso espaço em análise, onde os fundos territoriais já assinalados pela cartografia passaram a ser alvo de tentativas de ocupação efetiva por agentes coloniais, quando as potencialidades locais eram descritas e os recursos necessários ao empreendimento solicitados. Os Relatórios de Presidente de Província demonstram bem a visão das autoridades e colonos sobre os indígenas e a sanha pela ocupação do território destes. Ver por exemplo: Discurso com que o presidente da província de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléa Provincial no 1.o de julho de 1837, pp. 19-21. Goyaz, Typ. Provincial, 1837. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013; Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial, em o dia 1.o de março de 1838. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, pp. 10-12. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013; Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.o de março de 1837. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, p. 19. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013; Discurso que

repetido em alguns trabalhos que abordam a questão indígena. Não pretendemos negar a violência mutua ocorrida entre os grupos envolvidos no processo de devassamento da região em estudo, contudo, também não podemos perder de vista o fato de que grupos indígenas sofreram a invasão de seus territórios ancestrais e, neste espaço, foram conduzidos – quando não forçados, como na maioria das vezes – a integrar uma lógica diversa aos seus costumes.

A primeira forma de ocupação colonial no Sertão da Farinha Podre está ligada à importância dos caminhos do ouro em Mato Grosso e Goiás e sua ressonância no que tange aos esforços das autoridades em deter algum controle sobre a região, seja com a atuação erário real, ou com a instalação de aldeamentos indígenas. Os primeiros aldeamentos instalados na região deveriam cumprir o papel de destacamentos militares, aptos à defesa dos caminhos e da região próxima, bem como, do envio de expedições punitivas ou de extermínio de grupos indígenas entendidos como hostis.²⁷¹ A oficialização da Estrada de Goiás, ou Caminho do Anhanguera foi uma etapa crucial desempenhada pelo poder metropolitano na tentativa de se alcançar esse controle na região e, principalmente, no estabelecimento do fisco sobre as novas jazidas encontradas no Brasil central.²⁷²

Embora o nosso interesse recaia, principalmente, na região do Sertão da Farinha Podre, é importante perceber que, a desorganização – e reorganização – do mundo indígena na região esteve ligada com uma dinâmica voltada a atender interesses das regiões contíguas. A região hoje conhecida como Triângulo Mineiro não despertava interesse em si sobre as autoridades, mas sim, figurava como base operacional para a boa condução dos negócios em áreas de maior interesse, como as de atividade mineradora. A área intermediária aos rios Grande e Paranaíba era importante como ponto de guarnição do Caminho de Goiás, como ponto de partida de investida contra

recitou o exm. snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta provincia, na occasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março do corrente anno. Cuyabá, Typ. Provincial, 1840. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013; etc. Tal documentação foi amplamente chegada e compõe este trabalho.

²⁷¹ Ver: RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1, p. 231.

²⁷² Um bom exemplo disso é a instalação do registro de Jaguari, localizado no Caminho de Goiás, cruzando o rio Grande, já em território da então capitania paulista.

indígenas que não se alinhavam com a lógica colonial – notadamente os Caiapó – e, mais tarde, como oferta de “braços” indígenas dos aldeamentos ali erguidos.

O afluxo de pessoas para a região cuiabana, que se deu após a descoberta de suas minas de ouro, foi menos intenso que as demais regiões mineradoras, recebendo menos de 4 mil pessoas entre 1719 e 1726. Três foram os principais fatores que contribuíram com o baixo fluxo de pessoas para a região: a alta produtividade nas lavras de Minas Gerais que atraíam muitos indivíduos no contexto, a exclusividade legal exercida pelas monções paulistas e, não menos importante, a dificuldade de acesso às minas cuiabanas.²⁷³

Em 10 de março de 1727, na Vila de Cuiabá, o então governador e capitão general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, traçava um relato sobre os inúmeros riscos que ele correu na jornada que fez àquelas minas de Cuiabá. Entre os perigos estavam os rios, muito caudalosos e “largos como o mar”, onças, cobras “emais inmundiças”, além, é claro, os perigosos “gentios”. Segundo Meneses: “... estas Minas [do Cuiabá] seachavão infestadas pella multidão de gentio, impedindo alargaremce os Mineiros, não só fazendo roubos, mas matando e comendo agente”. A imagem do “gentio antropófago” aterrorizava qualquer invasor que se aventurava nos sertões. O governador ainda relata a aproximação de sua comitiva com um grupo indígena (não aponta qual). O meio utilizado para conseguir a confiança dos indígenas, de acordo com Meneses, era a oferta de bugigangas como facas e fumo. Contudo, tais indígenas mostravam-se resistentes a qualquer tentativa de aproximação.²⁷⁴ Deste modo, os invasores capitaneados pelo governador Meneses, impeliram de acordo com relato deste, uma investida contra os indígenas que resultou na morte de mais de cinquenta nativos, “fugindo lhe o Cazique com quatro ou cinco [indígenas]”.²⁷⁵ Este era o cartão

²⁷³ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2004, p. 154 *et. seq.*

²⁷⁴ CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao [secretário do estado e da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 8, folhas 2-5.

²⁷⁵ CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao [secretário do estado e da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 8, folha 4-6.

de visita que a horda de invasores não indígenas tinha para apresentar. Não é de se estranhar que os indígenas reagissem com violência análoga às agressões por eles sofridas.

Em carta datada de 25 de março de 1728, – um ano, portanto, da jornada de Meneses, um juiz da Câmara da Vila de Cuiabá expõe ao rei (Dom João V) a necessidade que se tinha de fazer guerra aos indígenas. Nesta ocasião assinala os prejuízos causados pelos indígenas aos colonos, mineiros e, sobretudo, à Real Fazenda que tinha a arrecadação dos quintos prejudicada. Três grupos nativos são alvo de preocupação:

pellos Rios os Chamados Payaguazes, [iam] destruindo ematando as pessoas viandantes para estas Minas [do Cuiabá], com muito poder unidos com-outros gentio de cavalo por terra, chamado Guaycuruzes, e outra nação chamada Cayapó, que todos tem feito grande prejuízo.²⁷⁶

Este relato é um exemplo das políticas de alianças firmadas entre grupos indígenas distintos voltadas a fazer frente à invasão de seus territórios, sobretudo, em períodos em que o número de indígena ainda era grande diante da presença dos invasores. O referido documento ainda aponta para especializações entre os grupos indígenas, denotando sua complexa diversidade. Embora cada “nação indígena” guardasse traços muito particulares e características próprias, – a exemplo das estratégias militares descritas –, poderiam empreender políticas de aproximação umas com as outras ao dividir um interesse comum, como a resistência contra os invasores de seus territórios. Não obstante, a presença dos não indígenas também provocou o acirramento ou surgimento de inimizades – como já mencionado – entre os vários grupos indígenas. Inimizades habilmente exploradas pelos invasores.

²⁷⁶ Carta do Juiz mais velho da câmara da Villa de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre o quinto do ouro das Minas da Villa do Cuiabá, Paranapanema e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos Provedores dos Defuntos e Ausentes. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 13. 2-3. *Grifo nosso*.



Imagem 1: Carga de Cavalaria Guaicuru.²⁷⁷

Nesta imagem de Debret podemos observar os indígenas Guaicuru, descritos na documentação das primeiras décadas do século XVIII como exímios cavaleiros causadores de grandes danos aos agentes coloniais coligados à Coroa Portuguesa. Estes indígenas mantiveram feroz resistência contra investidas não só dos invasores neobrasileiros e indígenas de outras tribos, mas também, contra espanhóis e paraguaios. De acordo com Darcy Ribeiro, os Guaicurú alternaram alianças com os espanhóis e lusitanos durante o período colonial, não guardando fidelidade a nenhum deles, uma vez que eram altamente resistentes a qualquer tipo de dominação.²⁷⁸ O poderio Guaicurú foi diminuindo com as múltiplas pressões exercidas sobre eles e, em meados do século XIX, estabeleceram alianças com os brasileiros no contexto da Guerra do Paraguai, compondo parte significativa do contingente militar das forças brasileiras.²⁷⁹ John Hemming, tratando do Guaicurú e suas alianças com os Paiaguá verificou que,

²⁷⁷ Carga de Cavalaria Guaicurú In. DEBRET, Jean. Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

²⁷⁸ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 34 – 35.

²⁷⁹ ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. A guerra do Brasil com o Paraguai: a presença de grupos indígenas no conflito (1860 – 1870). *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História* – Londrina, 2005, p.

Outra tribo intimamente relacionada com os guaicurus era a dos paiaguás, que falava língua semelhante e também se assemelhavam a eles na aparência. Tratava-se, porém, de uma tribo ribeirinha [os Paiaguá], tão temíveis nas suas canoas, quanto os guaicurus nos seus cavalos. Os paiaguás combateram os invasores desde que os primeiros espanhóis penetraram no alto Paraguai, no século XVI. Algumas vezes opuseram-se aos guaicurus, mas quase sempre eram seus aliados. As duas tribos lutaram conjuntamente em terra e nos rios. Ao longo do todo o século XVII os paiaguás foram descritos como controladores do rio Paraguai.²⁸⁰

Em outra carta dirigida ao rei Dom João V, – diante do mosaico de grupos indígenas que habitavam a região e áreas contíguas –, o ainda governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César Meneses, traça uma análise sobre os nativos voltada a apurar os grupos culpados pelos estragos nas Minas do Cuiabá e suas principais vias de acesso. As autoridades coloniais voltam-se à categorização de grupos hostis. Segundo Meneses:

Continuando o Gentio da nação Payagá [Paiaguá] a infestar a navegação dos rios Tacoary, Paraguay, Grande e [???] e ainda cursando [roubando/fazendo corso] mais adiante, impedindo os Mineiros com roubos e mortes, como a monção passada fizeram e nos intendentes, não dando Coartel [quartel/abrigo] a prisioneiro algum, antes com crueldade tirandolhes a vida de q se segue não só prejuízo a Real Fazenda de Vossa Magestade, mas a conservação destas Minas...²⁸¹

Com o rápido esgotamento das minas do Cuiabá, o implemento da tributação sobre o ouro – que levou muitos mineiros à bancarrota – e a abertura das minas de Goiás em 1726, o já baixo fluxo migratório passa à reversão, chegando a pouco mais de 2 mil pessoas em 1729. Uma nova descoberta de ouro na região então conhecida como *Mato Grosso dos Parecis*²⁸² em 1734, – território dos indígenas Parecí, já frequentado

2 *et. seq.* Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0912.pdf>> Acessado em: 28/03/2016.

²⁸⁰ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 568.

²⁸¹ CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao rei [Dom João V] Sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para, apuradas as culpas, se poder fazer guerra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 24, p. 2.

²⁸² A partir de então a região passou a ser conhecida apenas como Mato Grosso.

por preadores de cativos indígenas como Antônio Pires de Campos que, mais tarde levaria grandes contingentes destes indígenas para lutar contra os Caiapó e guarnecer o caminho de Goiás no Sertão da Farinha Podre – gerou um novo fluxo de invasores para o Mato Grosso que, assim como o primeiro, não teve longa duração devido à baixa produtividade das minas quando comparadas às de Goiás e Minas Gerais.²⁸³ Muitas áreas atraíam pessoas e logo se esvaziavam com o rápido esgotamento das jazidas. Poucos eram os núcleos dispunham de volumes de ouro suficientes para que a população neles se firmasse.

Com uma diminuta população o desenvolvimento de um mercado interno na capitania mato-grossense enfrentava grandes dificuldades já que não havia consumidores que estimulasse a produção para a dinâmica interna. Soma-se a isso, a distância do Mato Grosso – e Cuiabá, que só serão entendidas como partes de uma mesma região quando da fundação da capitania de Mato Grosso em 1748 – das demais capitanias, suas já mencionadas precárias e desguarnecidas vias de comunicação e, sobretudo, as dificuldades na competição com a oferta de produtos com outras regiões já especializadas.²⁸⁴ Até 1730, – quando é oficializado o “Caminho de Goiás” e a partir de então algumas vias terrestres autorizadas são abertas ligando a região do Mato Grosso a esse caminho – Cuiabá era abastecida quase que exclusivamente pela via fluvial da qual se utilizavam as monções,²⁸⁵ restringindo em muito um acesso mais amplo até a região e o florescimento de atividades comerciais. Também não podemos esquecer que, como assinalado na documentação a exemplo dos relatos do governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, os indígenas Paiaguá, exímios canoieiros, dominavam os rios e praticavam curso sobre as monções que rumavam para a região de Cuiabá.²⁸⁶

Tudo isso contribuiu para a formação de um mercado muito tímido e com grande dificuldade na abertura e, principalmente, na manutenção de suas estradas e

²⁸³ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2004, p. 158.

²⁸⁴ Ver: ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do mercado interno em Mato Grosso – século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1987.

²⁸⁵ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁸⁶ CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Menezes ao rei [Dom João V] Sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para, apuradas as culpas, se poder fazer guerra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 24.

caminhos. Mesmo os caminhos oficiais, quando não muito trilhados e guarnecidos, acabam por tornarem-se intransitáveis.²⁸⁷ Enquanto isso, as minas de Goiás despertavam maior interesse entre os mineiros que rumaram para lá em número bem maior que para as minas do Mato Grosso. A extração de ouro em Goiás superou a mato-grossense, chegando a ser quase quatro vezes maior que a desta se considerarmos os ápices da produção nas respectivas capitânias.²⁸⁸ Esse quadro possibilitou um grande fluxo de indivíduos entre as recém descobertas minas de Goiás e São Paulo, passando pelo que seria o antigo caminho feito pelo Anhangueras.

As informações sobre o descobrimento das *Minas dos Goyazes* e a multiplicação dos relatos sobre suas fartas jazidas motivou um grande *rush* em direção do atual centro-oeste brasileiro. Acredita-se que aproximadamente vinte mil pessoas tenham se estabelecido em Goiás somente na primeira década da exploração aurífera (1726-1736).²⁸⁹ Sem dúvida era um número bastante elevado de pessoas que se assentavam sobre uma região ancestralmente ocupada por grupos indígenas, o que ocasionou grandes choques e a violência mútua entre os grupos envolvidos. Mais pujantes que as minas de ouro da região mato-grossense, as minas de Goiás possibilitaram a fixação de um número de indivíduos muito superior ao caso experimentado no Mato Grosso. Em carta ao rei Dom João V, Dom Luiz de Mascarenhas relatava, em fevereiro de 1741, a ocorrência do novo descoberto aurífero de Arraias e o grande afluxo de pessoas que para aquela região. Segundo ele,

²⁸⁷ Como no caso da estrada que ligava Minas Gerais ao Espírito Santo no início do século XIX. De acordo com a Carta Régia de 1816 ao governador espírito-santense, a estrada, que partia de Vitória, chegara à área próxima aos limites da capitania mineira. Contudo, o encarregado da estrada por parte da então província do Espírito Santo, Ignácio Pereira Duarte Carneiro, ao atingir a área sob jurisdição mineira, se deparou com uma estrada intransitável, “*fêchada de matto e paus que com o tempo tem cahido*”. Acontecia que a estrada havia sido abandonada por parte de Minas, pois, segundo Guido Thomaz Marliere, escrevendo a Saint-Hilaire, os mineiros não conseguiam vender “*seus animais e [...] outros gêneros que transportavam*”, tornando o comércio com os habitantes de Vitória desanimador. LIMA, Augusto de. *Memória Histórica e documentada sobre a questão dos limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. RAPM. Volume IX; fascículos 1,2; ano 1904, pp. 21-22. *Apud* OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, p. 126.

²⁸⁸ PINTO, Virgílio Noya. Balanço das Transformações econômicas no século XIX. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 6ª edição, São Paulo: Difel, 1975.

²⁸⁹ PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Ana. *História de Goiás*. 6ª edição. Goiânia: UCG, 1994, p. 28-29.

O dito descoberto das Arraias principiou por uns córregos de pouca duração e um ribeirão, que poderia ser para pouco mais de um ano e hoje se acha alargado, tendo-se naquela parte descoberto mais córregos, ribeirão e chapada, todo com ouro de conta regularmente para jornais de meia oitava de ouro por dia e para muitos anos, conforme o que atestam os mineiros [...] e vão concorrendo os mais distantes, e também do distrito das Minas Gerais tem vindo e vai chegando gente, para o tempo da seca se espera uma boa parte da que nas ditas Minas Gerais não tem total estabelecimento e cômodo.²⁹⁰

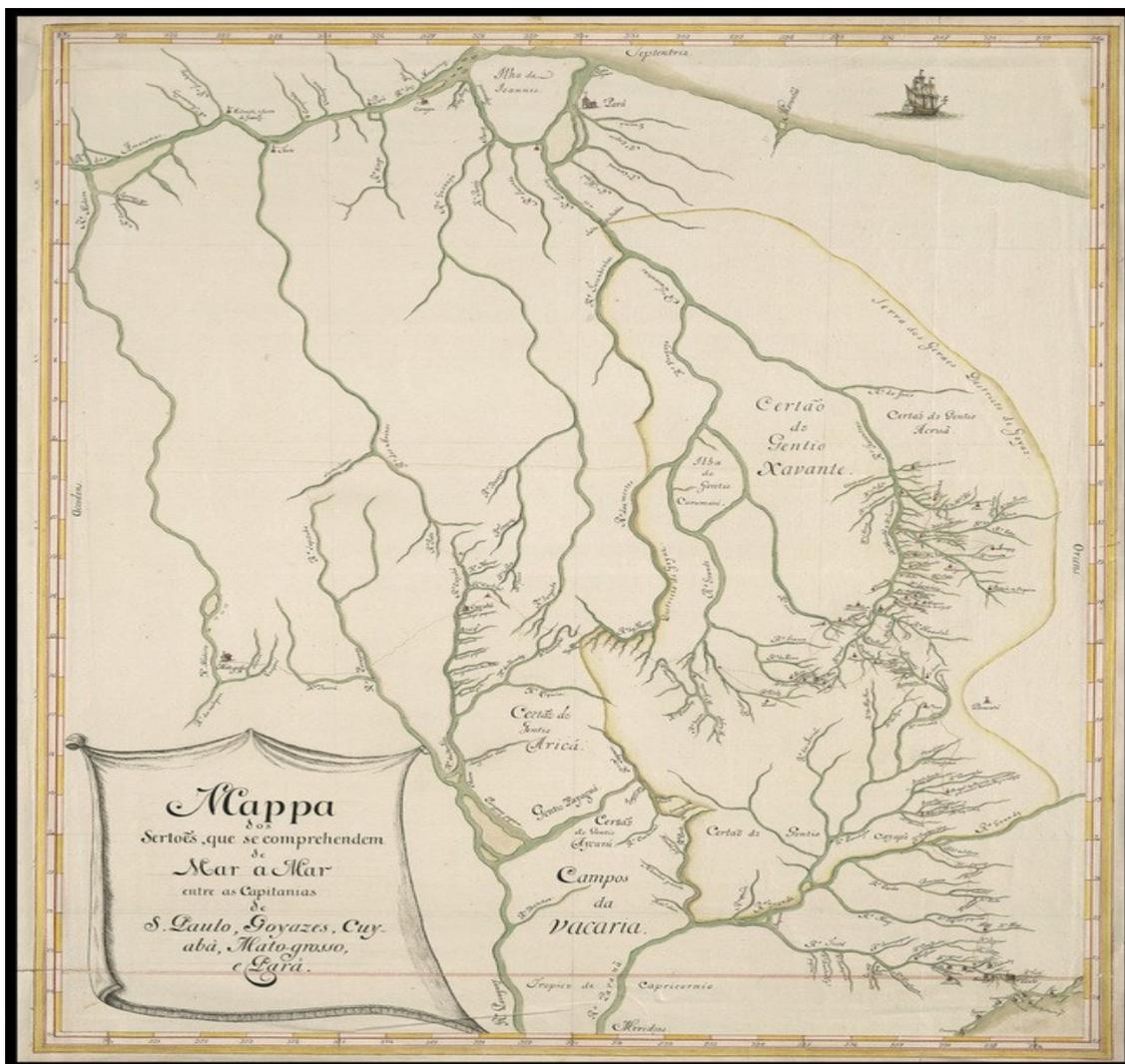
Com os novos achados goianos, a atividade mineradora continuava exercendo grande interesse nas pessoas que se arriscavam, embrenhando-se nos sertões em busca de riqueza rápida. Em apenas um quartel de século após o início da mineração Goiás já contava com cinquenta arraiais e uma vila (Vila Boa de Goiás).²⁹¹ Multiplicavam-se os achados, multiplicavam-se os caminhos que integravam as zonas mineradoras umas às outras e a diferentes regiões, multiplicavam-se as pessoas em áreas antes ocupadas por grupos indígenas – seja fixando-se nos núcleos mineradores ou transitando pelos caminhos – e invariavelmente, multiplicaram-se os choques envolvendo indígenas e não indígenas. Uma vez que até mesmo muitos arraiais foram alvo de investidas de grupos indígenas, os caminhos, extensos e pouco guarnecidos tornaram-se muito perigosos aos viajantes que poderiam deparar-se com emboscadas de nativos hostis, além de negros aquilombados e salteadores de toda a sorte. Para dar proteção aos viajantes e, sobretudo, conseguir algum controle sobre a região mais interiorana e suas riquezas, as autoridades instituíram rotas oficiais.²⁹²

²⁹⁰ CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre o estado pacífico da capitania de São Paulo; o aumento das Minas de Goiás com o novo descoberto de Arraias..., Traíras, 28 de fevereiro de 1741. CT:AHU-Goiás – AHU-ACL-CU-008, Cx. 2, doc. 139.

²⁹¹ Ver: COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Editora UCG, 2001, p. 154. Até 1750 foram fundados cinquenta arraiais. Contudo, alguns destes não progrediram em função do esgotamento das jazidas, ataques indígenas, dificuldades no abastecimento e concorrência de novos descobertos que acabavam por atrair os mineradores para novas localidades.

²⁹² Ver: PALACÍN, Luiz; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em Documentos: colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

2.3.3 O Caminho de Goiás (ou Caminho do Anhanguera) e o Empenho do Governo no controle dos Sertões



Mapa 2: Mappa dos sertões que se compreendem de mar a mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará [17--].²⁹³

No mapa acima podemos observar o Caminho do Anhanguera ligando-se aos caminhos que rumavam para as capitânicas do Mato Grosso e Bahia. Além das rotas terrestres (pontilhado ligando os principais núcleos populacionais), apresenta rotas fluviais, núcleos populacionais, recorrência de povos indígenas e outros elementos geográficos. Com a descoberta do ouro nas áreas que compreendem a atual região Centro Oeste do Brasil, tal espaço passou a despertar grande interesse comercial e fiscalizatório aos olhos das autoridades metropolitanas. Embora existam registros da

²⁹³ Mappa dos sertões que se compreendem de mar a mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará [17--]. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=7933> Acessado em: 12/06/2016.

existência do referido caminho desde o século XVII, – como já mencionados com a expedição do primeiro Anhanguera –, sua oficialização só ocorreu em 1735.²⁹⁴ Os novos achados auríferos ampliaram os esforços dos invasores em se instalarem nos sertões e delineavam uma lógica mercantil específica e, ao mesmo tempo, em sintonia com os interesses do Erário Real. Não obstante, a Coroa via a possibilidade de ter atendidas, de uma só vez, duas demandas: o enriquecimento de seus cofres e a efetiva ocupação de vastas regiões de sertão no interior de sua colônia. Deste modo, o Caminho do Anhanguera compunha uma importante via para que as autoridades alcançassem o controle econômico e político dos sertões indômitos.

Pouco tempo transcorrido dos primeiros achados auríferos em Goiás, com a correspondência de Rodrigo Cezar de Menezes à Dom João V, versando sobre a riqueza das minas goianas e oficializando o achado, o então governador da capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, determinava em carta de janeiro de 1730, que só houvesse um caminho para aquelas minas.²⁹⁵ Em seguida, entre 1732 e 1734, o mesmo Conde de Sarzedas regulamentava o registro²⁹⁶ de Jaguari, no Caminho de Goiás, próximo à atual região de Campinas - SP. Todos que partissem ou dirigissem para as minas de Goiás deveriam passar por esse registro. Aqueles indivíduos que desrespeitassem essa medida, sendo apanhados em outras vias, seriam punidos com o confisco dos bens transportados.²⁹⁷ Segundo Alencastre, este caminho seria aquele percorrido pelas primeiras bandeiras paulistas.²⁹⁸ Logo esta rota ficaria conhecida como “Caminho de Goiás” ou “Caminho do Anhanguera”.

²⁹⁴ Ver também: TERMO (cópia) da Junta que reuniu em São Paulo e celebrou entre governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora e as demais autoridades para se estudar a forma de arrecadação dos quintos reais nas minas de Goiás, assim como sua conservação, aumento e estabilidade. São Paulo, 25 de abril de 1735. AHU_ACL_CU, cx. 2, doc. 37, Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

²⁹⁵ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Annaes da Província de Goyaz*. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, pp. 53-58.

²⁹⁶ Registros eram unidades aduaneiras, responsáveis não só pela cobrança dos tributos, mas também pelo controle do trânsito das pessoas.

²⁹⁷ SALLES, Gilka V. Ferreira. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 324.

²⁹⁸ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Annaes da Província de Goyaz*. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 49.

Tratava-se de uma das várias Estradas Reais, como as responsáveis pelo abastecimento, escoamento e fisco da produção aurífera e diamantina dos primeiros achados das Minas Gerais, integrado os núcleos mineradores à Parati e depois ao Rio de Janeiro. A partir de 1707, houve o estabelecimento da ligação da capitania de Minas Gerais com o Rio de Janeiro por meio do “Caminho Novo”. Esta via deslocou o curso que ligava as áreas mineradoras a Parati, também conhecido como “Caminho Velho”²⁹⁹ para o Rio de Janeiro, gerando uma grande economia no tempo gasto na viagem. Renato Pinto Venâncio, a partir de documentos contidos no *Códice Costa Matoso* e das pesquisas da arqueóloga Maria da Conceição Beltrão, mostra que o Caminho Novo não foi construído pelos esforços exclusivos dos colonizadores, mas sim conquistado dos povos indígenas que se utilizavam dessa rota desde os tempos pré-cabralinos.³⁰⁰ Além do menor tempo gasto e, por conseguinte, menores gastos com a viagem, a Coroa detinha grande interesse em proteger-se do contrabando do ouro. De acordo com Paulo Mercadante: “*Procurava-se manter a ligação da capitania [mineira] ao Rio de Janeiro por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando...*”³⁰¹ O controle sobre os fundos territoriais e os grupos humanos que neles viviam e, principalmente, sobre a tributação que recaia nos produtos de alto valor que poderiam ser facilmente desviados do fisco, como o ouro e os diamantes, foi uma constante durante o século XVIII. No contexto dos descobrimentos auríferos de Goiás e Mato Grosso, tais regiões passaram, paulatinamente, a integrar uma malha mais ampla do fisco e controle exercido pelo Erário Real.

O Caminho de Goiás partia de São Paulo em direção norte, passava pela região que hoje se encontra Jundiá, Moji-Mirim, Moji-Guaçu e Casa Branca, para em seguida assumir a direção noroeste cruzando as atuais cidades de Cajurú, Batatais, Franca e Ituverava, já próximo ao rio Grande, onde “... era atravessado entre Igarapava e

²⁹⁹ Existem indícios de que o “Caminho Velho” tenha sido a rota da bandeira de Fernão Dias (1674-81), responsável pela fundação dos primeiros arraiais da futura capitania mineira, sendo o mesmo já utilizado por expedicionários paulistas ainda no século XVI.

³⁰⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Belo Horizonte: Varia, V.21, 2000, pp. 181-189. Ainda sobre a modificação da Mata Atlântica pelos indígenas, ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 53.

³⁰¹ MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 22.

Miguelópolis, nas zonas de leito mais raso”.³⁰² Bustamante descreve parte do traçado do Caminho de Goiás a partir de escritos de Saint-Hilaire, Eschwege e D’Alincourt. Segundo o autor, nos 195 Km do trecho que atravessava o atual Triângulo Mineiro existia grande regularidade topográfica. Somente três cursos d’água ofereciam dificuldades de travessia: o rio Grande, o rio das Velhas [hoje rio Araguari] e o rio Paranaíba.³⁰³ Já “... os rios Uberaba Falsa [hoje Uberaba], Tejuco e Uberaba Legítima [hoje rio Uberabinha] eram cruzados em suas cabeceiras, em pontos facilmente vadeáveis durante a seca.³⁰⁴ Após cruzar o rio Paranaíba, seguia por Santa Cruz, Meia Ponte e Vila Boa. Contudo, os novos achados, como o de Arraias, e a busca por novas jazidas, propiciou a abertura de picadas e vias não oficiais, desrespeitando as determinações legais e expondo os limites que a vasta região dos sertões mais interioranos impunha às tentativas de controle desempenhadas pelas autoridades.

Com as notícias dos novos achados auríferos se espalhando, rotas alternativas e caminhos não oficiais iam se multiplicando. Não havia meios de se alçar um efetivo controle sobre tão vasto território. Para frear o fluxo ilegal de pessoas para as novas minas, bem como, a grande quantidade de produtos contrabandeados pelas vias ilegais, em 1736 a coroa decide oficializar a “Picada de Goiás”, uma via usada como “atalho”, que ligava São João Del Rei e Vila Rica (atual Ouro Preto-MG) às minas de Goiás.³⁰⁵ Com isso, o registro de Jaguari, na capitania paulista, deixa de centralizar o controle sobre o trânsito de produtos e pessoas que rumam ou partem para as minas goianas, surgindo vários registros ao longo da nova rota.³⁰⁶

³⁰² BACELAR, C. de A. P., BRIOSCHI L. R. (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/CERU, 1999, p. 46.

³⁰³ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 52.

³⁰⁴ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975. *Apud* LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 52-53.

³⁰⁵ COSTA, Gilberto Antônio (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005, p. 101.

³⁰⁶ SALLES, Gilka V. Ferreira. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFMG, 1992, p.158



Mapa 3: Mappa da Capitania de Minas Geraes com a Divisão de suas Comarcas (1778).³⁰⁷

O mapa acima assinala a Picada de Goiás, partindo de São João Del Rei e seguindo para noroeste, passando por Formiga, Tamanduá, Piumhí, Bambuí e rumando para a Capitania de Goiás.

Com base em Bacelar e Brioschi, Bustamante acredita que a abertura da Picada de Goiás colocou o Caminho do Anhanguera (ou Caminho de Goiás) em relativa

³⁰⁷ Mappa da Capitania de Minas Geraes com a Divisão de suas Comarcas (1778). In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Geraes*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – CEHC, 1995, p. 228.

decadência em função do deslocamento do grosso do tráfego goiano para a estrada mineira. Já o tráfego cuiabano ainda continuava se dando pela navegação fluvial desempenhada pelas monções,³⁰⁸ contribuindo para a diminuição do trânsito no Caminho do Anhanguera. É bem provável que o trânsito por esse caminho tenha diminuído, contudo, a instalação dos aldeamentos indígenas de Pires de Campos ao longo da referida estrada em meados do século XVIII sinalizam para a importância do caminho, sobretudo em termos estratégicos. O próprio Bustamante reconhece tal importância ao mencionar o empenho do então governador de Goiás, Dom Marcos Mendonça em “desinfestar” o caminho de São Paulo a Goiás da presença dos indígenas Caiapó.³⁰⁹ Não obstante, a grande presença de quilombos ao longo da Picada de Goiás acabava por impor grandes desafios ao que transitavam por essa via.³¹⁰ Desafios estes não menores que aqueles impostos pela presença indígena na atual região triangulina e daí ao norte, rumo à Goiás.

As já mencionadas “barreiras naturais” engrossadas pelas imagens dos Botocudos, no leste de Minas (*Sertões Proibidos*), ou pelo medo provocado pelos Caiapó, no extremo oeste, na região que ficou conhecida como *Caiapônia*, ainda contribuíram para que as estradas oficiais, – embora repletas de unidades aduaneiras, mas também de postos guarnecidos que ofereciam maior proteção ao viajante –, auferissem um significativo fluxo de viajantes e desestimulasse a abertura de picadas e estradas clandestinas e jazidas ilegais.

A instalação de postos militares, unidades aduaneiras e pousos, formando um caminho que cruzava áreas livres da efetiva ocupação colonial, ligando territórios que se destacavam economicamente – majoritariamente nas atividades de mineração até fins do século XVIII – por vias oficiais e a manutenção de imagens aterrorizantes sobre os Caiapó e a natureza, revela a intenção das autoridades coloniais em controlar a produção e transporte das riquezas.

³⁰⁸ BACELAR, C. de A. P., BRIOSCHI L. R. (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/CERU, 1999. *Apud* LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 108.

³⁰⁹ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 54.

³¹⁰ Ver: AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008.

Em ambos os casos – nos Sertões Proibidos do leste e na Caiapônia – temos grande ambiguidade.

A proibição das entradas nos “sertões Proibidos” ou “Sertões do Leste” visava a impedir que tanto os habitantes de Minas Gerais quanto do Espírito Santo ampliassem as comunicações entre estas capitanias, conservando a área de mata existente naquela região e utilizando-a como uma grande barreira natural contra o extravio do ouro e possíveis invasões de potências europeias. Contudo, estes espaços oclusos não estavam tão proibidos como apontam diversos autores. Além de vários indivíduos que desrespeitavam as determinações legais, os próprios governos de ambas as capitanias incentivaram entradas rumo a seus sertões contíguos, em busca de riquezas minerais.³¹¹ Podemos entender que determinações da metrópole não visavam a um total impedimento das explorações na referida área. Por outro lado, as restrições serviam mais como uma ferramenta de controle do governo do que como um simples obstáculo às explorações no *mattos*. Existiam dois objetivos claros: reduzir as ações de caráter não-oficial, submetendo qualquer descoberta dos preciosos minérios ao imediato poder metropolitano, garantindo, assim, algum controle operacional sobre as picadas e seus rumos e, ao mesmo tempo, evitar a ampliação das comunicações entre as capitanias que conseqüentemente se desenvolveria de maneira acelerada com a ocupação descomedida

³¹¹ Mesmo com a proibição de abertura de picadas, vias, e mineração no interior da capitania do Espírito Santo, temos alguns exemplos de casos de estímulos as entradas feitos pelos próprios governos. Como o Caso de Brás Esteves Leme, ao qual foi concedido pelo Governador-geral, em trinta de janeiro de 1728, o título de Superintendente de todas as minas que ele descobrisse em suas expedições nas cabeceiras do Rio São Mateus e imediações do Rio Doce. Ver: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p 372. Também foram observadas diligências em direção às minas do sertão do mesmo rio e do Arraial de Sant’Ana (atual Castelo – ES) pelo Sargento-mor da capitania espírito-santense, Pedro Bueno Cacunda. Ver: CARTA do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ao Rei [D. João V], a informar da diligência no descobrimento das minas em que anda o [Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo], Pedro Bueno [Cacunda]..., Vila da Vitória, 12 de julho de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 183; CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce e do Arraial de Santa Ana pelo Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo, Pedro Bueno Cacunda, Vila da Vitória, 15 de agosto de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda a respeito de se lhe mandar cumprir a ordem de minerar no sertão da Capitania do Espírito Santo, Lisboa, 16 de dezembro de 1740. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.

dos mencionados matos. Reduzindo os caminhos, sobretudo os que ligavam o interior ao litoral, possivelmente reduzir-se-ia o “descaminho do ouro”.³¹²

No caso da Caiapônia, a região ocupava, também, dois papéis que numa rápida leitura parecem se opor. Primeiro: imprimir medo por meio das imagens dos ferozes Caiapó e, com isso, reduzir a presença daqueles que eventualmente pudessem escapar ao controle das autoridades, seja valendo-se daquela região para “driblar” o fisco com contrabando, evitando os registros, ou ainda, explorando achados minerais sem o conhecimento da Coroa. Segundo: sendo uma região de terras minerais, despertava grande interesse nas autoridades em função de seu potencial aurífero e, por isso deveria ser explorada. Mas explorada sob o controle das autoridades, e não pelos vadios, desocupados e procurados da justiça que se embrenhavam nos matos pretendendo ficar longe do aparato da justiça. De acordo com Ravagnani, “Mais importante que a proteção aos usuários da estrada era que ‘O vão entre Goiás e Cuiabá que os índios não deixavam examinar era de terras minerais capazes de proporcionar grandes haveres’”.³¹³

Ora, assim como no leste Mineiro, ao lado do real perigo provocado pela resistência indígena, imagens grotescas destes foram usadas para desestimular a presença de invasores indesejáveis pelas autoridades, bem como, para justificar guerra ofensiva contra o “gentio”.³¹⁴ Contudo, isso não quer dizer que a região passou por um irrestrito cerceamento. Por outro lado, o que se esperava era o controle sobre as pessoas que para ali dirigissem e, sobretudo sobre os possíveis achados minerais e demais

³¹² OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, p. 76.

³¹³ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1, p. 225.

³¹⁴ Como no caso que veremos mais a frente dos Caiapó acusados de matar alguns escravos e “lhes raspar toda a carne do corpo deixando-lhes só a Cabeça e organz ocando o corpo...”. CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. -AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013. Os Pareci que habitavam porções do Mato Grosso também foram descritos como antropófagos irreduzíveis. CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre as mortes que faz o gentio Pareci, que é antropófago e impede a continuação dos descobrimentos do ouro. 1731, abril, 7, Vila de Cuiabá. CT- AHU—ACL-CU-010, CX 1, DOC 52. Os Paiaguá eram temidos pelos seus ataques violentos e rápidos, onde após fazerem mortes e pilhagem sobre os colonos, fugiam pelos rios buscando abrigo nas porções da América espanhola. AUTO (treslado) sumário que mandou fazer o Ouvidor João Gonçalves Pereira Para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. 1736, abril, 12, Vila de Cuiabá. CT- AHU-ACL-CU-010, cx, 1, doc 84, folhas 2-4.

atividades. No esforço de se alcançar tal controle, um conjunto de medidas foram tomadas pelas autoridades e, entre elas, encontra-se a criação dos primeiros aldeamentos indígenas entre os rios Grande e Paranaíba, no atual Triângulo Mineiro, no traçado do Caminho de Goiás.³¹⁵

2.3.4 Caminhos e Estradas Rompendo os Sertões na Época do Império: ocupação do interior?

No século seguinte, já no período correspondente ao Império, a preocupação em se criar uma dinâmica interprovincial e melhorar o acesso às áreas litorâneas por meio da abertura de estradas e construção de pontes, foi uma tônica nas falas e relatórios dos presidentes das várias províncias brasileiras.³¹⁶ O apoio logístico e o incentivo ao

³¹⁵ Ver: RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1996. Os aldeamentos criados no caminho que cortava o Sertão da Farinha Podre atendiam fins militares defensivos e ofensivos. Em função de sua localização, também atendiam a função de servir como pousos para as tropas. “Havia pousos em Rio das Pedras, Estiva, Piçarrão, Boa Vista, Santana e Lanhoso, onde os índios vendiam alimentos aos que lá faziam paradas”. SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975. *Apud* LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 61.

³¹⁶ O presidente da então província de Goiás, em 1835, reclamava da condição das estradas, pontes e portos goianos e apontava algumas ações que deveriam ser tomadas para dinamizar o comércio e viação na sua província. “As estradas da Província, soffrivéis por decorrerem a maior parte por terrenos planos, necessitam de alguns benefícios. [...] Na estrada do Sul que dessa Cidade segue para a Corte convém que se abra uma nova Estrada, que da Villa de Santa Cruz siga em direita a Villa de Catalão, pondo se uma boa barca no Rio Corumbá...”. “A Estrada que de Pilar segue para o Porto Imperial [...] se pode por ela conduzir em carros do Porto Imperial para esta Cidade [Pilar] sal, vinho, aço, chumbo, e os mais gêneros, que ali desembarcam, importados da Província do Pará...” Relatório que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1835, o exm. presidente da mesma província, Joze Rodrigues Jardim. Meyaponte, Typ. Provincial, 1835. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/283/>> Acessado em 12/03/2015. No mesmo ano de 1835, o presidente da província do Mato Grosso incluía em seu discurso o tema do incentivo ao comércio por meio de melhorias nas estradas e navegação. “He de se esperar grandes vantagens nos diversos ramos de público interesse com as novas Estradas, facilitando as navegações, estendendo as relações comerciais, estimulando a Indústria, e estreitando cada dia entre huns e outros povos, os Laços d’amizade e confiança; e finalmente firmando sobre bases inabaláveis a paz, a civilização, e a prosperidade.” Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, Antonio Pedro d’Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 3 de julho de 1835. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845, p. 10. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/393/>> Acessado em 12/03/2015. Em Minas Gerais os esforços na ampliação e melhoria das comunicações se concentravam, na primeira metade do século XIX, em sua porção oriental, sendo mais recorrentes pedidos de ampliação das comunicações em direção ao Rio de Janeiro e à porção norte da província, em direção ao Rio Doce. A navegação do *Rio Grande ou Paraná* era estimulada devido à amplitude de seu alcance que, de acordo com as autoridades mineiras, além de estabelecer comunicação com Goiás, Mato Grosso, São Paulo e o “Sertão extremo na Província de Santa Catharina”, também possibilitava contato com o Paraguai e a “Província Hespanhola de Corrientes.” Para as porções

desenvolvimento agrícola era uma preocupação real e, neste quadro, os indígenas que ainda ocupavam as áreas de interesse econômico deveriam ser reduzidos aos aldeamentos e integrados à lógica de exploração da sociedade conquistadora. Neste contexto, a postura agressiva que as autoridades geralmente tinham para com as sociedades indígenas foi paulatinamente substituída pelo discurso filantrópico cínico.³¹⁷ Os indígenas, então “concidadãos dos brasileiros”, deveriam ser civilizados e utilizados para o desenvolvimento do país. A política assimilacionista vigente, aliada à grande depopulação indígena e à redução das ações militares por parte destes fez com que o processo de miscigenação acelerasse e muitos grupos indígenas passaram à invisibilidade. Ainda assim, existiam locais onde os indígenas ainda mantinham resistência bélica e afugentavam as tentativas dos colonos de se estabelecerem em seus territórios.

Nos sertões do Oeste, os indígenas já não ofereciam resistência militar sobre o Caminho de Goiás nos anos quarenta do século XIX. Contudo, em áreas de matas ou naquelas parcamente ocupadas, como no extremo norte de Goiás, no rio Tocantins, ainda existiam “hordas de selvagens” como principal empecilho à manutenção das

ocidentais da província mineira uma das preocupações era “a defesa do paiz em geral, pela fácil comunicação com a fronteira entre Matto Grosso, e o Paraguay.” Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843, p. 39 Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/446/>> acessado em 15/03/2015. Estes são alguns exemplos que são acompanhados da questão indígena. Nas pautas das autoridades provinciais sempre se tinha a preocupação de estabelecer o controle dos indígenas ao longo dos vários caminhos que iam surgindo. Para maior aprofundamento nos assuntos contidos nos Relatórios dos Presidentes de Províncias, acessar: *Center of Research Libraries – Global Resources Network* < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/>>.

³¹⁷ Um exemplo era o apelo das autoridades para a necessidade de vacinação dos indígenas com “puz vaccinico” contra varíola, com o fim de protegê-los, bem como, para se evitar a propagação da doença que já atingia a capital. Ver: Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838. S. Paulo, na Typ. do Governo, 1838; O governador Mineiro, em 1845, dizia que o desaparecimento dos índios era resultado “de seu acanhado desenvolvimento”, e que só a catequese e civilização dos índios poderia inverter esse quadro. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845; Em Goiás, as autoridades lidavam com os indígenas oscilando entre a aproximação branda e o uso da força. Defendiam que, “a par da civilização e da catequese deve estar a força, porque o Índio selvagem, sempre que pode, nos hostiliza da maneira mais Barbara”. Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1845 o exm. presidente da mesma provincia, dr. Jose de Assiz Mascarenhas. Goyaz, Typ. Provincial, 1845; Em 1846, o presidente da província goiana ponderava que muitos índios selvagens vagueavam pelas florestas e campinas da provincia, “privados absolutamente das vantagens da vida social, e dos saudáveis beneficios da Religião Catholica, Apostolica Romana”. Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1846 o exm. presidente da mesma provincia doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz, Typ. Provincial, 1846.

estradas e povoados³¹⁸. Ao passo que muitas localidades ficavam ocupadas pela ação de colonos, os indígenas enfrentavam a morte, os processos assimilacionistas ou buscavam ocupar outras áreas livre da ação dos não indígenas. Deste modo, regiões inteiras que não estabeleceram qualquer empresa com duração suficiente que permitisse o seu desenvolvimento rumo à criação de arraiais e vilas, – ou que não serviram como rota oficial que merecesse ser guarnecida –, foram se tornando uma espécie de *locus privilegiado* para os grupos indígenas que ainda mantinham resistência por meio de ações militares, como no norte de Goiás e boa parte do Mato Grosso.³¹⁹

No Mato Grosso, onde a ocupação colonial foi pequena e descontínua, vastas porções do território ainda se encontravam livres da presença dos não indígenas, enquanto muitas outras resistiam com baixíssima presença destes. Isto possibilitava ações de grupos como os Bororo Coroado, que atacavam as estradas mal guarnecidas que davam acesso ao caminho principal, chegando a matar um primeiro tenente ajudante das ordens do comando das armas.³²⁰ Em 1839, o então governador da província do Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Resende, relatava as dificuldades relativas à resistência dos indígenas Cabixí e Parecí que, segundo ele, hostilizavam de maneira cruel tanto o Arraial de São Vicente quanto o do Pilar, “matando, roubando, fazendo abandonar os estabelecimentos, incendiando engenhos desde o ano de 1819. Ainda dizia que o interesse dos ditos índios era “estragar tudo, afugentar os povos já tão desanimados e acabar com aquelas povoações.”³²¹

³¹⁸ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1844 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/448/>> Acessado em:10/11/2015.

³¹⁹ Uma situação que exemplifica bem isso foi a encontrada no Espírito Santo a partir da segunda metade do século XVIII, quando frentes de ocupação mineiras marcharam sobre a região dos *Mattos do Leste*, onde se encontravam muitos grupos indígenas. Neste contexto, multiplicaram os ataques indígenas na capitania do Espírito Santo, tanto em suas estradas desguarnecidas, quanto nas suas vilas pouco povoadas que se distanciavam do litoral. Ver: OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, pp. 121-126.

³²⁰ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria em 3 de maio de 1850, pelo exm. sr. presidente da provincia, coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1850. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/404/>> Acessado em:10/11/2015.

³²¹ FALLA 1839 [do Governador da Província do Mato Grosso]. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u427/000062.html>> Acessado em:10/11/2015.

Os Parecí, antes aliados de Antônio Pires de Campos nos aldeamentos dos Sertões da Farinha Podre em meados do século XVIII, passaram a oferecer resistência, um século depois, às invasões de seus territórios promovidas pelos colonos no Mato Grosso. Este é mais um caso que demonstra o quanto as alianças estabelecidas entre grupos indígenas e não indígenas eram situacionais e instáveis. A fala do governador mato-grossense também deixa evidente a intenção dos indígenas em suas investidas: impedir a invasão de colonos nos seus territórios e expulsar aqueles que neles se estabeleciam.

Na província do Mato Grosso as vias de comunicação terrestre ainda eram muito precárias devido, como já mencionamos, à sua baixa dinâmica comercial e conseguinte escassez de recursos que persistiram por mais de um século. Em 1847 as vias que davam acesso à Estrada de Goiás ainda eram, em muitos casos, intransitáveis. A estrada oficial que ligava o Mato Grosso a Goiás estava despovoada devido ao ataque de indígenas compreendidos como bravios. Quanto à navegação em meados do século XIX, esta não apresentava o vigor dos tempos as monções paulistas, não tendo se expandindo.³²²

Já no Caminho de Goiás, os indígenas passaram a se aproximar das estradas na condição de fornecedores de diversos gêneros aos viajantes e tropas. Na então província de Minas Gerais, tendo a região triangulina já sido integrada a essa, as autoridades provinciais estimulavam a abertura e manutenção de estradas, pontes e, sobretudo a navegação. A essa altura tal empresa era entregue a particulares que extraíam taxas de utilização das pontes e estradas, como a ponte sobre o rio São Francisco e a estrada que dela derivava rumo à “Uberaba, Desemboque, Araxá, etc.”³²³

O estímulo à navegação dos rios despertava grande interesse nos governadores mineiros, segundo os quais existiam quatro principais rios: o Doce, o Jequitinhonha, o

³²² Falla dirigida pelo excellentissimo senhor doutor João Cipriano Soares, actual presidente da provincia de Mato Grosso á respectiva Assembléa Legislativa no acto de sua installação em 3 de maio de 1847. Cuyabá, Typ. Provincial, 1847. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/401/>> Acessado em:10/11/2015.

³²³ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia, Herculano Ferreira Penna. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/445/000014.html>> Acessado em:10/11/2015.

São Francisco e o Grande, além do Paranaíba.³²⁴ O rio Grande, ligando-se com o rio Paraná, possibilitava comunicação com a região platina e, no outro sentido, ligando-se ao Paranaíba, possibilitava acesso ao rio Corumbá, dando comunicação com a província de Goiás. Em 1847 discutiam-se as vantagens da construção de pontes sobre o rio Grande, o rio das Velhas (atual rio Araguari) e rio Quebra Anzol, “todas na direção das estradas gerais, que partem da corte, e da província de São Paulo para a de Goiás, Matto Grosso, e para os termos de Jacuhy, Uberaba, Araxá, Patrocínio, e Paracatu...”³²⁵

A população indígena neste contexto já havia reduzido tanto na província mineira a ponto de despertar preocupação nas autoridades governamentais. Em 1847, o vice-presidente da província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva, chegou a dizer que grande parte dos indígenas tinham desaparecido vitimados por doenças.³²⁶ Para Quintiliano era urgente promover a civilização dos que se encontravam nos aldeamentos e aqueles entranhados nas matas.³²⁷ Nota-se que havia um discurso no sentido de negar as atrocidades praticadas contra os indígenas em períodos anteriores quando se atribuía às endemias o desaparecimento de grupos indígenas, não mencionando as guerras e a política de extermínio levadas contra eles por particulares e por forças governamentais ainda persistentes em algumas regiões. Não obstante, a “preocupação” para com os indígenas que a essa altura chegaram a ser chamados de “concidadãos” por Quintiliano, estava ligada a interesses que se traduzem por meio da criação de leis e da captação de recursos para serem aplicados na política de catequese indígena e no projeto assimilacionista, e não, em qualquer traço de humanitarismo.

³²⁴ Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes... Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1843. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/446/000038.html> > Acessado em: 10/11/2015.

³²⁵ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/451/> > Acessado em: 10/11/2015. As duas estradas gerais em questão eram o Caminho de Goiás e a Picada de Goiás.

³²⁶ As enfermidades causadas pelos germes foram grandes aliadas dos conquistadores. “As Américas ficaram isoladas do resto do mundo por dez mil anos. Em virtude do maior volume populacional e da maior variedade de animais domésticos (dos quais se originaram doenças como a varíola, sarampo e gripe) do Velho Mundo, os europeus e africanos desembarcaram no Novo Mundo carregados com toda uma carga de germes mortais.” Ver: RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 235.

³²⁷ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/449/> > Acessado em: 10/11/2015.

Examinando os relatórios dos presidentes da província de São Paulo, notamos que a preocupação com a abertura e manutenção de estradas também ocupava lugar especial. O presidente da província de São Paulo, Manoel Machado Nunes, lamentava em seu relatório de 1840, ter feito muito pouco no que toca à melhoria material da província, notadamente quanto às estradas. Há muito não existia a resistência militar indígena nos caminhos paulistas. O maior empecilho relatado pelos governantes era a escassez de recursos e a falta de inspeção das obras públicas.³²⁸

A multiplicação de estradas e caminhos e o incentivo à ocupação das áreas interioranas desferiram um duro golpe sobre as sociedades indígenas que ainda resistiam ao massacre físico e às fugas. Os contínuos rearranjos migratórios indígenas tornavam-se cada vez mais difíceis na medida em que as antigas vias oficiais, como as Estradas Reais do século XVIII, ganhavam mais e mais caminhos tributários, isto é, caminhos menores que se ligavam às estradas principais. Logo, os espaços intermediários às antigas vias oficiais seriam recortados por diversos caminhos. Ao longo destes, muitos arraiais iriam se irromper. Os indígenas que permaneceram nestes locais acabaram passando por processos assimilacionistas e, diante dos preconceitos e desrespeitos à sua cultura, acabaram passando por processos de invisibilidade, quando sua indianidade era negada, tanto pelos não indígenas, quanto pelos próprios indígenas na esperança de obterem uma vida menos penosa.

Boa parte da região compreendida em nosso estudo, sobretudo quando tratamos de porções do atual Centro-Oeste brasileiro, é comumente aceita por historiadores e demógrafos como uma área que, embora iniciada a ocupação a partir do século XVIII, só foi ter esse processo efetivado em meados do século XX.³²⁹ Esse é um discurso que nega a presença indígena, não reconhecendo a história dos diversos grupos que habitavam essa região. A persistência desse discurso tem como base a equivocada manutenção de ideias distorcidas sobre os espaços e os sujeitos. Não foram raros e ainda

³²⁸ Ver: Discurso que o presidente da província de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838. S. Paulo, na Typ. do Governo, 1838 Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/974/000014.html>> Acessado em: 10/11/2015; Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial. S. Paulo, Typ. de Costa Silveira, 1840. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/975/>> Acessado em: 10/11/2015.

³²⁹ Acredita-se que a organização socioeconômica contínua e, sobretudo, o incremento dos meios de produção alinhados com a dinâmica nacional só ocorreram na região Centro-Oeste a partir da década de cinquenta do século XX.

nos deparamos com o emprego de termos como “terras novas” e “desabitadas”, ou sertões como “desertos”, livres de ação humana. Contudo, a utilização de tais termos não pode apagar a longa presença humana nestas regiões. Como já demonstramos, a presença indígena nos Sertões da Farinha Podre e áreas contíguas remontam há milênios. Com a maior presença dos não indígenas nestas paragens a partir do século XVIII, o que ocorreu foi a desocupação do interior, e não o contrário. Além de uns poucos indígenas que permaneceram nos arraiais e vilas que surgiram nos antigos sertões e aqueles que sucumbiram à ação violenta dos invasores, muitos outros tiveram que buscar territórios cada vez mais distantes da presença dos não indígenas.

3 POLÍTICA INDIGENISTA E SEUS IMPACTOS NO SERTÃO DA FARINHA PODRE

3.1 Os Limites da Ordem: sertanistas, autoridades, clérigos e colonos e os interesses sobre a política indigenista

Com a descoberta das minas em Cuiabá (1718) e, depois em Goiás (1722), as bandeiras de apresamento indígena que para ali rumavam, partindo notadamente da capitania de São Paulo, iriam diminuir.³³⁰ As notícias das descobertas fizeram surgir os incipientes e inconstantes povoamentos naquelas regiões de sertão até então habitadas por grupos indígenas diversos que, a partir de então, encararam toda a sorte de violências. Todos os esforços voltavam-se à atividade mineradora que acreditavam ser mais rentável. Como ocorreu pouco antes em Ouro Preto e Mariana, na capitania de Minas Gerais, o esforço concentrado na mineração era tamanho a ponto de comprometer o abastecimento de viveres provocando a inflação dos preços dos alimentos e gerando grandes ondas de fome.³³¹

O perfil daqueles que chegaram para o novo empreendimento também era distinto das bandeiras de mamelucos paulistas de preação indígena. Enquanto estes eram compostos – ou ao menos conduzidos – por pessoas “experientes nos matos”, contavam

³³⁰ Ver: MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. As ações de bandeirantismo já vinham sofrendo mudanças com a separação dos reinos ibéricos em 1640. Embora a escravização indígena tenha existido em todo o período colonial e do império, com a maior entrada de escravos negros, o apresamento indígena foi “progressivamente deixando de ser um negócio rentável desviando, em partes, o interesse dos bandeirantes [...] para outro tipo de projeto que envolvia a própria Coroa”. Focava-se na prospecção mineral e nos avanços territoriais. ARAÚJO, Renata Malcher de. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 78.

³³¹ Sobre a crise de abastecimento de gêneros alimentícios na zona mineradora em Minas Gerais ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 169; MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. São Paulo: Graal, 2004, p. 43. De acordo com Mello e Souza, os primeiros povoados não resistiram à falta de alimentos, sendo abandonados pelos mineiros. Só com a interferência do poder metropolitano e a doação de sesmarias para o cultivo e abastecimento interno que as áreas mineradoras não sofreriam mais com as fomes extremas. Contudo, a escassez de alimentos acompanhou a vida dos mineiros quase todo o século XVIII. Ainda sobre as mudanças dentro das atividades bandeirantes ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000. Holanda, embora entenda as monções como um prolongamento das bandeiras, faz uma diferenciação entre ambas e fala da importância das monções para o abastecimento de alimentos e utensílios nas zonas mineradoras. Sua fase embrionária está ligada ao descobrimento das minas no Brasil Central.

com o apoio de muitos “flechas” –, indígenas soldados aliados – e bem municidados,³³² aqueles que se deixaram seduzir pelo sonho de riqueza propiciado pelas novas jazidas auríferas eram aventureiros das mais variadas espécies. Geralmente não dispunham de um grande plantel de escravos e não tinham um aparato suficiente para enfrentar as asperezas daqueles sertões.³³³ Sobretudo considerando a necessidade de fixação para a atividade mineradora. Se no contexto muitos indígenas pereceram com a chegada desses invasores, é certo que o mesmo destino funesto foi o que muitos destes últimos encontraram.

As novas jazidas encontravam-se em territórios ancestralmente ocupados por vários grupos indígenas. Notadamente os Bororo no Mato Grosso e os Caiapó em um vasto território que se estendia do norte de Goiás e porções do Mato Grosso até a capitania de São Paulo. Estes últimos foram os que mais resistiram à invasão de seu território – eram os mais citados nas fontes coloniais como o grande entrave à exploração daqueles sertões. Entre as estratégias de resistência Caiapó, empregaram ataques às zonas mineradoras, bem como, às vias de comunicação das áreas recém devassadas, o que lhes rendeu a fama de serem os nativos mais hostis daquelas áreas.³³⁴

Deparamos-nos, então, com uma análise contraditória, que reproduz o discurso de documentos oficiais sem o devido cuidado,³³⁵ repetida em muitos trabalhos sobre os Caiapó. Embora estes indígenas fossem guerreiros e promoviam guerras intertribais bem antes da presença dos “brancos”, os “ataques” dos Caiapó sobre os invasores em Cuiabá e Goiás, e depois, no Sertão da Farinha Podre, devem ser entendidos num

³³² "A bandeira era, portanto, uma expedição agressiva, destinada a marchar sertão adentro em busca de índios, contra os quais efetiva a guerra. Seu sucesso dependia, por conseguinte, do número de seus componentes, e deu sua capacidade bélica e do aparelhamento da expedição em armas e munição. A montagem de uma bandeira era, conseqüentemente, um empreendimento que demandava investimento de capital". VOLPATO, Luiza. *Entradas e Bandeiras*. 2a edição, São Paulo, Global, 1986, p. 56.

³³³ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

³³⁴ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998; GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997; MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014.

³³⁵ Em quase toda a correspondência sobre os Caiapó que consta nos documentos do Conselho Ultramarino referente à Goiás e Mato Grosso disponibilizada pelo Projeto Resgate, temos referências a esses índios como os mais bárbaros e irredutíveis daqueles sertões e de promoverem terríveis ataques aos colonos e viajantes.

contexto de pressões desencadeadas pela intensificação da presença de não indígenas em seu território ancestral. A ocupação da região por multidões de mineradores ocasionou, não só o aumento das hostilidades entre indígenas e “brancos”; mas também, rearranjos migratórios e fugas ocasionando o aumento das guerras intertribais.³³⁶

Na primeira metade do século XVIII, dom Luís de Mascarenhas autoriza os colonos do Mato Grosso a fazerem guerra contra os Paiaguá. Esta autorização foi estendida aos moradores de Goiás, visando conter os danos à Real Fazenda provocados pelos constantes ataques indígenas. Mascarenhas criou companhias de soldados experientes nos embates contra indígenas e em 1742 baixou um regimento regulando a conquista dos Caiapó. Também criou juntas para deliberarem quanto ao trato destinado aos indígenas. Segundo Ataídes, “a Coroa permitia que tais juntas decidissem pelo emprego ou não da guerra ofensiva contra os índios”.³³⁷

As entradas e bandeiras enviadas aos sertões, que até as primeiras décadas do século XVIII tinham interesses meramente locais, visando desobstruir os colonos e mineradores de qualquer alvoroço causado por negros aquilombados, indígenas hostis ou salteadores dos caminhos, só iriam passar por transformações em seus objetivos, voltando à tentativa de controle da população e do território em sentido mais amplo e global, com o projeto civilizador no período pombalino.³³⁸ Contudo, as determinações

³³⁶ “O nomadismo dos índios eram movimentos migratórios para se adaptarem à sobrevivência do meio e por causa das disputas intertribais, porém, com a presença do colonizador, o equilíbrio, embora tenso, das guerras entre os índios foi completamente rompido.” RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. 2008. 405 p. Tese (Doutorado) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 371. Na segunda metade do século XVIII, Joaquin José da Rocha relatou a aliança estabelecida entre os indígenas Purí e Botocudo na região fronteira entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Segundo Rocha, a partir de então estes índios promoveram uma contínua guerra contra os Manaxo, Malali, Maxacali, Coxopó e Tambacuri. Os índios que estavam sob ataque da aliança Purí-Botocudo buscaram a associação com os “...povoadores de Minas, os quais se lhes têm unido algumas vezes, por pequenas escoltas, enviadas pelos Ex.^{mos} Generais que têm as mesmas Minas, para que juntos destruíssem aquelas bárbaras nações.” ROCHA, Joaquim José da. *Geograia histórica da Capitania de Minas Gerais - 1780*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, pp. 77-78.

³³⁷ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 24.

³³⁸ Segundo Amantino: “Pombal tinha um projeto civilizador para as colônias, e no caso brasileiro, esta tinha que passar necessariamente pela utilização racional dos índios”. AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 72. O período vigente ao reinado de Dom José (1750-1777) é marcado por mudanças na administração colonial implementadas, em grande parte, por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, e seus colaboradores, dentre os quais se destacou Francisco Xavier Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1750-1759), responsável pela verticalização de uma política “civilizatória” voltada aos povos indígenas. Essa política foi definida pelo Diretório dos

metropolitanas e, até mesmo no Império, eram recebidas de formas distintas pelos poderes locais das várias capitanias/províncias. Como bem demonstrou Laura de Mello e Souza; prática política e natureza administrativa portuguesa devem ser analisadas levando em consideração suas imprecisões, ambiguidades e contradições próprias de suas manifestações em gêneses sociais particulares do contexto colonial na América Portuguesa.³³⁹ Soma-se a isso, a precisa observação da professora Maria Regina Celestino de Almeida sobre o indigenismo de meados do século XIX, ao assinalar que “a política indigenista de Pombal deve ser compreendida de forma articulada às atuações políticas dos índios (políticas indígenas) que lhes davam limites e possibilidades, contribuindo para delinear seus rumos.”³⁴⁰

De acordo com Márcia Amantino, o Conde de Assumar, governador das capitanias de São Paulo e Minas Gerais (1717 – 1720),³⁴¹ acreditava que um dos caminhos para se atingir o controle nos confins dos sertões era tornando os indígenas vassalos do rei. Enquanto os quilombolas deveriam ser presos ou exterminados, os indígenas pacíficos, de acordo com a legislação vigente, deveriam ser respeitados e protegidos – o que não raras vezes era desrespeitado. Segundo Amantino,

Índios (1757) e marcada pela diminuição do papel da Igreja na política relacionada aos indígenas, assim como, a implementação dos “agentes civilizadores dos índios”. SANTOS, Fabrício Lyrio. A civilização como missão: agentes civilizadores de índios na Bahia colonial no contexto da política pombalina. *Tempo* (Niterói, online) Vol. 22, n. 41. P. 533-550, set-dez, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n41/1413-7704-tem-22-41-00533.pdf>> Acessado em: 23/02/2016. Embora reconheça que a noção de “período pombalino” corresponda a uma construção historiográfica, como bem assinalou o Professor Francisco José Calazans Falcon, **remeto-me à época da penetração de ideias ilustradas (em termos tanto político quanto culturais) que dividiram espaço com políticas econômicas mercantilistas na América Portuguesa de meados do século XVIII**. Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal, sem dúvida não foi um agente histórico único, estando inserido em circunstâncias próprias de sua época que possibilitaram a sua atuação em conjunto com um incontável número de operadores do pensamento ilustrado. Contudo, dada a vastidão do número de trabalhos e a persistência dos temas ligados ao “período pombalino”, acreditamos ser pertinente a utilização do termo em questão em função de seu alcance explicativo. Ver: FALCON, Francisco & RODRIGUES, Claudia (Organizadores). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

³³⁹ Sobre as recriações do mando português no universo colonial na América ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁴⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Política Indigenista e Políticas Indígenas no Tempo das Reformas Pombalinas. IN: FALCON, Francisco & RODRIGUES, Claudia (Organizadores). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 176.

³⁴¹ Neste período as minas do Cuiabá e de Vila Boa estavam anexadas à capitania de São Paulo.

O índio pacífico era um aliado em potencial e deveria receber melhores tratamentos; já os considerados indomáveis e “incivilizáveis” – leia-se incapaz para os trabalhos nas fazendas – deveriam ser rapidamente exterminados ou expulsos para mais longe.³⁴²

Dom Marcos de Noronha, em carta datada de 1751, relatava que os moradores de Goiás estavam forjando ataques indígenas para justificar a sua preação. Fala ainda que os mesmos moradores não respeitam as suas ordens e nem mesmo as do rei, que impedia as expedições contra os indígenas que não fossem aprovadas pela “guerra justa”.³⁴³ Sem capital e escravaria, os colonos viam no braço indígena a força de trabalho necessária para o seu empreendimento. Notadamente a atividade agrícola, onde foram feitas várias tentativas de se empregar o elemento nativo. Não temos como saber até que ponto o governador goiano fazia “vista grossa” às determinações metropolitanas, ou se realmente era desrespeitado pelos colonos. Certo é que, pouco tempo depois de suas reclamações ao ouvidor geral, foi advertido pelo rei. Mesmo com as orientações de aproximação pacífica para com os indígenas, a violência foi tamanha em Goiás, – atingindo o ápice com as ações de Antônio Pires de Campos contra os Caiapó em meados do século XVIII –, que o governador dom Marcos de Noronha foi avisado pelo rei, em 1752, para que não fosse feita guerra ofensiva aos indígenas, evitando os ataques em suas próprias aldeias.³⁴⁴

Ainda de acordo com Ataídes,

Até então, não havia na capitania, [Goiás] aldeamento construído para abrigar os índios pacificados, a não ser os de Sant’Ana do rio das Velhas, Lanhoso e rio das Pedras, criados pelo coronel Antônio Pires de Campos no atual Triângulo Mineiro, para abrigar seu exército Borôro que funcionava muito mais como quartel do que como aldeamento

³⁴² AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 79.

³⁴³ Carta de Dom Marcos de Noronha ao ouvidor geral Agostinho Luis, 04 de outubro de 1751. SDEGO, livro 192, p. 211. Apud CHAIM, Mariovane Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 - 1811*. 2ª ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, pp. 83-84.

³⁴⁴ Ver: ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 31.

propriamente dito, o que não respondia aos propósitos civilizatórios do governo.³⁴⁵

Entre os interesses que motivaram sertanistas a empreenderem a árdua tarefa de “pacificar” os sertões e dar combate aos indígenas hostis também estava a posse de terras por meio de doações de sesmarias. Entre outros benefícios, Pires de Campos recebeu uma faixa de terras de légua e meia de cada lado do Caminho do Anhanguera no intervalo que ia do rio Grande até o rio Paranaíba, local onde foram construídos os aldeamentos dirigidos por ele. Algumas décadas depois, essa mesma faixa de terras, – já na condição de terras destinadas aos indígenas –, foi alvo de disputas entre estes e colonos e um processo que se intensificaria a partir dos primeiros anos do século XIX.³⁴⁶

Gradativamente, os indígenas passaram por uma “política de concentração”, na qual foram retirados de seus territórios ancestrais, sendo reagrupados em aldeamentos criados com vistas a atender os interesses governamentais. Tais povos nativos foram muitas das vezes confinados em frentes agrícolas ou pastoris, nas margens dos rios navegáveis, em vias percorridas por tropeiros e/ou juntos a instalações militares – como nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, ao longo do Caminho do Anhanguera. Com frequência os resultados eram negativos, sobretudo quando se reuniam grupos indígenas tradicionalmente rivais.³⁴⁷

Além das terras, Pires de Campos detinha grande poder por meio de seu exército indígena. É bom lembrar que, neste contexto, para fazer frente a uma legião destas, somente outro exército com ampla participação indígena. Por isso, homens como Antônio Pires de Campos poderiam ser aliados importantes do governo, mas também, um risco em potencial à ordem local, propagando grandes desmandos e subvertendo as ordens metropolitanas e locais.

³⁴⁵ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 33.

³⁴⁶ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 56.

³⁴⁷ Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 144.

Os padres que se fixavam entre os nativos tinham interesses que se somavam à conversão religiosa. Eram também movidos por razões econômicas que se traduziam por meio de cômguas e terras. Em Goiás, a presença jesuíta não foi tão intensa, resumindo-se em algumas expedições que tiveram início em meados do século XVII, cessando por volta de 1722 e, depois, em meados do século XVIII, quando foram responsáveis pela administração espiritual dos primeiros aldeamentos goianos, “sendo expulsos em 1759” com a política pombalina.³⁴⁸

Para defender seus interesses, grupos indígenas distintos também firmavam alianças contra os invasores. De acordo com Ravagnani, após aprenderem manusear armas de fogo dispor de algumas delas, os Acroá e Xacriabá se rebelaram, matando 17 guardas da aldeia de São Francisco Xavier do Duro. Dali, partiram em ataque aos “...arraiais de Natividade, Carmo, Chapada, Taboca e Almas...”. Embora o Diretor dos Índios Venceslau Gomes da Silva tivesse conseguido reconduzir os indígenas Acroá novamente para o aldeamento, em 1759 tornaram a se rebelar, voltando ao seu antigo território.³⁴⁹

Segundo Karasch,

[...] Enquanto as autoridades paternalistas de Lisboa ou os governadores de Vila Boa de Goiás decretavam a cristianização e "civilização" para convencer os índios a se aldearem como filhos e vassalos, as milícias locais, bandeiras e colonos armados procuravam "desinfestar" a capitania daqueles que chamavam de "feras" e escravizar suas mulheres e filhos. Quaisquer que fossem as diretrizes de Lisboa, a busca de riquezas minerais, fazendas e escravos índios orientava a política indigenista em Goiás, levando a uma violenta resistência ou fuga dos atacados e escravizados.³⁵⁰

³⁴⁸ Ver: ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, pp. 27-28.

³⁴⁹ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Aldeamentos oficiais goianos. 1987. 122 f. ILCSE/UNESP, Araraquara, p. 37.

³⁵⁰ KARASCH, Mary. *Catequese e cativo: política indigenista em Goiás (1780-1889)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 397.

O choque de interesses dificultava o bom curso dos trabalhos nos aldeamentos indígenas. Governos locais, administradores dos indígenas, clérigos, colonos e governo metropolitano raramente se entendiam. Constam denúncias de que as sublevações dos indígenas do aldeamento do Duro foram estimuladas pelos jesuítas que estavam insatisfeitos com a administração de Venceslau Gomes.³⁵¹ A situação entre Venceslau e os padres era muito conflituosa, pois, a administração temporal do aldeamento ficava dividida entre ele e os jesuítas Bento Soares e José de Mattos. Segundo Ravagnani, os clérigos ainda acusavam o administrador Venceslau de aproveitar-se das mulheres indígenas do aldeamento. O que de acordo com os padres seria a causa das sublevações.³⁵² As trocas de denúncias e acusações se sucediam entre autoridades e padres.

É certo que as sublevações de indígenas nos aldeamentos guardavam interesses diversos e não raras vezes tinham apoio dos não indígenas, sejam eles padres, administradores ou autoridades coloniais. Como no caso ocorrido na capitania do Espírito Santo, na Aldeia de Reritiba. Andre de Melo e Castro, Conde de Galveas, vice-rei e Governador Geral do Estado do Brasil, em carta ao Rei D. João V, datada de 1744, informava sobre como o ouvidor da capitania do Espírito Santo estimulou os indígenas à expulsarem os jesuítas do dito aldeamento. De acordo com Castro, os indígenas estavam insatisfeitos com a administração dos padres. Mesmo após substituição dos religiosos que ali estiveram antes, os indígenas invadiram a igreja durante uma cerimônia, dizendo “que tinham ido aos Goitacazes falar ao Ouvi.^{of} daquela Cappn.^a

³⁵¹ “O início dos atritos entre a Igreja e o Estado em Goiás se deu a partir de 1754 quando o primeiro governador D. Marcos de Noronha elaborou um regimento para os aldeamentos do Duro e Formiga. Com isto seu controle passou das mãos dos jesuítas para as do governador. Os padres não aceitaram. Na disputa com o então administrador do destacamento local tenente-coronel Venceslau Gomes da Silva este saiu vencedor. Os padres se retiraram da Missão temporariamente. Foram acusados de insuflar os índios que se sublevaram em 1757, mataram 17 guardas e fugiram. Voltaram para suas terras e reiniciaram os ataques aos povoados e à estrada do Anhangüera como era chamado o caminho que ligava São Paulo a Goiás.” RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 119-143, 1986/1987, p. 120.

³⁵² RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *Aldeamentos oficiais goianos*. 1987. 122 f. ILCSE/UNESP, Araraquara, pp. 37-39.

Pascoal Ferreira de Veras que ali seachava em correção [e] publicarão trazer ordens dod.¹⁰ Ouv.^{or} para expulsar os [...] padres”.³⁵³

O antijesuitismo, proibindo o governo temporal dos nativos, posto como lei em 1755 e estendido à toda a colônia em 1758, sugeria que os indígenas fossem governados pelos seus próprios “principais”.³⁵⁴ Seja como for, após a ocorrência dos levantes indígenas, não era raro o incremento da guerra contra estes ou, no mínimo, a punição exemplar dos “cabeças dos levantes”.³⁵⁵

Em 1758, de Vila Boa, o Conde de São Miguel escrevia ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa, sobre as dívidas que o seu governo tinha com a Real Fazenda e os desvios que ele havia verificado. Segundo o Conde de São Miguel, em carta em que ele pedia total sigilo, grande parte da dívida era proveniente de soldos, ordenanças e juros adquiridos ainda na administração do Conde de Arcos, – seu antecessor no governo da capitania goiana – fruto de despesas com a manutenção de uma aldeia indígena.³⁵⁶ O reclamante ainda atribui aos gastos com a aldeia a origem da ruína da Fazenda Real naquela capitania. O Conde de Arcos era responsabilizado pelos métodos estéreis aplicados na Aldeia, que a tornava impossível de sustentar pelos cofres públicos. Também denunciava a corrupção e os roubos que imperavam na dita aldeia desde antes de sua posse no governo e que ainda permaneciam ocorrendo, demonstrando o esquema de desvio de dinheiro que tinha início por meio da contratação

³⁵³ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar..., Bahia, 31 de março de 1744. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

³⁵⁴ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 33.

³⁵⁵ Numa consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre um pedido do padre Manoel Siqueira para o devassamento da sublevação indígena em Reritiba em 15 de fevereiro de 1746, o padre apelava para o incremento da violência a fim de sufocar o levante. De acordo com o documento, deveriam proceder “exterminando os cabeças do lugar...”. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido do Padre Manuel de Siqueira..., Lisboa, 15 de fevereiro de 1746. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 253.

³⁵⁶ Tratava-se do aldeamento de São Francisco Xavier do Duro, construído em 1751 para reduzir os indígenas Xacriabá. Ver: Escrito de Francisco Tossi Colombina, de 1753, sobre os índios Akroá e Xacriabá. AHU_ACL_CU_008. Cx, 9, Doc. 617. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

de Entradas e viabilizado por “... hum Padre da Companhia [que] interessado aprovava as contas...”³⁵⁷.

Consta ainda nesta correspondência, a denúncia de que o administrador do referido aldeamento, nomeado pelo Conde de Arcos, Venceslau Gomes da Silva, mantinha cerca de oitocentos “...Índios sustentados a farinha, e vaca de El-Rei, que o mesmo administrador vende a Fazenda...”³⁵⁸ Continua dizendo que os indígenas sob as ordens do administrador eram hábeis no uso das armas e que eram invencíveis devido aos contínuos exercícios militares. Destes oitocentos indígenas, trezentos viviam nos matos. Tinha ainda sob o seu comando doze mil indígenas que o veneravam e o chamavam Capitão Grande, habilidosos no uso do arco, em local afastado três léguas do aldeamento “... e mais abaixo vinte e tantas legoas, esta huma Aldeia chamada a grande, figurada em Ilha de gentio denominado Xavante que passa de quarenta mil armas; todas postas na mão d’elle, para fazerem o que elle determinar”. De posse de tamanho poder, o administrador poderia, – segundo a delação do Conde de São Miguel –, desafiar até mesmo o Rei, “...como tem feito com os povos a quem leva dez bois por fazenda para os defender do Gentio, e em não lhe pagando faz-lhe assedio, com o mesmo Gentio [que] tem no mato...”³⁵⁹.

Enquanto o administrador denunciado recebia os recursos da Real Fazenda para a manutenção dos indígenas no aldeamento que ele dirigia, desviava parte da receita e ainda utilizava os serviços destes mesmos nativos para fins particulares, seja vendendo proteção aos colonos por meio de “seus soldados índios”, ou para coagir estes a pagar-lhe o que exigia.

³⁵⁷ Correspondência do Conde de São Miguel ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa (1758). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, p. 46.

³⁵⁸ Apontar números referentes à população indígena brasileira no período colonial e no império é tarefa muito árdua. Mesmo quando nos deparamos com números sobre a população indígena nos documentos, temos que considerar que, uma vez que esses índios podiam ser fonte de recursos, – como fica expresso no referido documento –, sua população podia ser superestimada. Além disso, nesta correspondência são apontados estimativas de índios arqueiros em duas das três aldeias mencionadas, sendo esses, portanto, do sexo masculino. Daí teríamos que considerar ainda mulheres, crianças e idosos.

³⁵⁹ Correspondência do Conde de São Miguel ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa (1758). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, pp. 46-47.

Mais à frente o documento nos traz outro aspecto interessante sobre os desmandos das autoridades no universo colonial. Após as denúncias de corrupção e do uso particular da força dos indígenas, segue uma descrição do trato do administrador para com “os seus índios”. Uma vez que Venceslau entendia que para o bom resultado da aliança estabelecida com os indígenas era necessário não oprimi-los, permitindo “os costumes gentílicos”; também era visto como propagador de vícios escandalosos na aldeia pelas autoridades e clérigos. Os padres que não aprovavam os métodos de Venceslau afastavam-se da aldeia. Dos cinco clérigos que foram para a aldeia, um morreu no local, três fugiram por não apoiar os métodos do administrador e só um, tido como “um velhaco simples chamado Manoel da Cruz, ficou feito Frei Pedro da Boa Hora, absolvendo todas as culpas de Venceslau Gomes, assignando todas as contas e apoiando todas as herezias...”.³⁶⁰

Se Venceslau era visto como um mau administrador pelo Conde de São Miguel e pelos padres – salvo aqueles envolvidos em seus desvios –; já os indígenas não achavam seus métodos tão ruins. Sobretudo se o alcance de seu respeito em meio aos indígenas fosse aquele descrito entre as acusações que lhe incidiam.³⁶¹ Venceslau estabeleceu uma rede de solidariedade com os indígenas, provavelmente, por meio da oferta de alguns gêneros, da usual política de alianças contra outros grupos indígenas e, principalmente, pela aproximação branda descrita no documento supracitado. Ao que parece, enquanto os indígenas podiam manter os seus costumes – entendidos como “vícios” –, o diretor e o padre comparsa, com apoio dos indígenas, causavam danos aos cofres públicos. Deste modo, os indígenas agiam de modo a obter alguma vantagem, não sendo, portanto, vítimas passivas do processo colonizador, mas antes, tinham escolhas e tomavam decisões. Isso não nega, é certo, toda a violência da conquista de seus territórios, as

³⁶⁰ “[Venceslau] ... dizia-se-lhe que para catequizar [os índios] era preciso não lhes oprimir as vontades [...] usavam desejos supersticiosos sacrificios de donzelas carnaes pecado nefando, matavam os moribundos, dizendo que por alívio, e todos esses costumes gentílicos observavão os catequizados, não só com permissão do Administrador Venceslau Gomes, porem, defendendo que com a liberdade de consciência que era que aqueles homens se devia d’atrair...” Correspondência do Conde de São Miguel ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa (1758). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, pp. 48-49.

³⁶¹ Remeto-me aos índios que, embora não pertencessem ao aldeamento onde se encontrava Venceslau, rendiam respeito e ele chamando-o de “Capitão Grande”, e aos numerosos Xavantes sob o seu comando.

³⁶¹ Correspondência do Conde de São Miguel ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa (1758). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, pp. 46-47.

mortes e o cativo indígena; mas os coloca como protagonistas de uma história que também é deles.

Esse tipo de aliança interétnica desenvolvida entre alguns grupos indígenas e o diretor Venceslau não parece ter sido tão conflituosa em função do respeito que o administrador alcançou entre os nativos mencionados. Contudo, daí decorriam mais conflitos entre o administrador e as autoridades locais, colonos e clérigos; do que entre ele e os indígenas. As redes de solidariedade no universo colonial eram muito complexas, envolvendo indígenas, negros e portugueses nos mais variados arranjos, sobretudo quando consideramos os múltiplos interesses em jogo. Para além das possíveis vantagens individuais, como a obtenção de riquezas, cargos e o enobrecimento, bem como, a sobrevivência; temos a busca pela sobrevivência do grupo, seu fortalecimento e manutenção. Interesses dos quais, sem dúvida, compartilhavam os indígenas.³⁶² Como assinalado em trabalhos como os de Ronaldo Vainfas e Maria Regina Celestino de Almeida, os indígenas não aceitavam, simplesmente, a cultura dos outros. Antes, se apropriavam dessa cultura e a resignificavam de acordo com sua própria cultura e necessidade.³⁶³

Também podemos refletir sobre as várias informações que se multiplicaram na capitania de Goiás a respeito das dificuldades de serem mantidos os aldeamentos. O aldeamento dirigido por Venceslau é um exemplo de que essas unidades poderiam se manter, – em muitos casos e contextos, é certo –, com uma economia quase que autônoma. Parte dos indígenas sob o seu comando, como apontou o Conde de São Miguel, ficavam nos matos (trezentos do total de oitocentos), provavelmente incumbidos de prover víveres – e de acossar os fazendeiros que se recusavam a pagar o estabelecido pela proteção –, cuidando de parte do abastecimento do aldeamento. A outra parte ficaria a cargo da Real Fazenda. No entanto, os “acordos” firmados com os fazendeiros, os quais proviam dez cabeças de gado anualmente para obterem proteção,

³⁶² Como já mencionamos, os indígenas poderiam firmar alianças com os não indígenas buscando ampliar sua força militar diante de inimigos indígenas de outro grupo, bem como, quando já reduzidos numericamente, como forma de obter proteção aos ataques que sofriam. Muitos índios também se aliaram como forma de obter enobrecimento. Sobre a prática de enobrecimento indígena ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *O enobrecimento dos líderes indígenas na capitania do rio de janeiro: reflexões sobre Significados e Usos Políticos Diversos*. Revista Ultramares Dossiê No 5, Vol.1, Jan-Jul/2014.

³⁶³ Ver: VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

custeariam mais uma boa parcela dos gastos com a aldeia.³⁶⁴ O problema então não era o simples mecanismo da aldeia, mas sim, os desvios praticados pelo administrador Venceslau e pelos padres que dirigiam em conjunto os indígenas.

A influência desempenhada pelos diretores e padres dos aldeamentos indígenas gerava conflitos com os colonos que, na maioria das vezes, não dispunham de escravaria e necessitavam do emprego da mão de obra indígena em suas propriedades. Tanto os diretores quanto os padres cobravam dos colonos os jornais que deveriam ser pagos aos indígenas e, não raras vezes, apropriavam-se deles. Normalmente não investiam qualquer receita obtida com os aldeamentos – como o pagamento feito pelos fazendeiros ou pela venda de produtos agrícolas aos viajantes quando isso ocorria – nas próprias unidades e, muito menos, faziam qualquer repasse à Real Fazenda.

Os mesmos Directores, todas as vezes que não tivessem o passo franco, para o roubo havião ser os mesmos que provocassem a fuga, porque n'aquelle partido, não serve o ganho a que aqui chamão – Passadio, senão, o que em bom portuguez se chama roubo.³⁶⁵

Tudo isso aponta para os inúmeros motivos da grande quantidade de relatos sobre a péssima condição dos aldeamentos goianos e o desinteresse pela manutenção dos mesmos. Realidade também observada em outras capitanias.³⁶⁶

Alguns aldeamentos poderiam servir como reserva de arqueiros para ações de sertanismo. Foi o caso da aldeia de São José de Mossâmedes, fundada em 1775 após a rebelião dos Acroá na aldeia do Duro, no Leste de Goiás. Entre fugas e chegadas de novos indígenas, em Mossâmedes vários grupos étnicos distintos dividiram o mesmo espaço. Muitos deles deslocados compulsoriamente para o aldeamento. Já outros,

³⁶⁴ Correspondência do Conde de São Miguel ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa (1758). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, pp. 45-51.

³⁶⁵ Correspondência do Conde de São Miguel ao Secretário da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa (1758). *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, p. 54.

³⁶⁶ Ver: RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Aldeamentos oficiais goianos. 1987. 122 f. ILCSE/UNESP, Araraquara.

buscaram o local como uma das poucas alternativas que lhes restavam. Os Carajá e os Javaé foram transferidos de Nova Beira para Mossâmedes em 1780. Com o fim dos trabalhos no aldeamento de Maria I, – a primeira experiência de redução Caiapó –, teve-se o deslocamento dos Caiapó que ali habitavam para Mossâmedes. Os indígenas deste aldeamento foram usados em expedições enviadas contra os Xavantes, em 1788.³⁶⁷

Os Xavantes, que se tornariam empecilho à ação colonizadora no norte de Goiás, como vimos, prestavam respeito ao comentado diretor Venceslau trinta anos antes, em 1758. Isso demonstra o quanto as condições de “índio aliado” e “índio hostil” podiam ser situacionais. É certo que, o respeito por parte dos indígenas prestado ao diretor não aponta, necessariamente, amizade com os demais não indígenas. Sobretudo se considerarmos os métodos nada ortodoxos do diretor, permitindo que os nativos vivessem nos modos “gentílicos”, segundo crítica dos padres e das autoridades. Tudo dependia de uma relação de trocas. Trocas estas que, com o passar do tempo, a chegada de novos colonos, o choque microbiano e as fomes que incidiram sobre os povos nativos, a crescente perseguição que sofreram e a sua conseguinte redução demográfica, foram gradativamente assumindo um caráter cada vez mais assimétrico, pendendo de forma desfavorável para os indígenas.³⁶⁸

No Leste Mineiro, os aldeamentos indígenas só conheceram melhores resultados com a atuação do francês Guido Thomas Marlière já no século XIX. Os métodos empregados por Marlière eram mais sutis do que os anteriormente experimentados, bem como, no contexto os grupos indígenas da região, – notadamente os Purí, Coroado e Coropó –, já estavam muito enfraquecidos numericamente.³⁶⁹ Dizia nas suas “Reflexões sobre os Índios da Prov.^a de Minas Geraes Mar.^{co} de 1826” que:

³⁶⁷ CHAIM, Mariovane Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 - 1811*. 2ª ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. Apud LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 - 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 61.

³⁶⁸ Ver: SAINT-HIELAIRE. August de. *Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937, pp. 114-119; POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976, p. 237. Passando pela aldeia do Carretão em 1819, o naturalista Emmanuel Pohl relatou a péssima condição de vida dos indígenas que sofriam com fomes, surtos epidêmicos e agressões dos próprios empregados do aldeamento. Sobre os índios recaíam pesados trabalhos e fraudes praticadas pelos diretores do aldeamento.

³⁶⁹ OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009.

... [os índios e seus aldeamentos] devem ser estabelecidos em Mattas Virgens, Pátria dos Índios em avezinhanças de Rios navegáveis, sendo possível abundantes de Peixe, q, ' determinará a sua fixd.^a pela abund.^e daquelle sustento, e o deleite dos banhos, sem os quais não passam. [...] Aldeã fundada em Campos já mais hade existir. O ardor do Sol os mata e afugenta...³⁷⁰

Acreditava-se que, um dos maiores problemas era a remoção dos indígenas das matas. Poucos consideravam a abrupta mudança nas relações de trabalho e nas funções ritualísticas no mundo indígena e sua relação com os altos níveis de deserção dos aldeamentos que figurou nos séculos XVIII e XIX. A divisão do trabalho entre homens e mulheres era muito bem desenhada dentro das sociedades indígenas. Isso explica, em parte, o motivo que tornou os nativos menos relutantes ao seu emprego no corte e transporte de madeira, – isto desde os primeiros contatos com o europeu –, ao abastecimento de víveres e às arregimentações militares, por exemplo.³⁷¹

A política de “civilização dos índios” em Goiás foi pautada pelo emprego da força até meados do século XIX como um instrumento indispensável. Autoridades goianas acreditavam que esse era o único recurso que poderia trazer algum efeito satisfatório. Em 1845, José de Assis Mascarenhas defendia o emprego da violência contra os indígenas como recurso à civilização destes. Dizia Mascarenhas:

A experiência me tem convencido, que este importantíssimo objecto [a catequese] deve merecer todas as nossas atenções: já vos disse, que a par da civilização e da catequese deve estar a força, porque o Indio

³⁷⁰ Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XI – fascículos I, II, III e IV – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906, p. 81.

³⁷¹ Ver: FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: Organização social das tribos Tupís. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981; MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2º ed., São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

selvagem, sempre que pode, nos hostilisa da maneira mais Barbara: as povoações civilizadas não estão em socego, com uma tal visinhança...³⁷²

Alguns anos mais tarde, a estratégia de aproximação mudaria. O povo Canoeiro mantinha feroz resistência no Norte de Goiás à presença dos invasores “brancos”. Para resolver a questão, propunha em um discurso na Assembleia o então presidente da província, Joaquim Ignácio Ramalho, em 1847. Segundo ele,

Para conseguir-se a civilização dos Indígenas, o methodo que me parece mais pacifico he o estabelecimento de Aldêas nos lugarem em que elles mais frequentemente habitão; d'est' arte hirão se convencendo lentamente de que a raça civilisada não quer sua destruição, mas antes o seu bem estar; crearão facilmente necessidades, que os obriguem à vida social, onde somente poderão satisfazelas. Este systema he preferível ao que se tem ordinariamente empregado, que consiste em pertender pela força sujeitalos ao estado de sociabilidade.

E ainda ponderava: “... Não attribuo a ferocidade dos Indígenas tanto à índole, e costumes bárbaros, que nelles se observava, como as bandeiras, e outros actos de violência, que se tem empregado com o fim de chamalos a sociedade pelo terror”.³⁷³

A apropriação de vastas áreas há muito tempo ocupadas por povos indígenas nos Sertões do Oeste nos leva a relativização dos relatos deixados por posseiros e autoridades oficiais da colônia e do império, nos quais, não raramente os invasores são os portadores da civilização e do progresso para aquelas áreas “incultas” e “despovoadas”, sendo levados ao expediente da violência para se defenderem dos recorrentes ataques promovidos pelos índios hostis. De acordo com Amantino, prevalecia “... a crença de que a sociedade branca, vista como “civilizada”, deveria incorporar outras áreas de fronteira colonial [...] mas que estavam sob o controle de

³⁷² Relatório que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1845 o exm. presidente da mesma provincia, dr. Jose de Assiz Mascarenhas. Goyaz, Typ. Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>> Acessado em: 10/11/2013.

³⁷³ Relatório que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1847 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz, Typ. Provincial, 1847. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>> Acessado em: 11/10/2013.

bárbaros [...]. Para isso, era necessário eliminar de uma forma ou de outra estes elementos”.

Um ano depois da fala de Ramalho, em 1848, o vice-presidente da mesma província, Antônio de Pádua Fleury, também coadunava com a aplicação dos mesmos métodos mais brandos: “... não deslocalos dos lugares, em que elles [os índios] tem adquirido seos hábitos, e costumes; mas fazendo lhes gozar ahi mesmo dos cômodos , que a sociedade offerece...”.³⁷⁴ Pretendiam, com isso, inserir os hábitos dos invasores entre os indígenas, tornando-os dependentes da “civilização”.

Ao serem deixados em seus sítios naturais, os indígenas mostravam-se menos resistentes à sua fixação em pousos estáveis. Contudo, se os indígenas tornaram-se roceiros, isso ocorreu de forma lenta. Com o passar dos anos, ao passo que se restringiam os territórios vitais para o desenvolvimento da economia nativa nos modos pré-cabralinos, instrumentos e práticas do “mundo civilizado” foram sendo incorporados pelos indígenas também como forma destes resistirem à nova realidade que lhes era imposta. Prova disso foi o grande número de nativos que adotaram o modo de vida dos roceiros já na segunda década do século XIX.³⁷⁵

A política indigenista praticada em todo o Brasil era bastante complexa, sendo recebida de formas diferenciadas em função do nível de capitalização dos colonos ou atividade desenvolvida em cada região e em determinado contexto, como o extrativismo, agricultura e pecuária. Mary Karasch, sobre a expansão da agricultura e pecuária em Goiás no século XVIII e a política que dali decorre, assinala que,

Um dado importante dessa política era o fato dos colonizadores serem agricultores ou criadores de gado [...], os agricultores precisavam de muita mão de obra e, assim, desejavam políticas de trabalho forçado; já

³⁷⁴ Relatório que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1848 o exm. vice-presidente da mesma provincia, Antonio de Padua Fleury. Goyaz, Typ. Provincial, 1848. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>> Acessado em: 10/11/2013.

³⁷⁵ OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, pp. 106-107. Sobre a ocupação dos indígenas destribalizados na Freguesia de São João Batista do Presídio, Termo de Mariana, ver: *População da freguesia de São João Batista do Presídio (1819)*, AHCMM, cód. 398.

os criadores de gado precisavam de pouca gente para criar do gado e dos cavalos, e viam os índios apenas como predadores de seus rebanhos.³⁷⁶

Com a política indigenista do início do século XIX, a curadoria dos índios dos Sertões da Farinha Podre foi passada a uma autoridade local pelo Marquês de Palma, governador de Goiás na situação. “Em 27 de outubro de 1809, o sargento mor Antônio Eustáquio Silva Oliveira, estabelecido no arraial do Desemboque, foi nomeado Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre e curador dos índios”. Bustamante assinala que, daí em diante, as terras indígenas foram espoliadas e, na “segunda metade do século XIX, desapareceram completamente os registros sobre os índios da Farinha Podre”.³⁷⁷

Antônio Eustáquio foi descrito como um verdadeiro carrasco dos povos nativos. Em viagem à região do atual Triângulo Mineiro em 1816, Eschwege teve conversa com um indígena chamado Leopoldo, liderança no aldeamento do Rio das Pedras. Segundo Leopoldo, corria o boato de que os indígenas daquela aldeia “perderiam seus direitos e suas terras e seriam escravizados”.³⁷⁸ A partir de então, as terras destinadas aos nativos foram invadidas por fazendeiros, sendo os direitos assegurados por lei aos indígenas desrespeitados a fim de se assegurar os interesses locais e particulares.³⁷⁹

De acordo com Amantino, “... as políticas oficiais de estabelecimento para os índios levaram necessariamente ao mesmo ponto: a exploração da mão de obra indígena e ao desenvolvimento de determinadas áreas”.³⁸⁰ Desenvolvimento na ótica dos não

³⁷⁶ KARASCH, Mary. *Catequese e cativoiro: política indigenista em Goiás (1780-1889)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 402.

³⁷⁷ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 73.

³⁷⁸ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, p. 126 Apud LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 155-156.

³⁷⁹ Sobre o processo de espoliação de terras indígenas no atual Triângulo Mineiro ver: LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 154-169.

³⁸⁰ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 178.

indígenas, é certo, uma vez que, para os vários grupos indígenas, esse processo gradativo de redução de seu território e a fixação destes em áreas reduzidas, muitas vezes distantes de seus sítios naturais, mostrou-se, por fim, nada vantajoso. Contudo, mesmo diante das adversidades enfrentadas, muitos indígenas recriaram o seu modo de viver, resistindo ao “invariável extermínio” tão difundido nos mais diversos estudos sobre a história destes povos.

3.2 As “Guerras Justas” e a Escravização Indígena Dissimulada

Como já mencionamos, não foram raras as denúncias de ataques indígenas forjadas por colonos e autoridades com o propósito de se justificar ações de guerra contra os indígenas. Guerras que serviam, ora para exterminar ou expulsá-los, ora para torná-los cativos. É certo que, como apontado por Resende e Langfur, a força usada contra os indígenas não era aplicada somente após a falha dos “métodos benevolentes do estado” em pacificá-los.³⁸¹ Mesmo dispondo, na maioria das vezes de documentos oficiais, – ou seja, fontes indiretas – percebemos que os desentendimentos e denúncias entre autoridades e agentes coloniais e também do império comprovam a afirmação dos referidos autores. Mais ainda, tão importante quanto a nossa capacidade de questionar esse mito – do índio como um invariável agressor – é não cair na armadilha, não menos perigosa, de se pensar os índios como “vítimas inocentes da conquista”. Como assinalado por Resende e Langfur,

Rejeitar a ideia de que os índios sempre iniciavam confrontos violentos apenas para se chegar à conclusão de que eles nunca realizavam tal coisa não nos aproxima mais de uma compreensão equilibrada dos motivos e dos comportamentos de qualquer dos dois grupos – nativos ou colonizadores. Essa ideia de uma população indígena indefesa que reage

³⁸¹ RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

à agressão constrói erroneamente uma série de acontecimentos que levou à subjugação dos índios...³⁸²

Pensar o indígena numa lógica vitimizadora é o mesmo que desconsiderar sua capacidade de tomada de decisões, de resistir e recriar sua vida, muitas das vezes, amoldando-se às novas situações vivenciadas. De acordo com Holanda, os “brasilíndios” ou bandeirantes paulistas eram dotados da “... consistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude”.³⁸³ O intercâmbio cultural entre indígenas e portugueses ocorreu como uma via de mão dupla. Mesmo que por fim, essa relação tenha se apresentado de forma assimétrica, – e muitas vezes violenta – um dado grupo influenciou o outro, mas também, foi influenciado por ele.

É importante frisar que as diversas trocas culturais e o entendimento de “cultura como uma via de mão dupla” não corresponde, de maneira alguma, a uma tentativa de amenizar as violências sofridas pelos indígenas. Antes, devemos reconhecer os indígenas como agentes históricos que são dotados de vontade e capazes de tomada de decisões, mesmo que estas fossem, em muitos casos, limitadas. Não se trata, portanto, de “compensar” os indígenas pela violência e espoliação a que foram submetidos.

A legislação referente aos indígenas que foi aplicada na América Portuguesa, de caráter bastante dúbio, embora reconhecesse a liberdade dos indígenas, aceitava a escravização dos mesmos em algumas situações. Mesmo antes das reformas empreendidas por Pombal em 1757, um conjunto de leis já haviam decretado a liberdade indígena. Mesmo com leis que impediam o cativo indígena na América Portuguesa, ainda havia brechas que permitiam a escravização indígena de forma dissimulada. Uma delas era a captura dos indígenas que fossem alvo de “guerra justa”. Os povos ibéricos não foram os primeiros a usar a expressão “guerra justa” para nomear uma relação marcial entre sociedades estrangeiras onde se justificava o emprego da

³⁸² RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

³⁸³ HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 29.

violência de um povo sobre outro. Este foi um expediente já utilizado na cultura político-jurídico da Roma Antiga.³⁸⁴

Matthew Restall observou tanto as justificativas de ações militares contra indígenas travestidas de “pacificação”, quanto as “brechas” na legislação que permitia a escravização dos nativos capturados em guerra como padrões da conquista em quase toda a América Espanhola.³⁸⁵ Ao voltarmos nosso olhar para os processos históricos que envolvem os indígenas na América Portuguesa, percebemos que esses padrões se estenderam até a mesma.

Em 1570 os naturais da terra foram decretados livres, podendo ser escravizados apenas aqueles capturados em “guerra justa” ou “resgatados”.³⁸⁶ Com o desrespeito da lei de 1570, foi declarado, em 1609, que todos os indígenas da América Portuguesa eram livres. Diante das pressões dos colonos essa lei foi parcialmente revogada dois anos mais tarde, em 1611, quando novamente se permitiria o cativeiro dos indígenas capturados em “guerra justa” que tivesse sido previamente confirmada pelo rei. Em 1680, outra lei proibia a escravização do indígena, aumentando o controle dos jesuítas sobre os povos nativos. A relação já conflituosa entre padres e colonos se agravou com essa lei, provocando a expulsão dos jesuítas do Maranhão em 1684, tendo estes sendo reintegrados mais tarde, em 1686, quando se promulgou o *Regimento das Missões*, dando maiores poderes às ordens missionárias.³⁸⁷

³⁸⁴ Ver: FREITAS, Ludmila Gomides, *O sal da guerra: padre Antônio Vieira e as tópicas teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios*. Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2014; DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

³⁸⁵ RESTALL, Matthew, *Sete mitos da conquista espanhola*. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 133-134.

³⁸⁶ O resgate se fazia quando os conquistadores “resgatavam” os índios capturados em guerras intertribais. Ou seja, índios prisioneiros de outros grupos indígenas. O resgate se dava por meio de permuta entre os conquistadores e os indígenas que possuíam prisioneiros. Essa prática, diferente do que se pode imaginar, não beneficiou os indígenas. Nem mesmo aqueles cativos. A prática do resgate não só mudou a lógica de sacrifícios ritualísticos que eram importantes atividades sociais em de vários grupos, mas, sobretudo, contribuiu com a ampliação das guerras intertribais que, a partir de então, tornavam-se necessárias para suprir um mercado de cativos negociáveis com os “brancos” invasores.

³⁸⁷ BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Vol. II: A América Latina Colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros; Magda Lopes. São Paulo: Editora Edusp, 2004, p. 399.

A Carta Régia de 1702 determinava a proibição da escravização indígena, mas era permitida a administração dos mesmos por tempo determinado. Contudo, os nativos só deveriam ser retirados dos matos de forma branda.³⁸⁸ Para Perrone-Moisés, as pressões desencadeadas tanto por jesuítas quanto por colonos gerava essa legislação ambígua, na qual a Coroa oscilava na forma de elaborar a legislação,

ao tentar conciliar projetos incompatíveis, embora igualmente importantes, para os seus interesses. Os gentios cuja conversão justificava a própria presença europeia na América eram a mão de obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defendê-la de ataques de inimigos tanto europeus quanto indígenas, enfim, sem a qual o projeto colonial era inviável.³⁸⁹

As autoridades valiam-se dos ataques indígenas – mesmo que forjados – para aprovar a “guerra justa”. Difundia-se a ideia de que os indígenas eram inferiores e que, feitos por Deus, deveriam prestar servidão aos seus superiores, no caso, os portugueses. Os colonos tinham nas guerras justas a possibilidade de obterem a mão de obra necessária para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Os padres usavam o pretenso barbarismo nativo como forma de justificar a ação catequizadora sobre os indígenas, como se esta fosse uma ação de caridade para com os nativos.³⁹⁰ Autoridades, colonos e clérigo valiam-se, cada grupo ao seu modo, do elemento indígena. Às vezes como aliados, outras vezes como cativos. Isso resultou na construção do binômio índio manso X índio hostil, numa lógica que dependia tanto do posicionamento indígena frente aos invasores, quanto das necessidades destes para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

³⁸⁸ Carta Régia ao Governador do Maranhão de 21 de abril de 1702. *O Governo dos Outros. Imaginários Políticos do Império Português (1496 - 1961)*. Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=104&acao=ver&pagina=35> Acesso em: 10/07/2015.

³⁸⁹ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1998, p.116.

³⁹⁰ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. Apud AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 77.

Os colonos (mineradores, comerciantes e outros ligados a atividades agropastoris) foram os que mais clamaram pelas guerras ofensivas contra os indígenas, chegando a financiar de forma particular campanhas de cunho ofensivo contra grupos indígenas. Logo, parte das autoridades percebeu que os indígenas valiam mais como vassallos do que como inimigos passíveis de serem alvo de guerras. A manutenção de áreas de expansão fronteiriça geralmente necessitava do emprego de indígenas aliados, tanto para prover viveres quanto para prestar serviços de defesa. O indígena era, ao mesmo tempo, entrave e agente da ação colonizadora.³⁹¹ Contudo, – como já assinalamos – nem sempre houve entendimento entre o poder central – seja ele metropolitano ou Imperial – e as diversas autoridades regionais.

Vejamos a instrução que o governador de Goiás enviou em forma de requerimento a uma bandeira de redução indígena em 1784. Em um ofício ao Conselho Ultramarino dizia assinalava que,

...a Redução e Civilização dos Índios eficazmente recomendada por Leys, Alvaras, Decretos e Ordens com que as Majestades Fidelíssimas **desde os primeiros descobrimentos da América Portuguesa**, tem com Religiosa observância da Bullas Pontificas cuidado na sua conquista para os trazer ao grêmio da Igreja e por tanta multidão de Almas, no verdadeiro caminho da salvação.³⁹²

Como assinalamos, desde muito cedo na América Portuguesa, existiam leis que, embora não fossem, em última instância, voltadas à proteção indígena, visavam, sobretudo, aperfeiçoar a experiência da conquista. Tais leis eram pouco eficientes, – do ponto de vista do indígena –, diante da imensa gama de subterfúgios usados para anulá-las.

³⁹¹ OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009.

³⁹² OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás] Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da marinha e ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municados, e de quarenta índios de nação Caiapó da aldeia de Maria I. 1784, Dezembro, 10, Vila Boa. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168, folha 6. *Grifo nosso*.

O caso dos Caiapó nos sertões do Oeste é emblemático, assim como o ocorrido no Leste de Minas Gerais com os indígenas do grupo Botocudo.³⁹³ Embora todo e qualquer grupo indígena entendido como hostil, – ou seja, que não se alinhava com a lógica de exploração em voga no contexto –, pudesse ser alvo de guerra justa, tanto os Caiapó, quanto os Botocudo, acabaram centralizando, em momentos e espaços distintos, a imagem do “índio irredutível”, hostil, causador de prejuízos e ceifador de vidas.³⁹⁴ Segundo Amantino,

Os Caiapós foram um dos grupos mais perseguidos e o relato do Capitão Antônio Pires de Campos em 1723 afirmava que os mesmos eram considerados perigosos não só pelas guerras constantes que moviam na região, mas também pelo uso de práticas culturais nada aceitáveis pela sociedade branca.³⁹⁵

A diversidade indígena sofreu uma redução na figura desses dois grupos – os Botocudo no século XIX e os Caiapó ainda no século anterior. Além dos desmandos e desrespeitos com as leis que visavam impedir as guerras ofensivas aos diversos povos nativos, os invasores ainda contavam com outros artifícios que iam além dos ataques

³⁹³ Com o intuito de dinamizar o processo de exploração da região do Rio Doce e animar a navegação entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo, o príncipe regente Dom João remeteu a Carta Régia de 13 de maio de 1808, dirigida ao então governador da capitania de Minas Gerais, Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, decretando guerra ofensiva aos Botocudo “*Antropophagos*” e criando as seis Divisões Militares do Rio Doce. O ato justificava as ações militares que resultariam no apresamento de indígenas e/ou no convívio forçado destes com os não indígenas e a conseguinte usurpação de suas terras. Também pontuava as principais diretrizes da política do governo no que tange à questão indígena então em foco. Seguiu-se a lógica da doação de sesmarias nas terras indígenas, que, por sua vez, seriam supervisionadas pelos Comandantes das Divisões Militares estabelecidas no sertão. OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, p. 114.

³⁹⁴ Cunha apontou a variedade do tratamento dado aos grupos indígenas de acordo com eram categorizados: “domésticos ou mansos”, “bravos” e os “botocudos”, entendidos pelas autoridades como “inimigos por excelência” no século XIX. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p. 08; Ver também: AMANTINO, Márcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*. Vol. 22, nº 35, Belo Horizonte, Jan/June 2006. “As justificativas ideológicas para as expedições [de extermínio] pautavam-se na importância de colonizar e povoar o sertão a fim de desenvolvê-lo. Para isso, tornava-se necessário eliminar, de uma forma ou de outra, a presença marcante dos grupos considerados hostis. Os índios mais “teimosos” em não aceitar os contatos deveriam ser exterminados em nome de uma ocupação mais efetiva.”

³⁹⁵ AMANTINO, Márcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*. Vol. 22, nº 35, Belo Horizonte, Jan/June 2006.

indígenas forjados. Desde que fosse do interesse das autoridades coloniais, aldeias indígenas de grupos diversos poderiam ter sua identidade étnica reduzida à figura de um dado grupo que, por ocasião, estivesse sendo alvo de uma autorização de guerra por parte do governo.

Muitos dos ataques iniciados pelos Caiapó foram, na verdade, uma forma de resistência à invasão de suas áreas. Não cabendo, portanto, serem entendidos de forma reducionista como meros “selvagens agressores”. No sertão oeste, o avanço das fronteiras das capitânicas goiana, mineira, mato-grossense e paulista, com ritmos e cronologias próprias – indefinidas no início do século XVIII –, tiveram estreita relação com os choques ocorridos com diversos grupos indígenas, onde a maior ou menor presença dos invasores, as aberturas de caminhos e o interesse em explorar novas áreas contribuíram com o multiplicar das escaramuças e conflitos entre colonos e nativos.

Outro expediente usado para justificar a guerra ofensiva contra os Caiapó, – também usado com os Botocudo no século XIX –, foi a atribuição da prática de antropofagia a esses grupos indígenas.³⁹⁶ Importante notar que, se a antropofagia foi uma das justificativas para se levar a guerra contra grupos indígenas do Interior – os Tapuias, povos do tronco linguístico Macro Jê dos quais também faziam parte Caiapó e Botocudo; o mesmo não se deu, necessariamente, diante do contato com os Tupí do litoral que, em grande medida, foram aliados dos portugueses.³⁹⁷ Embora a antropofagia fosse atribuída a ambos os grupos (Tupí e Tapuia), a “falta de civilidade” geralmente foi associada aos Tapuia.³⁹⁸

³⁹⁶ Ver: CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. -AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013; AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 75; ATAÍDES, Jêzus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, pp. 20-21; MANO, Marcel. *Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro*. Cadernos de Pesquisa - Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, p. 333.

³⁹⁷ Ver: STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil (1557)*. São Paulo: Editora Itatiaia e EDUSP, 1974; THÉVET, André. *As singularidades da França Antártica (1558)*. São Paulo: Editora Itatiaia e EDUSP, 1978.

³⁹⁸ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 60-61.

Manuela Carneiro da Cunha fala sobre as várias imagens difundidas a propósito dos indígenas nos discursos a respeito da prática antropofágica no século XVI. De acordo com Cunha, ao se ter conhecimento de novos grupos indígenas que viviam no interior, operou-se a divisão de atributos entre nações leais e nações traiçoeiras, “... o que supõe sua inserção na rede de alianças coloniais, e deixa transparecer uma política indígena, com estratégias próprias, fazendo uso da política indigenista.” A autora ainda verifica “as oposições clássicas, entre uma antropofagia nobre, de vingança, e o apetite bestial por carne humana.”³⁹⁹ Guilherme Amaral Luz em seu *Carne humana...*, estuda os discursos sobre o canibalismo e as práticas antropofágicas a partir dos escritos jesuíticos. Para ele, a efetividade ou não, da “prática de ingestão de carne humana pelos nativos da América Portuguesa [...] é secundária para se sondar o papel dos relatos sobre a antropofagia nos textos em questão.”⁴⁰⁰ Encontramos relatos sobre o antropofagismo Caiapó que não contemplavam as práticas ritualísticas, mas sim, versam sobre a busca por despojos de restos humanos.

Em 02 de setembro de 1735, Gregório Dias da Silva, então superintendente das Minas de Goiás, relatava ao rei D. João V, as hostilidades praticadas pelos Caiapó contra os fazendeiros do sítio de Boa Vista e pedia-lhe que ordenasse a guerra contra esses indígenas. Os Caiapó eram acusados de matar alguns escravos e bastardos de posse dos fazendeiros, e de “... lhes raspar toda a carne do corpo deixando-lhes só a Cabeça e organizando o corpo...”⁴⁰¹ Assassinatos e práticas antropofágicas, uma combinação muito pertinente para as autoridades interessadas em justificar ataques de cunho ofensivo contra os Caiapó. Embora os primeiros contatos entre não indígenas e os Caiapó, então conhecidos como Bilreiros,⁴⁰² tenham ocorrido provavelmente ainda

³⁹⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI*. Estudos Avançados. v.4 n.10 São Paulo set./dez. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300005&lng=pt&nrm=iso&userID=-2#10not> Acessado em 20/03/2013.

⁴⁰⁰ LUZ, Guilherme Amaral. *Carne humana: canibalismo e retórica jesuítica na América Portuguesa (1549-1587)*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 48.

⁴⁰¹ CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. -AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

⁴⁰² Estes índios que no século XVIII, com a descrição de Antônio Pires de Campos passariam a ser conhecidos como Caiapó, segundo autores como Neme, John Monteiro e David Mead, eram conhecidos como Ubirajara ou Bilreiros., “Senhores do Tacape”, devido ao uso comum de tal arma. Ver: MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: Contatos e identidades. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 31, nº 56, p. 511-546, mai/ago 2015, p. 517.

no século XVII com as bandeiras que partiam da capitania de São Paulo, foi a partir da década de trinta do século XVIII, com os descobertos dos Pilões e do Tocantins, que esse grupo passaria a sofrer uma sistemática perseguição baseada no uso da guerra ofensiva.

As informações sobre o antropofagismo entre estes grupos devem ser averiguados com cautela. Seja no relato de um viajante naturalista ou das autoridades discutindo demandas de colonos, a prática antropofágica entre os Jê ou Tapuias não era uma observação de primeira mão. Por outro lado, a imagem do índio bárbaro e antropófago foi pautada pelo binômio *nação leal x nação hostil*. Os invasores, por sua vez, detinham-se nos discursos motivados pelo exótico e pelos interesses de ordem econômica e conversão religiosa. “Deste modo, quanto mais selvagem parecessem, mais catequizados ou domesticados deveriam ser”.⁴⁰³ O que parece mais provável é que, com a atribuição das práticas antropofágicas entre alguns grupos indígenas, justificavam-se as ações ofensivas contra eles. Notadamente contra aqueles que relutavam em se associar ou se submeter aos invasores.⁴⁰⁴

Enquanto o imaginário dos conquistadores sobre os Caiapó era povoado por práticas e formas grotescas, os indígenas provavelmente não achavam tais invasores de suas terras menos “selvagens”. Diante da extensão dos relatos sobre a violência que os povos nativos sofreram, estes estariam reagindo aos atos de violência e respondendo-os com a “mesma moeda”. As guerras intertribais, entre diversos povos Tupí do litoral, eram movidas principalmente pela vingança desde antes da chegada dos portugueses.⁴⁰⁵ Embora a instituição da guerra entre os Jê diferencie-se dos Tupí, tendo em conta suas

⁴⁰³ Ver: QUINTAS, Georgia. Antropofagia: as várias dimensões antropológicas. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Abril/ Maio/ Junho de 2008, Vol. 5 Ano V nº 2, pp. 2-3. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_07_ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Georgia_Quintas.pdf> Acessado em: 19/10/2014.

⁴⁰⁴ BIEBER, Judy. *Soldados-Etnógrafos, Viajantes e Canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais oitocentista*. Departamento de Historia da Universidade do Novo México. Conferência realizada na FAFICH-UFMG, no dia 24 de maio de 2007.

⁴⁰⁵ “A guerra [...] é uma das principais atribuições do homem indígena, pois é nela que se prova o seu valor e suas qualidades. A guerra e as solenidades que a envolvem fazem parte do universo simbólico de crenças e práticas que sustentam e conferem inteligibilidade à realidade dos índios, pertencendo, portanto, à dimensão do ‘sagrado’”. STEIGLEDER, Carlos Geovane. *Staden, Thevet e Léry: olhares europeus sobre o índio e sua religiosidade*. São Luiz – MA: EDUFMA, 2010, p. 78; Ver também: FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: São Paulo: Livraria Pioneira, 1970; FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

cosmologias próprias, as experiências vividas por vários indígenas Jê, após as violências decorrentes do contato, podem ter alterado a forma, bem como, os motivos que levavam tais indígenas às ações belicosas. Em 1818, Marlière relatava as ações ofensivas de alguns Coroados (não se tratava dos Bororo Coroados do Mato Grosso) que ele autorizou poucos anos antes sobre os ainda bravos Purí. Embora ambos os grupos mencionados fossem Jê, nos seus registros Marlière falava de vingança entre os indígenas, bem como, relatava a prática dos vencedores levarem partes dos corpos do inimigo como despojos de guerra.⁴⁰⁶

Assim, alguns dos atos violentos praticados pelos indígenas também podiam ser uma espécie de reação às brutalidades que estes vinham sofrendo com a chegada dos “brancos”, bem como, poderiam usar as novas práticas contra outros grupos indígenas rivais. Algumas bandeiras enviadas contra “o gentio brabo” tinham como forma de contabilizar suas vítimas e, assim obterem o pagamento pelo sucesso de suas campanhas, a prática de regressarem com as orelhas dos indígenas abatidos.⁴⁰⁷ Dessa forma, os indígenas poderiam estar se apropriando de práticas dos brancos e as ressignificando a partir das noções de sua própria cultura. Karl von de Steinen relatou a expedição do capitão Alexandre Bueno que, com auxílio de setenta indígenas Terena, destruiu uma aldeia Bororo em 1878, “... trazendo um saco cheio de orelhas...”⁴⁰⁸

Se for verdade que os Caiapó levavam partes do corpo de suas vítimas, estas poderiam servir como uma espécie de despojos de guerra, como troféus. Contudo, o discurso citado do superintendente-geral das Minas de Goiás sinaliza uma prática de

⁴⁰⁶ Em correspondência datada de 28 de março de 1828, Marlière presta contas ao presidente da província de Minas Gerais, recordando ter “... mandado, em 1814 ou 15, duas Bandeiras ao Matto, contra os Puris então bravos...” a primeira “*composta de Portuguezes da Esquadra do Matto*”, enquanto a segunda era “*inteiramente de Coroados [...] o resultado da 1ª foi hum pequeno Combate, entre huns, e outros em que morréo hum Purí, e ficou flexádo um Portuguez. O resultado da 2ª foi mais eficaz porque os Coroados levarão a vingança à hum exesso q’ não esperava: mataram o Chefe dos Puris chamado Igir, e me trosuserã os despojos delle, e vários pares d’Orelhas do inimigo vencido – intentando eu por fim à essa Guerra desastroza, e repugnante – mandei Offerecer a paz aos Puris pelo modo usitado entr’os Índios, o qual he pendurar nas suas picadas mallócas de Espigas de Milho: quando o que quer a paz come o Milho, então ella está feita...*”. RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

⁴⁰⁷ Ver, por exemplo, o caso da expedição punitiva aos Botocudo quando, mesmo depois de expirada a declaração de guerra, regressou o comandante militar do distrito de São Mateus (ES), após 1838, com trezentas orelhas dos indígenas vencidos. Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.173.

⁴⁰⁸ STEINEN, Karl von den. Entre os aborígenes do Brasil Central. In: *Revista do Arquivo Nacional Municipal, nº XXXIV a LVIII*. Departamento de Cultura. São Paulo, 1940.

antropofagia bestial que buscava a carne humana como alimento,⁴⁰⁹ e não uma antropofagia nobre, de vingança, como apontada por Cunha nos vários relatos por ela analisados acerca dos Tupí.

As imagens difundidas sobre as práticas antropofágicas, além de deterem grande importância como instrumento de nomeação dos inimigos que não mereciam nenhuma brandura, também foram utilizadas para a arregimentação de aliados. Segundo Paraíso, um dos recursos usados para atrair os indígenas para os aldeamentos “... era a difusão de ideias aterrorizantes sobre os seus inimigos [indígenas], particularmente a suposta prática do antropofagismo”.⁴¹⁰

Em última instância, as “guerras justas” na América Portuguesa serviram às autoridades metropolitanas como uma forma conciliar os múltiplos interesses sobre a situação dos indígenas e as leis criadas pela própria Coroa referentes à “defesa” dos mesmos. Esse era um subterfúgio para lidar com os conflitos entre o poder metropolitano e periférico. As pressões exercidas pelos clérigos, colonos e autoridades locais impunham a aplicação de medidas por parte do governo luso que apaziguassem os ânimos destes agentes e permitissem o bom andamento das possessões no ultramar. Importante frisar que as autoridades, tanto metropolitanas quanto locais, nunca estiveram realmente preocupadas em proteger as populações indígenas, mas sim, tornar viável o projeto de alargamento e exploração das suas novas possessões e, sobretudo, efetivar o controle sobre as novas áreas. Para que tal projeto fosse levado a cabo, a cooperação de grupos indígenas entendidos como mansos era vital, mas, ao mesmo tempo, o atendimento das demandas dos colonos fazia-se necessário. Demandas que se manifestaram, ora pela necessidade da exploração do braço indígena e até mesmo de sua escravização, ora pela “desinfestação” – como se lê em vários documentos – dos indígenas para a liberação de terras destinadas à agricultura e/ou pecuária. Tudo isso gerava uma política indigenista bastante ambígua.

⁴⁰⁹ Ver: CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. -AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

⁴¹⁰ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf> Acessado em: 20/02/2008.

Não pretendemos desabilitar por completo qualquer relato sobre as violências praticadas pelos Caiapó, mas sim, entendemos que tal violência foi, por um lado, uma resposta às agressões que tais indígenas vinham sofrendo com a intensificação da presença de não indígenas em seu território ancestral; por outro, fruto das relações sociocsmológicas do grupo Caiapó que, até o século XVIII, viam a guerra como forma preferencial de se relacionar com o mundo exterior.⁴¹¹ Também não desejamos criar uma imagem na qual os Caiapó seriam invariáveis vítimas da conquista. Contudo, não seriam impróprias algumas observações sobre a referida carta de Gregório Dias da Silva, a dar conta ao rei sobre o suposto antropofagismo Caiapó.⁴¹² Importante notarmos que as vítimas eram, ao menos neste relato, escravos ou bastardos. Ou seja, em uma época em que não existia registro civil e as listas de habitantes ficavam geralmente a cargo da Igreja, não seria difícil forjar esses assassinatos. Mesmo que a escravaria constasse nos inventários, não seria difícil alterar as causas da morte de uma “peça”. Mais interessante ainda é a forma que é descrito o ato de “profanação do corpo” de algumas vítimas que, após mortas, tinham toda a carne retirada junto com suas entranhas, ficando apenas a cabeça e o corpo oco da vítima. Embora isso não seja suficiente para comprovar a prática de antropofagismo, pois, – mesmo desconsiderando o caráter ritualístico do ato de comer a carne observado entre os Tupí –, não se fala no consumo da carne entre os Caiapó; esta suposta violação do cadáver estava associada ao discurso que pretendia assentar os Caiapó na condição de antropófagos. Portanto, de forma muito conveniente, os Caiapó que habitavam áreas que compreendiam as recém descobertas minas de diamantes e ouro estariam sujeitos a sofrer combates ofensivos em suas próprias aldeias, algo proibido por lei.

Não demorou muito e, um ano mais tarde, em 1736, o conde de Sarzedas baixou uma portaria autorizando guerras ofensivas sobre os Caiapó e o seu cativo, sendo um

⁴¹¹ Ver: GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997; MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011, p. 197. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014.

⁴¹² CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. -AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013. Documento tratado na página 154 deste trabalho.

quinto dos indígenas cativos de direito da Coroa.⁴¹³ O sucessor de Sarzedas, Dom Luiz de Mascarenhas, deu continuidade à guerra ofensiva contra os Caiapó e, após algumas investidas sem sucesso, foi deslocado um exército de Bororo de Cuiaba sob o comando de Antônio Pires de Campos e instalados no atual Triângulo Mineiro em 1741. Dalí partiram as maiores ofensivas contra os Caiapó. Neste contexto, multiplicavam-se as reclamações sobre as hostilidades praticadas pelos Caiapó, permanecendo a guerra contra estes indígenas como uma tônica até o início do século XIX.⁴¹⁴

Se desde a década de sessenta do século XVIII, os Caiapó vinham diminuindo suas ações militares como resistência à invasão de seu território, culminando com a aproximação e aldeamento em Goiás, na aldeia de Maria I;⁴¹⁵ na capitania do Mato Grosso ainda mantinham resistência por meio de ações militares. Após alguns relatos sobre as hostilidades praticadas pelos Caiapó e a multiplicação da presença dos mesmos na Vila de Cuiabá no ano de 1771,⁴¹⁶ os oficiais da Câmara de Cuiabá, em 1778, pediam a extinção dos Caiapó e Bororo “... em seus próprios alojamentos sem mais reservas [...] e que devem ser desapropriados das suas habitações, por não haver outro algum remédio...”⁴¹⁷. Para as autoridades, a irredutibilidade Caiapó justificava as tentativas de extermínio sobre esse grupo, bem como, a espoliação de suas terras. Após serem acossados duramente na capitania de Goiás, intensificaram suas ações no Mato Grosso, conforme apontam os documentos do Conselho Ultramarino.⁴¹⁸ As pressões exercidas

⁴¹³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971, p. 131.

⁴¹⁴ MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011, p. 197. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014.

⁴¹⁵ Mais detalhes sobre a Aldeia de Maria I no capítulo 4.3 deste trabalho, “A Redução Caiapó: novas formas de conquista... novas estratégias de resistência indígena”.

⁴¹⁶ Ver: OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro... 26 de maio de 1771, Vila Bela – Mato Grosso, CT-AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 931.

⁴¹⁷ CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha [D. Maria] em que pedem a extinção, nos seus próprios alojamentos, dos índios Bororo e Caiapó... 26 de maio de 1778, Vila de Cuiabá, -AHU-ACL-N-Mato Grosso Doc. Nº: 1198, folha 03.

⁴¹⁸ Entre o conjunto de documentos (AHU, Projeto Resgate – Centro de Memória Digital/UNB) que tratam das hostilidades praticadas pelos Caiapó referentes à capitania de Goiás, os últimos relatos encontrados datam de 1760. Já para a capitania do Mato Grosso, os documentos apontam a intensificação da hostilidade Caiapó nos anos que vão de 1771 a 1779.

sobre estes indígenas refletiam em rearranjos migratórios e estabelecimentos de variadas formas de resistência, como a aceitação da política de aldeamentos em contextos específicos. No entanto, é importante notarmos que os Caiapó não eram um bloco monolítico, sendo observado entre eles posturas distintas numa mesma época mas em espaços diferentes. Enquanto as hostilidades diminuía em Goiás, aumentavam no Mato Grosso. De qualquer forma, os aldeamentos que receberam os Caiapó no contexto – Maria I e depois São José dos Mossâmedes – não eram capazes de abrigar toda a nação Caiapó. Os indígenas reduzidos representavam apenas uma parcela de toda a sua nação.

Os relatos sobre a violência praticada pelos Caiapó podiam conter exageros que justificassem o seu cativeiro ou extermínio, – a exemplo da suposta antropofagia, nunca observada em primeira mão. A tenaz resistência praticada pelos Caiapó, – muitas vezes acrescida de imagens grotescas sobre estes povos –, gerou temor entre os colonos, causando abandono de áreas de mineração e exploração agropastoril, gerando prejuízos à Real Fazenda. Devemos considerar o complexo jogo de interesses que sem dúvida conduziram muitas crônicas sobre a presença indígena nos sertões. Sobre essa questão Marcel Mano assinala que,

De um modo geral, dado o punho de quem notificava os ataques Kayapó, há evidências claras da construção de ‘alegorias da colonização’ que justificaram as guerras de extermínio. A belicosidade, a língua, os hábitos e a aparência das hordas dos índios Kayapó que circulavam pela região serviram para opor, no imaginário colonial brasileiro, a imagem do índio domesticado, escravizado, dócil, com a do índio selvagem, hostil e bravo.⁴¹⁹

Se na ótica dos colonos e as forças governamentais as guerras contra os Caiapó se justificavam pelo empecilho que estes representavam à conquista e exploração do território; para o indígena Caiapó, sua resistência, além de baseada na defesa de seu

⁴¹⁹ MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014. O professor Marcel Mano verifica que, além de justificar as guerras de extermínio, a difusão da ideia de índio selvagem, – em oposição ao índio civilizado –, também justificou a ação das entradas paulistas como ações civilizatórias.

espaço vital, de sua territorialidade, guardava forte relação com a “visão sociocosmológica” do grupo.

É importante salientar que as guerras autorizadas contra os Caiapó, assim como as que ocorreram depois, em 1808, contra os Botocudo, não visaram um mero extermínio. Mesmo tendo sido esses indígenas sistematicamente caçados e assassinados, suas crianças e mulheres eram na maioria dos casos levadas como cativos por tempo determinado. As “guerras justas” serviram como brechas para se reestabelecer legalmente a escravização indígena há muito proibida na colônia.⁴²⁰ Embora fosse determinado um período de dez a doze anos para o cativo de indígenas capturados em “guerra justa” ou até que cessasse a sua ferocidade, esta determinação figurava como “letra morta”, sendo frequentemente desrespeitada. Beatriz Perrone-Moisés assinala que de forma concomitante à guerra existia uma legislação que tratava da liberdade dos indígenas permeada por várias restrições. Na forma de um grande contracenso, indígena aldeado ficava “livre”; já os indígenas entendidos como bárbaros e hostis eram alvo de guerra justa, legalizando a sua escravização.

Em 1728, após descrever os danos causados pelos indígenas do grupo Paiaguá – no contexto da invasão dos territórios indígenas próximos ao Cuiabá e a instalação de colonos e mineradores – e a violência praticada contra os invasores não indígenas e seus associados, o então governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César Meneses, aponta a melhor solução para acabar com os entraves causados pelos indígenas. Segundo ele, procurou,

... atalhar estas perniciosas consequências [descaminho dos Quintos Reais e os ataques aos viandantes, colonos e mineiros] com o remédio mais eficiente, como o de lhe mandar dar Guerra **em observância da Ley** de Vossa Majestade em que dispença [despesa] **se lhe faça cativando os** [prisoneiros] evendendo se em graça pública tirando os Quintos da Real Fazenda de V. M^{de} e depois de ser feita despesa que se

⁴²⁰ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 115-131.

fizer com a nossa **se lhe repartam as peças que sobrarem** [índios cativos] **com os cabos e soldados ...**⁴²¹

Os indígenas em questão seriam alvo de guerra justa. Os que escapassem à matança e, não conseguindo fugir, deveriam ser feitos prisioneiros para serem vendidos. As despesas da empreitada contra os indígenas seriam custeadas com a venda dos mesmos. A Real Fazenda ainda lucraria com impostos sobre a venda dos cativos indígenas e, as “peças” que sobrassem deveriam ser distribuídas entre os cabos e soldados envolvidos na ação de guerra ao gentio. Portanto, a organização de expedições punitivas ou de desbaratamento de grupos indígenas despertava interesses sobre muitos que poderiam lucrar com tais ações. Como já assinalamos, as “Guerras Justas” não eram apenas usadas como instrumentos de extermínio de grupos indígenas. Em muitos casos, figuravam como brechas na legislação vigente, possibilitando e regulando a escravização indígena proibida por lei.

Em 20 de dezembro de 1755, João de Godoy Pinto Silveira, Capitão-mor da Conquista do Gentio Caiapó, sucessor de Antônio Pires de Campos, chegou à Vila Boa de Goiás conduzindo seis mulheres e vinte e cinco crianças indígenas. Nas palavras do então governador da Capitania de Goiás, Dom Álvaro José Xavier Botelho, que redigia uma consulta ao rei sobre como procedeu com os cativos indígenas, tratava-se da, “... família dos Acecinos [assassinos] que no anno passado próximo naquela mesma parte tinham [feito] morto a hum Mineyro com quarenta escravos seos.”⁴²² De acordo com o relato, eram indígenas do grupo Caiapó. O documento não descreve escaramuça envolvendo os Caiapó e os homens de João de Godoy, limitando-se a assinalar a captura das mulheres e crianças. Contudo, é bem provável que se tratava de uma ação ofensiva contra os Caiapó que resultou na morte dos homens e captura das mulheres e

⁴²¹ CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao rei [Dom João V] Sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para, apuradas as culpas, se poder fazer guerra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 24, p. 2.

⁴²² Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do [governador e capitão-general de Goiás] Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], acerca de como procedeu com seis índias e vinte e cinco crianças aprisionadas pelo capotão-mor da conquista do gentio Caiapó, João de Godoy Pinto da Silveira. Lisboa, 5 de fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829, folhas 6 - 15.

crianças.⁴²³ A partir daí, inicia-se a demanda pelo direito de se “captivar” – leia-se, escravizar –, os indígenas Caiapó que eram protegidos por lei, salvo em casos de guerra justa. O governador Botelho passa então a elencar uma série de empecilhos que o impediam de cumprir as determinações reais, no caso, conduzir as presas até uma aldeia para que então fossem administradas. A liberdade já não era uma alternativa. A distância dos aldeamentos era um dos entraves, seguida da dificuldade de se manter os Caiapó na Aldeia de Santana do Rio das Velhas, já esta se encontrava nos domínios dos Caiapó. Segundo Botelho, após batizar os indígenas, encontrou,

O maior precipício; porque a Aldeia do Duro, dista desta Villa [Vila Boa de Goiás] Duzentas e Sincoenta Legoas, e fazia-se impossível a marcha [...] e para mandalas para a Aldeia de Santa Anna, no rio das Velhas; Cento e Sincoenta Legoas, e he no centro da habitação do mesmo cayapó, para donde fogem logo que chegam.⁴²⁴

O Governador de Goiás ainda relatava que a Aldeia próxima de Vila Boa estava quase aniquilada em função dos desentendimentos ocorridos entre dois de seus missionários.⁴²⁵ Levar os indígenas Caiapó para os aldeamentos goianos também não era alternativa viável. Botelho passa a descrever o desafio que teve evitando que as mulheres caiapó “desertassem” levando com elas as crianças. O que, segundo o governador, acabou por ocorrer, quando uma das indígenas foge com duas crianças. Recapturada, a indígena e as outras cinco foram conduzidas à Aldeia de Santa Anna do Rio das Pedras. Contudo teriam sido acometidas por uma doença que vitimou três delas.

⁴²³ Era comum a captura de mulheres e crianças e o aniquilamento de homens quando se tratava de investidas contra grupos indígenas conhecidos como “irredutíveis”. A captura da “bagagem” – mulheres e crianças – era mais segura, evitando-se uma possível reação dos indígenas homens conduzidos. Ver: DEBRET, Jean. Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I, São Paulo: Edusp, 1978.

⁴²⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do [governador e capitão-general de Goiás] Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], acerca de como procedeu com seis índias e vinte e cinco crianças aprisionadas pelo capotão-mor da conquista do gentio Caiapó, João de Godoy Pinto da Silveira. Lisboa, 5 de fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829, folhas 6 - 15.

⁴²⁵ Devemos lembrar que, além da política antijesuítica inaugurada com o período pombalino, desde 1754, no governo de D. Marcos de Noronha, os aldeamentos Goianos deixavam de ser controlados por missionários jesuítas passando para as mãos de administradores leigos, como o caso já mencionado neste trabalho do tenente-coronel Venceslau Gomes da Silva. Ver: RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 119-143, 1986/1987, p. 120.

Das outras três, uma teria fugido, outra morrido “de parto” e apenas uma teria sido entregue a uma administradora, da qual não é apresentada maiores informações, para que cuidasse da indígena “... athe passarem as agoas para se conduzir para a aldea.”⁴²⁶ O fato é que em poucos dias seis indígenas desapareceram em descumprimento das determinações reais por parte do então governador de Goiás. Já as vinte e três crianças indígenas também foram alvo de desmandos, uma vez que o governador as distribuiu entre administradores. Preocupado com a preservação da Real Fazenda, ao menos era o que dizia, o governador Bueno ainda mandou baixar um bando no qual constava que

toda pessoa dentro [da Vila boa de Goiás] e huma legoa em circuito que quizesse criar hum Gentio Caiapópor tempo de dez annos, dando o no fim destes criados e incumbidos na Fê eno Dialeto [...] lhe concedia o privilégio dos que crião engeitados em nome de V. Mag.^{de 427.}

Na prática Noronha tentava criar um mecanismo muito interessante para os as hordas de invasores dos territórios indígenas. Além de abrir uma brecha na legislação que proibia o cativo indígena, os “administradores” ainda poderiam receber rendimentos por meio de determinações dos juizes de órfãos. Era um excelente remédio para uma capitania que recebia hordas de invasores dos quais muitos eram descapitalizados. O parecer dos procuradores da Fazenda e do Conselho Ultramarino é categórico em dizer que, exceto em casos de maior necessidade, os indígenas não poderiam ser repartidos administrados conforme a vontade do governador Bueno. Os procuradores da Fazenda duvidavam

do cuidado das pessoas, que se encarregão deitar criações, enquanto mais da observância do termo que toca à Liberdade, porque sendolhes

⁴²⁶ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do [governador e capitão-general de Goiás] Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], acerca de como procedeu com seis índias e vinte e cinco crianças aprisionadas pelo capotão-mor da conquista do gentio Caiapó, João de Godoy Pinto da Silveira. Lisboa, 5 de fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829, folhas 6 - 15.

⁴²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do [governador e capitão-general de Goiás] Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], acerca de como procedeu com seis índias e vinte e cinco crianças aprisionadas pelo capotão-mor da conquista do gentio Caiapó, João de Godoy Pinto da Silveira. Lisboa, 5 de fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829, folhas 6 - 15.

administrados, **era provável que o administrador se pague da criação com o cativo** [e que mesmo que fosse por tempo limitado] era raro sequer, depois Reclamar a Liberdade, por mais que lhe defendam as Leys e Ordens que há sobre a matéria.⁴²⁸

Os conselheiros ainda mencionaram os obstáculos das autoridades na defesa da liberdade dos indígenas diante da “cobiça geral, e o vicio Universal de captivar Indios.”

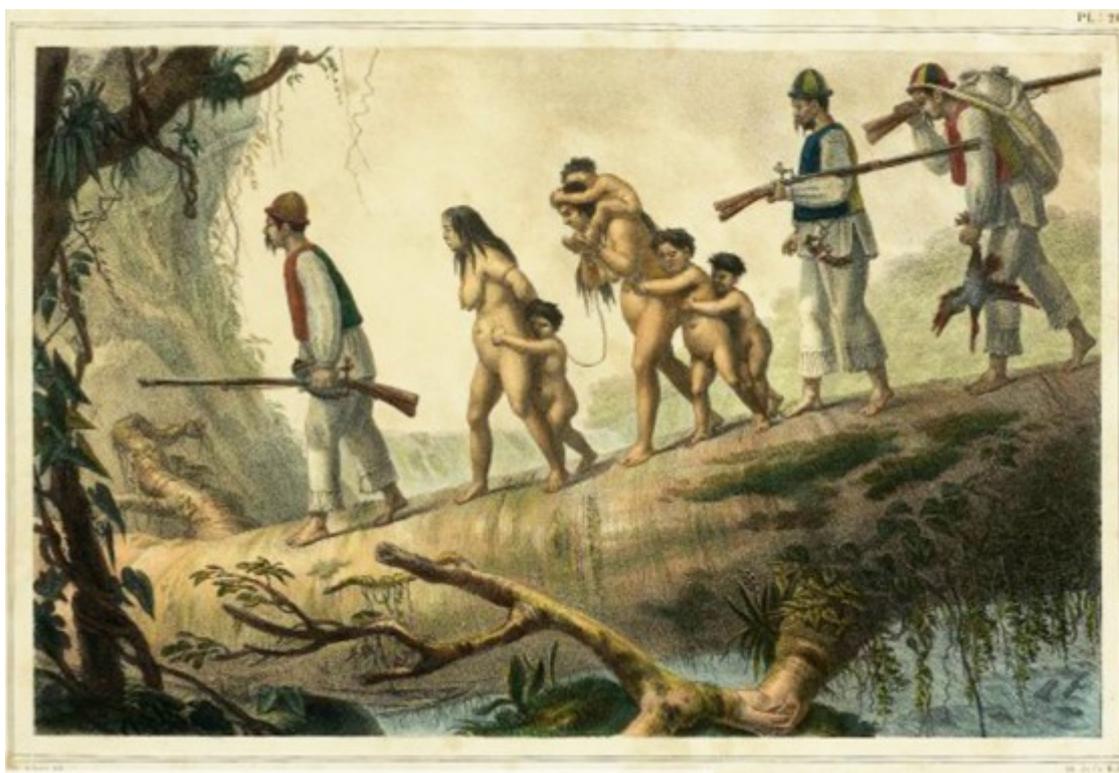


Imagem 2: Soldados-Índios civilizados da Província de Curitiba Conduzindo Prisioneiros Indígenas.⁴²⁹

A imagem de Jean Baptiste Debret, ilustra a preferência pelo cativo de indígenas mulheres e crianças, tão bem descrita nas fontes dos séculos XVIII e XIX.

⁴²⁸ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do [governador e capitão-general de Goiás] Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], acerca de como procedeu com seis índias e vinte e cinco crianças aprisionadas pelo capitão-mor da conquista do gentio Caiapó, João de Godoy Pinto da Silveira. Lisboa, 5 de fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829, folhas 2 - 5.

⁴²⁹ Soldados-Índios civilizados da Província de Curitiba Conduzindo Prisioneiros Indígenas. In. DEBRET, Jean. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

Nesta prancha também podemos observar a cisão entre indígenas aliados e indígenas hostis, bem como, o quanto as atividades de penetração nos serões dependia do elemento indígena na condição de aliado dos invasores não indígenas.

A política de expansão e conservação das fronteiras do império colonial português – que se intensificou a partir do século XIX – propiciou o “povoamento” de áreas ancestralmente ocupadas por diversos grupos indígenas. Como assinalou Manuela Carneiro da Cunha, “a questão indígena [...] deixou de ser uma questão de mão de obra, para se converter essencialmente numa questão de terras.”⁴³⁰ Despovoava-se para povoar.⁴³¹

⁴³⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p. 04.

⁴³¹ Na ótica dos invasores os índios não eram seres humanos. Geralmente entendidos como animais ou bestas selvagens, não tiveram os seus costumes e cultura respeitados. As terras que ocupavam, na visão dos invasores, eram teras *virgens*, livres para serem ocupadas pelos agentes coloniais. Os binômios selvagem e civilizado, bem como, terras livres e ocupadas, estão associados, no primeiro caso, aos valores cristãos necessários ao homem “civilizado” e; no caso das terras livres, não se tratava de serem livres da presença humana, mas sim, de exploração econômica dentro da lógica capitalista que se desenhava.

4 ESTRATÉGIA DE VIVÊNCIA/SOBREVIVÊNCIA E AS MÚLTIPLAS FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA

4.1 A Resistência Caiapó: ações militares

De acordo com Sérgio Neme, os primeiros contatos entre paulistas e o grupo Caiapó foram pacíficos. Para o autor, no início do século XVII os Caiapó, então conhecidos como Bilreiro ou Ubirajara, ou ainda, “Senhores do Tacape” mantinham relações amistosas com os “brancos” de São Paulo. Contudo, após sucessivas entradas de “mineradores, aventureiros e traficantes, soldados e colonos, nas terras de domínio caiapó, a partir de 1726, que estes índios se tornaram mais agressivos”.⁴³² Tal leitura é importante para relativizarmos a imagem tão comum na documentação oficial e reproduzida na historiografia de que os Caiapós eram ferozes e irredutíveis. De acordo com Giraldin, “parece haver uma ligação cronológica entre os ataques das expedições dos ‘brancos’ contra eles [os Caiapó] e as ações guerreiras cayapó, principalmente em Goiás”.⁴³³ A partir de tais impressões podemos inferir que os Caiapó poderiam estar respondendo ao aumento das agressões que vinham sofrendo dos não indígenas.

É unânime entre vários autores que entre os grupos indígenas que habitavam o sul da capitania de Goiás (atual Triângulo Mineiro), os Caiapó eram os mais numerosos e mais “hostis”.⁴³⁴ De acordo com Ataídes, “foram eles [os Caiapó] que realizaram os maiores ataques ao colonizador, uma vez que não era costume do Kayapó do Sul o

⁴³² NEME, Sérgio. Dados para a história dos índios Caiapó. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. 23. 1969, pp. 190-248. Apud AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 79.

⁴³³ GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 50.

⁴³⁴ Ver: GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997; ATAÍDES, Jêzus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998; MANO, Marcel. MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014; MANO, Marcel. *Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro*. Cadernos de Pesquisa - Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.

recuo para o interior”.⁴³⁵ Contudo, os Bororo também realizaram uma série de ataques aos viajantes e colonos na capitania do Mato Grosso que duraram até fins do século XIX, demonstrando que as alianças destes indígenas com os agentes colonizadores eram bem limitadas. Podemos entender que a resistência indígena na forma de ações belicasas se dava, sobretudo, em função de sua capacidade militar expressa pela existência de um grande contingente. Quadro que mudaria com a percepção de novas formas de resistência ajustadas com o seu declínio demográfico, acentuado ao longo do século XIX.⁴³⁶

Após serem acoçados por sucessivas ondas de invasores que penetravam em seu território, os Caiapó iniciaram ações de resistência que, nos mais diversos relatos foram tratadas como “ataques” promovidos por esse grupo. As frequentes ações militares do grupo Caiapó visando proteger o seu território chegaram a interromper a estrada de Goiás à Cuiabá e, em 1732, o conde de Sarzedas ordenou que se fizesse “guerra de extermínio a estes bárbaros”. Tal situação foi usada para justificar a declaração de Guerra Justa contra os Caiapó em 1736.⁴³⁷ A abertura e manutenção dos caminhos, sobretudo a comunicação com as minas de Cuiabá, eram vitais para a capitania de Goiás e a presença de grupos indígenas resistentes em se submeter às exigências dos conquistadores tornava-se um grande obstáculo. Esse quadro ainda não tinha sido resolvido e, “em 1740, D. Luis Mascarenhas, governador de Goiás, autorizou em decreto o cativoiro dos índios Caiapós e Paiaguás presos em guerra Justa, tendo em vista seus constantes ataques”.⁴³⁸

Estes indígenas mostraram-se muito resistentes, não recuando e, ainda, ampliando suas ações ofensivas por meio de emboscadas e ataques aos seus invasores. Tais ações devem ser entendidas dentro de um contexto de pressões desencadeadas pela invasão do território Caiapó e a busca de cativos indígenas. Nesta perspectiva, o grupo

⁴³⁵ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 23.

⁴³⁶ Ver: GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil, p. 173.

⁴³⁷ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, pp. 71-72.

⁴³⁸ AMANTINO, Márcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*. Vol. 22, nº 35, Belo Horizonte, Jan/June 2006.

Caiapó não estava necessariamente “atacando”, mas sim, defendendo-se das agressões praticadas pelos invasores. Soma-se aos choques entre indígenas e não indígenas, a multiplicação das guerras intertribais por ocasião da presença dos não indígenas. Situação que, como veremos, foi habilmente explorada pelos agentes coloniais e, depois, do Império.

As investidas do grupo Caiapó que se intensificaram no Caminho do Anhanguera e imediações pouco antes de meados do século XVIII foram motivadas por pressões desencadeadas pelo processo de ocupação e, sobretudo, controle dos caminhos nas capitânicas de Goiás, Mato Grosso (ambas desmembradas de São Paulo em 1748), São Paulo e Minas Gerais. Com o avanço colonizador, os Caiapó tiveram como alternativas para sua sobrevivência resistir pela força ou se deslocar para outras regiões, tendo esse grupo, se aproximado dos não indígenas só a partir da década de 1780.⁴³⁹

A pressão desencadeada sobre os Caiapó tinha como base para a sua justificativa a visão de que tais indígenas eram incivilizáveis, inalcançáveis pelos meios de relação branca. Isso os tornavam um verdadeiro entrave ao desenvolvimento da região que habitavam, sobretudo a partir de meados do século XVIII, auge da mineração em Goiás. As autoridades coloniais discursavam no sentido de se “levar a paz aos sertões incultos”, quando, na ótica dos indígenas, o que se levou foi violência e morte. Lembremos que a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu um grande esforço por parte do governo colonial no sentido “civilizar e enraizar as populações, de forma a comprometê-las objetivamente com um projeto de ordem e estabilidade”. Neste contexto foi recorrente o discurso pautado na diferenciação de espaços. De um lado tinham-se as áreas civilizadas e, em oposição, os espaços onde reinava a barbárie. Este último identificado como sertão.⁴⁴⁰ Se o imaginário dos “brancos” acerca dos Caiapó era povoado por formas grotescas e bárbaras, não seria estranho imaginarmos que, para os Caiapó, seus opositores “brancos” não seriam menos bárbaros. Sobretudo se considerarmos as ações bandeirantes sobre os indígenas.

⁴³⁹ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos*. Perspectivas, São Paulo, 9/10: 119-143, 1986/87, pp. 130-133.

⁴⁴⁰ VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004. pp. 189-190.

Em 1741, aproximadamente 8.000 Caiapó foram escravizados pelos paulistas. Aqueles que escaparam do cativeiro se refugiaram próximo à Vila Boa de Goiás.⁴⁴¹ Esse momentâneo sucesso contra os Caiapó em Goiás foi obtido por Antônio Pires de Campos, conhecido também como Pai-Pirá. Este experimentado sertanista tinha sob o seu comando um exercito de indígenas Bororo. Contudo, os Caiapó empreenderam nova ação de resistência deslocando-se para o Sul da capitania de Goiás (atual Triângulo Mineiro), onde mantiveram tenaz resistência por meio de ações de guerra.⁴⁴²

Neste contexto, devido ao grande poderio numérico ainda existente no grupo Caiapó, as constantes violências sofridas por estes indígenas tinham como resposta a tenaz resistência dos mesmos por meio de assaltos e ataques às fazendas e viajantes que penetravam em seu território. As ações militares dos Caiapó intimidavam a atuação colonizadora, bem como, dificultavam o trânsito pela Estrada de Goiás, ou *Caminho do Anhanguera*, como também era conhecida, importante via de comunicação que cortava os rios Paranaíba e Grande, rumando da capitania de São Paulo para as minas de Goiás no sentido Sul - Norte e com ramificações para as minas de Cuiabá no Mato Grosso e Paracatu, no atual noroeste de Minas Gerais. As autoridades coloniais precisavam solucionar o problema entendido como a presença Caiapó.

Para por fim na resistência destes indígenas que se fazia no caminho entre Goiás e São Paulo, a câmara de Vila Boa de Goiás apelou para o incremento de um experiente sertanista. Após várias tropas terem sido enviadas em expedições contra os nativos sem terem obtido sucesso, ficando os soldados expostos “ao ridículo quando erravam pelas matas em busca dos ágeis e esquivos caiapó...” Solicitaram o socorro de Antônio Pires de Campos e seus soldados indígenas do grupo Bororo. De acordo com John Hemming, os Bororo vivem no outro extremo do território Caiapó e eram seus tradicionais inimigos.⁴⁴³

⁴⁴¹ KARASH, Mary C. Conflito e resistência interétnicos na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1890. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 12, 1997, p. 35.

⁴⁴² FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 103-104.

⁴⁴³ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 584.

Estamos, portanto, diante de dois aspectos da dimensão indígena, onde, por um lado, temos o uso de indígenas pelos poderes coloniais como aliados em campanhas contra tribos que faziam frente aos interesses dos conquistadores e, por outro; a inserção dos não indígenas como reforço militar a um dado grupo indígena em suas guerras intertribais. Os indígenas podiam enfrentar ou se associar aos portugueses tendo em vista a obtenção de alguma vantagem, mesmo que essa – como ocorreu na maioria das vezes – fosse momentânea. Também não podemos desconsiderar o caráter violento das alianças entre indígenas Bororo e Antônio Pires de Campos.

Em 1748, os Caiapó empreenderam um forte ataque a um núcleo de mineradores situados na nascente do rio das Abelhas,⁴⁴⁴ nas proximidades onde surgiria o arraial do Desemboque.⁴⁴⁵ Vemos que, mesmo com as expedições de guerra contra os Caiapó que se iniciam com o acordo com Mascarenhas em 1742, pouco havia sido feito por parte das autoridades no sentido de se efetivar o controle sobre a região. Seis anos depois este grupo ainda era um obstáculo à permanência e trânsito dos agentes coloniais em suas paragens, como atesta Vasconcelos. Após a forte investida dos Caiapó em 1748, Antônio Pires de Campos, obteve, nesse mesmo ano, a autorização para erigir Aldeias de Bororo na região Sul de Goiás. De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, o capitão Antônio Pires de Campos, ao fundar as três aldeias Bororo, além de guarnecer os caminhos, também constituiu bases de ação militar para dar início aos ataques contra qualquer grupo indígena opositor dos não indígenas, notadamente o grupo Caiapó.⁴⁴⁶

Diferente do que normalmente se pensa, não ocorria uma superioridade da tecnologia militar por parte dos invasores europeus. Antes, estes obtiveram vantagem de outra forma: explorando as inimizades entre grupos indígenas ancestralmente rivais – ou que se tornaram rivais com os choques advindos da reorganização dos fluxos migracionais –, promovendo alianças com grupos indígenas e pela adoção da tecnologia e das estratégias dos naturais da terra, tão bem adaptadas ao ambiente que foi palco dos

⁴⁴⁴ Hoje Rio Araguari.

⁴⁴⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

⁴⁴⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas gerais*. Belo Horizonte: s/ Ed., 1972, p. 88.

choques e aproximações entre grupos étnicos diversos.⁴⁴⁷ Segundo Ataídes, “os Kayapó do Sul, essencialmente guerreiros, defendiam seu território até os últimos momentos e a força bélica do colonizador não os intimidava”.⁴⁴⁸

A utilização do arco e flecha foi muito eficaz nos combates no interior dos matos, propiciando, até mesmo, certa superioridade em relação às armas de fogo. De acordo com Couto Reys, escondidos na densa mata, os indígenas poderiam eliminar facilmente seus inimigos com suas flechas, onde o “*uzo mais geral, he de emboscada, e a traição*”.⁴⁴⁹ Além de seu reduzido peso, o que facilitava o deslocamento dos “flecheiros”, o arco e flecha poderiam ser usados durante as chuvas, mesmo com sua precisão afetada. O silêncio dos disparos dos flecheiros tornava as emboscadas indígenas o grande pesadelo de seus opositores. Por outro lado, a explosão produzida pelo disparo de uma arma de fogo expunha o atirador às flechas indígenas.

Em 1764, João Manoel de Mello, em carta ao secretário do Estado, relata as ações de uma bandeira punitiva enviada contra os Caiapó. Segundo Mello, os destroços contra os Caiapó só não “... fora muito maior se não chovera tanto n’aquela manhã, que muitas espingardas não pegaram fogo. Fugio precipitadamente o gentio”.⁴⁵⁰ Esse relato demonstra a ineficiência das armas de fogo sob chuva. E por isso, as bandeiras e expedições punitivas levadas aos indígenas eram preferivelmente feitas nas estações de seca. Mas os Caiapó sabiam bem explorar isso. Segundo relatos, “costumavam colocar fogo na vegetação rasteira para liquidar com os brancos que se deslocavam por ela. A única defesa consistia em derrubar árvores, para deter o fogo, ou em fazer aceiros.”⁴⁵¹

⁴⁴⁷ Sobre a exploração de inimizades entre indígenas como um padrão da conquista Ibérica nas Américas ver: RESTALL, Matthew, *Sete mitos da conquista espanhola*. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁴⁴⁸ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 23.

⁴⁴⁹ REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 76.

⁴⁵⁰ Correspondência que o governador João Manoel de Mello escreve à Corte e ao Secretário de Estado. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 84, pp. 62 – 90. Apud ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 76.

⁴⁵¹ Cabral Camelo. *HGPB*, tomo 11, parte 2, p. 163. Apud HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 584.

A guerra nos matos, como também era conhecida essa tática, muitas vezes na forma de emboscadas noturnas, popularizou a ideia de que os indígenas eram covardes e traiçoeiros. Essa imagem reproduzida na documentação oficial e por muitos viajantes naturalistas foi relativizada por Freyreiss:

Em geral tem-se o indígena brasileiro por falso, mau e traidor, e como prova se afirma que ele sempre assassina de emboscada; porém não se considera que esta pobre gente vive exclusivamente na mata. Ali são os índios molestados pelos brancos e a experiência os ensinou a serem pendentes; razão porque eles aí andam sempre cautelosos, usando de mil artificios para se aproximarem de seu inimigo, que eles não convidam para uma luta aberta, mas que matam com uma flechada certa.⁴⁵²

Alianças entre indígenas e não indígenas podem nos apontar um componente importante para o avanço colonizador sobre o território Caiapó. Somam-se a isso outros fatores já mencionados: a escravização, a fome e as doenças decorrentes do choque microbiano.

Antônio Pires de Campos, o moço, filho de Antônio Pires de Campos, o velho, descobridor das minas de Cuiabá, obteve os serviços dos Bororo, aldeados nas proximidades da Vila de Cuiabá. Além dos Bororo, nos aldeamentos do sul de Goiás e região do atual Triângulo Mineiro, somaram-se indígenas provenientes de outras partes da colônia, como os Xacriabá, Pareci, Akroá, Kurimaré, Javaé, e outros.

Os Bororo firmaram aliança com os não indígenas após os primeiros contatos que antecederam a colonização cuiabana. Tal aliança, é certo, foi permeada por assimetrias e violências que o grupo Bororo sofreu dos não indígenas. Aproximadamente 500 Bororo partiram em apoio à campanha de extermínio e apresamento dos caiapós, que duraria até 1750. Depois de ser solicitado por dom Marcos de Noronha para dar caça aos Caiapó, Pires de Campos foi flechado, vindo a falecer dias depois em Paracatu em 1751.⁴⁵³ Como assinalou Mathell Resttal, o “deslocamento de aliados indígenas de uma zona de conquista para a seguinte foi uma

⁴⁵² FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p.84.

⁴⁵³ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 74.

prática instituída desde os primórdios das atividades espanholas nas Américas”.⁴⁵⁴ Mais uma vez as autoridades coloniais valiam-se de estratégias longamente experimentadas, deslocando os Bororo de Cuiabá para a região que depois do século XVIII ficaria conhecida como *Sertão da Farinha Podre*.

Essa região tornou-se palco de violentas batalhas em meados do século XVIII, em que as forças ligadas às autoridades coloniais, com auxílio de um grande contingente militar de indígenas Bororo aliados, obtiveram o controle do *Caminho de Goiás*. De acordo Com Luís Augusto Bustamante, os Caiapó foram rechaçados com grande violência em todo o intervalo do caminho entre os rios Paranaíba e Grande. “Em seguida, obedecendo ainda à determinações do governo paulista, [Pires de Campos] fundou alguns aldeamentos ao longo do trecho, onde distribuiu seus índios bororos, que doravante se tornariam responsáveis pela defesa no trânsito na estrada”.⁴⁵⁵

Na década de 60 do século XVIII, os Caiapó acirraram sua resistência por meio de fortes investidas contra os colonos e viajantes no sul da capitania de Goiás. Em carta ao rei, o então governador da capitania de Goiás, João Manoel de Mello, reclama das dificuldades de se extrair o ouro ou cultivarem as terras na região devido à constante vigilância que seus escravos deviam fazer para se protegerem das ações do grupo Caiapó.⁴⁵⁶ Intensificava-se o patrulhamento nas áreas de ocorrência dos Caiapó.

Cunha Matos relata que em 1774, os Caiapó, sem poder mais resistir, foram conduzidos à aldeia se São José, que rapidamente caiu em ruína em função da mortandade e abandono dos indígenas.⁴⁵⁷ Temos que ter cuidado com essa generalização. Como veremos, nem todos os Caiapó deixaram de resistir por meio das armas neste contexto, embora já estivessem muito enfraquecidos numericamente. E mesmo aqueles que deitaram suas armas, não deixaram necessariamente de resistir.

⁴⁵⁴ RESTALL, Matthew, *Sete mitos da conquista espanhola*. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 102-103.

⁴⁵⁵ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 56.

⁴⁵⁶ Carta do governador João Manoel de Mello ao rei. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 84, p. 67, 199? Apud ATAÍDES, Jêzus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 38.

⁴⁵⁷ MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Histórica da Província de Goyas”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Ethnográfico do Brasil*, 2º trimestre de 1874, p. 244.

Novas estratégias de vivência e sobrevivência passaram ser empregadas como formas de resistência indígena.

De acordo com Marcel Mano, no século XIX, os indígenas Caiapó que “permaneceram na região tradicional de ocupação meridional”, optaram por cessar as guerras e partiram para o desenvolvimento de “novas táticas de convívio”. Os irredutíveis Caiapó do século XVIII, no século seguinte passaram a manter contato pacífico com “padres, aventureiros e comerciantes, que iam e vinham pelos caminhos de Goiás e Cuiabá.” Mano ainda explica a transição da forma de *predação guerreira* para a *predação comercial* entre os Caiapó meridionais. Para Mano

Há nas relações dos Kayapó com o mundo exterior não-índio, no século XIX, um misto de permanência e mudança. Por um lado, permanece inalterado o núcleo comum dessa relação, qual seja, garantir um afluxo de bens externos para o mundo interno. E há também, por outro lado, a mudança nas formas e estratégias de se alcançarem tais objetivos. Desse ponto de vista, as formas aparentes mudavam, mas o conteúdo permanecia.⁴⁵⁸

O estudo de Marcel Mano demonstra como os indígenas do grupo Caiapó podiam alterar aspectos de sua cultura a fim de resistirem à nova realidade que se apresentava com o avanço colonizador sobre seu território. Mas se os vários grupos indígenas brasileiros guardavam várias características próprias a cada grupo, os Caiapó também não eram um bloco monolítico. Nem todos compartilhavam das mesmas estratégias.

Enquanto o trecho do Caminho de Goiás estava protegido por grupos indígenas aliados dos agentes coloniais, vastas áreas contíguas ainda eram domínios dos Caiapó que mantinham tenaz resistência por meio investidas sobre povoados e fazendas. Se os indígenas tiveram seu fluxo migratório alterado em função da presença dos invasores, estes mesmos também tiveram suas correntes migratórias bastante influenciadas em função da resistência indígena, notadamente do grupo Caiapó. Em 1816, Eschwege, que

⁴⁵⁸ MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014

passou pelo arraial da Capelinha, erigido a Oeste do Arraial do Desemboque, descreveu o abandono dos moradores desta localidade que rumaram para o Sertão da Farinha Podre em 1817.⁴⁵⁹ Bustamante menciona uma série de fatores que podem explicar a opção dos moradores do Arraial da Capelinha para o Sertão da Farinha Podre. Entre eles estão a melhor qualidade dos solos, a abundância de água, a logística propiciada pelo Caminho do Anhanguera e suas ramificações que dinamizariam o comércio, a presença de indígenas aldeados que poderiam servir de mão de obra – na maioria dos casos em um regime de semiescravidão – e, pela proteção oferecida pelos mesmos ao longo do Caminho de Goiás. Bustamante ainda fala de uma investida Caiapó sobre o povoado da Capelinha onde um padre capelão foi morto. Ainda segundo o relato, após o episódio, os moradores do referido povoado deixaram o local e buscaram proteção dos Bororo contra as investidas Caiapó.⁴⁶⁰ Mais de meio século depois da ação de Antônio Pires de Campos e seus soldados Bororo, a resistência Caiapó ainda era persistente. Acusados de “despovoar” os sertões que hoje fazem parte do Triângulo Mineiro – ironicamente uma área há muito tempo povoada por grupos indígenas –, os Caiapó assumiram o papel de “entrave ao desenvolvimento da região” até o último quartel do século XIX.

Adriano Toledo Paiva, estudando os indígenas do Leste Mineiro (Coroado, Coropó, Purí e Botocudo) da segunda metade do século XVIII e início do século seguinte, emprega o conceito de “resistência adaptativa” para explicar situações onde indígenas poderiam vivenciar formas de reestruturação de poder entre eles e as autoridades coloniais e, também, entre os demais aldeados. Para tanto, o autor cita casos como o do padre indígena Pedro da Motta, que se converteu ao cristianismo e prestou serviços como sacerdote. Não obstante, Adriano explica por meio de fontes documentais que não era raro os indígenas, após convertidos, voltarem à vida nas matas, abandonando os costumes dos invasores como forma de demonstrar o desgosto com a vida proposta pelos ditos “civilizadores”.⁴⁶¹ Situações como esta se multiplicavam no

⁴⁵⁹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

⁴⁶⁰ TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*. Uberaba: Intergraf Editora, 2001. Apud LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 125.

⁴⁶¹ PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767 – 1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

Sertão da Farinha Podre por ocasião da conquista destas áreas pelos agentes coloniais.

Assim como os Botocudo e os Purí do Leste mineiro, – que mantiveram resistência por meio da força de forma mais duradoura que seus então vizinhos, Coropó e Coroado – os Caiapó empreenderam franca resistência belicosa enquanto eram numericamente poderosos. Contudo, vítimas das chacinas, do cativo, da fome causada pelas guerras contra a sociedade conquistadora e pela intensificação dos choques intertribais e, principalmente, pela arma mais poderosa da sociedade conquistadora, os micro-organismos que assolaram diversos grupos em situação de “contato”, os Caiapó, assim como ocorreria com os Purí e depois com os Botocudo, tiveram que se aproximar dos não indígenas.⁴⁶² Em alguns casos firmaram alianças, em outros, onde a situação de penúria era grande, pediram sustento e proteção contra os abusos dos “brancos” e da violência de grupos indígenas rivais⁴⁶³. De qualquer forma, não podemos interpretar essa atitude como o fim da resistência destes grupos indígenas e a mera sujeição destes à sociedade conquistadora, mas sim, uma questão situacional, onde novas estratégias de vivência/sobrevivência deveriam ser empregadas.

Com as jazidas auríferas apresentando sinais de esgotamento no ultimo quartel do século XVIII, ocorre em Goiás um processo de ruralização, onde a população que se ocupava da mineração passam a buscar o interior da capitania goiana ou outras regiões da colônia. Segundo Giralдин, “novas disputas tiveram lugar, pois agora havia de se expulsar os remanescentes Cayapó das terras desejadas para a agricultura e, principalmente, pela pecuária”.⁴⁶⁴

⁴⁶² OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009.

⁴⁶³ Grupos indígenas resistentes à aproximação e alianças com os não indígenas enxergavam os índios em processo de contato como traidores. Deste modo, em muitos casos poderiam desferir ataques violentos contra tais índios.

⁴⁶⁴ GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil.

4.2 Os Bororo e a Sociedade Conquistadora Contra os Caiapó

... não confies nos brancos. São homens que manejam o raio, que vivem sem pátria, que vagam para satisfazer sua sede de ouro, e nos acarinhos quando de nós têm necessidade, porque a terra em que pisam, e os campos e os rios que assaltam são nossos [...] atingida a meta, são falsos e traidores...⁴⁶⁵

Atribuído à Cibaé Modojobádo, a Rosa Bororo

Originalmente o território Bororo se estendia numa grande área de mais de 48 milhões de hectares.⁴⁶⁶ Segundo Enawurú,

... essa área estendia-se, desde um pouco além da divisa com a Bolívia, a Oeste, até além do rio Araguaia ao Sul de Goiás, alcançado o Triângulo Mineiro ao Leste. Desde a cabeceira do rio Cuiabá e Rio das Mortes, ao Norte, até as dos rios Coxim e Negro, ao Sul.⁴⁶⁷

Os primeiros contatos entre os Bororo e os não indígenas se deram de duas formas. Uma delas “branda”, com os padres jesuítas, saindo de Belém e subindo o rio Araguaia, o Taquari e o São Lourenço;⁴⁶⁸ a outra bem mais violenta, com as primeiras incursões bandeirantes no território do vale do Cuiabá próximo aos domínios hispânicos que hoje contemplam o atual Mato Grosso, ainda no século XVII. Mas foi nas primeiras décadas do século XVIII, que estes indígenas sofreram a intensificação da presença de não indígenas no seu território e de pressões sobre a sua população.⁴⁶⁹

⁴⁶⁵ VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta a sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 334. Apud HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 504.

⁴⁶⁶ COLBACCHINI, Antônio & ALBISETTI, César. *Os Bororo orientais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 20; ENAWURÉU, Mário Bordignon. *Róia e Baile: Mudança Cultural Bororo*. Campo Grande: Editora da UCDB, 2001, p. 31.

⁴⁶⁷ ENAWURÉU, Mário Bordignon. *História do Centro-Oeste Brasileiro: Bóe E-ró Marigudúwo*. Campo Grande - MS: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987, p. 02.

⁴⁶⁸ ENAWURÉU, Mário Bordignon. *História do Centro-Oeste Brasileiro: Bóe E-ró Marigudúwo*. Campo Grande - MS: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987.

⁴⁶⁹ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.

Como vimos, durante o setecentos, ocorreram ações sertanistas de combate à grupos indígenas que se opunham às ações colonizadoras e a conseguinte ocupação e controle dos seus territórios. Também vimos que um dos expedientes mais eficazes pelos não indígenas para a conquista e controle de regiões “selvagens”, foi o incremento de soldados indígenas como aliados. Os não indígenas souberam explorar muito bem as inimizades e guerras intertribais. Se no contexto a figura do Caiapó selvagem representava para as autoridades um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da região; os Bororo, que “viviam no outro extremo do território Caiapó e eram seus tradicionais inimigos”,⁴⁷⁰ foram utilizados pelos sertanistas como soldados em suas ações de combate e guarnição de áreas.

Mas o que fez o grupo Bororo se aliar aos não indígenas? Seria essa aliança uma ampla decisão entre o grupo Bororo?

Devemos considerar que os grupos indígenas dos quais tratamos foram geralmente conhecidos por nomes que não representam sua grande diversidade cultural. Grupos como, por exemplo, Caiapó ou Bororo, tiveram tais nomes forjados a partir de observações preconceituosas dos conquistadores ou mesmo de outros grupos indígenas rivais, daí tornando-se termos recorrentes nos documentos e relatos do período.⁴⁷¹ Assim, reconhecendo os limites impostos pelos registros documentais, trataremos os subgrupos mais recorrentes nas diversas fontes.

Estudiosos propõem a divisão destes indígenas em dois grandes grupos. Os “Bororo Ocidentais”, que ocupavam áreas a Oeste do rio Cuiabá; e os “Bororo Orientais, que ocupavam porções a Leste do mesmo rio.”⁴⁷² Essa divisão seria fruto de

⁴⁷⁰ HEMMING, John Henry. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, p. 584.

⁴⁷¹ ENAWURÉU, Mário Bordignon. *OS Bororo na história do Centro Oeste brasileiro 1716-1986*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso/ CIMI-MT, 1986; Sobre a pluralidade dos nomes empregados aos Bororo, Tekla Hartmann demonstra a partir de fontes históricas e arqueológicas que, antes do contato com os não indígenas, a extensão do habitat e suas condições de sobrevivência distintas dentro de vários nichos ecológicos possibilitou uma série de diferenças entre tais indígenas como: pinturas corporais, dimensões dos arcos, corte de cabelos e práticas funerárias, por exemplo. HARTMANN, Tekla. Cultura material e Etnohistória. *Revista do Museu Paulista*. (Nova Série). V. 23. São Paulo, 1976, p. 175-197.

⁴⁷² HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 262.

cisões internas no grupo Bororo ocorridas em meados do século XVIII, mas, mesmo no interior de cada um destes grupos existiam outros subgrupos.⁴⁷³

Com o emprego de sertanistas, como Antônio Pires de Campos, e o incremento de suas tropas com um vasto número de indígenas Bororo como soldados, teve-se a ocupação de porções do seu território. Mas nem todos deste grupo optaram pela aproximação com elementos aliados aos interesses da empresa colonizadora. Esse processo ocasionou dispersões, cisões no grupo e a sua depopulação.⁴⁷⁴ Também podemos observar processos de desterritorialização e reterritorialização após a presença das forças mamelucas vindas da capitania de São Paulo.⁴⁷⁵

Os Bororo Ocidentais aparecem nos documentos e na bibliografia como Bororo Campanha e Bororo Cabaçais.⁴⁷⁶ Já os Bororo Orientais aparecem como Bororo Coroado.⁴⁷⁷ Estes últimos resistiram ao contato por meio do franco enfrentamento até o último quartel do século XIX, quando as autoridades em Cuiabá empregaram estratégias mais sutis para com eles. Assim como ocorrido há mais de meio século antes com a ação de Damiana da Cunha entre os Caiapó – que trataremos no capítulo 4.3 - A

⁴⁷³ HARTMANN, Tekla. Cultura material e Etnohistória. *Revista do Museu Paulista*. (Nova Série). V. 23. São Paulo, 1976, p. 175-197.

⁴⁷⁴ ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibaé Modojobádo – A Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887). ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003, p. 1. Disponível em < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.501.pdf>> Acessado em: 10/09/2012.

⁴⁷⁵ Segundo João Pacheco de Oliveira Filho, territorialização é o movimento a partir do qual administrações coloniais reestruturam as sociedades nativas de modo a tornar mais fácil o seu controle, fazendo delas coletividades organizadas. Ao formularem uma identificação específica, passam a ter autoridades unitárias voltadas à sua representação e, ao mesmo tempo, alteram suas relações com o meio ambiente e com os seus ritos. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1998. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 4(1):47-77. Para melhor entender os processos de *desterritorialização* e *reterritorialização* em que os Bororo [e outros grupos indígenas] estiveram envolvidos ver: URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. No meio do caminho havia os bororo: Jarudori-MT, a diáspora e reterritorialização. *Tellus*, ano 7, nº 12, p. 67-87, abr. 2007, Campo Grande-MS.

⁴⁷⁶ Ver: ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. “Índios Fronteiriços”: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). [Tese de doutorado]. Programa de pós-graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, p. 108; Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial, em o dia 1.o de março de 1838. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, pp. 10-12. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

⁴⁷⁷ Discurso que recitou o exm. snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março do corrente anno. Cuyabá, Typ. Provincial, 1840. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Redução Caiapó –, os trabalhos de Cibiá Modojobádo, a Rosa Bororo, como intermediária cultural, foi fundamental no processo de “pacificação” desses indígenas.⁴⁷⁸

Grosso modo, podemos dizer que o grupo bororo, – assim como outros tantos grupos indígenas na América Portuguesa –, valeram-se como forma de resistência, de alternativas como: fugas ou rearranjos migracionais, evitando com isso o contato com os não indígenas; aproximações na forma de alianças militares, como os soldados Bororo aliados a Pires de Campos, e alianças com os colonos – mutuamente desrespeitadas –; e por fim, compor os aldeamentos voltados à catequização e conversão dos indígenas em mão de obra barata ou, em alguns casos, agentes colonizadores. Os subgrupos Bororo foram descritos nas fontes oficiais de forma a dar a entender que a “ferocidade” e “irredutibilidade” eram mais intensas em uns do que em outros. Contudo, tais características não podem ser entendidas necessariamente como internas a eles, mas por outro lado, acreditamos que a maior ou menor violência empregada pelos Bororo é resultante da intensidade da presença de não indígenas dentro de territórios vitais destes indígenas, como na estrada que ligava Cuiabá à Goiás e transpunha o território ancestral Bororo. Também foram frequentes as descrições sobre os Bororo como “índios mansos” e “amigos dos brancos”.

4.2.1 Os Bororo Cabaçais e os Campanha

Em fins do século XVIII, os Bororo da região do rio Cabaçal solicitaram amizade com as autoridades de Vila Bela, contudo, a paz foi quebrada vinte anos depois, quando em 1815 e, depois em 1818, surgiram notícias de indígenas conhecidos como Cabaçais bloqueando a estrada que ia de Cuiabá à Vila Bela.⁴⁷⁹ Estes indígenas, que em 1838 ocupavam a região entre o rio Paraguai e o rio Jaurú, eram acusados pelas autoridades da província do Mato Grosso de praticarem ondas de hostilidades por meio

⁴⁷⁸ ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibaé Modojobádo – A Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887). ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003, Disponível em < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.501.pdf> > Acessado em: 10/09/2012.

⁴⁷⁹ HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 262.

de roubos e assassinatos na província. Ainda segundo relato, os Bororo Cabaçais causaram prejuízos desde a fundação da província. Para José Antônio Pimenta Boeno, então presidente da província de Mato Grosso, tais indígenas

não haviam sido provocados, [portanto] nenhuma medida pois restava, que a de batel-os e atemorisal-os: tudo o mais seria illusorio, cortaria a correspondência com Matto Grosso, ou sacrificaria a vida d'aquelles agricultores e dos viandantes.⁴⁸⁰

Para por fim naquela situação, optaram por uma bandeira composta de 110 pessoas que marcharam sobre as paragens dos Cabaçais. Estes indígenas não se renderam, optando em primeiro, por se deslocar e, depois, por resistir pela força, tendo por fim praticamente todos os adultos da aldeia sendo mortos. Segundo Boeno, foram dizimados "... de 40 a 50 pessoas, ficando 28 prisioneiros, 4 adultos, e 24 crianças..."⁴⁸¹ Esperava-se que os Cabaçais cessassem as investidas sobre os viajantes e às fazendas, mas não foi isso que ocorreu.

Em 1840 os Bororo Cabaçais ainda resistiam à presença de invasores em seu território. Mas na ótica de quem produzia o referido documento, eram os indígenas que continuavam "a infestar os campos da Caissara, e mesmo a hostilizar quando podem, matando o gado, e praticando outras depredações...". Neste contexto, a expansão da pecuária sobre porções Oeste do território Bororo gerou fortes tensões sobre este grupo. Durante mais de um século os Bororo Cabaçais e os Campanha oscilaram entre resistir por meio do não alinhamento com os não indígenas, esquivando-se do contato e quando acuados desferindo ataques contra os invasores e, em alguns momentos, como indicam alguns registros, em solicitar a paz com os não indígenas.

⁴⁸⁰ Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial, em o dia 1.o de março de 1838. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, pp. 10-12. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

⁴⁸¹ Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial, em o dia 1.o de março de 1838. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, pp. 10-12. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

As autoridades da província do Mato Grosso iniciaram, em 1842, uma política indigenista voltada à adoção de métodos mais sutis de aproximação para com os Bororo Cabaçais e os Campanha. Acreditavam poder catequizar e civilizar os indígenas que, a partir de então, serviriam aos propósitos da empresa colonizadora. Nesse mesmo ano, parte dos indígenas Cabaçais encontravam-se aldeados no porto do rio Jaurú.⁴⁸² Tal escolha não foi nada vantajosa para os indígenas Cabaçais. De acordo com Hemming, “a pacífica aldeia foi assolada por uma epidemia contra a qual os índios não tinham nenhuma imunidade.” Aldeados e deixados à própria sorte, sem auxílio das autoridades provinciais e do Império, os indígenas padeceram por meio da “doença e [d]a inanição.”⁴⁸³

Os Bororo da Campanha foram aldeados na fazenda Cambará e nas proximidades da fazenda Descalvados. Em decorrência da execução dessa política, os Bororo, tanto os Cabaçal quanto os da Campanha, firmaram relações de interação com os colonizadores, participando da ocupação, da defesa e do trabalho na fronteira e, portanto, dando visibilidade à política indigenista antes mesmo de existir uma legislação de caráter nacional, que foi criada somente a partir do Regimento das Missões, em 1845.⁴⁸⁴

Em 1863 ocorreram notícias de uns poucos Cabaçais que não aceitaram o regime de aldeamento. Em meados do século XX, os Bororo da Campanha foram considerados extintos em virtude das constantes agressões sofridas pelos colonizadores.⁴⁸⁵ No final desse mesmo século, os Bororo Ocidentais estavam dispersos e miscigenados à

⁴⁸² ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. “Índios Fronteiriços”: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). [Tese de doutorado]. Programa de pós-graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, pp. 82-83.

⁴⁸³ HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 270.

⁴⁸⁴ ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. “Índios Fronteiriços”: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). [Tese de doutorado]. Programa de pós-graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, p. 108.

⁴⁸⁵ CAMARGOS, Lidiane Szerwink. Consolidando uma proposta de família linguística Boróro. Contribuição aos estudos histórico-comparativos do Tronco Macro-Jê. [Tese Doutorado] Programa de Pós Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 2013, p. 17.

população local.⁴⁸⁶ Portanto, embora imersos na invisibilidade, não estavam necessariamente extintos, como apontaram alguns autores.⁴⁸⁷

4.2.2 Os Bororo Coroados

Pertencentes ao subgrupo dos Bororo Orientais, os Coroados mantiveram estratégias de resistência diferentes daquelas praticadas pelos Bororo Campanha e Cabaçais. Enquanto estes optaram pelo não enfrentamento militar de maior vulto, restringindo-se, quando muito, a ataques a viajantes e nas fazendas os Coroados promoveram fortes investidas sobre os invasores de seu território.

Em março de 1810, o padre Manoel de Ferraz Sampaio Bicudo, desempenhando seu projeto de catequização dos Caiapós no sertão do rio Paraná defronte à barra do rio Tietê, ou seja, dentro dos limites da capitania de São Paulo, em áreas próximas ao atual Pontal do Triângulo Mineiro, teve contato com indígenas que ele acreditava fazer parte do grupo conhecido como Coroados⁴⁸⁸ ao subir o rio do Peixe pela barra que faz com o Rio Paraná.

...chegando a barra do Rio do Peixe; entrei por este acima hum dia, e meio até encontrar um grande Alojamento de índios de outra nação, que supponho serem chamados – Coroados – com os quaes não pude fallar pela timidez da minha gente, que não passando de 8 pessoas capazes de pegarem em armas, ficaram aterrados pela multidão dos selvagens.⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ VIERTLER, Renate B. *A duras penas*: Um histórico das relações entre os índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990, pp. 50-52.

⁴⁸⁷ Ver: HEMMING, John. *Fronteira Amazônica*: a derrota dos índios brasileiros. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 268;

⁴⁸⁸ Provavelmente o padre Ferraz se referiu aos índios como Coroados em função do corte de cabelo destes em forma de coroa. Uma vez que vários grupos indígenas foram tratados por terminologias exonominas no contexto da colonização, reduzindo, muitas vezes, vários grupos distintos à uma só terminologia estranha a eles, não de se estranhar um possível equívoco do padre quanto ao grupo indígena observado.

⁴⁸⁹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 03, (1913) Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª Edição, pp. 156. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6946>> Acesso em: 10/03/2015.

Ora, estas áreas estão bem ao Sul do território comumente compreendido como o de presença dos Bororo Coroado, que se estendia, ao sul, até o Triângulo Mineiro. Se o padre Ferraz estiver certo sobre tais indígenas serem do grupo Coroado, poderiam ter ocorrido três situações. A primeira, do deslocamento destes indígenas para outras regiões além de seu território tradicional, contrariaria o que apontam muitos textos ao assinalar que os Bororo Coroado não recuaram de seu território com a presença de não indígenas. A segunda, de que se tratasse de indígenas que deixaram os antigos aldeamentos do Triângulo Mineiro, portanto, em processo de etnogênese, convivendo com sujeitos pertencentes a outras etnias indígenas, bem como, com não indígenas. De qualquer forma, as experiências em aldeamentos que culminaram com fugas ou abandonos dos mesmos pelos indígenas não servem para sinalizar uma invariável aproximação pacífica de tais indígenas e expedições compostas por não indígenas. Já a terceira situação é apresentada pelo professor Marcel Mano, segundo a qual os indígenas avistados pelo padre Ferraz poderiam pertencer ao grupo Kaingang, indígenas Jê que foram confundidos ora com os Coroado, ora com os Guaianá. Tais Kaingang empreenderam migração do Brasil Central “acompanhando o curso dos rios Rio Araguaia, Grande e Tietê. Esta rota os conduziu à ocupação das bacias dos rios Tietê, Aguapeí, Peixes e Paranapanema no sul do atual estado de São Paulo...”⁴⁹⁰ Após descartar a possibilidade destes indígenas pertencerem a grupos Tupí ou serem Caiapó, mas sim, possíveis Kaingang, Mano assinala que, “parte dos Coroados citados na documentação pelo menos desde o início do século XIX na região sul do atual estado de São Paulo, podem ser aceitos como grupos Kaingáng”.⁴⁹¹

Os Bororo mantiveram resistência por meio da força na estrada que ligava a capitania de Mato Grosso a Goiás e nas proximidades do rio São Lourenço na estrada nova do Piquiri.

Descontentes com a passagem desta última estrada [nova do Piquiri] por um dos sítios em que tinham alojamento, parece que assentarão tentar a

⁴⁹⁰ MANO, Marcel. *Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. [Tese de doutorado]. Orientador: John Manuel Monteiro. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: [s/n], 2006, pp. 288-289.

⁴⁹¹ MANO, Marcel. *Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. [Tese de doutorado]. Orientador: John Manuel Monteiro. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: [s/n], 2006, pp. 290.

defronta pelas armas [...]no intuito de evitar a frequência de viandantes que ela começa a ter, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões.⁴⁹²

Os indígenas estavam reagindo à construção da estrada sobre suas aldeias e a conseguinte presença de viajantes pelo local. Muitos grupos indígenas, após o contato com não indígenas que resultaram em surtos epidêmicos dentro de suas aldeias, passaram a evitar tais encontros, não só por medo das armas, mas também, pelas mortes provocadas por doenças adquiridas. Como no caso ocorrido com os Cabaçais aldeados, a mortandade decorrente das doenças causava terror entre os indígenas. Não seria estranho pensar que esta seria uma das razões pelas quais os indígenas evitavam a presença dos invasores. Embora não tivessem consciência das causas das doenças de forma mais profunda, desconhecendo, é certo, o papel do choque microbiano, podendo relacionar a ocorrência das grandes mortalidades decorrentes do contato com os não indígenas ao campo mágico ou mitológico,⁴⁹³ os nativos, muito provavelmente, perceberam que o que decorria do contato, na maioria das vezes, eram as mortes, senão pelas armas, pelas doenças tão recorrentes entre os vários grupos indígenas que tiveram alguma relação com os invasores.

Autoridades na capitania do Mato Grosso orientavam o trato com os indígenas. Em meados do século XIX, deixavam claro que não se deveria abusar da “simplicidade dos índios”, escravizando-os ou os empregando em serviços particulares sem lhes retribuir.⁴⁹⁴

Ainda em 1851, os Bororo Coroado faziam muitos estragos na capitania do Mato Grosso. De acordo com o capitão de fragata Augusto Leverger, na impossibilidade de se

⁴⁹² Discurso que recitou o exm. snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta provincia, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º de março do corrente anno. Cuyabá, Typ. Provincial, 1840. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

⁴⁹³ Sobre a presença das doenças no panteão indígena, o trauma gerado pelas pestilências pós-cabralinas e as decorrentes alterações na mitologia Tupí, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 131.

⁴⁹⁴ Relatório do presidente da provincia do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

empregar forças policiais para procederem com a ronda nos distritos, os moradores deveriam repelir os ataques indígenas por eles mesmos. Em seguida pondera que só se aplique a violência contra os indígenas que se apresentarem hostilmente, “porem nunca para matá-los, sem provocação, facto que mais de huma vez tem-se reproduzido e que da lugar a huma interminável serie de represálias”.⁴⁹⁵

A despeito de determinações e avisos como estes, os indígenas que não se alinhavam aos interesses dos conquistadores eram comumente reconhecidos como inimigos. A partir daí, multiplicavam-se as agressões sobre eles, o que resultava, quase que invariavelmente, em vinganças, tornando o embate entre indígenas e não indígenas um evento intermitente.

Como alternativa para reduzir os Bororo Coroados aos interesses dos não indígenas, o presidente da província do Mato Grosso, em 1873, solicitou auxílio dos indígenas Terena do sul da província.

O cacique Alexandre Bueno marchou para o norte com setenta guerreiros. Sua diplomacia fracassou e seus homens precisaram recorrer à guerra. Trouxeram de volta um saco cheio de orelhas, além de duas mulheres e duas crianças bororo que haviam capturado numa trilha da floresta.⁴⁹⁶

Diferente do que se esperava, as ações violentas praticadas contra os Coroados não impediram a resistência destes na forma de novas ondas de investidas sobre colonos e viajantes que adentravam em seu território. Guerras e escaramuças se sucediam e as agressões mútuas entre indígenas e não indígenas continuaram até 1885, quando foi incrementado o uso de mulheres Bororo catequizadas como intermediárias culturais.⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

⁴⁹⁶ HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 500-501.

⁴⁹⁷ ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Cibáe Modojobádo – a rosa Bororo e a "pacificação" dos Bororo Coroados (1845-1887)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFMT. Cuiabá, 2002.

Ao final, quando optaram por se aproximar dos “brancos”, os Bororo Coroado já numericamente enfraquecidos, foram presenteados com o vício da cachaça, a fome e os surtos epidêmicos. A cachaça tornou-se uma poderosa arma de dominação usada pelos conquistadores sobre diversos grupos indígenas.⁴⁹⁸

4.2.3 Os soldados Bororo de Pires de Campos

Uma vez que o território Bororo se estendia, ao Sul, até o atual Triângulo Mineiro, estes indígenas entravam em contato com os Caiapó, que também alargavam seu território até aquela região. Os Bororo aparecem como inimigos tradicionais dos Caiapó em alguns relatos, contudo, a presença de bandeiras paulistas desde o século XVII, desencadeou pressões sobre esses grupos indígenas, o que provavelmente intensificou os choques intertribais, ou ainda, gerou estes choques em alguns casos.

A demanda por cativos indígenas interferiu na lógica própria de cada grupo em vários aspectos. Muitos indígenas não hesitaram em permutar seus filhos e esposas com os “brancos”. Outra forma de disporem de prisioneiros para a permuta era a maior frequência das guerras intestinas. O historiador ambiental Warren Dean, analisando as guerras intertribais na Mata Atlântica por ocasião de seu devassamento, assinala que, com o aumento das hostilidades intertribais, limitava-se, também, “o intercambio das técnicas de subsistência de cada grupo”.⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ “Além de bem conhecido popularmente (constituindo um traço de uma identidade estigmatizada, a de ‘beberrões’), o problema é muito antigo, remontando aos primeiros contatos entre essa sociedade indígena e os conquistadores. Famosos viajantes europeus dos sertões brasileiros no século XIX, como Hércules Florence (1977) nos idos de 1820, já faziam descrições e relatórios pictográficos de cenas onde intervêm Bororo bêbados. [...] É já um pressuposto amplamente aceito entre os investigadores do alcoolismo entre indígenas, seja da América do Norte ou do Sul (Waddell & Everett 1980; Simonian 1996), que o álcool destilado foi usado pelos conquistadores como uma arma de dominação e de extermínio. Isso foi feito em Mato Grosso de forma intencional por bandeirantes primeiro e, depois, por militares e fazendeiros. E, de forma não intencional, pela própria difusão econômica da cana de açúcar que implicava na instalação de alambiques e o comércio de aguardentes para a população geral.” Ver: QUILES, Manuel Ignácio & BARROS, Edir Pina de. Alcoolismo, doença do branco: uma reflexão sobre o conceito de alcoolismo entre os povos indígenas a partir do comportamento alcoólico entre os índios Bororo do Mato Grosso. *Revista Saúde e Ambiente*. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, Volume 4, Número ½, Janeiro/Dezembro de 2000, 36.

⁴⁹⁹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, P. 53.

Explorando as guerras intertribais e as inimizades entre estes dois grupos – Caiapó e Bororo – indígenas, os paulistas, firmaram alianças com alguns Bororo que, por sua vez, acreditaram obter vantagens contra os Caiapó e, ao mesmo tempo, reduzir as pressões sobre seu povo desencadeadas pelos próprios paulistas. O contato que Antônio Pires de Campos, o Pai-Pirá, fez com os Bororo em meados do século XVIII, já havia sido precedido por seu pai, Antônio Pires de Campos e, muito provavelmente, por seu avô, Manoel Campos Bicudo.⁵⁰⁰ No entanto, os contatos anteriores não haviam sido nada amistosos, o que demonstra o quanto as categorias de “índio aliado” e “índio inimigo” eram situacionais e atendiam aos interesses dos agentes envolvidos. Alguns relatos dão conta de que bandeiras de preação indígena já vinham esquadrinhando o território do atual Mato Grosso desde 1622.⁵⁰¹ Portanto, podemos inferir que os Bororo já haviam sido contatados desde essa época.

Antônio Pires de Campos, o Pai-Pirá, navegou pelas águas do rio Cuiabá e o afluente Cochipó em 1718 com sua bandeira voltada à preação e prospecção mineral, conquistando os indígenas (Cochipó) “e fundando várias aldeias, entre as quaes a do Guarinos, notável pela sua numerosa população...”.⁵⁰² Esse paulista ficou conhecido pelas suas expedições em busca de ouro e cativos indígenas, contudo, foi a sua ação de guerra contra povos nativos, a sua principal atividade.

Desde o setecentos, alguns dos Bororo tornaram-se aliados destes sertanistas que os usavam como guias em suas campanhas. De acordo com Taunay, “os Bororo eram insignes trilhadores, hábeis seguidores de rastros de pessoas e animais”.⁵⁰³ A oficialização do “encontro” com os indígenas Bororo se deu pouco antes da descoberta de ouro nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó. Essa área originalmente habitada pelos

⁵⁰⁰ “... realizou vinte e quatro entradas nos sertões do rio Grande e do rio Paraguai, sendo três como soldado e vinte como capitão-mor da tropa. [...] Em 1675 ganhava o norte do Mato Grosso, chefiando temerária algara contra os silvícolas.” FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 73-74. Manoel Campos Bicudo, em 1682 promoveu uma entrada pelo Guaporé, passando pelo rio Paraguai.

⁵⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 43.

⁵⁰² Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XIII, (1895). Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Aurora, p. 239. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6956>> Acessado em: 22/02/2014.

⁵⁰³ TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle de. *História Geral das Bandeiras Paulistas: Monções Cuiabanas*. Tomo XI. Edição do Museu Paulista, São Paulo: 1950, p. 111-123.

Bororo tornou-se alvo de inúmeras bandeiras e da formação de núcleos urbanos. As pressões desencadeadas sobre esses indígenas pela intensificação da presença de não indígenas em seu território gerou fortes tensões no grupo, ocasionando cisões, dispersões e processos de desterritorialização e reterritorialização.

Diferente dos indígenas Guarani usados pelos bandeirantes no planalto paulista empregados na agricultura,⁵⁰⁴ os grupos que viviam na região do rio Cuiabá eram mais afeitos – pelo menos no momento do choque com os não indígenas – à caça, pesca e coleta, como os Bororo,⁵⁰⁵ o que dificultava o desenvolvimento de lavouras, já que, os paulistas – no contexto das expedições voltadas a prospecção mineral – dedicavam quase todo o seu esforço à cata do ouro. Neste ínterim, fome e doenças não atingiram apenas os indígenas. Muitos paulistas também morreram na busca do ouro.

Uma vez que as técnicas alienígenas aos indígenas da região do Cuiabá mostraram-se infrutíferas no tocante à produção de alimentos, não demorou para que os invasores buscassem os serviços dos nativos para a obtenção de víveres, com também, para lhes ensinar as técnicas nativas de caça, pesca e coleta.⁵⁰⁶ Neste contexto, a aproximação com alguns indígenas era vital para os não indígenas. Alianças interétnicas iam sendo firmadas. Era necessário o estabelecimento de relações amistosas com alguns grupos indígenas que proovessem alimentos, servissem de guias e prestassem o serviço de guarnição dos sítios que nasciam em regiões hostis. Já os indígenas utilizados na agricultura eram geralmente obtidos na condição de cativos. Para empreender as guerras contra grupos indígenas e fazer prisioneiros que seriam usados como “braços” na

⁵⁰⁴ Sobre o recrutamento da mão de obra indígena pelos paulistas, John Manuel Monteiro assinala que, desde o princípio, “os colonos manifestaram clara preferência por cativos tupi e guarani”, alegando que sem tais cativos seria praticamente impossível manter a produção de gêneros. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 51 – 57.

⁵⁰⁵ Pesquisas no campo da arqueologia indicam que vários dos grupos indígenas do Brasil Central praticavam a agricultura antes da chegada do invasor europeu e seus associados. Contudo, com o multiplicar das guerras intertribais e entre indígenas e invasores, bem como, com os surtos epidêmicos, muitos grupos indígenas foram, paulatinamente, ampliando o traço nômade como forma de sobrevivência. WÜST, Irmhild. *Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso*. *Revista do Museu de Arqueologia e etnologia*, São Paulo, Suplemento 3: 301 – 317, 1999.

⁵⁰⁶ Não é novidade que o “grosso” da composição das bandeiras era de índios usados como “flechas” (soldados) e mamelucos. Contudo, muitos dos que se fixaram nas regiões de mineração recém-descobertas não tinham o conjunto de habilidades para lidar com as asperezas do sertão, ou não dispunham de tempo, uma vez que a atividade mineradora sugava-lhes toda a sua força.

incipiente agricultura, os invasores tinham que estabelecer uma relação de reciprocidade com indígenas que capturavam outros indígenas entendidos como inimigos.

Em fins do primeiro quartel do século XVIII, uma grande seca assolou a província do Mato Grosso, provocando estragos nas plantações e causando grande fome.⁵⁰⁷ Com essa situação de penúria, muitos moradores voltaram ao planalto paulista, enquanto outros rumaram para as recém descobertas minas de Goiás. Aqueles que insistiram em ficar, obtendo pouco sucesso na busca pelo ouro, passaram à preação dos Bororo. Na década de trinta dos setecentos, Cuiabá contava com uma população de indígenas de diversos grupos, alguns deles reterritorializados, firmando alianças interétnicas com os invasores. Em toda a região contígua a esta cidade, um incontável número de indígenas caiu na “invisibilidade”, seja devido às fugas, pela miscigenação ou pela adoção de nomes portugueses durante a sua catequização. O que não quer dizer, necessariamente, que foram extintos, mas sim, que passaram por situações de acomodação à nova realidade a eles imposta.

Com a intensificação da presença de não indígenas e forças mamelucas saídas de São Paulo em direção às minas de Cuiabá e, depois, de Goiás, os indígenas do Grupo Caiapó do Sul tiveram o seu território invadido. Desde a abertura do caminho de Goiás, nas primeiras décadas do século XVIII, fortes tensões caíram sobre os Caiapó do Sul. Como forma de resistência, estes indígenas promoveram uma série de investidas contra as fazendas, lavras e viajantes que se aventuravam por suas paragens. Além de tentarem impedir a presença dos invasores, os indígenas buscavam pilhar armas, instrumentos de metal e demais objetos, muito apreciados por eles.

Os Caiapó do Sul não hesitavam em matar seus inimigos, uma vez que este grupo não fazia cativos. Tal postura lhes rendeu imagens e descrições como irredutíveis e incivilizáveis, avessos a qualquer tentativa de aproximação branda. Os Caiapó do Sul tornaram-se, então, o maior obstáculo ao devassamento dos sertões do Oeste.

Diante das incessantes investidas dos Caiapó do Sul, os moradores das minas de Goiás, em 1739, solicitaram às autoridades coloniais que fosse feita guerra contra estes indígenas. Para tal feito, exigia-se gente experiente na guerra contra os nativos e nos modos do “gentio da terra”.

⁵⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Devido aos contínuos ataques dos índios Kayapó nos arredores de Vila Boa, obrigou a convocação de uma junta em 22 de novembro de 1739, onde ficou definido que o único jeito de se acabar com esses ataques, era contratar alguém que tivesse experiência no assunto, contrataram Ângelo Preto, vindo de Cuiabá.⁵⁰⁸

As autoridades de Vila Boa de Goiás criaram duas companhias de soldados do mato para lhes dar guarnição enquanto o experiente Ângelo Preto não chegasse. Contudo, este não aceitou o trabalho e, para piorar a situação, a companhia de soldados instalada em Vila Boa não conseguia impedir as investidas dos indígenas.

Em 1741, Antônio Pires de Campos, Pai-Pirá, fundou a aldeia de Santa Ana em Goiás, composta pela “tribo dos temíveis Bororo”. Um ano depois, este sertanista assinou um contrato com o governador da capitania de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas, no qual “se comprometia a afugentar e destruir os índios *cayapós*, que infestavam as minas e os caminhos, causando depredações e mortes”. Para tal feito, foram empregados os Bororo aldeados por Pires de Campos.⁵⁰⁹ Após algumas investidas sem muito sucesso contra os Caiapó, Pires de Campos funda aldeias no trecho da Estrada de Goiás, na altura do atual Triângulo Mineiro, e para lá desloca cerca de 500 Bororo das aldeias de Cuiabá na condição de soldados. Os Caiapó passaram a ser caçados por bandeiras voltadas ao seu extermínio.

Geralmente, os grupos indígenas que “auxiliaram” as autoridades coloniais como soldados na conquista e controle de territórios, não prestaram esse serviço na qualidade de meros escravos. Sem negar a violência que existiu nas relações entre indígenas e não indígenas e, de forma específica, no caso da arregimentação dos Bororo por Antônio Pires de Campos, não acreditamos que tais indígenas viviam em regime de escravidão enquanto comandados por Pires de Campos. Ao menos aqueles que

⁵⁰⁸ Reserva Especial nº 3: Livro de Cópias das Cartas de Ofícios a Ministros (e a várias pessoas), Governadores, Capitães-Generais de São Paulo e ao Conde de Sarzedas D. Luís Mascarenhas (1735-1751). Documento 14 (manuscrito). Arquivo Histórico Estadual de Goiás. In: Ataídes, Jêzus Marco de (org.). *Documenta Indígena do Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p.80.

⁵⁰⁹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XIII, (1895). Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Aurora, pp. 239-240. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6956>> Acessado em: 22/02/2014.

compunham as suas tropas.⁵¹⁰ Para desempenhar a atividade militar de forma satisfatória, necessitava-se de um considerável contingente indígena. Isso nos faz inferir que outras formas de negociação, mesmo em condição subordinada, foram estabelecidas pelos Bororo, nas quais estes podiam acreditar obter alguma vantagem ao se aliar com os não indígenas.

Como vimos, nem todos do grupo Bororo aliaram-se aos não indígenas nas guerras contra os Caiapó. Muitos Bororo resistiram à presença dos invasores, causando grandes danos aos agentes colonizadores. As relações interétnicas estabelecidas no processo de ocupação do atual centro oeste brasileiro foram muito complexas. Para os indígenas, ser “inimigo” ou “aliado” dos não indígenas não era uma situação definitiva, mas, estava condicionada às conjunturas vivenciadas por todos os grupos envolvidos no contato. Assim, estas categorias não só atendiam os interesses dos não indígenas, mas também, dos vários grupos indígenas envolvidos nesse longo processo. No século XVIII e XIX, as identidades étnicas que emergiam foram profundamente alteradas, tanto entre os indígenas, quanto entre os não indígenas.

4.3 A Redução Caiapó: novas formas de conquista... novas estratégias de resistência indígena

A partir da década de 1750, o então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, determinou que fossem adotadas medidas brandas para a aproximação com os grupos indígenas. Não é impróprio lembrarmos que, com o Tratado de Madri, assinado em 1750, os domínios luso e espanhol na América tinham suas fronteiras redefinidas e, portanto, os territórios deveriam ser efetivamente ocupados e guarnecidos. Para tal tarefa, a utilização de indígenas como aliados parecia ser muito

⁵¹⁰ “A dita amizade entre os Bororo com não indígenas, a exemplo de Antônio Pires de Campos, foi uma aliança de interesses, ambos lutando contra seus inimigos Payaguá e Caiapó. Isso, porém, não acontecia aos Bororo de forma geral, pois nem todos os Bororo eram amigos de Pires de Campos. Como ele estava se destacando nas guerras contra outros índios e tinha como sua principal arma os Bororo como aliados, os documentos da época dão ênfase a esse ocorrido, mas paralelamente a isso, estava em pleno vapor a mineração na região de Cuiabá e brotavam novas minas em Mato Grosso, fazendo com que os exploradores fossem atrás de índios para o serviço escravo.” ZAGO, Lisandra. *Etnohistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (séculos XVIII e XIX)*. Dissertação de Mestrado, Dourados-MS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005, p. 98.

apropriada. Embora a política indigenista que sugeria métodos mais brandos nem sempre tenha sido respeitada em quase toda a América Portuguesa, em Goiás ela encontrou maior resistência. A partir de 1780, com a queda da atividade mineradora e a ampliação da agricultura e pecuária, as solicitações de ações violentas por parte dos colonos contra os povos indígenas tornaram-se uma tônica, fazendo com que as autoridades coloniais mantivessem posturas que oscilavam da aproximação branda às expedições punitivas e, às vezes, incursões de extermínio.

Mesmo na década de 1760, ou seja, após a publicação do *Directório dos Índios*, o governo metropolitano permitia que as autoridades goianas fizessem “Guerra Justa” aos indígenas que não se sujeitavam aos termos impostos pelos invasores. Com a queda da mineração e a crescente busca por áreas agricultáveis e pastos para a criação de gado, cresciam os choques entre indígenas e “brancos”. Entre 1760 e 1774, os embates envolvendo indígenas e “brancos” se multiplicaram. As experiências obtidas com os primeiros aldeamentos goianos faziam com que os colonizadores descreditassem da eficácia desse sistema. Contudo, em 1774, o então governador de Goiás, D. José de Almeida Vasconcelos, comunica as autoridades metropolitanas sua intenção de aldear os indígenas por meio de métodos mais brandos.⁵¹¹ Importante frisar que os tais métodos de brandura empregados na redução indígena incluía sujeição destes à autoridade dos invasores, a adoção da língua portuguesa e da religião católica, o ingresso em atividades ligadas aos interesses locais e metropolitanos e, se ainda a “nação de índios” alvo dos interesses dos invasores se recusasse a enviar alguns dos seus para “contemplar a magnitude da vida civilizada”, teriam membros do grupo sequestrados pelos mesmo invasores que, em tese, levavam promessas de *paz e felicidade* aos indígenas. A orientação dada às bandeiras incluía, geralmente, a ordem de se lavar cinco ou seis indígenas como cativos. Estes deveriam ser devolvidos às suas “aldeias silvestres” para difundir as “vantagens” de ser um fiel vassalo do rei. Interpretes – geralmente do mesmo grupo indígena alvo das bandeiras – eram usados no “contato” para tentar convencer os indígenas a aceitarem a aliança e enviarem alguns dos seus com as bandeiras, mas isso não diminuía a violência praticada contra os

⁵¹¹ CHAIM, Mariovane Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 - 1811*. 2ª ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, pp. 88-91.

indígenas que tinham mulheres e crianças como o principal alvo destes sequestros praticados pelos invasores “brancos”.⁵¹²

Na década de 1770, os Caiapó, ainda ocupando a categoria de índio hostil na visão dos invasores, eram tidos como os índios mais indômitos e cruéis de todo o Brasil, infestando um vasto território que se estendia desde a Vila de Cuiabá no Mato Grosso, até Vila Boa em Goiás e além dos sertões do Camapuã na capitania de São Paulo. Para por fim na resistência Caiapó que se fazia em sua capitania, o então governador do Mato Grosso, Luis de Albuquerque Pereira e Cáceres, apela para que se organizem bandeiras simultâneas em Goiás, Mato Grosso e São Paulo com o fim de atemorizar e “... frear a orgulhoza ferocidade destes selvagens que principia trazer adesolação ao Paiz de Cuyaba”.⁵¹³ Atacados por todas as direções, os Caiapó ainda mantinham resistência por meio de ações militares. Estratégia que logo mudaria.

É importante assinalar que, embora os Caiapó guardassem elementos capazes de indicar a unidade do grupo, estes estavam pulverizados por um vasto território, ocorrendo aldeias com dimensões que variavam em muito umas das outras. O aumento da presença de não indígenas no território Caiapó contribuía com a fragmentação do grupo, reduzindo sua capacidade militar. Sendo assim, a aproximação dos Caiapó com os não indígenas era pontual, não representando uma vontade geral dentro do grupo. Alguns Caiapó optaram por firmar alianças e aproximações que, em muitos casos eram bastante frágeis; outros, por sua vez, buscaram manter a distância dos “brancos”, como nos casos que veremos mais adiante, dos indígenas do grupo Caiapó cristianizados, desertores dos aldeamentos goianos, encontrados por uma entrada que buscava ouro e contato com grupos indígenas no ano de 1810 durante a descida do rio Paraná; e dos Caiapó aldeados em Maria I e Mossâmedes que optaram pela deserção dos respectivos aldeamentos.

⁵¹² OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás] Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da marinha e ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municados, e de quarenta índios de nação Caiapó da aldeia de Maria I. 1784, Dezembro, 10, Vila Boa. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168, folha 6.

⁵¹³ OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 18 de dezembro de 1772. CT_AHU_ACL_CU_010, CX 16, DOC 9977, p. 2-3. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

Os esforços para a pacificação dos Caiapó intensificavam-se. Em um ofício remetido em 1780, Luis da Cunha Menezes, então governador de Goiás, fala sobre a importância da manutenção do aldeamento de Nova Beira,⁵¹⁴ – composto por indígenas Carajá, Carijô e Javaé –, e assinala hostilidades praticadas pelos Caiapó e Xavante. Menezes discorre sobre a importante tarefa de “civilizar” os indígenas para a povoação dos vastos sertões da capitania goiana. Após mencionar os Caiapó como um obstáculo ao projeto de ocupação daquelas áreas importantes para a criação de gado e navegação, determina a formação de “... huma Bandeira de 50 armas de fogo, composta de 26 Índios Bororos, da Aldeia do Rio das Pedras,⁵¹⁵ 12 Acroás da de S.^m Jozê de Mossamedes,⁵¹⁶ e 12 Pedestres, Comandada por hum Pedestre chamado José Luis Pereira...” para ir de encontro com os Caiapó. Contudo, esta bandeira não estava autorizada a fazer guerra contra estes indígenas, mas sim, abordá-los por meio de “línguas ou interpretes” e propor-lhes a amizade.⁵¹⁷

O mesmo documento ainda apresenta as vantagens de se ter os Caiapó convertidos ao catolicismo – etapa essencial para atingir a civilidade. Na ótica do não indígena, é certo – e aponta uma série de recomendações a José Luis Pereira de como proceder no contato com os Caiapó, mostrando-lhes os benefícios que teriam ao se aliarem com as forças portuguesas. Seriam dados aos indígenas “brindes” como ferramentas para suas roças; cessariam as agressões dos colonos e bandeiras contra os Caiapó; teriam reforço contra grupos indígenas rivais uma vez que “...tem m.^{ta} gente [portugueses e seus aliados], e grande força de armas, para os defender das outras Nações suas inimigas, conq.^m elles [os Caiapó] tenham guerra...”⁵¹⁸

Até aqui as promessas levadas aos Caiapó pareciam sedutoras, contudo, existiam alguns pontos que não agradavam os indígenas. Podemos notar um misto de desrespeito

⁵¹⁴ Situada às margens do rio Araguaia.

⁵¹⁵ Situada no atual Triângulo Mineiro, então pertencente a Goiás.

⁵¹⁶ Distante cinco léguas de Vila Boa de Goiás.

⁵¹⁷ OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, Março de 1780. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996, pp. 4-6. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

⁵¹⁸ OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, Março de 1780. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996, pp. 7-8. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/06/2013.

e desconhecimento, próprios do etnocentrismo vigente, para com os modos de vida indígena. Na visão dos conquistadores, os indígenas eram dignos de compaixão, pois levavam uma vida “desgraçada”. Assim, “... S, EX.^a, por se compadecer do erro e mizéria da brutal vida em que viviam sem conhecimento do verdadeiro Deos, que nos criou, os pertende tirar da habitação dos matos, para serem baptizados...”. Os Caiapó deveriam ainda escolher as casas para morarem com seus parentes e famílias (dentro dos limites do aldeamento proposto) e cada homem deveria escolher uma mulher para casarem. Também deveriam andar vestidos a exemplo dos Acroá, Xacriabá, Carajá, Javaé que já estavam aldeados.⁵¹⁹ Contudo, esse novo indígena, vestido, monogâmico e cristão ainda tomava decisões e barganhava com as autoridades coloniais. A própria existência dos aldeamentos dependia, sobretudo, de uma decisão indígena.

Ao serem contatados, os Caiapó recebiam a promessa de bugigangas e ferramentas, do fim da escravização por parte dos colonos e, sobretudo, do incremento de uma grande força armada contra outros grupos indígenas que lhes eram inimigos. Tudo isso, somado a um longo período de pressões desencadeadas sobre eles, os diversos rearranjos migratórios a que estiveram sujeitos após os contatos violentos com os conquistadores e a vertiginosa depopulação de seu grupo que, por sua vez, diminuía a capacidade de resistir por meio de ações militares, veio contribuir para que alguns Caiapó fizessem alianças com os “brancos”.

O sistema de aldeamentos gerou uma grande alteração nos costumes e práticas indígenas. Ao se fixarem nas “aldeias artificiais”⁵²⁰ e serem batizados, os indígenas tinham sua organização social intensamente transformada. Os Caiapó eram povos que praticavam agricultura ao lado da caça e coleta e, durante as estações de seca saíam em grandes expedições de caça e guerra. Nestas “correrias”, participavam apenas jovens e adultos na forma de grupos formais de parentes e amigos. Marcel Mano, em acordo com os estudos de Turner, assinala que, mais que a busca por alimentos, tais expedições Caiapó eram importantes para a “produção da ordem social cayapó”, funcionando como

⁵¹⁹ OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, Março de 1780. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996. p.8. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 20/05/2013.

⁵²⁰ Aldeamentos organizados e geralmente dirigidos pelos não indígenas.

um precioso elemento para o equilíbrio político do grupo.⁵²¹ A instalação nos aldeamentos implicava em drásticas mudanças nos seu padrão de vida, sobretudo, visto que uma das funções dos aldeamentos de fins do século XVIII e início do século seguinte era, justamente, disponibilizar áreas para a pecuária, livrando-as da presença dos indígenas. Outra mudança que estavam sujeitos era o fim da poligamia, adoção da prática de casamentos e a formação de um modelo de família nuclear, o que refletia na redução dos laços de parentesco indígena. Além disso, foram pressionados a integrar a lógica produtiva vigente, sendo sua mão de obra utilizada – em práticas agrícolas, coleta de drogas do sertão, defesa de postos avançados e, sobretudo, em incursões pelos sertões.

Ravagnani diferencia os aldeamentos indígenas – no sentido mais amplo – das experiências de aldeamentos ocorridas no atual Triângulo Mineiro em meados do século XVIII. Ele chama estes de “quartéis de tropas indígenas” ou “quartéis aldeamentos” em função de sua especialização militar. Ao explicar o traço peculiar dos quartéis aldeamentos que surgiram na região triangulina [o de servirem como base de ações militares contra os Caiapó e guarnição da Estrada de Goiás], Ravagnani cita Palacim que ainda aponta: “Nas aldeias, os índios encontravam-se mais protegidos contra abusos de todo tipo, especialmente sexuais...”⁵²² No entanto, ao passo que Palacim não explicita as fontes que o permite fazer tal observação, também não encontramos qualquer registro que nos permite fazer tal afirmação.

Embora a vida nos aldeamentos tenha resultado em um grande abalo à autonomia de diversos grupos indígenas e em transformações culturais em um ritmo nunca antes visto, esse processo não deve ser compreendido como algo que levaria os indígenas à destruição de sua cultura e identidade, mas sim, como reconstrução e reelaboração cultural, onde novas identidades étnicas emergiram de forma a atender as situações vivenciadas no contexto.

⁵²¹ MANO, Marcel. *Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. [Tese de doutorado]. Orientador: John Manuel Monteiro. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: [s/n], 2006, pp. 255-256.

⁵²² Palacim (34:99) *apud* RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1, p. 237.

Em 1780, alguns Caiapó foram contatados com intermédio de interpretes ou *línguas*, indígenas que serviam de intermediários culturais. Depois de serem presenteados com algumas bugigangas, foram recebidos em Vila Boa de Goiás com honras de chefe de Estado e muitas promessas. “Em decorrência desse contato, em 1781 chegaram, em Vila Boa, 237 Kayapó do Sul, iniciando um processo de convivência pacífica. Para alojá-los, o governador escolheu um local a doze léguas da capital, às margens do rio Fartura e construiu um aldeamento, o de Maria I”.⁵²³

Reduzidos muitos Caiapó ao aldeamento de Maria I, as autoridades goianas se empenharam e controlar as porções norte da capitania, onde habitavam os indígenas Xavante. Estes indígenas eram acusados de aterrorizar os moradores daquela região e, empenhado em reverter esse quadro, o então governador da capitania goiana, Tristão da Cunha Meneses, mandou uma bandeira composta de quarenta soldados pedestres e mais “40 Índios de Nação Cayapó q’ se [achavam] aldeados na aldeã de Maria, também armados com seus arcos e flexas”,⁵²⁴ rumo às habitações dos Xavante. O intuito não era de se fazer guerra, mas sim, reduzir os indígenas à condição de Vassallos da Majestade. Na prática, os Xavantes, assim como os demais indígenas, deveriam integrar a lógica dos invasores, convertendo-se em roceiros e/ou soldados submissos às autoridades locais. Por meio de línguas ou interpretes, os Xavantes receberiam a proposta de aliança que, ao que parece, era um modelo para os vários grupos indígenas. Eram oferecidas ferramentas, como machados, foices e enxadas para que trabalhassem a terra e, novamente – assim como usado com os Caiapó –, a promessa de incremento militar. Caso os Xavante aceitassem a aliança com os agentes da Coroa, teriam ampliadas suas forças com “muita gente e grande força de armas para os defender das nações suas inimigas com quem tiver guerra.”⁵²⁵

⁵²³ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 41.

⁵²⁴ OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás] Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da marinha e ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municados, e de quarenta índios de nação Caiapó da aldeia de Maria I. 1784, Dezembro, 10, Vila Boa. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168, folha 2.

⁵²⁵ OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás] Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da marinha e ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municados, e de quarenta índios de nação Caiapó da aldeia de Maria I. 1784, Dezembro, 10, Vila Boa. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168, folha 9.

Ao verificarmos os esforços dos portugueses em transformar os indígenas em roceiros, por exemplo, somos levados a acreditar que os lusos pouco conheciam os modos de vida dos indígenas, sinalizando certa ingenuidade dos portugueses. De fato, o que existia era um total desrespeito para com os indígenas. Os portugueses não foram ingênuos é certo. De certa forma, conheciam aspectos importantes que eram recorrentes entre os vários grupos indígenas e souberam usar isto em favor próprio. O caráter guerreiro e a valorização de atividades militares, características comuns às muitas sociedades indígenas da América Portuguesa, estão entre os aspectos tão bem explorados pelos invasores portugueses. Grupos indígenas buscavam alianças ou se rendiam, ao fim, a elas, acreditando obter alguma vantagem, – como já assinalamos –, e a vantagem militar contra grupos rivais era uma delas. A oferta aos indígenas de incremento militar para ataque ou defesa como elemento de barganha foi uma tônica nas fontes que descrevem os “contatos brandos”.⁵²⁶

As autoridades goianas não estavam sensibilizadas com a questão indígena a ponto de pensar na proteção dos mesmos, mas sim, mantinham interesses voltados à ocupação e exploração do território. Exploração que deveria contar com a mão de obra indígena para suprir a falta de escravos africanos e, sobretudo, tornar os caminhos nos sertões mais seguros e livres de investidas dos indígenas. Se por um lado os aldeamentos representaram o esforço do governo do estado de Goiás no sentido de se ocupar efetivamente os fundos territoriais e aproveitar o braço indígena por meio da elevação destes à condição de vassallos ou súditos; por outro, estes indígenas não estavam meramente se sujeitando aos invasores, tornando-se instrumentos do governo colonial, mas sim, acreditavam obter alguma vantagem ao se aliarem aos não indígenas.

Neste contexto surge a importante figura de Damiana Cunha, índia oriunda do grupo Caiapó que recebeu educação cristã na aldeia de Maria I e, posteriormente, desempenhou o papel de intermediária cultural, reduzindo muitos Caiapó, mais tarde, ao Aldeamento de São José de Mossâmedes. Damiana é exaltada nos relatos de viajantes que tiveram contado com ela. Johann Pohl, que esteve na então província de Goiás no ano de 1819, fala sobre uma “cega obediência” que os indígenas aldeados em

⁵²⁶ Ver: OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, Março de 1780. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996. pp. 7-8. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/06/2013.

Mossâmedes prestam à Damiana.⁵²⁷ Na mesma época, August de Saint-Hilaire, que também esteve no dito Aldeamento, discorre sobre Damiana. Segundo ele, os Caiapó prestavam a mais elevada consideração a ela. Mais à frente assinala as intenções que Damiana tinha de se internar nos matos à procura dos indígenas Caiapó que haviam deixado a aldeia fugindo para a mata.⁵²⁸

De acordo com Ataídes,

Em termos práticos, a conversão do povo de Damiana, marcada pelo batismo, teria como resultado a passagem da vida social integrada para uma existência anônima nas fronteiras de uma sociedade colonial incipiente, baseada na exploração do trabalho escravo para a produção de produtos exportáveis, como era Goiás na época [...] o batismo implicou sempre na obediência e no reconhecimento da autoridade sobre a alma e o corpo do convertido... [Mas logo completa de forma ambígua] ...se é que podemos considerar algum Kayapó do Sul, a não ser Damiana, como verdadeiramente convertido.⁵²⁹

Não devemos entender Damiana Cunha como um mero instrumento do controle colonial. Embora ela tenha ocupado uma posição de prestígio – geralmente suprida por homens –, recebendo certo enobrecimento das autoridades, isso não indica que Damiana tenha ficado contra os indígenas. Damiana estava inserida em um contexto onde o grupo Caiapó já havia sido muito debilitado numericamente pela presença dos invasores. O enfrentamento por meio das guerras já não era uma ação vantajosa para os Caiapó. Deste modo, novas formas de resistência deveriam ser empregadas, e a política de aproximação mais “branda” apresentava-se como uma via possível também na perspectiva do indígena. Mais do que uma estratégia de sobrevivência, a aproximação pacífica revela-se como capacidade de os indígenas Caiapó reelaborarem suas formas de relação com os não indígenas de modo a atender as exigências da nova realidade imposta pelo avanço colonizador e conseqüente depopulação indígena. O embate

⁵²⁷ POHL, Johann, E. *Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. 2 vols. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e do Desporto, 1951,

⁵²⁸ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975, p. 66.

⁵²⁹ ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 82.

político ganhava espaço frente ao embate militar e Damiana desempenhou esse papel de mediadora de interesses. Se a indígena foi movida por interesses particulares ou em respeito ao grupo, esta ainda é uma incógnita. Mas mais importante que a resposta a esta questão é nos perguntarmos: a qual grupo pertencia mesmo Damiana?

De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho, “... a situação colonial instaura novas relações entre as sociedades indígenas e seus territórios e leva a transformações sociais e culturais, uma vez que a territorialização supõe um processo de reorganização social radical.”⁵³⁰ Damiana, assim como demais indígenas que dividiam o espaço do aldeamento, tiveram sua percepção de grupo alteradas pelo convívio e, sobretudo, pela partilha de novas experiências. Neta de um cacique, viúva de um sargento de pedestres, criada sob os preceitos cristãos, Damiana provavelmente pouco se identificava com os Caiapó que quase um século antes faziam ferozes investidas contra as frentes que devassavam os seus antigos territórios. Contudo, para os indígenas, a vida nos aldeamentos não se resumia à obedecer normas impostas por diretores ou clérigos. Tudo dependia, sempre, de alguma forma de negociação, mesmo que assimétrica e quase sempre em prejuízo para os indígenas.

Em meados da década de 1820, a aldeia de Mossâmedes já apresentava sérios problemas relacionados à sua administração. A corrupção, a má administração e as fomes assolaram os indígenas. Se Sant-Hilaire e Pohl haviam observado algum progresso na aldeia, visitantes que passaram logo depois se chocaram com a condição de penúria dos indígenas no local. Após várias lideranças indígenas terem reclamado de roubos de produtos da aldeia e abusos cometidos pelo então diretor, provavelmente Estanislau José Xavier, em 1827, o referido diretor foi removido e, em seu lugar foi nomeado Manoel da Cunha como diretor interino da aldeia.⁵³¹ Manuel da Cunha era Caiapó, irmão de Damiana. A nomeação de um membro oriundo dos Caiapó⁵³² como

⁵³⁰ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1998. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 4(1):47-77.

⁵³¹ Ver: MEAD, David Louis. *Caiapó do Sul, an Ethnohistory (1610–1920)*. A dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, University of Florida, 2010, pp. 308-310.

⁵³² Oriundo dos Caiapó mas, tendo convivido desde a infância com sujeitos de outras procedências étnicas e, sobretudo, tendo recebido educação cristã, Manoel, cujo nome é português, estava inserido em um universo que o proporcionou imensas trocas culturais, munindo-lhe de instrumentos materiais e simbólicos que o possibilitou novas formas de ação. E isto não é, como se pensou antes nas ciências sociais, perda cultural ou identitária, mas, sobretudo, reconstrução identitária e reelaboração cultural.

diretor do aldeamento insere-se na lógica de enobrecimento de lideranças indígenas, praticada pelas autoridades da então província goiana, como forma de negociação dos problemas observados na referida aldeia. Problema que se traduzia no abandono da aldeia pelos indígenas que não viam vantagem na intromissão de diretores e soldados pedestres e, muito menos, na rotina dos trabalhos forçados.

Ao ser nomeado como diretor da aldeia de Mossâmedes, Manuel da Cunha ampliou seus poderes sobre os indígenas Caiapó aldeados. Antes, um intermediário cultural influente entre as lideranças indígenas, mas com a nomeação, alçou controle sobre a administração do aparelho burocrático da aldeia. Segundo Louis David Mead, por ser um indígena, Manoel ascendeu ao cargo fortemente constrangido pelas expectativas e limitações que deveria impor às lideranças indígenas. Ao não cumprir as expectativas que os indígenas tinham quanto ao abastecimento de alimentos, seja por supostos desvios praticados por ele ou, pela falta de socorro do governo à aldeia, os indígenas o acusaram de roubo e abandonaram o local ocasionando um colapso na aldeia. Sem o carisma de sua irmã Damiana, a deserção do local foi muito maior que as que ocorreram antes. Desde então com pouca influência sobre as lideranças indígenas Caiapó, Manoel foi ineficaz na recondução dos mesmos à aldeia em 1831 e, no ano seguinte, a aldeia Mossâmedes deixou de ter o papel de conversão religiosa e “civilização” dos Caiapó, tendo sido, os poucos que lá restaram, transferidos para Arinos.⁵³³

Na prática, mesmo após convertidos ao cristianismo e passarem por um processo de destribalização, os indígenas podiam se insubordinar, deixando de ter qualquer relação de reciprocidade ou obediência aos “brancos” e, mesmo, a outros indígenas revestidos de poderes pelo Estado. As trocas culturais vivenciadas pelos indígenas não apontaram, necessariamente, para o abandono de seus interesses e anseios. Ocorre que, tais grupos, em experiências pluriétnicas, eram constantemente redefinidos.

As fugas do aldeamento onde vivia Damiana Cunha revelam que a obediência prestada a ela pelos indígenas não era tão “cega” assim como relataram os viajantes citados. Maus tratos e falta de recursos necessários para a manutenção dos aldeamentos

⁵³³ Ver: MEAD, David Louis. *Caiapó do Sul, an Ethnohistory (1610–1920)*. A dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, University of Florida, 2010, pp. 318-320.

e outras formas de descumprimentos dos acordos firmados entre indígenas e as autoridades coloniais faziam com que os nativos deixassem essas unidades. Ao perceberem as desvantagens, muitos indígenas se rebelaram, às vezes na forma de fugas, mas não raro, destruíam as instalações e praticavam violência contra clérigos e demais não indígenas que ali se encontravam. Mesmo após serem reduzidos aos aldeamentos e catequizados, adquirindo nomes portugueses, estes indígenas imprimiam resistência à sua sujeição por meio de fugas e seu reestabelecimento em áreas mais distantes do controle colonial, de onde passavam a investir contra fazendas e viajantes.

Em julho de 1837, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, então presidente da província de Goiás, discorre sobre os choques que estavam tendo com os Xerente, que pouco antes estava em paz com os habitantes de Porto Imperial. Após algumas escaramuças com os Xerente, as autoridades perceberam ser mais interessante a aproximação e busca pela paz com esse grupo indígena. De acordo com o relato, estes indígenas entravam em guerra com os não indígenas para obterem ferramentas para fazerem suas roças.

...disse hum Cherente – nós não matamos por fado (formães palavras) he pela precisão que temos de machados, fouces &tc – Á vista pois d exposto, Senhores, parece mais razoável, e humano que em vez de decretares quantias para expedições taes, habilitasseis o Governo para poder mandar comprar os instumentos necessários, e distribuir por essa Nação.⁵³⁴

Mais à frente é descrita a vantagem que teriam com essa aproximação. Sendo os Xerente agricultores, “... ofereceriao os gêneros de suas lavouras aos que navegam para o Pará.”⁵³⁵ Podemos perceber que não se tratava, neste caso, de um regime de escravidão, mas sim, uma espécie de aliança, onde relações interétnicas de reciprocidade seriam estabelecidas. Buscava-se o comércio com estes indígenas. É

⁵³⁴ Discurso com que o presidente da provincia de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da Assembléa Provincial no 1.o de julho de 1837, pp. 19-21. Goyaz, Typ. Provincial, 1837. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

⁵³⁵ Discurso com que o presidente da provincia de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da Assembléa Provincial no 1.o de julho de 1837, pp. 19-21. Goyaz, Typ. Provincial, 1837. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

certo, um comércio bem vantajoso para os não indígenas, uma vez que o pagamento pelos produtos oferecidos pelos nativos geralmente se davam por meio de algumas ferramentas e bugigangas. Tais alianças deveriam ser empregadas a outros grupos indígenas.

Francisco Correia de Moraes Leite, então capitão mor de Porto Feliz, na capitania de São Paulo, fala sobre o contato entre alguns entrantes à procura de ouro com indígenas do grupo Caiapó no ano de 1810 durante a descida do rio Paraná.⁵³⁶ Após um de seus homens ter sido morto por uma flecha de “índios bárbaros” – os quais, de acordo com o relato, não atacaram, mas sim, estavam recuando e pedindo para que os não indígenas não se aproximassem –, o grupo de entrantes encontrou alguns Caiapó. Dentre eles estavam

... 2 Cap^s das Aldeas mais vizinhas Ant.^o, e José com alguns Indios, e ali estiveram até outro dia, e estes Cap.^s sabião fallar portuguez. Q.^{to} a cathequização, q.’ o d.^o P.^e [padre Ferraz] diz tractou com elles, não foi senão huma acção reprehensoria, e p.^r t.^o agravante á quela gente, a quem devendo agradar, apezar dellester dado alguns mimos, começou a proguntar asperam.^e adoutrina christan, ep.^r q’ tinhão fugido das Aldeas de Goyaz, andando p.^r aquela p.^{te} roubando, e matando; e q’ no seg.^e anno viria fazer huma Povoação naq.^{le} rio Paranan, afim de lhes ensinar as doutrinas, dizer-lhes Missa, etc.⁵³⁷

Vemos que se tratava de Caiapó catequizados que haviam deixado os aldeamentos de Goiás e rumaram no sentido Norte-Sul, para zonas onde a presença dos não indígenas era menos frequente. Dalí empreendiam saques aos viajantes e ataques às roças. Como já assinalamos, a vida nos aldeamentos e a adoção de práticas cristãs entre os indígenas poderiam ser momentâneas, com vistas a atender um dado objetivo dentro do contexto no qual estavam inseridos. Por outro lado, algumas técnicas e instrumentos

⁵³⁶ O Rio Paraná nasce na confluência dos rios Grande e Paranaíba, em uma área de fronteira dos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Devido à sua extensão, navegabilidade e localização geográfica fronteiriça, foi alvo de estudos e despertou muito interesse entre as autoridades coloniais e, sobretudo, do Império com a possibilidade emprego da navegação a vapor.

⁵³⁷ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 03, (1913) Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª Edição, pp. 130-136. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6946>> Acesso em: 10/03/2015. *Grifo nosso*. Agradeço o professor Marcel Mano pela indicação desse material.

adquiridos dos não indígenas mostraram-se mais persistentes entre os indígenas, como a utilização de armas de fogo e instrumentos de metal, tão apreciados por eles e, em grande parte, fonte de motivações de inúmeras investidas de indígenas sobre colonos e viajantes.

No mesmo relato de Moraes Leite ainda temos a descrição do contato entre a expedição dos paulistas e alguns indígenas que ele apenas chamou de “bugres”, mas uma vez que estavam acompanhados do citado capitão Antônio, indígena Caiapó, podemos inferir que se tratava de indígenas desse grupo. Segundo Leite,

... aparecerão dois bugres grandes, ehum rapaz, evindo p.^a onde elle estava, dali mandarão chamar os Cap.^s, mas veio o Cap.^m Ant.^o, oqual mandava chamar os Pais, que querião vender seos f.^{os}, e negociarão dois rapazes, e huma rapariga, e os d.^{os} Pais advirtião, q' não negociavão os f.^{os} p.^a serem captivos, e sim p.^a seos filhos, que são demenos de 14 annos, e depois veio afferecer-se huma raparigona, e tão bem a velha com hum cazal de f.^{os}, may do Indio, que se acha em caza do cor.^l Fran.^{co} X.^{er}, dizendo q' queria vir p.^a ver este f.^o, mas o Cap.^m dicera ao P.^e q.' havia de dar com tudo um facão por cada huma destas, vindo só de graça os dois f.^{os} da velha, eo maxo aqui morreo.⁵³⁸

Como mostra o documento, os indígenas estavam negociando seus filhos, mas não na condição de cativos. Não se tratava, portando, de uma simples permuta por bugigangas, mas, por outro lado, os indígenas entregavam seus filhos na esperança de que estes pudessem ter melhor sorte que outros tantos que morreram vítimas da fome, das doenças e da violência praticada pelos não indígenas.

Desde início do século XIX, entre as autoridades governamentais, tornou-se recorrente o apelo para que fossem empregadas novas estratégias de aproximação com os indígenas. Para alcançarem melhores resultados na redução dos indígenas fazia-se necessário um respeito mínimo dos costumes deles. Não bastava propor a paz e oferecer alguns brindes. Os indígenas tinham uma organização que, para alguns envolvidos na política indigenista do século XIX, deveria ser minada de forma mais sutil. Um bom

⁵³⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 03, (1913) Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª Edição, pp. 134. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6946>> Acesso em: 10/03/2015.

exemplo disso foi a ação “civilizadora” do francês Guido Thomaz Marlière. Após desempenhar a catequese civil entre os indígenas Purí e Coroado na Zona da Mata Mineira, foi transferido para os sertões do Rio Doce e Jequitinhonha para reduzir os “selvagens Botocudo” a partir de 1819. Assim como os Caiapó no Oeste das minas, os Botocudo foram tidos como os indígenas mais resistentes ao contato com os não indígenas na região do Vale do Rio Doce. Marlière deixa informações de como conduzir os aldeamentos de forma mais eficaz em suas *Reflexões sobre os Índios da Prov.^a de Minas Geraes Mar.^{co} de 1826*:

... devem ser estabelecidos em Mattas Virgens, Pátria dos Índios em avezinhanças de Rios navegáveis, sendo possível abundantes de Peixe, q,⁷ determinará a sua fixd.^a pela abund.^e daquelle sustento, e o deleite dos banhos, sem os quais não passam. [...] Aldeã fundada em Campos já mais hade existir. O ardor do Sol os mata e afugenta...⁵³⁹

O presidente da então província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, discursava em 1837 sobre a impossibilidade dos trabalhos de catequese e civilização serem frutíferos sem o emprego de diretores aptos ao trabalho. Mais uma vez ficava evidente que o esforço para se catequizar os indígenas nem sempre resultava em tê-los como vassallos fieis e obedientes. Para Bueno, era necessário “*experiência e conhecimento positivo dos costumes, índole, e natureza de cada uma das tribus.*”. Mais à frente continua,

Como o sistema de conservar os Indios em aldeãs não é seguramente o melhor, antes repellido pela longa experiencia, que o Brasil tem tido, ou por que nunca prosperão, ou por que chegão muitas vezes como ainda, há pouco, aconteceu na Provincia de Goyaz, a fugir todos, quando devera suppor-se, que o decurso de muitos annos os tivessem civilisado.⁵⁴⁰

⁵³⁹ RAPM. Ano XI – fascículos I, II, III e IV – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906, p. 81.

⁵⁴⁰ Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.o de março de 1837. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, p. 19. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

As imagens construídas sobre os indígenas sofrem uma nítida alteração quando comparamos as posturas das autoridades do século XVIII e o século seguinte quanto às políticas indigenistas. No século XIX, muitos grupos indígenas passaram a despertar interesse nas autoridades governamentais que viam na aproximação pacífica um caminho para se obter bons trabalhos que poderiam ser prestados pelos indígenas. Embora a partir de fins do século XVIII e início do século seguinte o interesse do governo português tenha diminuído em relação ao aproveitamento da mão de obra indígena para algumas atividades, “uma vez que a mineração declinava e as atividades econômicas diluíam-se para a criação de gado e para a pequena agricultura de subsistência”,⁵⁴¹ outros serviços prestados pelos nativos passaram a despertar o interesse das autoridades locais. Com a independência do jugo metropolitano a questão indígena também passa a ter tratamento distinto do observado anteriormente. O governador de Mato Grosso argumentava que a província que mais necessitava do emprego de indígenas era esta. Os nativos eram imprescindíveis no serviço de defesa das fronteiras com os países de colonização hispânica – no Baixo Paraguai já eram empregados “Guatos, Laianas, Terenos, Quinquinaos e Guanás” –, como também, na navegação interprovincial. Embora nem todas as autoridades comungassem das mesmas ideias, existindo ainda apelos para que se fossem feitas ações punitivas contra alguns grupos indígenas, muitos destes foram passando de inimigos à potenciais vassallos na transição do século XVIII para o seguinte.⁵⁴²

Se os indígenas tiveram que desenvolver novas estratégias de sobrevivência, os não indígenas também tiveram que empregar novas táticas para que fossem atingidos seus objetivos. Logo perceberam que a efetiva conquista das regiões do sertão só poderia ser conseguida por meio de alianças com os indígenas. Mesmo que estas alianças fossem momentâneas.

⁵⁴¹ Ver: GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil, p. 171.

⁵⁴² Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.º de março de 1837. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, pp. 19-20. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

4.4 Valorização da Indianidade e a Busca Pelos Direitos Indígenas nos Séculos XVIII e XIX

Como já assinalamos, os indígenas em alguns momentos foram barreira ao avanço colonizador, já em outros, foram agentes desse mesmo avanço. Mas a influência que os nativos tiveram no ritmo do processo de ocupação do interior do Brasil vai muito além das situações de enfrentamento e alianças entre eles e não indígenas. Já discorreremos sobre as múltiplas formas de resistência indígena, sejam elas por meio de ações militares, alianças interétnicas – entre grupos indígenas, entre estes e não indígenas –, da negação da indianidade como forma de serem aceitos no universo dos “brancos”, de onde poderiam desenvolver novas formas de resistência. De qualquer forma, os indígenas não foram meras vítimas da destruição e genocídio.

Márcia Amantino chama atenção para momentos em que mesmo a resistência militar indígena, o enfrentamento, paradoxalmente contribuiu com o processo de ocupação do interior. Ainda que este pudesse ser momentâneo. No Oeste das Minas no século XVIII, indígenas entendidos pelos conquistadores como bravios e grupos de negros fugidos provocaram ondas de povoamento e despovoamento naqueles sertões.

Se no momento das Entradas para destruí-los havia um processo de distribuição de sesmarias com o intuito de promover o povoamento, logo este se retraía quando os índios ou escravos fugidos conseguiam se reorganizar e atacavam os novos entrantes. Em diversos momentos, áreas que aparentemente estavam ocupadas por elementos considerados capazes de promover o desenvolvimento se viram de uma hora para outra vazias, e, para desespero das autoridades, povoadas novamente pelos “bárbaros”: índios e quilombolas.⁵⁴³

⁵⁴³ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 205-206.

Esse quadro de avanço e retração da fronteira colonial manteve-se até a virada do século XVIII para o XIX, quando vastas áreas antes assinaladas apenas como fundos territoriais⁵⁴⁴ passam ao controle efetivo dos agentes coloniais e, depois, do Império.

Os Caiapó que habitavam o atual Triângulo Mineiro, após serem açoitados por ataques das Bandeiras de Antônio Pires de Campos,⁵⁴⁵ Manoel Campos Bicudo⁵⁴⁶ e João Pinto de Godoy Silveira, não puderam continuar com a resistência por meio de ações militares de forma satisfatória. Já enfraquecidos numericamente, deslocaram-se para a confluência dos rios Grande e Paranaíba.⁵⁴⁷ Nesta área, estavam circunscritos às pressões desencadeadas pelos núcleos coloniais mineiro, paulista, goiano e mato-grossense, o que dificultava em muito a capacidade migratória do grupo Caiapó.

Se em meados do século XVIII, as autoridades se empenharam em “civilizar” os indígenas e ocupar partes interioranas da colônia, – projeto que, como já vimos, não alcançou plenos resultados –, na região do atual Triângulo Mineiro aldeias de Bororo guarneceram as vias de comunicação que integravam as minas de Goiás, Cuiabá e São Paulo dos ataques Caiapó. Esse era o primeiro momento da ocupação, mesmo que tímida e inconstante, dessa região pelos agentes coloniais. Contudo, bastava se distanciar algumas léguas dos aldeamentos Bororo que as investidas dos Caiapó se sucediam.

Já no século XIX ocorrerá uma procura por terras agricultáveis nessa mesma área, momento em que ocorre a multiplicação dos requerimentos a concessões de

⁵⁴⁴ De acordo com Antônio Carlos Robert Moraes, os fundos territoriais eram “... *constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinalados na cartografia da época [...] Trata-se dos sertões, das fronteiras, dos lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos “naturais” [...] Tal categoria engloba a maior extensão dos espaços coloniais, isto é, boa parte dos territórios coloniais estão submetidos a uma jurisdição meramente formal da Metrópole, sendo, portanto, mais bem definidos como fundos territoriais do ponto de vista da efetiva soberania metropolitana.* MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec. 2002, p. 88.

⁵⁴⁵ Em 1848 fundou as aldeias Bororo no caminho de Goiás.

⁵⁴⁶ Após a morte de seu irmão, Antônio Pires de Campos, em 1751, Manoel Campos Bicudo partiu em companhia do capitão mor da conquista João de Godoy Pinto da Silveira em 1753.

⁵⁴⁷ GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 106.

sesmarias naqueles sertões.⁵⁴⁸ Não é impróprio lembrarmos que esses pedidos, se tratando de serem dirigidos às autoridades mineiras, só podiam aparecer após 1816, quando a região do atual Triângulo Mineiro passou a pertencer a Minas Gerais. Enquanto que, os documentos encontrados no fundo da Secretária do Governo da Capitania terão data limite de 1821, quando são extintas as capitanias e são criadas as províncias. Portanto, alguns pedidos de sesmarias ainda podem ser encontrados, embora em número bem menor, nos documentos paulistas e/ou goianos, como o requerimento de Manoel dos Santos que, em 1733 solicitava posse de sesmaria no local então denominado Paragem Feia, no Caminho de Goiás.⁵⁴⁹ De acordo com Bustamante, ocorreu um grande afluxo “... de migrantes geralistas, vindos da região mineradora central de Minas Gerais, que assentou milhares de roceiros e criadores de gado na região, desde os primeiros anos do século XIX”.⁵⁵⁰

Temos a informação, datada de 1816, do serviço sobre o requerimento de José Pinto da Cunha e Joaquim José da Vila que alegavam que as terras por eles solicitadas não eram cultivadas por nenhuma pessoa e menos ainda na demarcação dos indígenas, sendo, portanto, devolutas e próprias à repartição.⁵⁵¹ Embora no documento não conste o local, a informação provem do Quartel de Manoel do Burgo,⁵⁵² onde atuou Guido

⁵⁴⁸ Arquivo Público Mineiro – Coleção Casa dos Contos – Documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX. Requerimento de José Teixeira Álvares sobre a concessão de carta de sesmaria no julgado do Desemboque, sertão da Farinha Podre, Capão de Baixo. CC - Cx. 129 – 21026, rolo 539; Requerimento do reverendo Fortunato José de Miranda sobre a concessão de sesmaria no termo do Desemboque, Ribeirão da Bagagem, sertão da Farinha Podre. CC - Cx. 127 – 20990, rolo 538-A; Requerimento do alferes Manuel Ferreira Ribeiro sobre a concessão de carta de sesmaria no termo de Desemboque, paragem Bocainas, sertão da Farinha Podre e Rio da Prata. CC - Cx. 127 – 20990, rolo 538-A; Requerimento do alferes José Joaquim sobre a concessão de carta de sesmaria no termo de Desemboque, paragem Tejuco e Rio das Velhas, sertão da Farinha Podre. CC - Cx. 127 – 20990, rolo 538-A; Requerimento de Joaquim Patrício Machado sobre a concessão de carta de sesmaria no Julgado do Desemboque, no sertão da Farinha Podre, paragem do rio Buerava. CC - Cx. 129 – 21026, rolo 539. Ainda nos Documentos da Secretaria do Governo da Capitania (APM) encontram-se 16 pedidos de concessão de sesmarias no Sertão da Farinha Podre entre 1819 e 1821.

⁵⁴⁹ Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Requerimento de Sesmaria em Goiás - ano 1733, Doc. 05, Requerente Manoel dos Santos, N° antigo da caixa: 1, N° atual da Caixa 984, ano 1732-1754.

⁵⁵⁰ LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. Das Fronteiras do Império ao Coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX. [Tese Doutorado] Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo. Orientador Prof. Dr. Amália Inês Geraiges Lemos. São Paulo: 2007, p. 78.

⁵⁵¹ Informação de serviço referente ao requerimento de José Pinto da Cunha e Joaquim José da Vila... Secretaria do Governo da Capitania, Arquivo Público Mineiro – SG (Documentos não encadernados), Caixa 100, Doc. 68, Data 04/12/1816.

⁵⁵² Hoje Muriaé.

Thomaz Marlière. Portanto, tratava-se de uma petição de sesmarias em porções de terras demarcadas aos indígenas da Zona da Mata Mineira. Este tipo recurso – alegar que as terras eram improdutivas e, portanto, devolutas – se repetiu em quase toda a colônia e, depois, no Império.

Usava-se o expediente de justificar a espoliação das terras dos indígenas dizendo que as mesmas não estavam sendo cultivadas. Deste modo, não eram respeitados os costumes dos nativos. Ora, muitos dos grupos indígenas que foram alvo dos invasores nos sertões do Oeste tinham na caça e coleta um importante componente de sua economia. Por sua vez, necessitavam de uma área vital para suas atividades ancestrais. Os Caiapó, por exemplo, alternavam a agricultura das aldeias com as grandes expedições em períodos de seca. Além destes deslocamentos de caça e guerra, movimentações comunitárias geravam uma constante mudança nos locais onde se encontravam as aldeias Caiapó. Pressionados à uma vida sedentarizada, acabaram tendo o seu território espoliado sob a justificativa de subutilização do mesmo. Quando não admitiam a vida dos aldeamentos, muitas vezes, voltavam aos matos, mas então, na condição de invasores de suas paragens ancestrais.

Os usos e costumes indígenas e o seu modo de lidar com o meio foram em parte assimilados pelos “brancos” como forma de conquistar o interior do Brasil. Contudo, a maneira como os indígenas desenvolviam sua economia, utilizando-se de vastas áreas para suas atividades e, ao mesmo tempo com baixa produção de excedente, não era compatível com os interesses dos “brancos”. Com a decadência da mineração e a ampliação da agricultura e pecuária eram necessárias cada vez mais áreas para o desenvolvimento de tais atividades. Assim, os indígenas sedentarizados poderiam integrar a lógica de exploração dos agentes do governo, trabalhando como agricultores, jornaleiros, vendendo sua produção nos caminhos e, ao mesmo tempo, não estariam ocupando as porções de terra tão procuradas pelos colonos naquele contexto. Já os indígenas que resistiam ao processo de sedentarização, estes restavam o deslocamento para áreas cada vez mais distantes do contato com os “brancos”. O que no Sertão da Farinha Podre ficava cada vez mais difícil no século XIX, devido às forças centrípetas da invasão colonial que se desenvolviam nas capitânicas e, depois províncias contíguas a esta área. O ritmo e intensidade da ocupação das fronteiras, próprios de cada capitania – mineira, paulista, goiana e mato-grossense –, ligam-se à lógica dos rearranjos migracionais indígenas. Enquanto muitos Caiapó rumavam para áreas próximas ao atual

Pontal do Triângulo Mineiro, aqueles que se aliaram aos não indígenas nos aldeamentos triangulinos, como os Bororo e Chacriabá e, mais tarde, os Caiapó administrados, mesmo sedentarizados, passaram à condição de entrave ao processo de ocupação pelos colonos, tendo as terras que lhes eram reservadas sistematicamente espoliadas.

Em 1815, o padre Manoel Ferraz de Sampaio relatava ao ouvidor geral e corregedor da Ouvidoria de Itu, Miguel Antônio de Azevedo Veiga, sobre o contato estabelecido com indígenas Caiapó na junção dos rios Grande e Paraná, uma área de fronteira múltipla que contemplava as capitânicas de São Paulo, o então Mato Grosso, Goiás e o atual Triângulo Mineiro (então pertencente à Goiás). Já enfraquecidos numericamente, os Caiapó não receberam os não indígenas com violência, mas sim, com “carinhos, e demonstrações d’affecto...”. Depois de 20 dias entre os indígenas e empregando negociações, o padre obteve “tractados interessantes à Igreja, e ao Estado.” Os indígenas aceitariam os termos apresentados – o aldeamento e conversão, tornando-os vassallos fiéis – em troca de proteção.⁵⁵³ Proteção necessária em um contexto de ocupação intensa daquelas áreas que, conseqüentemente gerava agressões mútuas entre indígenas e colonos.

Mesmo para os Caiapó, a aproximação e o estabelecimento de alianças com os não indígenas parecia inevitável. Mas isto, não significava necessariamente o fim de sua resistência. A este grupo não restaram apenas o extermínio, as fugas ou o desaparecimento em meio à sociedade conquistadora. Por outro lado, em alguns casos, significou a possibilidade de os indígenas adquirirem novos instrumentos e estratégias de resistência.

Com a introdução de armas de fogo e instrumentos de metal como facões machados, enxadas, anzóis e serras, dentre outros objetos, em meio aos indígenas, sua relação com a natureza foi modificada. A distribuição do tempo para a caça, pesca, coleta – e agricultura em alguns casos –, seria alterada uma vez que, com tais ferramentas os nativos poderiam desempenhar tais funções em tempo bem menor do que o habitual.⁵⁵⁴ Junte a isso, a multiplicação das guerras e escaramuças de indígenas

⁵⁵³ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 03, (1913) Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª Edição, pp. 137-138. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6946>> Acesso em: 10/03/2015. *Grifo nosso*.

⁵⁵⁴ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

contra não indígenas, bem como, dos conflitos intertribais. Tudo isso contribuiu para fortes alterações no interior de cada grupo indígena envolvido no processo de conquista do Oeste da América Portuguesa. Contudo, isto não quer dizer que tais indígenas estavam sendo “aculturados” ou que perderiam sua identidade. Até porque cultura e identidade são produtos históricos dinâmicos, não podendo, portanto ser pensados de forma cristalizada.⁵⁵⁵ A adoção de bens materiais e/ou simbólicos dos conquistadores pelos indígenas reflete, sim, uma flexibilidade criativa indígena.

A vida nos aldeamentos, além de propiciar o batismo, também possibilitou o contato com técnicas e instrumentos que não se resumiam à agricultura e enxadas e facões. Por outro lado, muitos indígenas passaram a entender que existiam ordenações jurídicas concebidas pelos não indígenas que traziam implicações à sua vida. Deste modo, tornava-se cada vez mais frequente a mobilização de indígenas em busca dos direitos que lhes eram assegurados por lei.

Desde as primeiras experiências nos aldeamentos do século XVIII, os indígenas já apresentavam algumas exigências aos “brancos”, contudo, com o prolongar do contato, simples pedidos foram se transformando em petições mais elaboradas, como a comprovada pela professora Izabel Missagia de Mattos.⁵⁵⁶ Alguns indígenas começavam a ter consciência dos seus direitos. Maria Regina Celestino verificou que os indígenas ao serem aldeados negociavam com os “brancos” os termos para a sua cooperação. Segundo ela, os indígenas “... solicitavam terras, o direito de não serem escravizados e de trabalharem para quem quisessem, cargos, aumentos de salários, ajudas de custo e destituição de autoridades não reconhecidas por eles”.⁵⁵⁷

Quando não eram atendidas as suas exigências, os indígenas poderiam se rebelar. No Espírito Santo, na aldeia de Reritiba, os indígenas insatisfeitos com a administração dos padres assenhorearam-se da aldeia em 1744, expulsando os religiosos

⁵⁵⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 151-168.

⁵⁵⁶ MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880). *Revista Dimensões* - UFES, vol. 18, 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2440/1936>> Acesso em: 13/11/2013.

⁵⁵⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 101.

do local.⁵⁵⁸ Em Minas Gerais, o fiscal do distrito de Ponte Nova, Antônio Vieira de Sousa, dirige um pedido dos indígenas aldeados naquela jurisdição ao Imperador D. Pedro em 1831. Segundo Souza, “... os habitantes da Ponte Nova esperavão daquelle Direção [diretores dos índios] felices resultados, as suas lavouras pelas sociedades,q.^e os Índios farião de entre nós, pagando-se lhes seus jornais...”. Contudo, com uma portaria do presidente da província mineira que substituiu a direção dos índios, o aldeamento começou a declinar. O novo diretor, José Caetano da Fonseca, era acusado de utilizar o trabalho dos indígenas para fins particulares e sem o devido pagamento de seus jornais.⁵⁵⁹ Esperava-se a não substituição da direção dos índios na jurisdição de Ponte Nova. É importante assinalarmos que no caso de Ponte Nova, – como na maioria dos casos –, não se tratava de uma preocupação exclusiva com o bem estar dos indígenas. A maior preocupação do fiscal do referido distrito estava relacionada com o bom andamento e a prosperidade da economia na localidade, então alcançada com as alianças firmadas entre indígenas e não indígenas.

Ao passo que as autoridades coloniais e, depois do Império, buscavam ampliar e efetivar a conquista de áreas de fronteira por meio do incremento do indígena na condição de vassalo, instruindo estes nos aldeamentos por meio da difusão do catolicismo, a educação formal e do abandono dos seus usos e costumes ancestrais; também lhes foi, em muitos casos, possibilitado o conhecimento de direitos que lhes eram assegurados. A partir de então, nomes como Bororo, Caiapó – assim como uma imensa gama de nomes atribuídos aos indígenas – e, sobretudo o termo “índio”, forjados pelos conquistadores, passam a ser apropriados pelos respectivos grupos como forma destes terem os direitos garantidos aos “índios vassalos”.

No Sertão da Farinha Podre, as terras reservadas aos indígenas que se estendiam do rio Grande ao rio Paranaíba, totalizando aproximadamente 1072 Km², foram

⁵⁵⁸ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar... , Bahia, 31 de março de 1744. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

⁵⁵⁹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Códice 693, p. 543-544.

reduzidas, após 1821, a 40% disso, numa área entre o rio das Velhas e o rio Paranaíba.⁵⁶⁰ Neste mesmo ano,

... os índios apresentaram uma queixa contra os invasores de suas terras, à frente dos quais Antônio Eustáquio, que estavam expulsando a maioria das famílias indígenas que viviam no trecho de terras aldeanas entre o rio Grande e o rio das velhas.⁵⁶¹

Ataídes, discorrendo sobre a Lei de Terras de 1850, aponta que, com o fim do apossamento simples da terra, que vinha se desenvolvendo com o regime de sesmarias e, então passaram a serem adquiridas somente por meio da compra, os indígenas sofreram mais um golpe.

As terras expressamente concedidas aos índios foram consideradas particulares. Isto foi extremamente prejudicial a eles porque, ignorando que providências tomariam para assegurar a consolidação de seus direitos, acabaram, na maioria das vezes, perdendo a posse que tinham sobre as próprias terras.⁵⁶²

Contudo, após a implementação da Lei de Terras de 1850, muitos indígenas continuaram a reivindicar os seus direitos assegurados no Decreto 426 ou Decreto das Missões de 1845.⁵⁶³ Considerado um marco do indigenismo no período monárquico, o Decreto das Missões, que vigorou durante todo o império brasileiro, operou no sentido de regular o serviço de catequese indígena em todo o Brasil, reduzindo os poderes locais

⁵⁶⁰ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 158.

⁵⁶¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. Apud LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 156.

⁵⁶² ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998, p. 54.

⁵⁶³ Ver: GUIMARÃES, Elione S. (org.); MOTTA, Márcia M. M. (org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

sobre a questão indígena. A partir de então, reconhecia-se a diferença entre índios e nacionais. Estabelecia a criação de aldeamentos nas províncias para facilitar a administração dos indígenas. A administração deveria ficar à cargo de leigos e a participação dos religiosos era limitada. Cada província deveria ter um Diretor dos Índios nomeado pelo Imperador e a direção de cada aldeia ficava à cargo de um Diretor de Aldeia e um missionário – responsável pela educação religiosa – cuja nomeação deveria ser feita pelo presidente da respectiva província. Entre as atribuições do Diretor dos Índios estava a distribuição e demarcação de terras dadas aos indígenas. No artigo 2º, parágrafo 14 do Decreto das Missões, consta como competência do Diretor, *“Procurar que sejam demarcadas as terras dadas aos índios, e proceder á demarcação das porções das mesmas, que, em virtude deste Regulamento, tenham de ser demarcadas dentro dos seus limites”*.⁵⁶⁴

Izabel Missagia de Mattos estudou alguns casos de indígenas que representaram seus próprios interesses na província de Minas Gerais na segunda metade do Século XIX. Situação que se repetiu em outras províncias.

Os indígenas, ao se movimentarem em direção às sedes administrativas dos governos imperial e provincial, pareciam, por vezes, agir no sentido de pressionar os poderes públicos em torno das questões que lhes afetavam diretamente, como demonstra o caso dos índios das aldeias de Santana do rio das Velhas e do rio das Pedras situadas na comarca de Bagagem, 9ª circunscrição indígena da Diretoria Geral dos Índios da Província de Minas.⁵⁶⁵

O estudo de Missagia aponta para a capacidade de os indígenas se organizarem no sentido de pressionar as autoridades do Império para que fossem reconhecidos os seus direitos assegurados por lei.

⁵⁶⁴ IMPÉRIO DO BRASIL. DECRETO Nº 426, de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=387574&id=14390167&idBinario=15771126&mime=application/rtf>> Acessado em 20/07/2015.

⁵⁶⁵ MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880). Revista Dimensões - UFES, vol. 18, 2006, p. 03. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2440/1936>> Acesso em: 13/11/2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sertão da Farinha Podre, no início de sua ocupação colonial, não havia despertado interesse por parte das autoridades governamentais no que toca ao seu efetivo povoamento, tornando-se, desde o período dos primeiros achados auríferos em Mato Grosso e Goiás, uma importante via de acesso às minas e, ao mesmo tempo, uma barreira contra o descaminho do ouro. Então pertencente à capitania de Goiás, esta região que atualmente compreende o Triângulo Mineiro foi cortada pelo Caminho de Goiás, onde se instalaram, em meados do século XVIII, aldeamentos indígenas que serviram como bases militares destinadas à proteção dos viandantes e pontos de onde partiam ofensivas contra os antigos habitantes da região – notadamente Caiapó –, então entendidos como bárbaros e hostis.

Anexado a Minas Gerais em 1816, – época que a prospecção mineral em Goiás e Mato Grosso já tinham perdido o fôlego dos seus anos iniciais –, o então Triângulo Mineiro passa a ser alvo da política de ocupação de áreas interioranas. Desde então, várias sesmarias foram doadas no Sertão da Farinha Podre, colocando hordas de colonos em contato com grupos indígenas que viviam nos aldeamentos edificadas no século anterior. Tendo suas terras espoliadas, muitos indígenas deixaram o local, enquanto outros permaneceram em meio à sociedade conquistadora.

Durante o século XVIII e a primeira metade do século seguinte, vários grupos indígenas que viviam nas áreas que ficaram conhecidas como Sertões da Farinha Podre e áreas contíguas já se deparavam com expedições sobre a região e, depois, com o trânsito de viajantes pelo Caminho de Goiás. As guerras entre grupos indígenas, embora já existissem antes da presença dos conquistadores, ganhou uma nova dinâmica com a situação do “contato”. Com a exploração das inimizades intergrupais, antigas ou decorrentes das pressões desencadeadas pelo avanço colonizador que impelia um dado grupo indígena sobre territórios de outros, os invasores foram se firmando, a duras penas, é certo, em áreas que escapavam ao controle colonial. Os “sertões”, entendidos no discurso do século XVIII e seguinte como áreas de difícil controle, ora foram tratados como lugar habitado por criaturas selvagens, índios antropófagos e uma natureza hostil, ora como um espaço repleto de riquezas, terra fértil e diversas possibilidades para os que se aventurassem naquelas paragens.

Para tratar o espaço geográfico e área de ocupação indígena do ponto de vista da fronteira social, buscamos discutir a noção de representações não índias do sertão. A difusão de imagens sobre o sertão e seus habitantes serviu aos interesses das autoridades coloniais que, junto com o emprego de imagens específicas sobre os indígenas, ora mansos e aliados, ora selvagens e hostis, se empenhou em justificar os esforços de extermínio indígena, – algo não alcançado, embora muitos grupos tenham sofrido uma vertiginosa depopulação até fins do século XIX –, o seu cativeiro, a espoliação de suas terras e, por fim, a defesa de territórios antes ocupados por indígenas e que então estariam sob a posse – ou tentativa de posse – dos não indígenas. Os sertões, portanto, não foram sempre entendidos como morada de povos bárbaros e incivilizáveis. O que corrobora com nosso entendimento acerca dos interesses contidos nos discursos das autoridades sobre tal tema. Se no período colonial os sertões foram descritos majoritariamente como um lugar de grandes perigos, mesmo que ocultasse grandes riquezas minerais; no século XIX os sertões passam a ser descritos pelas autoridades provinciais como áreas vitais para o desenvolvimento de suas respectivas províncias.

Ao passo que as autoridades desenvolveram políticas de “desinfestação”, como consta nos registros, de áreas de seu interesse econômico – primeiro as regiões mineradoras, no século XVIII e, depois, as áreas destinadas à agricultura e pecuária no século XIX e suas respectivas vias, estradas e caminhos – voltadas a desobstruir tais regiões da presença dos indígenas; logo perceberam que a efetivação da conquista destas áreas interioranas só podia ser feita por meio da cooperação de populações indígenas. No caso do Sertão da Farinha Podre, centenas de indígenas de outras regiões foram deslocados para lá. Bororo, Parecí, Xacriabá, etc... prestaram serviços aos conquistadores, desde meados do século XVIII nos aldeamentos da região do atual Triângulo Mineiro. Contudo, interrompida a necessidade de utilização dos indígenas aliados nas campanhas militares contra os Caiapó e depois, como soldados que defendiam a região, esses indígenas de várias procedências tornaram-se camponeses, tendo desenvolvido uma tímida produção agrícola para consumo e troca de excedentes com as tropas de viajantes ou pequenos núcleos em formação. Muitos indígenas deixaram de ser entendidos como incorrigíveis, passando à condição de vassalos D’El Rei. Ao menos esse era o discurso oficial.

Contudo as promessas que os indígenas tiveram dos invasores não foram cumpridas. Nem mesmo o direito assegurado sobre as terras da faixa aldeana ao longo

da antiga Estrada de Goiás foi garantido aos indígenas. Com a sanha dos colonos por terras agricultáveis e a ampliação de pastagens, os indígenas que viviam no Sertão da Farinha Podre foram gradativamente perdendo suas terras para os vários sesmeiros que ali se instalaram. Os casamentos envolvendo indígenas – um terço do total de casamentos nos registros eclesiásticos da Paróquia de Sant’Ana do Rio das Velhas –, e os batismos também de indígenas – correspondente a significativa parcela na Paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde, no antigo arrailete da Ventania (hoje Araguari) –, nos anos iniciais do século XIX, foram deixando de constar nos registros após a segunda metade do mesmo século. Entretanto, o desaparecimento dos indígenas dos registros eclesiásticos não aponta, necessariamente, para o final da história de suas vidas. Como vimos, além das diversas violências sofridas por estes grupos, ainda existia uma série de imagens negativas sobre os mesmos, fruto do contexto político, econômico, ideológico, cultural, etc., que moldou a visão – do lado não indígena – sobre espaços de sertão e seus habitantes, resultando em alegorias do processo colonizador. No interior de uma sociedade não indígena, fortemente influenciada por representações pejorativas sobre os povos nativos, exibir os sinais de indianidade não era algo vantajoso em todos os casos. Após adotar o cristianismo, o uso de roupas, os casamentos e nomes portugueses, muitos daqueles indígenas que constam nos registros podem perfeitamente ter omitido a sua condição de “índio” pensando obter alguma vantagem. Ao lado das mortes e das migrações, a “invisibilidade” indígena dentro da sociedade conquistadora pode explicar, não só parte do desaparecimento dos indígenas nos registros eclesiásticos, mas, principalmente, o abrupto desaparecimento nestes registros na segunda metade do século XIX. Infelizmente não tivemos acesso a listas de óbito e outras fontes que mapeiem os deslocamentos dos indígenas que viviam nas áreas correspondentes ao atual Triângulo Mineiro. Tais documentos ajudariam na confirmação de nossa tese de que muitos indígenas ocultaram, de forma consciente, sua condição de índio como uma estratégia que lhes rendesse alguma vantagem, como, por exemplo, a fuga dos estigmas a que eram submetidos.

Sem negar que a guerra para os Caiapó era responsável pela produção ontológica do grupo, sendo esta uma relação preferencial de contato do grupo Caiapó e, que tais indígenas eram extremamente belicosos, acreditamos que a difusão de mitos sobre os Caiapó, colocando-os mais violentos do que realmente eram, incluindo os relatos sobre

o antropofagismo entre esse grupo, foi uma prática discursiva destinada a justificar a violência sobre eles exercida pelas autoridades.

No final do século XIX, os Caiapó também experimentaram a vida nos aldeamentos indígenas. Em Maria I e São José de Mossâmedes, as deserções eram frequentes, demonstrando o quanto as alianças entre indígenas e não indígenas eram frágeis e situacionais. Já na região do Sertão da Farinha Podre da segunda metade do século XIX, alguns Caiapó empreenderam uma luta pela posse de terras nos antigos aldeamentos de Santana do Rio das Velhas e Rio das Pedras por meio da reivindicação de seus direitos. Conscientes do direito sobre a posse daquelas áreas, estes indígenas apelaram para o campo jurídico. Longe de sofrerem a “perda de sua identidade” ao se valerem destes instrumentos legais que, em última análise, se configuravam como mecanismos de controle do período colonial e do Império; notamos que tais instrumentos poderiam se tornar uma via de mão dupla, também auxiliando os indígenas. Portanto, ao adotarem bens materiais e simbólicos dos não indígenas, os Caiapó demonstraram sua capacidade de trocas culturais de forma flexível e criativa. Essa lógica social dinâmica revela a habilidade dos indígenas de se adaptarem às novas realidades vivenciadas.

A vida nos aldeamentos, embora não tenha agradado os indígenas, gerando recorrentes situações de tensão – fato observado a partir dos múltiplos relatos de fugas e destruição destas unidades –, não foi apenas uma experiência de submissão e desagregação social para os indígenas. Como sujeitos ativos, eles se mostraram detentores de vontade própria, interferindo, em última instância, na própria existência ou não dos aldeamentos. Nesta perspectiva, tais espaços, mesmo conflituosos, foram espaços de negociações e intercâmbios culturais entre grupos étnicos diversos.

Durante séculos foi difundida a ideia de os indígenas estariam fadados à destruição física e cultural. Nesta esteira, vários trabalhos ainda recentes dão demasiada ênfase nos processos de despovoamento e destruição das sociedades ameríndias. No entanto, não passa de um equívoco perceber o processo de conquista na América Portuguesa como um processo de apagamento dos vários grupos nativos. Por outro lado, as várias expressões culturais indígenas apresentaram-se de formas flexíveis e adaptáveis. A cada interferência que a cultura indígena sofria dos europeus e da sociedade colonial que se constituía, diversas formas de respostas eram criadas com o

intuito de minimizar, ou até mesmo, reverter os impactos causados pela invasão dos territórios e a opressão levada ao povo indígena. Não resta dúvida que é impróprio pensar que os indígenas foram fisicamente destruídos, posto que vários movimentos indígenas tenham emergido na América Latina nas últimas décadas. Sem negar os efeitos nefastos causados pelo processo de conquista colonial já mencionados, como não reconhecer que “índios, em vários pontos da América, chegaram a ser caciques ou chegaram a exercer determinada influência?”⁵⁶⁶

⁵⁶⁶ Stuart Schwartz em entrevista cedida à Andrea Daher. DAHER, Andrea. A história social atlântica de Stuart Schwartz (Entrevista). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 306-324, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi28/TOPOI_28_ENTREVISTA.pdf> Acessado em: 26/02/2016.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

ABREU, João Capistrano de. *Chapters of Brazil's colonial history*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Annaes da Província de Goyaz*. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. et al. *Resistência, memória e etnografia*. Índios no Nordeste – temas e problemas, vol. VIII. Maceió: EDUFAL, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVII*. São Paulo: Annablume, 2008.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. (Coleção História), Bauru: Edusc, 2000.

ATAÍDES, Jézus Marco de (org.). *Documenta Indígena do Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

BACELAR, C. de A. P., BRIOSCHI L. R. (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/CERU, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971.

_____. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Coleção Conquista do Brasil – 2º série. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

_____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação. v. 2, 1979.

_____. *Negros e quilombos em Minas gerais*. Belo Horizonte: s/ Ed., 1972.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina* Vol. II: A América Latina Colonial. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros; Magda Lopes. São Paulo: Editora Edusp, 2004.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CHAIM, Mariovan Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 - 1811*. 2ª ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

COLBACCHINI, Antônio & ALBISETTI, César. *Os Bororo orientais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pedro Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.

COSTA, Gilberto Antônio (org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBRET, Jean. Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

DULPAS, Gilberto. *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006.

ELLIS JR, Alfredo. *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ENAWURÉU, Mário Bordignon. *História do Centro-Oeste Brasileiro: Bóe E-ró Marigudúwo*. Campo Grande - MS: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987.

_____. *Róia e Baile: Mudança Cultural Bororo*. Campo Grande: Editora da UCDB, 2001.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Co-edição com a Editora Univale e Instituto Terra. Bauru, São Paulo: 2005.

FALCON, Francisco & RODRIGUES, Claudia (Organizadores). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FAUSTO, Carlos. *Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil, série 3; v. 6. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

GALVÃO, Eduardo. *Encontros de sociedades: índios e brancos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Paraná: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, Eliane S. (org.); MOTTA, Márcia M. M. (org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi (org.). *Índios do Brasil*. 3ª. edição, São Paulo: Global/Brasília: MEC, 2000.

HEELAS, Richard H. *The social organization of the Panará, a Gê tribe of Central Brazil*. Oxford: Oxford University, 1979.

HEGEL, Georg Wilhelm F. *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UNB, 1995.

HEMMING, John Henry. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A época colonial* - Tomo I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

_____. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Monções e capítulos de expansão paulista*. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KOK, Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2004.

KARNAL, Leandro. (org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A conquista da América vista pelos índios: relatos Astecas, Maias e Incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.

LUZ, Guilherme Amaral. *Carne humana: canibalismo e retórica jesuítica na América Portuguesa (1549-1587)*. Uberlândia: EDUFU, 2006,

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2º ed., São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. São Paulo: Graal, 2004.

- MELLO e SOUZA, Laura de. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste – estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 6ª edição, São Paulo: Difel, 1975.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972.
- PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767 – 1813)*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.
- PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*, 4 ed. Goiânia, Editora UCG, 1994.
- PALACÍN, Luiz; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina. *História de Goiás em Documentos: colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Ana. *História de Goiás*. 6ª edição. Goiânia: UCG, 1994.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupí e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PRIORE, M. L. M. (Org.) *Revisão do Paraíso - Os Brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. 1. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2000.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- RESTALL, Matthew, *Sete mitos da conquista espanhola*. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ROCHA, Joaquim José da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – CEHC, 1995

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4ª edição, São Paulo: Loyola, 2002.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SALLES, Gilka V. Ferreira. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Editora da USP, 1978.

_____. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

_____. *Viagem às nascentes do rio São Francisco [1847]*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARTZMAN, Stephan. *The Panará of the Xingu National Park: the transformations of a society*. Chicago: Chicago University, 1987.

SCHIMIZ, Pedro Ignácio & BARBOSA, Altair Sales. *Ocupação indígena do cerrado: esboço de uma história*. In: SANO, S. M. & Almeida, S. P. *Cerrado: Ambiente e Flora*. Planaltina: Embrapa, 1998.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. (Org.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1995.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.) *Os diários de Langsdorff*. Campinas/Rio de Janeiro: Associação Internacional Langsdorff/Fiocruz, vol. I, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SPIX, Johann von; MARTIUS, Carl von. *Viagem pelo Brasil*. Vol. 2, São Paulo: Melhoramentos, 1976.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil (1557)*. São Paulo: Editora Itatiaia e EDUSP, 1974.

STEIGLEDER, Carlos Geovane. *Staden, Thevet e Léry: olhares europeus sobre o índio e sua religiosidade*. São Luiz – MA: EDUFMA, 2010.

TAUNAY, Alfredo D’Escagnolle de. *História Geral das Bandeiras Paulistas: Monções Cuiabanas*. Tomo XI. Edição do Museu Paulista, São Paulo: 1950.

- TREECE, David. *Exiles, allies, rebels: brazil's indianist movement, indigenist politics, and the imperial nation-state*. Westport/Londondres: Greenwood, 2000.
- THÉVET, André. *As singularidades da França Antártica (1558)*. São Paulo: Editora Itatiaia e EDUSP, 1978.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VELASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. EDUSC. Bauru – São Paulo: 2004.
- VIALOU, Águeda Vilhena (org). *Pré-história do Mato Grosso*. Vol 1 - Santa Elina. São Paulo: Edusp, 2005.
- VIERTLER, Renate B. *A duras penas: Um histórico das relações entre os índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990.
- VOLPATO, Luiza. *Entradas e Bandeiras*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1986.
- WACHTEL, Nathan. *Los vencidos: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. Boston: Ginn. 1959.

Revistas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “O enobrecimento dos líderes indígenas na capitania do rio de janeiro”: reflexões sobre Significados e Usos Políticos Diversos. *Revista Ultramares* Dossiê No 5, Vol.1, Jan-Jul/2014.

_____. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, nº 2, p. 21-39 – 2012.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibaé Modojobádo – A Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887). ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003, p. 1. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.501.pdf>> Acessado em: 10/09/2012.

ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. A guerra do Brasil com o Paraguai: a presença de grupos indígenas no conflito (1860 – 1870). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de

História – Londrina, 2005, p. 2. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0912.pdf>> Acessado em: 28/03/2016.

AMADO, Janáina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 145-151, 1995.

AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*, nº29, janeiro de 2003.

ESPINDOLA, Haruf Salmem. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do Século XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 11, nº 16, p. 71 – 88, jan/jun. 2009.

ARRUTI, José Maurício. John Monteiro e o projeto ampliado de história indígena: apresentação do dossiê História e Índios. *História Social*, n. 25, segundo semestre de 2003.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *MANA* 12(1): 39-68, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>

BIEBER, Judy. *Soldados-Etnógrafos, Viajantes e Canibais: a reconstrução de culturas indígenas de Minas Gerais oitocentista*. Departamento de Historia da Universidade do Novo México. Conferência realizada na FAFICH-UFMG, no dia 24 de maio de 2007.

BREVE NOTÍCIA QUE DÁ O CAPITÃO ANTÔNIO PIRES DE CAMPOS EM 20 DE MAIO DE 1723. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typografia de D. Luiz dos Santos, 1862.

CATECHESE E CIVILIZAÇÃO DOS INDÍGENAS DA CAPITANIA DE MINAS-GERAES. *RAPM*. Ano/vol. 2, fascículo 4, Ouro Preto – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897, pp. 687-688.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 26, p. 63-87, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100005>

DAHER, Andrea. A história social atlântica de Stuart Schwartz (Entrevista). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 306-324, jan./jun. 2014.

ERAS, Marcos Flávio Portela & DE BRITO, Vanderli Guimarães, Identidade étnica: a dimensão política de um processo de reconhecimento. *Antropos - Revista de Antropologia*. Ano 04, vol. 05, maio de 2012.

FERREIRA, Jurandy Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Vol. XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no Triângulo Mineiro. *Sociedade e Cultura*, vol. 3, núm. 1-2, Janeiro-Dezembro, 2000, pp. 161-184. Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia Racial: o ideal, o pacto, o mito*. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4678&Itemid=356> Acessado em 19/02/2015.

HARTMANN, Tekla. Cultura material e Etnohistória. *Revista do Museu Paulista*. (Nova Série). V. 23. São Paulo, 1976, p. 175-197.

HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS – GO. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-64. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goias.pdf>> Acessado em 19/10/2014.

JÚNIOR, Rafael Alves Pinto. O sudoeste de Goiás como espaço de fronteira: a colonização do certão do gentio Cayapó. *Revista de História da UEG*. Anápolis, v 4, nº 2, p. 37-61, ago/dez de 2005.

KARASH, Mary C. Conflito e resistência interétnicos na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1890. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 12, 1997.

LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 4 et seq. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf> Acesso em: 05/10/2013.

MANO, Marcel. *Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história*. *Revista de Ciências Sociais*, n. 34 Abril de 2011 - p.193-212. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/12189/7054>> Acesso em: 10/11/2014.

_____. *Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro*. *Cadernos de Pesquisa - Cdhis*, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.

_____. Índios e negros nos sertões das minas: Contatos e identidades. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 31, nº 56, p. 511-546, mai/ago 2015

Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In: RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s.

MARTIUS, Carl F.P. Von. Como se deve Escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 24, 1845.

MATTOS, Izabel Missagia de. O litígio Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880). *Revista Dimensões - UFES*, vol. 18, 2006, p. 03. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2440/1936>> Acesso em: 13/11/2013.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Histórica da Província de Goyas”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Ethnográfico do Brasil*, 2º trimestre de 1874.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, 28 (2): 2009, p. 623. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/21.pdf>> Acessado em: 20/03/2013.

MOURA, Gentil de Assis. As bandeiras paulistas: estabelecimento das diretrizes gerais a que obedecem e estudo das zonas que alcançaram. IN.: *Revista do Instituto histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1915.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. *Memoria Americana*, 16 (1) – año 2008.

MORI, Robert & MANO, Marcel. Do “Gentio Cayapó” a “vassalos” do rei: guerra e aldeamentos indígenas na capitania de Goiás nos séculos XVIII e XIX. In: IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder, 2014, Jataí- GO. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder. Jataí - GO: Universidade Federal de Goiás, 2014. v. 1. p. 1-18. Disponível em <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20%28241%29.pdf>> Acessado em: 20/08/2015.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Desertos de civilização: significando o Brasil (História e Literatura). *Letras & Letras*, Uberlândia 26 (1) 171 – 183, jan./jun. 2010, p. 175.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1998. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 4(1):47-77.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas Minas do Cuiabá (Primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 161-194, jan./jun. 2011, p. 184.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane: o imperador do Rio Doce*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina – Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005. v. 1. Disponível em : <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_HILDA_BAQUEIRO_PARAISO.pdf> Acessado em: 20/02/2008.

POMPA, Cristina. Os Índios, Entre Antropologia e História: a obra de John Manuel Monteiro. BIB, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), pp. 61-79.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma nova interpretação do Brasil: a contribuição de Roger Bastide à sociologia brasileira. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº. 20, São Paulo, 1978.

QUILES, Manuel Ignácio & BARROS, Edir Pina de. Alcoolismo, doença do branco: uma reflexão sobre o conceito de alcoolismo entre os povos indígenas a partir do comportamento alcoólico entre os índios Bororo do Mato Grosso. *Revista Saúde e Ambiente*. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, Volume 4, Número ½, Janeiro/Dezembro de 2000, pp 35-48

QUINTAS, Georgia. Antropofagia: as várias dimensões antropológicas. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Abril/ Maio/ Junho de 2008, Vol. 5 Ano V nº 2, pp. 2-3. Disponível em: < http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_07_ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Georgia_Quintas.pdf> Acessado em: 19/10/2014.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XI – fascículos I, II, III e IV – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906.

_____. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

_____. v. 14, Belo Horizonte, ano 1909, p. 265.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 119-143, 1986/87.

_____. Os primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororó e Kayapó na Estrada do Anhanguera. *Revista de Antropologia*, v. 39 nº 1, São Paulo, USP, 1996.

REBORATTI, Carlos E. Fronteras agrárias em América Latina. *Geo Critica, Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, nº 87, mayo de 1990.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O Surgimento de um Povo Novo: o povo brasileiro. *Revista de História*, 138 (1998), 63-82.

Revista de Antropologia, vol. 2 nº 2, São Paulo, 1954.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo 84, ano de 1918, p. 46.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El'-Rei*. p. 9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>> acessado em: 20/03/2009.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A civilização como missão: agentes civilizadores de índios na Bahia colonial no contexto da política pombalina. *Tempo* (Niteroi, online) Vol. 22, n. 41. P. 533-550, set-dez, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n41/1413-7704-tem-22-41-00533.pdf>> Acessado em: 23/02/2016

STANDNIK, Hilda Pívaro. *Fronreira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível em: <<http://cyta.com.ar>> Acessado em: 10/07/2012.

STEINEN, Karl von den. Entre os aborígenes do Brasil Central. In: *Revista do Arquivo Nacional Municipal, nº XXXIV a LVIII*. Departamento de Cultura. São Paulo, 1940.

TREECE, David. O Indianismo Romântico, a questão indígena e a escravidão negra. *Novos Estudos/CEBRAP*. Nº 65, março de 2003.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. No meio do caminho havia os bororo: Jarudorim-T, a diáspora e reterritorialização. *Tellus*, ano 7, nº 12, p. 67-87, abr. 2007, Campo Grande-MS.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Belo Horizonte: Varia, V.21, 2000.

_____. *Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, Vol. 17, nº 34, São Paulo: 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext> Acessado em: 23/02/2014.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. História Ciência e saúde – Manguinhos, vol.5, Rio de Janeiro, Julho de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400008&script=sci_arttext> Acesso em: 10/09/2014.

WÜST, Irmhild. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. *Revista do Museu de Arqueologia e etnologia*, São Paulo, Suplemento 3: 301 – 317, 1999.

Teses e Dissertações

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado). Orientador, MONTEIRO, John Manuel. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Cibáe Modojobádo – a rosa Bororo e a "pacificação" dos Bororo Coroado (1845-1887)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFMT. Cuiabá, 2002.

_____. *Índios Fronteiriços: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*. [Tese de doutorado]. Programa de pós-graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do mercado interno em Mato Grosso – século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1987.

CAMARGOS, Lidiane Szerwink. Consolidando uma proposta de família linguística Boróro. Contribuição aos estudos histórico-comparativos do Tronco Macro-Jê. [Tese Doutorado] Programa de Pós Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 2013.

FREITAS, Ludmila Gomides. *O sal da guerra: padre Antônio Vieira e as tópicas teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios*. Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2014.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. *Das Fronteiras do Império ao Coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-*

espacial capitalista na segunda metade do século XIX. [Tese Doutorado] Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo. Orientador Prof. Dr. Amália Inês Geraiges Lemos. São Paulo: 2007.

MAGALHÃES, Wagner. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica... possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas*. Dissertação [Mestrado] Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MANO, Marcel. *Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. [Tese de doutorado]. Orientador: John Manuel Monteiro. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: [s/n], 2006.

MEAD, David Louis. *Caiapó do Sul, an Ethnohistory (1610–1920)*. A dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, University of Florida, 2010.

MONTEIRO, John. *Tupís, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada ao concurso de livre docência no departamento de antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: conphigurações do Oeste nas Minas Gerais*. Tese [Doutorado] apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora profa. Dr. Jacy Alves de Seixas. Uberlândia, MG, 2011.

OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Povos Índigenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. 2008. 405 p. Tese (Doutorado) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZAGO, Lisandra. *Etnohistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (séculos XVIII e XIX)*. Dissertação de Mestrado, Dourados-MS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005.

Códigos e Leis

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

IMPÉRIO DO BRASIL. DECRETO Nº 426, de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=387574&id=14390167&idBinario=15771126&mime=application/rtf>> Acessado em 20/07/2015.

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. “Estatuto do Índio”

Fontes

Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Requerimento de sesmaria em Goiás, 16 de setembro de 1733, Cx 984, pacote 07, folhas 1-2.

Requerimento de Sesmaria em Goiás - ano 1733, Doc. 05, Requerente Manoel dos Santos, Nº antigo da caixa: 1, Nº atual da Caixa 984, ano 1732-1754.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Código 693.

Arquivo Público Mineiro – Coleção Casa dos Contos – Documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX.

Requerimento de José Teixeira Álvares sobre a concessão de carta de sesmaria no julgado do Desemboque, sertão da Farinha Podre, Capão de Baixo. CC - Cx. 129 – 21026, rolo 539.

Requerimento do reverendo Fortunato José de Miranda sobre a concessão de sesmaria no termo do Desemboque, Ribeirão da Bagagem, sertão da Farinha Podre. CC - Cx. 127 – 20990, rolo 538-A.

Requerimento do alferes Manuel Ferreira Ribeiro sobre a concessão de carta de sesmaria no termo de Desemboque, paragem Bocainas, sertão da Farinha Podre e Rio da Prata. CC - Cx. 127 – 20990, rolo 538-A.

Requerimento do alferes José Joaquim sobre a concessão de carta de sesmaria no termo de Desemboque, paragem Tejuco e Rio das Velhas, sertão da Farinha Podre. CC - Cx. 127 – 20990, rolo 538-A.

Requerimento de Joaquim Patrício Machado sobre a concessão de carta de sesmaria no Julgado do Desemboque, no sertão da Farinha Podre, paragem do rio Buerava. CC - Cx. 129 – 21026, rolo 539.

Informação de serviço referente ao requerimento de José Pinto da Cunha e Joaquim José da Vila... Secretaria do Governo da Capitania, Arquivo Público Mineiro – SG (Documentos não encadernados), Caixa 100, Doc. 68, Data 04/12/1816.

Documentos do Arquivo da Paróquia de Sant'Ana - Indianópolis - MG

Lista dos Casamentos da Paróquia de Sant'Anna do Rio das Velhas – 1823 a 1892. Caixa 02.

Registro de Batismos da Paróquia de Sant'Anna do Rio das Velhas, ano de 1831.

Documentos do Arquivo da Paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde, Araguari - MG

Livro de Baptizados da Parochia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde – 1823 a 1895.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XIII, (1895). Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Aurora, p. 239. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6956>> Acessado em: 22/02/2014.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. III, (1913) Publicação Oficial do Arquivo Público de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª Edição, pp. 130-136. Disponível em <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6946>> Acesso em: 10/03/2015.

Relatórios dos Presidentes de Províncias

Discurso com que o presidente da provincia de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da Assembléa Provincial no 1.o de julho de 1837, pp. 19-21. Goyaz, Typ. Provincial, 1837. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, Antonio Pedro d'Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 3 de julho de 1835. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845, p. 10. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/393/>> Acessado em 12/03/2015.

Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial, em o dia 1.o de março de 1838. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, pp. 10-12. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da terceira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.o de março de 1837. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, p. 19. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial. S. Paulo, Typ. de

Costa Silveira, 1840. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/975/>> Acessado em:10/11/2015.

Discurso que recitou o exm. snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta provincia, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março do corrente anno. Cuyabá, Typ. Provincial, 1840. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838. S. Paulo, na Typ. do Governo, 1838 Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/974/000014.html>> Acessado em:10/11/2015

Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes... . Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1843. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/446/000038.html>> Acessado em:10/11/2015.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843, p. 39 Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/446/>> acessado em 15/03/2015.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria em 3 de maio de 1850, pelo exm. sr. presidente da provincia, coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1850. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/404/>> Acessado em:10/11/2015.

Falla dirigida pelo excellentissimo senhor doutor João Cipriano Soares, actual presidente da provincia de Mato Grosso á respectiva Assembléa Legislativa no acto de sua installação em 3 de maio de 1847. Cuyabá, Typ. Provincial, 1847. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/401/>> Acessado em:10/11/2015.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia, Herculano Ferreira Penna. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/445/000014.html>> Acessado em:10/11/2015.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1844 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andrea. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/448/>> Acessado em:10/11/2015.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845, p. 33. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/451/>> Acessado em:10/11/2015.

Relatorio do presidente da provincia do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acessado em 10/10/2013.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1845 o exm. presidente da mesma provincia, dr. Jose de Assiz Mascarenhas. Goyaz, Typ. Provincial, 1845. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/292/000013.html>> Acessado em:10/11/2015.

Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1846 o exm. presidente da mesma provincia doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz, Typ. Provincial, 1846. < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/293/000013.html>> Acessado em:10/11/2015.

Relatório que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1835, o exm. presidente da mesma província, Joze Rodrigues Jardim. Meyaponte, Typ. Provincial, 1835.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1847 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz, Typ. Provincial, 1847. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>> Acessado em: 11/10/2013.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1848 o exm. vice-presidente da mesma provincia, Antonio de Padua Fleury. Goyaz, Typ. Provincial, 1848. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>> Acessado em: 10/11/2013.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1845 o exm. presidente da mesma provincia, dr. Jose de Assiz Mascarenhas. Goyaz, Typ. Provincial, 1845. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas>> Acessado em:10/11/2013.

Projeto Resgate – Centro de Memória Digital, Universidade de Brasília Conselho Ultramarino

AUTO (treslado) sumário que mandou fazer o Ouvidor João Gonçalves Pereira Para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. 1736, abril, 12, Vila de Cuiabá. CT- AHU-ACL-CU-010, cx, 1, doc 84

CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre as mortes que faz o gentio Pareci, que é antropófago e impede a continuação dos descobrimentos do ouro. 1731, abril, 7, Vila de Cuiabá. CT- AHU—ACL-CU-010, CX 1, DOC 52.

CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce e do Arraial de Santa Ana pelo Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo, Pedro Bueno Cacunda, Vila da Vitória, 15 de agosto de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189.

CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar... , Bahia, 31 de março de 1744. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre o estado pacífico da capitania de São Paulo; o aumento das Minas de Goiás com o novo descoberto de Arraias..., Traíras, 28 de fevereiro de 1741. CT:AHU-Goiás – AHU-ACL-CU-008, Cx. 2, doc. 139.

CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao [secretário do estado e da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 8.

CARTA do [Governador Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao rei [Dom João V] Sobre a devassa feita ao comportamento dos índios para, apuradas as culpas, se poder fazer guerra. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 24.

Carta do Juiz mais velho da câmara da Villa de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre o quinto do ouro das Minas da Villa do Cuiabá, Paranapanema e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos Provedores dos Defuntos e Ausentes. CT:AHU-ACL-CU-010, cx. 01 doc. 13.

CARTA do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ao Rei [D. João V], a informar da diligência no descobrimento das minas em que anda o [Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo], Pedro Bueno [Cacunda]..., Vila da Vitória, 12 de julho de 1732. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 183.

CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha [D. Maria] em que pedem a extinção, nos seus próprios alojamentos, dos índios Bororo e Caiapó... 26 de maio de 1778, Vila de Cuiabá, -AHU-ACL-N-Mato Grosso Doc. Nº: 1198, folha 03.

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Caiapós... Goiás, 02 de setembro de 1735. - AHU-ACL-CU-008, Cx. 1, D. 17. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido do Padre Manuel de Siqueira..., Lisboa, 15 de fevereiro de 1746. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 253.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda a respeito de se lhe mandar cumprir a ordem de minerar no sertão da Capitania do Espírito Santo, Lisboa, 16 de dezembro de 1740. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235

Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do [governador e capitão-general de Goiás] Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], acerca de como procedeu com seis índias e vinte e cinco crianças aprisionadas pelo capiotão-mor da conquista do gentio Caiapó, João de Godoy Pinto da Silveira. Lisboa, 5 de fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_008, Cx. 14, D. 829.

OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 18 de dezembro de 1772. CT_AHU_ACL_CU_010, CX 16, DOC 9977, p. 2-3. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, Março de 1780. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996, pp. 4-6. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, 09 de agosto de 1781. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2025, p. 4. Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás] Tristão da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da marinha e ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municados, e de quarenta índios de nação Caiapó da aldeia de Maria I. 1784, Dezembro, 10, Vila Boa. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168.

TERMO (cópia) da Junta que reuniu em São Paulo e celebrou entre governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora e as demais autoridades para se estudar a forma de arrecadação dos quintos reais nas minas de Goiás, assim como sua conservação, aumento e estabilidade. São Paulo, 25 de abril de 1735. AHU_ACL_CU, cx. 2, doc. 37, Disponível em <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>> Acessado em: 10/05/2013.

Mapas

Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes, organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, para acompanhar os seus Itinerarios escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. Escala de 18 legoas em um grao. [caixa lado superior esquerdo] Cópia exacta do Mappa que mostra a Navegação da F. de Mogi-Guassú ao Arraial de Anicuns. Descuberta por João Caetano da Silva em 1817. Fonte – Arquivo Histórico do Exército, Medidas – 40cm x 81cm, Data – 1875, Localização – CO-GO-10.01.2064.

Mappa da Capitania de Minas Gerais com a Divisão de suas Comarcas (1778). In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – CEHC, 1995, p. 228.

Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará [17--]. Disponível em:

<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=7933> Acessado em: 12/06/2016.

Imagens

Soldados-Índios civilizados da Província de Curitiba Conduzindo Prisioneiros Indígenas. In. DEBRET, Jean. Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

Carga de Cavalaria Guaicurú In. DEBRET, Jean. Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.